

The background of the cover is a large, textured impressionistic painting. It depicts a wide river or lake in the middle ground, with buildings and structures along the banks. The color palette is dominated by muted blues, greys, and earthy browns, with some warmer tones like reds and oranges in the lower foreground. The brushwork is visible and expressive, creating a sense of atmosphere and movement. On the right side, there is a vertical strip of a different painting, showing a figure in a hat walking on a path, with a tree and other figures in the background.

Jaime Betts
Sinara Robin
organizadores

NósOutros Gaúchos

As identidades dos gaúchos em debate interdisciplinar


UFRGS
EDITORA

Nós *Outros* Gaúchos

Jaime Betts
Sinara Robin
organizadores



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Rui Vicente Oppermann

Vice-Reitora e Pró-Reitora
de Coordenação Acadêmica

Jane Fraga Tutikian

EDITORA DA UFRGS

Diretor

Alex Niche Teixeira

Conselho Editorial

Alvaro Roberto Crespo Merlo

Augusto Jaeger Jr.

Carlos Pérez Bergmann

José Vicente Tavares dos Santos

Marcelo Antonio Conterato

Marcia Ivana Lima e Silva

Maria Stephanou

Regina Zilberman

Tânia Denise Miskinis Salgado

Temístocles Cezar

Alex Niche Teixeira, presidente

Instituto
APPOA

Clínica, Intervenção e
Pesquisa em Psicanálise

Diretoria 2014-2016

Jaime Alberto Betts

Eda Estevanell Tavares

Ester Trevisan

Marcia Helena de Menezes Ribeiro

Renata Maria de Conte Almeida

Tatiane Reis Vianna

Comissão de Aperiódicos

Tatiane Reis Vianna

Bianca Guaragna Kreisner

Claudia Martins Marquesan

Denise Mairesse

Larissa Costa Beber Scherer

Luciana Leiria Loureiro

Marcia Goidanich

Simone Goulart Kasper

Sonia Mara Moreira Ogiba

Assessoria de Imprensa

Jornalista Jussara Porto

NósOutros Gaúchos

As identidades dos gaúchos em debate interdisciplinar.


UFRGS
EDITORA

© dos autores

Direitos reservados

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Reprodução de obras artísticas

Acervo Artístico Instituto de Artes/UFRGS

Capa

Centro: Benito Mazon Castañeda, *Sem título*, 1947; à direita: João Fahrion, *Praça da Alfândega*, 1924; à esquerda: Francis Pelicheck, *Pastor com ovelhas diante de rio*, sem data; verniz: Fabio Zimbres, *Histórias ilustradas n.2*, 2007.

Preparação de texto e revisão

Enéias Tavares

Projeto gráfico e editoração eletrônica

Katia Prates

N961 NósOutros gaúchos: as identidades dos gaúchos em debate interdisciplinar [recursos eletrônicos]/ organizadores Jaime Betts [e] Sinara Robin. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

352 p.: il. ; pdf

Inclui fotografias.

1. Etnologia 2. Etnografia. 3. Cultura – Rio Grande do Sul. 4. Identidade – Gaúcho. 5. Expressão cultural – Gaúcho. 6. Literatura. 7. Artes. 8. Música. 9. Cinema. 10. Questões sociais – Países vizinhos. 11. Psicanálise. I. Betts, Jaime. II. Robin, Sinara

CDU 39(816.5)

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0353-5



Instituto
APPOA



ABEU
Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Apresentação	8
I Encontro	16
Por que colocar NósOutros Gaúchos em questão? Quais são nossos sintomas sociais? Qual o mal-estar e sofrimento que produzem?	
Deborah Finocchiaro	28
Jaime Betts	32
Luiz Osvaldo Leite	44
Donaldo Schüller	50
Tau Golín	55
II Encontro	64
Quais são as raízes e seus desdobramentos contemporâneos que conformam as identidades dos gaúchos?	
Maria Ivone dos Santos	78
Bruno Ferreira	88
Cesar Augusto Barcellos Guazzelli	95
Enéas de Souza	102
III Encontro	114
Quais são as expressões dos conflitos de base do RS em seus diversos campos de expressão cultural?	
Inês Marocco	130
Eduardo Mendes Ribeiro	136
Paulo Gomes	143
Pedro Figueiredo	163

IV Encontro	172
Qual a visão dos outros sobre a cultura gaúcha e os modos de ser dos gaúchos?	
Lizete Arnizaut Vargas	186
Sinara Robin	190
Vitor Necchi	193
Ana Costa	200
José Rivair Macedo	206
Claudia Fonseca	213
V Encontro	220
Quais as questões e sintomas sociais de nossos vizinhos e como os enfrentam?	
Pirisca Grecco	232
Liz Nunes Ramos	236
Mario Delgado Aparain	240
Rualdo Menegat	244
Alfredo Jerusalinsky	266
Seminário Nós Os Outros	272
Parte I	
Luís Augusto Fischer	287
José Miguel Wisnik	300
Caterina Koltai	304
Parte II	
Caterina Koltai	306
José Miguel Wisnik	314
Renato Borghetti e Fábrica de Gaiteiros Concerto	334
Vitor Ramil e Flávio Azevedo Aula-espetáculo	338
Ciclo de Filmes	342

Apresentação

Por vezes, quando olhamos um livro pronto, não imaginamos quantos começos foram necessários para se chegar a ele. Este que tens nas mãos é uma sistematização que percorre o Seminário NósOutros Gaúchos – as identidades dos gaúchos em debate interdisciplinar, através das muitas formas que colocamos o tema em discussão. Entre abril e outubro de 2015, realizamos um encontro por mês reunindo profissionais de diferentes áreas do conhecimento que nas conversas apontaram questionamentos sobre quem somos e como somos e como nos relacionamos.


O desafio colocado ao que desencadeou a parceria do Instituto APPOA com o DDC – fundamental na construção conjunta do conceito e programação do Projeto NósOutros Gaúchos e sua realização – foi o questionamento de algo que é muito recorrente nas diferentes opiniões e narrativas sobre o Estado, de que no Rio Grande do Sul é mais difícil fazer as coisas acontecerem em comparação a outras regiões do Brasil. Tivemos uma boa acolhida dos debates na mídia e foi muito importante para ampliar o alcance dos questionamentos na comunidade.

Construir o conceito e programação conjuntamente frutificou a parceria entre o Departamento de Difusão Cultural/UFRGS e o Instituto APPOA – clínica, pesquisa e intervenção em psicanálise da Associação Psicanalítica de Porto Alegre, com apoio cultural da Celulose Riograndense.

O título *NósOutros Gaúchos* conferiu ao projeto uma abertura para diferentes leituras, desde sua gestação e durante todo o seu percurso [e mesmo depois], que permitiu problematizar o desafio, tornando-o uma questão que se desdobrou em muitas outras. Aponta, por exemplo, que o “eu é um outro”¹, indicando que nossas identidades também vêm do outro, por mais que reconhecer esta alteridade, ao mesmo tempo familiar e estranha, possa ser por vezes incômoda, ou até mesmo insuportável, levando nesse caso a embates mais ou menos violentos.

Outra leitura é a que suscita o “nosotros”, pronome nós no espanhol. Isso indicando tanto que “nós somos outros”, quanto nossas identidades resultam do entrelaçamento de diferentes idiomas, inicialmente do português e do espanhol, além das línguas e dialetos indígenas e africanos, e mais tarde com o alemão e o italiano com a vinda destes imigrantes ao RS.

¹ Como afirmou Arthur Rimbaud em carta a Georges Izambard em 13 de maio de 1871.



Além disso, *nosotros* carregamos em nossa história o fato de ser um estado de fronteira, de colonização tardia em relação ao resto do Brasil, cuja configuração presente é o resultado de muitos tratados, conflitos armados e guerras entre os reinos de Portugal e Espanha pelo território, bem como da escravidão e genocídio dos povos indígenas realizados por ambos os lados. Associado a isso tudo ainda temos as influências da presença africana e dos embates da própria formação política dos períodos imperiais e republicanos.

Consideramos que debater as identidades dos gaúchos e colocar em questão nossas dificuldades e desafios necessariamente tem que ser feito numa perspectiva interdisciplinar. Consideramos que um debate interdisciplinar obedece a quatro princípios, os quais nortearam os trabalhos e a composição dos palestrantes em cada um

dos cinco encontros. São eles: nenhuma disciplina dá conta do todo; não há hierarquia entre as diferentes disciplinas; ninguém é dono da verdade; e, o real é impossível de simbolizar.

Cada encontro procurou responder àquelas questões, interpostas pelo desafio inicial e complementadas por um argumento introdutório que poderá ser lido no início de cada capítulo do livro. No primeiro encontro as perguntas norteadoras foram: Por que colocar NósOutros Gaúchos em questão? Quais são nossos sintomas sociais? Qual o mal-estar e sofrimento que produzem? No segundo: Quais são as raízes e seus desdobramentos contemporâneos que conformam a cultura do RS? No terceiro: Quais são as expressões dos conflitos de base do RS em seus diversos campos de expressão cultural? No quarto: Qual a visão dos outros sobre a cultura gaúcha e os modos de ser dos gaúchos? No quinto e último encontro: Quais as questões e sintomas sociais de nossos vizinhos e como os enfrentam?

Os textos a seguir articulam respostas a essas e a outras questões sobre NósOutros, sempre inconclusivas por princípio, além de levantarem novas interrogações na perspectiva de abertura à continuidade dos debates e busca de melhores soluções para nossos conflitos e impasses. São transcrições das falas dos palestrantes, sendo que muitos foram retrabalhados a critério de cada autor.

Além desta publicação, o projeto NósOutros Gaúchos compreende uma plataforma virtual que pode ser acessada pelos leitores interessados em assistir às gravações dos encontros através do site www.ufrgs.br/difusaocultural/nosoutrosgauchos

Outros aspectos a serem ressaltados neste livro são a proposta de diálogo entre os textos, o design gráfico e as obras de arte que compõe a edição. Nesse sentido, os encontros do seminário foram ambientados entre as obras da primeira exposição do acervo do Instituto de Artes da UFRGS, permitindo um recorrido da história da arte no Estado, contextualizando os debates.

Enfim, a obra busca registrar no próprio design gráfico a sobreposição e interação das diferentes leituras propostas pelo conjunto das atividades, das autoras e dos autores e das ideias mantendo as interrogações expostas em aberto e propondo assim a continuidade dos debates com você, leitor e leitora.



A Presença da arte no diálogo

O Departamento de Difusão Cultural concebeu e produziu junto com o Instituto de Artes, ambos da UFRGS, a exposição “Presença do Acervo da Pinacoteca Barão de Santo Ângelo nos Oitenta anos da Universidade”. O Salão de Festas recebeu obras de arte – pinturas e esculturas – que cronologicamente percorrem um longo percurso da arte no Rio Grande do Sul.

De certo não teríamos espaço melhor para realizar os encontros pois as criações, além de demonstrar o trabalho de artistas professores do Instituto de Artes, compõe um diálogo entre a produção modernista e contemporânea ao contar a história da arte no Estado. Para aproximar e construir o diálogo com o NósOutros Gaúchos, fizemos uma conversa com os curadores – Blanca Brites e Paulo Gomes – que nos acompanharam numa visita guiada inspiradora e

que assistiram todos os encontros. Cada participante, para chegar até o ambiente cuidadosamente construído para os diálogos, atravessou a exposição contemplando as obras da exposição.

A cada encontro, também para dialogar com o tema e proporcionar que desfrutássemos das conversas em toda sua potencialidade, produzimos pequenos excertos de espetáculos com artistas que conduzem sua música ou performance inspirados nos caminhos do Rio Grande do Sul questionando e complexificando a gauchidade.

Histórias deste Canto do Mundo, interpretado por Deborah Finocchiaro, que de uma forma bem humorada conta os causos da história conflituada do Estado sempre entre dualismos partidários, de gosto, de territórios. Deborah preparou um *pocket-show* do projeto que é maior e que vai além de curiosidades: reúne textos, músicas, excertos de memórias, contos urbanos, grandes crimes, lendas para transmitir o espírito de um povo e de um lugar.

Maria Ivone dos Santos, antes da sua fala e junto com ela, numa outra modalidade de apresentação e através de outro suporte artístico, artes visuais. Apresentou o Projeto Ponte de Pedra narrado neste livro, no segundo encontro. O projeto questiona sobre os espaços urbanos, as relações com a água e onde, as mudanças, o apagamento da memória e onde estão as marcas deste apagamento na cidade de Porto Alegre.

As Técnicas Corporais são transmitidas através da tradição, diz o antropólogo Marcel Mauss. São pré-reflexivas. Praticamos e pronto. Para percebê-las precisamos fazer um exercício de estranhamento. O projeto apresentado por Inês Marocco mostrou o exercício de representação das técnicas corporais do laço, do rodeio, do pealo com o grupo de estudantes de Arte Dramática. Mais um pedaço deste mosaico de situações, pensamento-jeito-de-ser do gaúcho nas suas atividades campeiras e cotidianas. Este projeto nos colocou diante de questionamentos do tipo o que nos aproxima e o que nos distancia deste gaúcho que não é só a expressão gentílica mas o trabalhador e suas lides cotidianas no campo.

Pirisca Greco e Techo Cabral são dois nomes muito representativos da música do Rio Grande do Sul. Pirisca vindo de Uruguaiana mas cantando o Estado inteiro com seu violão que tanto conversa com o Rio Grande contemporâneo e urbano como com as tradições, o ritmo. Techo Cabral parceiro de estrada, acompanhou com a flauta transversal fazendo um duo pouco usual e ousado quando se trata

da música gaúcha. A apresentação propôs a conversa sobre as mudanças e as permanências na cultura gaúcha realizando uma mediação que só a música e a sua interpretação podem realizar.

A coreógrafa e bailarina, também professora do Curso de Dança da UFRGS, Lizete Arnizaut Vargas dirigiu a coreografia da estudante e bailarina Andressa Pereira do mesmo curso. Por entre as obras de arte, Andressa dançou e sua performance nos mostrou outra possibilidade de se relacionar com a exposição e também questionou os registros corporais masculinos no Estado.

Para fechar nosso projeto, no Seminário final Borghettinho e a Fábrica de Gaiteros nos presenteou com uma apresentação. A Fábrica localizada em Barra do Ribeiro reúne mais de vinte crianças e adolescentes que aprendem desde fazer a própria gaita de oito pontos até tocá-la e afiná-la. Uma apresentação que colocou no palco do Salão de Atos mais de vinte músicos tocando uns para os outros para nosso desfrute. O projeto lida com a transmissão da tradição atualizada pela geração e pela sociedade do entorno. Na noite, Vitor Ramil e Flávio Azevedo fizeram uma aula-espetáculo tendo como mote a obra de Vitor Ramil e sua interpretação do Rio Grande do Sul e os jeitos de viver nele.

A presença da arte através de todos estes suportes mencionados foi decisiva não só no formato que demos aos encontros como na proposta de diálogo colocada.

Por que colocar NósOutros Gaúchos
sintomas sociais? Qual o mal-estar

em questão? Quais são nossos
e sofrimento que produzem?

Deborah
Finocchiaro

Luiz
Oswaldo
Leite

Encontro

Donald
Schüler

Tau
Golfin
Jaime
Betts

A primeira condição para modificar a realidade
consiste em conhecê-la.

Eduardo Galeano





69/80

[Handwritten signature]



134/150

Sonhos

Ulysses Bôscolo

Ulysses Bôscolo. Sonhos, xilogravura, 2008.



Deborah Finocchiaro

Bacharel em Interpretação Teatral pela Faculdade de Artes Cênicas da UFRGS. Atriz, diretora, locutora, apresentadora, roteirista, autora e produtora. Trabalha no teatro, cinema, televisão e rádio desde 1985. Em 2006 criou a Companhia de Solos & Bem Acompanhados, e dela fazem parte as peças que atua e dirige. Em 2014 foi a artista homenageada do 21º Festival Internacional de Teatro Porto Alegre Em Cena, ganhando a biografia “A Arte transformadora”.

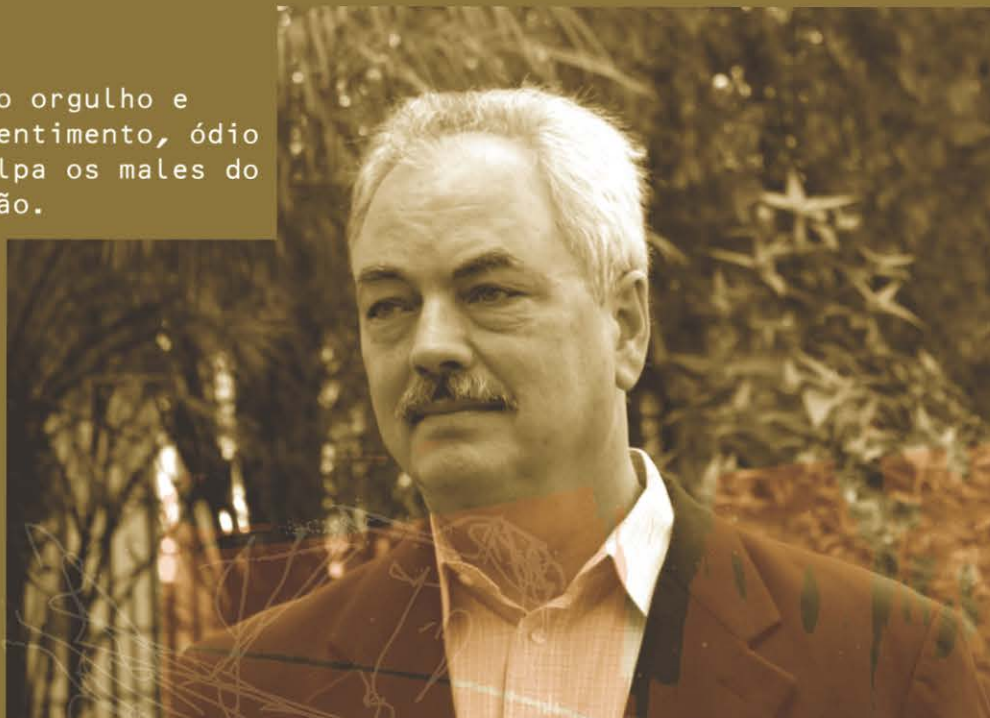


O gaúcho: não ser para ser.

Donald Schüller

Doutor em Letras e Livre-Docente pela UFRGS, onde foi professor titular em língua e literatura gregas e recebeu o título de Professor Emérito. Publicou e traduziu obras importantes da literatura, como *Antígona*, *Édipo em Colono* de Sófocles e *Os Sete contra Tebas* de Ésquilo. É autor de uma das duas únicas traduções integrais existentes no mundo do romance *Finnegans Wake* de James Joyce. Atualmente, atua como conferencista e professor em várias instituições e universidades.

Muito orgulho e ressentimento, ódio e culpa os males do RS são.



Jaime Betts

Psicanalista, membro da Associação Psicanalítica de Porto Alegre - APPOA. Psicólogo, especialista em Psicologia Clínica e em Psicologia Organizacional e do Trabalho. Diretor Executivo do Instituto APPOA – clínica, pesquisa e intervenção em psicanálise (2012-2016).

Uma cultura que mata os avós



Tau Golin

Historiador e jornalista. Pós-doutor em História pela Universidade de Lisboa (2010), doutor em História ibero-americana pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2000), mestre em História do Brasil pela PUCRS (1996), graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1994), mestre em navegação pela Marinha do Brasil (2007), professor de navegação pela ISAF - International Sailing Federation (2003).

Fomos antes de
tudo socráticos.



Luiz Osvaldo Leite

Professor Emérito da UFRGS em 2008. Filósofo, foi diretor do Instituto de Psicologia da UFRGS. Publicou inúmeras obras, capítulos de livros e artigos, da área de Filosofia, Educação Ética, História, Psicologia e Teologia. Membro do Comitê de Bioética do Hospital de Clínicas. Recebeu entre os títulos honoríficos Medalha Cidadão de Porto Alegre; Prêmio Joaquim Felizardo na área da Memória Cultural; Troféu Destaque UNITV; Troféu Açorianos de Música – Menção Especial; Comenda do Liceu Musical Palestrina e Comenda Santa Cecília (Osipa).

Encontro

A proposta do primeiro Encontro Temático é tentar entender melhor as origens de nossos conflitos, e das dificuldades que encontramos, enquanto sociedade, para superar rivalidades e desconfianças. Várias perspectivas e campos de saber contribuirão para este debate. O ponto de partida poderá ser o reconhecimento do fato de que o eu é outro, e o nós são outros, ou seja, que nós nos constituímos, enquanto sujeitos, ou enquanto sociedade, a partir das relações de alteridade que mantemos. Ou ainda, que toda a sociedade moderna é formada por muitos outros que, em maior ou menor medida, produzem traços comuns, que possibilitam que se reconheçam enquanto nós, NósOutros.

Na cultura de um lugar e de suas gentes, aos modos mais ou menos predominantes de solucionar conflitos nominamos sintoma social. Um sintoma social é uma formação de compromisso, com características das partes conflitantes.

Conflitos são da condição humana, seja como conflito psíquico subjetivo, seja como conflito no laço social. As relações sociais, implicam necessariamente certo mal-estar em função das renúncias necessárias para que o convívio entre os seres humanos seja possível.

Quando um sintoma social deixa de ser uma estratégia de conciliação, não satisfazendo minimamente segmentos representativos do laço social, ele produz um sofrimento intenso o bastante para motivar a procura por melhores soluções. Quando estas não são encontradas, a tendência é descambar em direção à intolerância, à violência e à barbárie.



O povo gaúcho
é uma colcha
de retalhos.





II Cláudio

II Cláudio

Jaime Betts

Partimos da questão colocada para o Primeiro encontro do projeto NósOutros Gaúchos: Por que colocar NósOutros Gaúchos em questão? Quais são nossos sintomas sociais? Qual o mal-estar e sofrimento que produzem?

A dificuldade de se chegar ao consenso no RS é muito grande. Gaúchos que já viveram ou trabalharam fora do Rio Grande constatarem que a dificuldade de fazer as coisas acontecerem por aqui é bem maior quando comparada a outras regiões do país. Quem vem de fora tem a mesma percepção de que aqui é mais difícil do que no resto do Brasil. Talvez esse seja um dos poucos consensos que temos entre nós. Numa discussão, as opiniões logo se polarizam uma contra a outra e facilmente entramos numa disputa paralisante, pois uma procura se sobrepor à outra. Entre tantas opções, que projeto realizar em nosso Cais do Porto é um bom exemplo dessa dificuldade que se arrastou por décadas e que corre o risco de se estender por mais tempo.

São maniqueísmos belicosos inscritos na cultura riograndense que se revelam de muitas formas. Como na expressão frequentemente utilizada de que a caranguejada torce contra quem procura realizar. A expressão caranguejada vem da anedota do caranguejo no RS: quando um está conseguindo sair do cesto, logo vem outro que o puxa para baixo, o resultado sendo que nenhum consegue sair. É o grenalismo, uma rivalidade que promove a cultura da secação, do gozo de torcer contra, que expressa que no fundo quase vale mais que o outro perca que o próprio ganhe. É a pergunta desconfiada “O que tu vais ganhar com isso?”, diante de uma proposta qualquer.

Enfim, por que é tão difícil chegar ao sim no RS? A situação crítica atual em que se encontram a economia e as finanças do Estado aponta o quanto ao longo de muito tempo essa maneira de pensar tem prejudicado a comunidade rio-grandense, impedido que se chegue a um necessário acordo sobre como solucionar nossas diferenças de forma mais construtiva.

Levando em consideração que um sintoma social é uma formação de compromisso, solução de qualidade variável, entre as partes em

conflito, os sintomas sociais descritos acima são ‘soluções’ de má qualidade, cujo esgotamento atual torna-se evidente e o mal-estar se generaliza.

Analisar as raízes dos conflitos que estão na base dos sintomas sociais do RS e das formas de gozo que nos ligam a eles abre a perspectiva, uma oportunidade para que melhores soluções possam ser construídas. Quais são as raízes de nossos conflitos, quais suas formas de cristalização imaginária, e quais as formas de gozo que nos atam de forma compulsiva ao nosso sintoma cultural?

Começamos pelo Hino Rio-grandense. Somos um dos poucos estados do país, senão o único, em que as pessoas conhecem a letra de cor e cantam o hino em altos brados, às vezes, como já aconteceu em estádios de futebol, sobrepondo-se ao hino nacional. Isso caracteriza um problema: o ego do gaúcho. Ele é muito espaçoso, e se leva por demais a sério: “Sirvam nossas façanhas de modelo a toda terra”. Como é que podemos cantar isso com convicção e com muito orgulho? Propor-se de modelo a toda terra? É um caso de narcisismo galopante. Ouve-se nos estádios a massa cantando “Eu sou gaúcho com muito orgulho...”. De onde vem tamanha necessidade de autoafirmação? Nós temos qualidades, certamente, mas não é pra tanto. O hino que cantamos contém uma exaltação narcísica desmedida.

Por que tamanho orgulho narcísico é um problema? Uma primeira consideração é lembrar que no mito grego, Narciso morre de fome e de sede, pois, encantado, não consegue e nem quer se desgrudar de sua bela imagem refletida nas águas, e qualquer movimento de matar a sede ou a fome desmancharia sua reflexão no espelho líquido. Excesso de narcisismo paralisa. Por não poder se descolar de sua imagem, Narciso morre. Padecemos de uma paralisia narcísica do tipo do contra, por sorte parcial. Do contra, pois dois Narcisos logo entram em disputa um contra o outro, numa fogueira de vaidades desconfiadas.

A exaltação da data do 20 de setembro, cantada no hino rio-grandense, comemora o início de um conflito que perdemos. Décio Freitas ressalta que o RS é um dos poucos casos em que os vencidos contam a sua história. Isso certamente é um dos fatores que nos induz a enaltecer as nossas façanhas, pois permite puxar

um véu sobre a derrota, as rivalidades e cisões existentes entre os comandantes farroupilhas, bem como recalcar os horrores da guerra.

Freud e Lacan ressaltam a questão do narcisismo da pequena diferença. Muitos dos conflitos da humanidade foram e são desencadeados pela exaltação narcísica dessas pequenas diferenças que promovem o fundamentalismo intolerante e excludente da alteridade. Trata-se da pequena diferença entre um traço de identificação e outro. Um lenço branco, um lenço vermelho, chimango X maragato, motivo suficiente para desencadear um duelo de vida ou morte. Um pai-da-língua espanhola e um pai-da-língua da língua portuguesa numa relação de exclusão mútua, como veremos a seguir.

O diferente no registro do imaginário é insuportável, intolerável. Narciso prefere morrer ou matar a suportar não ter a sua imagem refletida tal qual pelo o outro. Embora a imagem de si mesmo venha sempre do outro, no narcisismo, qualquer diferença refletida pelo outro, por mínima que seja, torna a imagem refletida de si mesmo estranha e intolerável.

A diferença se torna suportável e dialogável apenas a partir do simbólico. É o que permite que o nosso lado narcísico se dê conta de que o eu é outro, como dizia Rimbault. O Outro da linguagem (Lacan, 1993) – Outro com maiúscula, Outro simbólico – é que permite que haja diálogo com a diferença, que seja praticável conviver com a alteridade. Em quê e onde entre nós o simbólico falha, permitindo que esse narcisismo da pequena diferença tome a dianteira?

Uma segunda consideração é de que tamanha exaltação narcísica, de propor-se como modelo a toda terra, indica também que no fundo o sentimento é justamente seu contrário. Trata-se do ressentimento de que nossas façanhas, talvez de tantas guerras lutadas em defesa de nossas fronteiras, não foram devidamente reconhecidas pelo Império, dominada pela oligarquia cafeeira paulista. Nossa hipótese aqui é de que a história cultural do Rio Grande carrega um traço identificatório de ressentimento. O ressentido, identificado a esse traço, se queixa de que o outro não o reconhece, que deveria reconhecer suas qualidades e lhe dar o devido lugar de prestígio, mas não o faz. No ressentimento, o sujeito culpa o outro por um desejo que não foi capaz de sustentar, que de alguma forma renunciou, não buscando a realização de seu desejo e culpando o outro pela sua não realização.

Segundo Maria Rita Kehl, “ressentir-se é sempre atribuir a um outro a responsabilidade por nossos atos e decisões.”

Historicamente, o Rio Grande, em sua condição de território de fronteira, de conquista tardia em comparação ao resto do país, sempre teve um pé dentro e um pé fora do império, sendo ora território espanhol, ora português. Muitos dos oligarcas pecuaristas se viram atravessados por duas línguas, em maior ou menor medida. Esse binarismo linguístico existiu num contexto de conflito armado por muitos anos, o que não foi, nem é habitualmente, sem consequências, como veremos adiante. O ressentimento gaúcho diz respeito à cisão histórica traumaticamente deflagrada com a Revolução civil Federalista, em que o reconhecimento de um pai-da-língua implicava um não reconhecimento, uma desqualificação e compulsão à eliminação do outro pai-da-língua. O resultado é que o sujeito se percebe em permanente estado de tensão e de oposição interna, pois reconhecer um lado implica estranhar, sentir-se ameaçado e recusar um outro lado de si mesmo.

Uma terceira consideração, situando o conceito de pai-da-língua mencionado acima. As línguas da conquista e colonização do RS colocam uma questão crucial: quando falamos, falamos em nome de alguém ou de algo que nos dá um lugar de enunciação e nos autoriza a falar desde esse lugar. Se a língua materna faz o necessário acolhimento do infante humano, a língua paterna insere o sujeito na língua socialmente falada. Permite ao sujeito sair do mamamês interditando o primordial laço materno incestuoso, possibilitando a inserção na língua compartilhada no social. A instância simbólica nome-do-pai interdita a relação incestuosa do mamamês e designa ao sujeito um lugar autorizado de enunciação. Essa autorização que dá um lugar ao sujeito no laço social cria o que se denomina em psicanálise de dívida simbólica paterna. Devemos à função simbólica do Nome-do-Pai um lugar de enunciação.

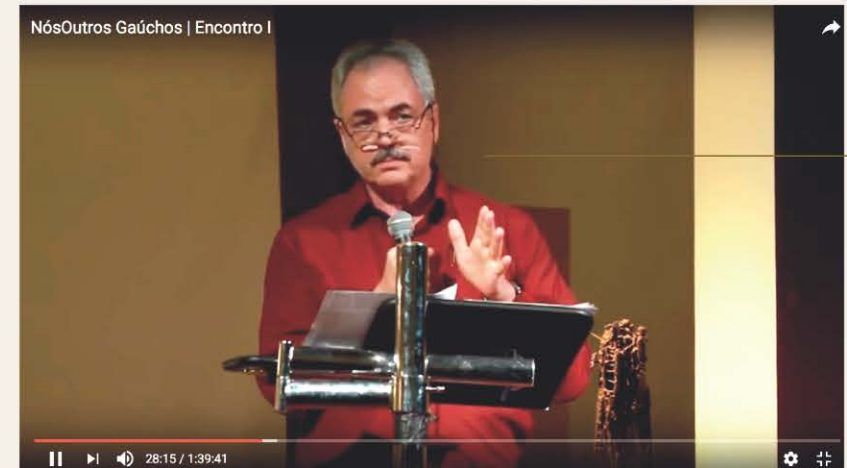
O pai-da-língua, por sua vez, embora cumpra uma função simbólica de nome-do-pai, facilmente desliza para a posição imaginária de comparação, defesa, conflito e de luta de puro prestígio de vida ou morte entre diferentes pais-da-língua, acentuando o narcisismo da pequena diferença em que apenas uma língua poderá sobreviver. Veremos como isso foi um fator determinante no conflito Federalista de 1893.

Antes da política de imigração que trouxe inicialmente os alemães ao estado – e depois italianos e poloneses entre outras etnias – as duas línguas dominantes em constante interação na região eram o português e o espanhol. O que implica dois pais-da-língua diferentes e dívidas simbólicas paternas distintas. Cabe lembrar aqui que as comunidades indígenas e suas línguas foram praticamente exterminadas nos séculos XVIII e XIX, embora tenhamos herdado muitos de seus vocábulos e práticas, cuja origem é recalçada.

São poucos os lugares do mundo onde comunidades que falam línguas diferentes se dão bem. Por quê? A língua faz parte fundamental da identidade de cada um, bem como a questão de qual pai autoriza falar em qual língua. Por não serem devedores do mesmo pai-da-língua, conflitos surgem na interação entre as comunidades que falam línguas distintas, e tendem ao desentendimento e rompimento dos laços, de forma mais ou menos violenta. Mas o confronto no fundo se dá pela defesa narcísica que comunidades linguísticas distintas fazem da filiação aos seus respectivos pais-de-língua, confronto em que o narcisismo da pequena diferença pode levar a movimentos identitários separatistas ou mesmo embates mortíferos.

Veja-se, por exemplo, o plebiscito realizado no Canadá para decidir pela separação ou não do território francófono do anglófono. Embora tenha se resolvido de maneira pacífica, a questão se colocou para os canadenses. Por estreita margem decidiram manter a convivência sob a bandeira de um só país.

Numa quarta consideração, buscamos entender quais são os traços da nossa história que se repetem contemporaneamente nesses sintomas. A leitura que a psicanálise faz da história leva em consideração que as marcas, os traços inscritos no percurso histórico, repetem-se na atualidade. O passado se faz presente através da compulsão à repetição. As marcas do passado se fazem presentes repetindo velhas formas estereotipadas, ou, sob novas leituras das



mesmas, abrindo o horizonte à produção de novos significados, renovando o laço social. Do ponto de vista da psicanálise, as marcas que se repetem são traços introjetados a partir dos objetos, das pessoas, das experiências vividas. Esses traços podem ganhar novas significações conforme as interpretações que lhes são atribuídas em cada época. Entretanto, muitas vezes repetimos o traço atribuindo-lhe o mesmo sentido em função do gozo que a repetição do familiar e narcísico propicia.

A partir de um levantamento de alguns desses traços históricos de identificação, podemos abrir o debate a respeito de quais interpretações dos mesmos dificultam nossa trajetória atual. Interessa pensar, a partir disso os capítulos esquecidos, recusados, desmentidos de nossa história, pois são os que mais exercem sua influência repetitiva sobre o percurso contemporâneo. Novas leituras dos mesmos podem dar lugar a perspectivas inovadoras e mais interessantes.

Alguns desses traços vem do tempo do Tratado de Tordesilhas (1494), que marcou durante séculos um território excluído do Império Português, e mais tarde objeto de uma disputada conquista do território do RS: nossas atuais fronteiras foram definidas na base da luta, da guerra a ferro e fogo, à custa de muito sangue. Primeiro, tropeiros portugueses – paulistas sobretudo – vieram aqui atrás de gado para alimentar as fazendas de café e também de índios para

servirem de escravos. Muitos desses tropeiros acabaram ficando por aqui, sendo recompensados pela coroa portuguesa, pelo Império, ganhando sesmarias em troca de seus serviços militares de defesa das fronteiras e participação nas guerras que o Império travou com nossos vizinhos. Foram acumulando terras por doação imperial ou conquistadas à força e foram se tornando a oligarquia pecuarista, estancieiros e senhores da guerra, cada um com seus peões/soldados. Travaram muitas lutas contra os espanhóis, com os índios e exterminaram os sete povos das Missões. O Império achou por bem criar no século XIX uma política de imigração e colonização do norte da província com o duplo objetivo de ocupar o território ameaçado de invasão estrangeira e de contrabalançar a oligarquia composta por esses senhores da guerra. O processo de colonização começou com os imigrantes alemães em 1824, seguidos pelos italianos e polacos, entre outros, depois do término do conflito Farroupilha.

A Revolução Farroupilha (1835-1845) foi desencadeada pelo descontentamento da oligarquia pecuarista com a política imposta pelo império de comprar o charque do Uruguai, que era mais barato, favorecendo a oligarquia cafeeira paulista, que precisava alimentar seus escravos. Por outro lado, eram estabelecidos impostos altos na importação dos subsídios necessários para a produção do charque no RS, encarecendo sua produção. A economia regional tinha uma posição subsidiária, fornecendo elementos para o resto do país, dependente da política (de preços e impostos) estabelecida pela oligarquia cafeeira paulista dominante.

A guerra começou em 1835, num conflito que durou 10 anos. Os farroupilhas declararam uma república independente do Império, a República Rio-Grandense. A paz foi negociada em 1844-45 pelo então Barão de Caxias, concedendo que a história fosse contada pelos farroupilhas derrotados. Um dos episódios mais covardes e vergonhosos na negociação do final da guerra foi o massacre de Porongos. O Corpo de Lanceiros Negros, sob o comando do General David Canabarro, foi desarmado e covardemente massacrado. O General passou o resto de sua vida negando que tenha autorizado a traiçoeira matança. Os negros lutaram pela República Rio-Grandense em troca da liberdade, proclamada como princípio da Revolução. Tamanha traição deixou em nossa história um fundo de ódio e

culpa social que se procura ocultar em nossos dias com um véu de exaltação narcísica dos farroupilhas e de seus próceres. Promove-se também dessa forma um apagamento da memória de tal episódio e o silenciamento das injustiças sociais cometidas hoje contra os afro-brasileiros, promulgando o mito gaúcho da igualdade e camaradagem entre estancieiros e seus peões.

A libertação dos lanceiros negros entravava as negociações de paz, pois o Império considerava que sua liberdade precipitaria um movimento abolicionista em outras regiões. As indenizações e dívidas contraídas para sustentar o conflito, a serem pagas pelo Império aos revoltosos, geraram a cobiça dos farrapos, desencadeando uma onda de notas frias e uma disputa fervorosa pelo dinheiro.

A paz negociada duraria até 1893, quando as sequelas e dissidências já existentes entre os comandantes farroupilhas se deflagrariam na Revolução Federalista, chamada de Revolução da Degola. Trata-se do episódio mais violento e sangrento da história do RS, uma guerra civil da qual pouco se fala devido a toda sorte de atrocidades, castrações, estupros, saques e degolas cometidos entre as facções dominantes em luta. Toda essa violência infame acontecia com a autorização dos comandantes de ambos os lados.

A Revolução da Degola deixou uma herança de ódio e de vingança entre irmãos ainda não elaborada no laço social gaúcho. Em 1896, “A cidade (de Porto Alegre) dava testemunho de uma terra encharcada de sangue, despedaçada por lutas, envenenada por ódios, regada com lágrimas.” (Freitas, 1999, p. 165). Trata-se de uma herança hedionda, mal resolvida, que constitui o pano de fundo recalcado de muitos dos sintomas sociais de intolerância e da bipolaridade do-contra que se apresentam na cultura contemporânea do RS.

O bloco histórico da oligarquia pecuarista é rompido em 1893, tendo como representante dos federalistas, Gaspar Silveira Martins e dos republicanos, Júlio de Castilhos. Décio Freitas escreve um livro sobre Júlio de Castilhos intitulado “O homem que inventou a ditadura no Brasil”. Apoiado pelo seu Partido Republicano Rio-Grandense, ele criou sozinho uma constituição em 1891 que fundou a ditadura constitucional científica positivista no RS. Como toda ditadura, foi despótica, cruel e extremamente autoritária. O positivismo local considerava que tudo que fosse contra a ordem e o progresso tal

qual proposta pelo partido Republicano Rio-Grandense – entenda-se Julio de Castilhos e depois Borges de Medeiros – era considerado caso de polícia e motivo de perseguições, assassinatos e desapropriações. Segundo Freitas (1999, p. 107), “a única coisa que unia aos caudilhos federalistas era o ódio comum a Castilhos”.

As duas facções alimentavam os ódios e difamações através da imprensa de cada partido, ambas buscando legitimar suas posições sectárias e angariar apoio. Dentre os argumentos utilizados em sentido difamatório pelos republicanos, estava o de afirmar que os federalistas eram estrangeiros, aparentados aos uruguaios e aos espanhóis radicados no Uruguai oriundos da região da Maragateria da Espanha, de onde tiraram a expressão pejorativa de maragatos para designar aos federalistas.

O fundamento da constituição positivista de 1891 era de que o poder executivo, o presidente, detinha o poder total e absoluto. Os poderes Legislativo e Judiciário eram para constar, pois lhes cabia aprovar os atos, leis e contas do executivo. A ditadura constitucional científica positivista durou 33 anos, pois sua constituição permitia a reeleição ilimitada, conquistada à base de eleições fraudulentas. Divergências ou oposição eram consideradas subversão da ordem, sendo violentamente reprimidas.

Vem do positivismo o lema “ordem e progresso”, estampado na bandeira nacional por ocasião da proclamação da República. O positivismo foi muito forte aqui sul, e no resto do Brasil particularmente nos colégios militares, formando muitos dos generais que comandaram o golpe civil-militar de 1964. “Seguindo o modelo castilhista, Vargas estribou sua ditadura numa constituição que estabelecia regras jurídicas a serem observadas.” (Freitas, 1999, p.201). “E a segunda versão nacional do invento castilhista foi o regime militar de 1964, que se baseou numa constituição que mantinha as instituições dos três poderes, mas o único poder real residia no chefe do executivo.” (Freitas, 1999, p. 202).

Segundo Moacir Flores (1993), a intolerância dos líderes políticos de ambos os lados e a intransigência de Julio de Castilhos levou à guerra civil como única opção para a oposição. Uma guerra civil é uma guerra fratricida, de irmão contra irmão. Se as guerras são traumáticas e sequelantes por gerações, uma guerra civil é pior, pois é moralmente devastadora, destroçando laços sociais e laços familiares. A Revolução da degola matou mais de 10% da população do Estado. A psicanalista Maria Auxiliadora Sudbrack denominou o período como sendo “o Holocausto no Pampa” (1993).

Segundo Décio Freitas (1999), a partir de um diário que ele descobriu de um correspondente internacional do Tribune, chamado A. Bierce, ele constatou que o saldo dessa Revolução da degola foi o ódio, um ódio que permeava o clima das cidades gaúchas.

Além da herança de ódio e de vingança deixadas pela Revolução Federalista, temos recalcado pela exaltação das nossas façanhas o discurso positivista dos republicanos que afirmava uma ideia pseudo-científica da superioridade racial, que permitira não apenas uma posição de domínio do estado no país, mas “o RS seria o único local do Brasil onde surgiria uma grande civilização porque não tinha influências da cultura negra.” (Flores, 1993, p. 15).

Finalizando, o que é o ódio? O que é uma cultura de ódio? O que decorreu do ódio como herança? Podemos ver o ódio e a intolerância e violência decorrentes da Revolução Federalista como trauma mal resolvido e pano de fundo dos sintomas sociais referidos no início do presente artigo. O ódio forma um círculo vicioso, pois é o resultado e, ao mesmo tempo, o que promove a falha simbólica do narcisismo da pequena diferença. O ódio é um ponto cego contra o qual nos chocamos como sujeitos, é um verdadeiro câncer no laço social, é o rechaço do significante da diferença. Impulsiona o narcisismo da pequena diferença ao extremo da destruição da imagem narcísica do outro e, portanto, de si mesmo. É um sentimento que remete tanto à execração quanto ao ato de destruição. Quando o ódio toma conta o sujeito, ou dos grupos sociais, quando o discurso do ódio toma conta, uma comunidade se vê presa de um maniqueísmo onde o olhar do outro torna-se persecutório: “como ele se atreve a me olhar”, desencadeando os mecanismos do rechaço absoluto (Hassoum, 1999).

O ódio também está na raiz da intolerância racial descrita pelos positivistas da velha república. O sujeito possuído pelo ódio, uma comunidade possuída pelos laços sociais do ódio, é devorado por esse ódio. Chega a forcluir, a eliminar, a excluir alteridade. Tomado pelo ódio, o sujeito ou uma comunidade se abstém progressivamente de frequentar o estrangeiro, e o que lhe é estrangeiro torna-se cada vez mais estendido e rechaçado, pois quer apenas o que lhe é cada vez mais igual, mais semelhante.

Segundo Freitas (1999, p. 201), entre as décadas de 1890 a 1930 “o Rio Grande do Sul viveu durante quase quarenta anos dividido pelo ódio, num virtual estado de paz armada.” A questão que se impõe aqui é a de até que ponto a guerra surda do ódio se mantém viva hoje no laço social gaúcho?

Agora, trazendo à lembrança esses traços de nossa história, encerro ponderando o seguinte: pensando bem, se comparando à barbarie das diversas guerras de conquista do território do que veio a ser o estado do RS e com as atrocidades infames da Revolução Federalista de 1893, o grenalismo e a ‘caranguejada’ paralizante são avanços civilizatórios. Ainda mais se comparada à ditadura parlamentar da primeira república no RS, a democracia atual também é um avanço. Avanços que sinalizam, entretanto, que temos ainda muito que simbolizar. Ou seja, muito orgulho e ressentimento, ódio e culpa os males do RS são.¹

Bibliografia

FLORES, Moacir (Org.). *1893-1895 A Revolução dos Maragatos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

FREUD, Sigmund. *Mal-Estar na Civilização (1930)*. In: *Obras Completas da Edição Standard*, vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

¹ A frase faz alusão à expressão usada por Mario de Andrade em sua obra *Macunaíma*: “Pouca saúde, muita preguiça, os males do Brasil são”.

FREITAS, Décio. *O Homem que Inventou a Ditadura no Brasil*. Porto Alegre: Ed. Sulina, 1999.

HASSOUN, Jacques. *El Oscuro Objeto del Ódio*. Buenos Aires: Catálogos, 1999.

KEHL, M. Rita. *O Ressentimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

LACAN, Jacques. *O Seminário, Livro 2. O Eu na Teoria de Freud e na Técnica da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

SUDBRACK, M. A. Holocausto no Pampa – sobre a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul em 1893. In: *Atas da Reunião Lacanoamericana de Psicanálise de Porto Alegre*, Vol. 2. Porto Alegre: Ed. Recorte, 1993.

Luiz Osvaldo Leite

Cada um deve falar do seu lugar e a riqueza desses encontros, que hoje começamos, resultará exatamente da pluralidade dos lugares. Eu quero me ater aos pensadores gaúchos. Que características têm os pensadores gaúchos, principalmente os filósofos?

Em primeiro lugar, os pensadores gaúchos são socráticos. Todos vocês conhecem o grande filósofo grego Sócrates, inconfundível nome do pensamento grego e do universal. Ele não escreveu nenhuma obra, não nos deixou absolutamente nada escrito. Conhecemos seus pensamentos pelos seus conterrâneos: Xenofonte, Platão, Aristóteles e Aristófanes. Os gaúchos são bastante socráticos, pois escreveram muito pouco. Nesse item eu gostaria de dizer que essa análise vai até os anos 70 e 80. Pouco se escreveu em termos de pensamento, em termos de busca das causas últimas do ser, do homem e do mundo por aqui.

A nossa história cultural, diga-se de passagem, é posterior ao resto do Brasil, é do final do séc. XVIII e inícios do século XIX. Nessa época, passaram a ser nomeados os professores de filosofia. O primeiro professor de filosofia nomeado chama-se João de Santa Bárbara e não restou absolutamente nada do que ele escreveu. Inclusive, desconhecemos uma aula inaugural que ele pronunciou. Já começamos com alguém que parece não querer ser registrado. Correndo um pouco no tempo, o que nos restou dos filósofos da Revolução Farroupilha? Alguns jornalistas deixaram algum escrito nos jornais, mas os grandes líderes não produziram textos.

Se saltarmos mais um pouco e chegarmos ao que dominou bastante a primeira metade do séc. XIX, os cientificistas, materialistas, também pouco ficou. Um que registrou seu nome e depois foi eleito para Câmara e para o Senado no Rio de Janeiro, Araújo Ribeiro, que era, aliás, chamado pelos seus colegas de “o grande burro”, escreveu um único livro, não colocou título e três anos antes de morrer o denominou como “O fim da criação”. Se saltarmos ao positivismo, Júlio de Castilhos deixou muito pouco escrito. Alguns textos mais políticos que filosóficos foram publicados no Jornal “A Federação”. Deveríamos denominar seu pensamento de castilhismo ao invés de positivismo.

Em meados do séc. XIX, outra corrente forte surge no RS: foi a corrente mais ligada à igreja, o neo-tomismo. Os primeiros jesuítas que vieram pra cá em 1842 não nos deixaram praticamente nada. Não temos escritos deles e os que vêm depois, que fundam o Colégio em São Leopoldo, chamado Ginásio Conceição, agiram da mesma maneira. Uma figura que tem destaque entre nós é o nobre alemão chamado Padre Werner e que vem em 1912 para Porto Alegre e se estabelece aqui. Não havia faculdade de filosofia, apenas medicina, engenharia e direito. Esse padre dava cursos no ginásio Anchieta e formava de alguma maneira uma elite. O que ele deixou por escrito é também muito pouco.

A influência dessa corrente no RS é em parte alemã e em parte francesa. Os alemães vieram para cá e trouxeram com eles a escolástica alemã e há um grupo de capuchinhos franceses que foram expulsos da França, da Sabóia, que chegaram em 1898. O frei Pacífico de Belleveaux, foi uma grande figura de filósofo e temos alguns escritos dele. Se entramos no séc. XX e se olhamos esta Universidade e os professores que aqui estiveram desde a fundação da Faculdade de Filosofia em 1942 e 1943, também não temos grande produção.

Cabe destacar figuras importantes, inclusive uma mulher, o que era raro, pois “mulher não pensava, mulher não tem cabeça filosófica.” Havia uma professora chamada Maria Pereira que lecionava estética, era genial essa mulher. Quando Paulo Autran veio aqui para um espetáculo no Teatro São Pedro ela assistiu todas as noites a determinada peça teatral para ter a vivência estética. E era extraordinária. A família me doou o que sobrou do seu legado. Então, a geração é socrática, isso em filosofia. O próprio marxismo o é, com outra explicação, pois foi perseguido depois da Intentona de 35. Prestes é preso e outros líderes também. Havia um grande temor por estes eventos. Tarso Genro escreve sobre um texto mimeografado, que corria entre os universitários de Santa Maria como coisa rara.

Também escreveram pouco, mas em outras áreas, não só na filosofia, por exemplo, na área da educação e da pedagogia há grandes educadores do RS. Uma professora da educação, Graciema Pacheco, fundadora do Colégio de Aplicação, não escreveu praticamente

nada. Zilah Matos Totta que foi fundadora do Colégio João XXIII, também escreveu muito pouco. O que nos deixaram os grandes estabelecimentos de ensino como códigos pedagógicos? O Júlio de Castilhos, o Sèvigné, o Rosário, o Anchieta, o IPA, o Americano, e Dores? Praticamente nada. Inclusive na ciência política, onde o RS tem representantes em todas as correntes, das mais variadas concepções. Não se esqueçam que Getúlio Vargas é daqui, Prestes é daqui, Assis Brasil é daqui, Silveira Martins, Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros também deixaram registrado pouco como doutrina política. Muitos deles foram fantásticos na ação. O próprio Pasqualini escreveu ocasionalmente.

Fomos antes de tudo socráticos.

Há uma exceção que é a história e a literatura. Podemos perguntar o porquê? Porque a história tinha interesse enquanto documentava “as façanhas” que “deviam servir de modelo a toda terra”. Historiadores escrevem falando do que se fez no RS. Por exemplo, a obra de Fernando Varela em 6 volumes. A literatura é parecida com a história, pois ela enaltece o feito do gaúcho, então nesse sentido ela quer ser registrada.

Poder-se-ia perguntar por que os pensadores gaúchos não registram seu pensamento. Por modéstia? Um professor desta universidade uma vez me disse: “Não foi modéstia coisa nenhuma. Os gaúchos não escreveram por orgulho. Eles não tinham a necessária humildade. Tinham medo da crítica”. Um livro significa que tu tens que te expor. Divulgar tuas ideias que passam a ser debatidas por todo mundo. Nós somos muito críticos de nós mesmos. Talvez por isso não produzimos. Eu gostaria de jogar a ideia de que no fundo nós temos um grande complexo de inferioridade. Recorro à Freud e a seu discípulo, que brigou com ele, o Adler. Ele dizia que o complexo de superioridade não é superioridade, é inferioridade. Será que nós não sofremos um pouco disso? Gritamos muito como quem está com medo. Uma primeira característica seria esse caráter socrático do nosso pensamento.



O outro aspecto seria: somos muito passionais do ponto de vista das ideias. Nós adoramos a polêmica, adoramos a briga, adoramos a discussão e, muitas vezes, podemos perguntar se é no sentido de buscar a verdade ou no sentido de uma disputa, de um duelo? E então, basta recordar alguns grandes debates que a história registra. Alcides Maia, o primeiro gaúcho que vai à Academia Brasileira de Letras, travou uma grande disputa com um jesuíta alemão chamado Gustav Locher. Este escreveu um livro no final do século XIX que se chamava *Vade-mécum filosófico* onde atacava o positivismo. Alcides Maia escreveu artigos contra ele e há uma polêmica no *Correio do Povo* sobre esse tema. Outra grande polêmica foi a de Karl Koseritz com os jesuítas e com o catolicismo. Moyses Vellinho discutiu com Rubens Barcelos. Vale registrar a polêmica do Érico Veríssimo com Padre Leonardo Fritzen.

O padre passa na Rua da Praia e vê um livro do Érico Veríssimo na vitrine da Livraria Globo, volta para o Anchieta e escreve um poema na revista de colegial chamada *O ECO*, insinuando que o filho de Getúlio, recentemente falecido, tinha morrido por causa das imoralidades que a literatura divulga e leva um jovem a uma vida devassa. Essa polêmica dividiu o mundo intelectual do RS. É muito interessante ver a lista de quem assinou a favor do padre e a favor do Érico. Há uma tipologia e uma estatística sobre as figuras.

Poderíamos falar das contendas entre o positivismo, o catolicismo e, mais recentemente, toda a discussão que está aí, a respeito da esquerda e da direita. Mas e o gaúcho, como se define? Somos passionais. Isso é muito do nosso estilo. Por outro lado, somos excessivamente críticos de nós mesmos.

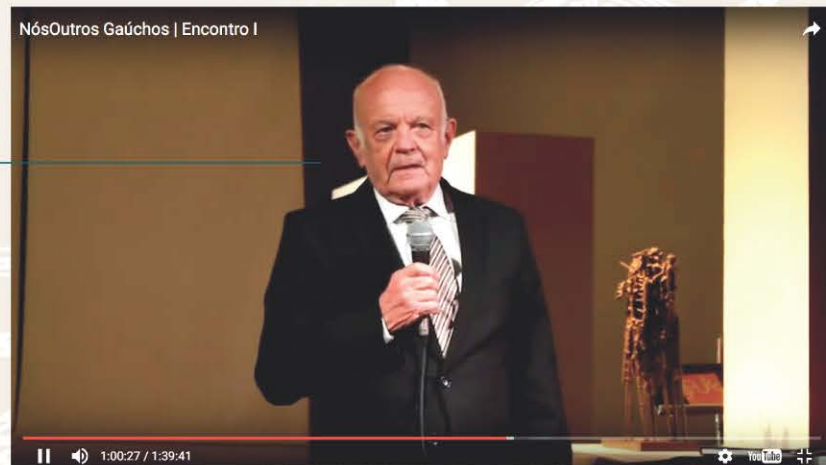
Outra característica ligada a esse espírito passional é que somos muito conquistadores. O espírito de conquista, quase de missionário, nos caracteriza. Nós queremos dominar os outros. Se eu sou positivista, todo mundo tem que ser positivista. Se sou católico, todo mundo tem que ser católico. Se eu sou existencialista, todo mundo tem que ser existencialista. É esse debate que estamos querendo aqui. Eu me lembro: quando ganhei uma bolsa e fui para os Estados Unidos da América uma coisa que me surpreendeu nas aulas é que havia cinco professores, um coordenador, outros quatro debatedores: o primeiro dava a sua opinião. Logo em seguida vinha o segundo, com uma frieza anglo-saxônica: "eu discordo totalmente do professor tal". Depois vinha um terceiro e comentava: "discordo". Aqui no RS é diferente: vamos à luta e, se tiver uma arma, ao duelo. Exemplo disso são as permanentes discussões e até promessas de vias de fato no "Sala de Redação". Nós queremos que o outro pense como nós.

Uma última característica que eu queria registrar: o nosso pensamento é muito europeu. Por isso nós também não valorizamos o índio, por isso não valorizamos o negro, mas valorizamos muito o europeu e de alguma maneira alguns setores ligados às correntes europeias desprezam também o luso-brasileiro. Isso porque julgam os Portugueses um povo inferior. Por exemplo, eu que tenho me ocupado com filosofia, aprendi desde cedo: o pensamento brasileiro, os filósofos brasileiros, são ecléticos, não sabem bem o que querem e, portanto, não podem pensar. Tem que ser Kant, Hegel, em primeiro lugar o alemão e depois serve o francês. Mas nós não somos e não temos esse cartão, esse passaporte e essa identidade que nos permite chegar a um nível mais elevado. Penso que isso se deve a um país que foi colônia. Vejam a nossa Universidade criada só final do século XIX. Ela é muito recente. Mas o português também sofria deste mal. Muitos intelectuais portugueses diziam que "aqui em Portugal só vale o que estava além dos Pirineus".

Esse aspecto socrático no pensamento eu acho que mudou. Hoje se produz muito no RS. A partir de 70 e 80, há uma verdadeira explosão de publicações com inúmeros livros, capítulos e artigos publicados em revistas especializadas e na imprensa. Mas, nos outros itens, nós continuamos os mesmos. Isso que nós somos passionais, críticos de nós mesmos. Somos europeus, uma presença europeia no sul do Brasil. Temos espírito de conquista, de guerra, de missão. Era o que eu tinha a dizer.

Donaldo Schüller

Desde a apresentação de Deborah Finocchiaro, que declamou textos conflitantes na abertura destas reflexões, desde as considerações de Jaime Betts, que falou de uma ferida aberta no corpo do Rio Grande do Sul, enfatizando a revolução de 1893, uma das mais sanguinolentas do Estado, desde a produção filosófica, salientada por Luiz Osvaldo Leite, fica evidente que escrita e cultura oral – forte aqui, forte em todo o Continente americano – se misturam.



Na verdade, nós nos constituímos a partir da escrita, ou melhor, a partir de um traço no Globo terrestre, o traço do Tratado de Tordesilhas que dividiu o Globo, favorecendo as duas potências colonialistas do séc. XV e séc. XVI, Portugal e Espanha. Este traço vinha aproximadamente de Belém do Pará até Laguna em Santa Catarina e dividia o mundo em dois pedaços. Tivemos uma ferida, o traço foi uma ferida. Com a vinda de Cabral à Bahia, começou o povoamento da parte portuguesa. Nasceu o desejo da coroa portuguesa de chegar ao Rio da Prata. Pensava-se que por essa via fluvial escoariam os metais descobertos nos Andes, coisa que nunca aconteceu. Em todo caso, os motivos econômicos foram predominantes na ocupação do território. A transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro obedecia ao desejo português de chegar ao Prata. Os espanhóis subiram pelas

correntes do Prata. As Missões espanholas atravessaram o rio Uruguai e se espalharam pelo território que hoje constitui o Rio Grande do Sul. Trouxeram o gado vacum para alimentar a população indígena, aldeada no território das Missões, tribos nômades foram fixadas, o gado supria a necessidade de proteínas.

No início do séc. XVIII descobriram-se as primeiras minas de ouro em Minas Gerais. Aí aconteceu a grande vinda de portugueses ao Brasil. A língua portuguesa foi implantada nesse período, sendo que antes falava-se a língua geral, o tupi-guarani. A administração portuguesa concentrou-se na mineração em Minas Gerais. Faltou alimento. Aí vieram os bandeirantes a estas bandas, atraídos tanto pelo gado que proliferava solto nas coxilhas como para escravizar os índios já cristianizados. Foi uma luta de cristãos contra cristãos, o que mostra que os interesses econômicos estavam muito acima dos interesses espirituais proclamados. Os bandeirantes vieram para prear índios e pra levar animais até o centro da mineração e da agricultura canavieira que se desenvolvia no centro da administração portuguesa. Criou-se o primeiro esboço daquilo que se chamou gaúcho. A ocupação masculina, atraída pelo gado, desorganizou a vida indígena. Nas lides do campo, o sangue bandeirante e o sangue indígena se misturam.

Em 1680, Portugal fundou a Colônia do Sacramento, na margem esquerda do Rio da Prata, concretizando-se assim o projeto português de chegar até lá. Justamente diante de Buenos Aires, refundada em 1580. O domínio português estendeu-se pelo litoral. E para sustentar a comunicação criaram-se portos, um deles o porto do Rio Grande, que facilitou a navegação até a Colônia do Sacramento. A cidade do Rio Grande criada no início do séc. XVIII, em 1737, se tornou o núcleo da colonização portuguesa no Rio Grande do Sul. O rei de Portugal deu aos açorianos, vindos para povoarem o território, sesmarias, essas se espalharam pelas campinas que pertencem hoje ao Rio Grande do Sul.

Pois bem, o que fizeram as sesmarias? Apropriaram-se tanto do gado como do homem que vivia em torno do gado. De modo que da criação das sesmarias, subordinou-se o homem do campo ao estancieiro. As estâncias se pareciam ao sistema agrário medieval, eram feudos, estabelecimentos agrícolas, pecuários e militares, cada estancieiro figurando como chefe militar da gente que estava dentro dos seus domínios, sistema decisivo para segurar a presença portuguesa. No séc. XVIII houve uma tentativa de reincorporar o Rio Grande do Sul ao governo de Buenos Aires. Ceballos, o invasor, tomou a fortaleza do Rio Grande como várias outras fortalezas portuguesas estabelecidas ao longo do Guaíba e afluentes. Quando Ceballos julgou-se vitorioso, entrou em choque com os estancieiros. Esses, ofereceram uma resistência inesperada, garantiram a presença portuguesa e determinaram o recuo do exército espanhol. Nossos antepassados escolheram ser brasileiros.

Conhecemos a chacina, o genocídio nas Missões. Os governos de Portugal e Espanha resolveram trocar os territórios à margem esquerda de Uruguai pelas terras portuguesas controladas por Colônia. A troca não levou em consideração as pessoas. Morreu muita gente.

No início do Brasil independente veio a colonização alemã, em 1824, novo grupo étnico. Tínhamos o gaúcho primitivo incorporado às estâncias, tínhamos os açorianos e agora, os alemães. Os italianos vieram em 1875, os judeus vieram no início do séc. XX. Como a Deborah já deixou claro, formávamos uma colcha de retalhos.

Por volta de 1850 começou a se criar o mito do gaúcho. Mito! Unidade simbólica. A ferida que nos deu origem revive simbolizada no mito. O gaúcho primitivo, depois de combatido, foi incorporado na propriedade privada, impressa na face da terra, originariamente território de todos. Quando o gaúcho primitivo não existia mais, criou-se o mito. O mito do gaúcho é então incorporado. No mito, o gaúcho aparece montado, soberano, imperador das coxilhas, defensor das fronteiras e da liberdade. Alterações culturais e étnicas mudam o significado. O referente é móvel, móvel é o significado. "Gaúcho" abriga significado móvel, impreciso.

José de Alencar, um dos arquitetos da identidade brasileira, ficcionista da geração romântica, tratou de nos definir quando

deixamos de ser portugueses. O romancista, desconsiderando a composição étnica, nos quis índios. Desencadeou-se o período indianista. Nomes indígenas designaram lugares e pessoas. Esse mesmo José de Alencar cria o gaúcho. O cearense, que nunca esteve aqui, escreveu em 1870 *O gaúcho*, um romance com as mesmas características atribuídas a *O guarani*. Poetas, ficcionistas, flocloristas, políticos, cidadãos e camponeses se uniram, aproximados pela figura mítica do gaúcho. O gaúcho, centralizador, acolheu os imigrantes. A identidade gaúcha, cultivada pela cantiga popular, pelo cancionário popular, pelo imaginário popular, entrou assim no século XX e perdura até agora. Os CTGs, Centros de Tradição Gauchesca, reconstruíram nossa identidade, apagada pelo centralismo do governo de Vargas, hostil ao federalismo e a tradições locais. O CTG olha para nosso passado como uma república em que patrões, peões e prendas convivem pacífica e democraticamente.

A população urbana cultiva o mito do gaúcho em torno de um nome reduzido de palavras e alguns símbolos: a carreta, o umbu, o ranquinho, o churrasco, o chimarrão... O saudosismo urbano fomenta a preservação do mito. Todos somos gaúchos. Sorvemos o passado na cuia, na erva-mate, significante de muitos significados, de muitas significações. O que significa ser gaúcho hoje? Reporto-me a Augusto Mayer, teuto brasileiro e um dos nossos poetas representativos, Meyer poetizou a lenda do negrinho do pastoreio em forma de oração que conclui assim:

"Negrinho santo, Negrinho,
Quero aprender a não ser!
Quero ser como a semente
Na falação de Jesus,
semente que só vivia
e dava fruto enterrada,
apodrecendo no chão."

Quero aprender a não ser para fugirmos do determinismo histórico, para evitarmos que a história de guerras, de



incompreensões, de sangue nos contamine. Partamos do não ser para reelaborar a nossa história, para inventarmos o gaúcho que queremos ser.

A identidade gaúcha é trabalho nosso, está em nossas mãos.

Tau Golin

Vim ao mundo com o cruzamento de um franco-italiano de um lado; meu pai, dizem que teve origens no Oriente Médio. A minha mãe é Torres Suzano Santos, o meu bisavô era espanhol (uruguaio), da região de Taquarembó. Minha bisavó era belga e seu pai veio para a construção da ferrovia; já o meu avô era Santos, portanto luso, negro, índio e etc. Concebido em Carazinho, nasci no Vale do Rio do Peixe. Meu avô, Luigi Golin, se transformou num italiano biriba – típico serrano, de hábitos caboclos, que briqueava mulas e também tropeava gados para os frigoríficos. Arrendava e nunca teve terra. De modo que eu passava um tempo até os 12 anos no Vale do Rio do Peixe, povoado, no geral, por migrantes do Rio Grande do Sul.

Naqueles cafundós só ia gente valente. Com familiares diretos em dois territórios de fronteiras diferentes, durante as férias de inverno e de verão eu ficava com a matriarca da minha avó, Laura Torres, em São Gabriel, RS; ou seja, integrava minha família da campanha e fronteira com o Uruguai. Portanto, eu já nasci, por vários aspectos, etnicamente, culturalmente, geograficamente, um ser de fronteira, um ser do entre-lugar. Isso me deu muitas vantagens. Quando tinha 12 anos, com a morte do meu pai, passei a morar com a minha vó gabrielense. Ela era enfermeira de três médicos e parteira – com movimentação impressionante pelos arrabaldes e pelo mundo rural, onde tínhamos muitos parentes. Costumava sempre levar um de seus netos nessas jornadas, quando a ajudávamos de diversas formas.

Quando eu saía pela campanha com a minha avó, uma das coisas que ela me dizia diante dos “bolichos”, principalmente se tivesse algum parentes – e eu tinha uma vontade de ficar ali! –, principalmente se fosse durante a semana: “ali estão os gaúchos”. Isso não tem em nenhum livro. O que ela estava falando era que aquela vida “abagaceirada” tinha uma história vinculada ao malfeitor, ao saqueador, aos bandidos da campanha; prosseguia um vínculo comportamental que chegava até o nosso tempo. Ou seja, humanamente, a nossa campanha se fez sob o processo civilizatório e contra a ideia do gaúcho. Gaúcho “gentílico” é uma coisa de gente urbana. Há um mundo real e ele, pela tradição, ainda está presente na campanha.

Segundo fato: Quando eu morava em Santa Maria, o meu ex-sogro me dava algumas atribuições de capataz de estância para ajudá-lo. Então, nessa vivência, dei um jeito de transformar aquela estância em espécie de meu laboratório, com muito interesse pelas tropeadas e viagens a cavalo. Ali tinha um homem cafuzo, chamado Fernando, um dos maiores campeiros que eu conheci na vida; de certa forma foi o meu professor. O curioso era que ele usava uma espora só no pé esquerdo, porque tinha que sair seguidamente por cima do lombo do cavalo em rodadas, pois campeirava e laçava em campo de banhado. Quando o pessoal debochava, ele dizia: “se eu cutucar de um lado o outro não vai por acaso?”

Certa vez, a gente vinha tropeando uma terneirada azebuada, recém desmamada, comprada há mais de 100 km. Eram uns cento e poucos. Não tinha cerca que atacasse. A comitiva mantinha a tropa e, o que espirrava, saía um a cavalo com os cachorros, laçava e trazia. Quando espirrou um terneiro, e o capataz permanente do gado da estância, logo chegou no desgarrado, deu um tiro de laço de fazer inveja. Quando se laça é uma festa, todos gritam. Aí eu caí na bobagem de dizer durante a comemoração que o Seu Elci era “um índio velho bem gaúcho”. Ele não falou comigo durante o dia. Horas mais tarde, a gente ia num corredor e tinha um barranco a frente, só com um pé de milho. E eu na culatra da tropa, tendo ao meu lado o Seu Elci, mudo e de cara fechada. De repente ele diz ao vento, como se não falasse comigo: “seu Tau, o gaúcho é aquele pé de milho, sozinho e sem ninguém”. Isso não tem nos livros. Ou seja, existe o mundo real e o mundo de uma literatura que constrói outras “realidades”, que acabam recriando o imaginário, com as consequências sociais e culturais decorrentes.

E o terceiro fato: em Passo Fundo, como professor universitário, comecei a fazer com os meus alunos do curso de História algo que abrange as questões do sofrimento e do mal estar. Quando jovem eu gostaria de ser mesmo era um gaúcho lendário, que é o imaginário também dos alunos... Para enfrentar a questão, passei a fazer história de família com eles, pois notei que ninguém sabia a história dos pais, muito menos dos avós, naquele território das mobilizações multiétnicas, multiculturais, etc. E as aulas eram maravilhosas. Choravam, descobriam pais que eram mestiços,

tinham antepassados índios, negros, etc. Obviamente, recebiam um choque! Eles já estavam na universidade e continuavam com o imaginário de quando entraram na escola, do ensino fundamental e médio, submetidos a esse imenso calendário organizado no RS.

Quando começamos, o problema era o seguinte: os alunos achavam que iam se encontrar no mundo ao desvendarem a história da família. Falei para irem conversar com os avós, mexer em fotografia, cartas etc. Geralmente as entrevistas e pesquisas duravam um semestre. No final fazíamos um seminário para eles falarem sobre isso. Só que tem o seguinte: quando o aluno ia pegar o seu avô, ele estava de tamanco, não estava de bota, não estava de espora, não estava de bombacha. Não era uma figura de herói lendário. Então, passa a entender que aquela cultura gauchesca matava os avós – caboclos, negros, imigrantes, gaúchos reais como marginais do campo. E de uma cultura que mata os avós você não pode esperar muita coisa.

Em um aspecto, você mata o seu avô que é um pioneiro de uma história muito mais genial do que uma história de bandido de campo. Então, o mal-estar e o sofrimento estão nisso. Por quê? Porque não tem raiz. Tem um momento que você se encontra com a história.



Ou você tem afetividade com a sua história familiar – tem que conhecer não como uma descendência, pois na modernidade cada um se inventa –, precisa ter esses referenciais, do contrário não há identidade que se sustente. A não ser como

tipo da pós-modernidade, fragmentado. Algo como esse gauchismo que está aí 24 horas por dia. É impossível, é irrealizável, mesmo com o calendário oficial, o civismo pilchado, a indústria cultural e a rede de ensino celebrativa e não educadora. É uma “história” que se forma através de um devaneio completo. E as escolhas que foram feitas, principalmente no pós-guerra, nos colocaram numa situação sem saída.

Por quê? Não tem saída do ponto de vista fundante, disso que a gente poderia querer numa sociedade com uma ideia de uma economia comuneira, em que um se preocupe com o destino do outro e assim por diante. Porque as escolhas dos referenciais que se colocam no dia a dia, na escola, nos governos, no estado, trabalha com coisas muito malucas, que você não consegue sustentar historicamente. Quando você começa a ter um pouco da racionalidade isso nos leva a problemas muito sérios. Já se falou aqui da questão da nomeação, quer dizer, nós somos ou nos transformamos num gentílico historicamente nomeado de fora. Nunca existiu congresso rio-grandense para definir o que somos. Isso é uma coisa que as pessoas, na disputa hegemônica, vão assumindo como bandeiras. Tardiamente, depois de mais de dois séculos de existência do rio-grandense, de forma lenta, os tentos da representação literária foram trançando o laço da identidade.

Num segundo momento, principalmente no séc. XIX, na disputa entre as elites brasileiras, alguns tribunos rio-grandenses, dada a truculência, eram chamados pelos de fora de “gaúcho”. “Isso é uma gauchada”, soa como ofensa assimilada. E aí vem o nosso problema mais sério, que é você perder as raízes. As nossas raízes são um devaneio tão grande que, à luz da informação histórica, você fica sem raiz. Fica sem imagem dos seus antepassados. E você fica sem história quando adota a construção desse gauchismo recente, que se sustenta na indústria cultural, na cultura de massa, imerso em disputa de poder. O que se fez? Se

adotou falsa e historicamente um conceito anticolonialista, típico da década de 1940 e seguintes.

A ideia que vigorava no período era o levante nacional contra o invasor estrangeiro. Isso foi utilizado. Escolheram um fato fundante equivocado, pois todos os laços, todos os eventos fundantes do RS estão na segunda metade do séc. XVIII, não estão no séc. XIX. Está no processo de fronteira mesmo. O que nos sustenta são esses contingentes que vieram de várias partes do mundo e de todas as capitanias brasileiras, que ficaram como povoadores, pois a disputa territorial fazia parte da guerra. Em torno de 10 a 15% das tropas ficavam aqui. Preponderantemente, nos primeiros tempos, com o ventre indígena gestaram as famílias. E eram pernambucanos, mineiros e fundamentalmente paulistas. O RS é uma invenção paulista. São Paulo vinha até o rio Pelotas. A nossa luta regionalista atual é uma coisa para a psicanálise. É a vontade de matar o pai. Nas nossas guerras só vencemos os castelhanos porque brigávamos a la moda paulista. Na emboscada, sem cavalaria, cuja importância é exagerada na historiografia e cultura regional. A cavalaria é uma coisa lendária, contemporânea, de discurso. Rafael Pinto Bandeira nunca deu uma carga a cavalo. Era filho de paulista, queria brigar em passo de rio, em clareira de mata.

Para a construção da identidade gentílica se errou no tempo histórico. O que une os rio-grandenses são as guerras de fronteira. Portugal fez a sua maior guerra colonial no RS entre 1763-1776. Para expulsar os espanhóis vieram africanos, açorianos, regimentos da Europa, inclusão de tropas de todas as capitanias brasileiras. Quem mais sustentou e pagou a guerra foi a Bahia. Jangadeiros pernambucanos transportaram as tropas para o ataque a Rio Grande, juntamente com a marinharia de todo o Brasil. É essa gente que ficou no RS. Então nós somos um estado formado pela representação brasileira; talvez seja o mais brasileiro pelo encontro no sul da diversificação das regionalidades.

O verdadeiro gentílico, múltiplo e mestiço, foi deixado de fora desse gauchismo inventado com referencial em um período de disputa entre as elites regionais, da formação do primeiro Império, que escolheu a guerra civil, do ciclo das revoltas liberais, que ocorreram em vários lugares. E quando se adotou esse critério, como se o

RS fosse um lugar invadido pelo Império, se criou um problema seríssimo com a nacionalidade. Ora, o RS nunca se levantou contra o império. Foi uma guerra civil em que a representação farrroupilha era minoria. Estava-se em um Brasil que começava como país, os homens livres começavam a ter identidade nacional. A única imigração que existia no RS eram de poucos "alemães". Eles ficaram a favor do Império, pois receberam colônias aqui. A imigração é pós Revolução Farrroupilha, logo, descendentes de imigrantes se acharem "farrapo" é ridículo.

E mais, foi uma guerra civil por quê? Pois a maioria do RS ficou a favor do Império, pois era um país que estava surgindo, sendo inventado. A maioria dos estancieiros também ficou a favor do Império. Todas as cidades importantes, Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande, São José do Norte, Cachoeira, etc. Qual é a maluquice diante desse negócio? Que o cara diz que é farrapo, descende dos farrapos, pois tem um imaginário absurdo e mentiroso de uma suposta invasão, ocupação, do Rio Grande pelo Império. Há uns anos tentaram inventar as figuras nobres da guerra dos farrapos. Os caras começaram a se nomear, principalmente o pessoal do gauchismo tradicionalista. Peguei simplesmente o nome e sobrenome deles e mostrei que, no geral, os seus antepassados eram a favor do Império, não eram farrapos; em muitos casos, sequer tinham chegado à América. O mais histriônico era um apresentador de televisão que queria integrar o balcão de canha do rei Arthur do RS. Então, essa é a maluquice! A maioria da população não era farrapo e os imigrantes não estavam aqui.

Por óbvio, esse negócio é uma cultura do entre-lugar e só nos dá problema. No entre-lugar a gente pode se inventar. Só que percebemos o seguinte: essa postura se transformou numa cultura antibrasileira, onde descendentes de imigrantes encontraram um jeito de não ser brasileiro. Ele é gaúcho, a sua dupla cidadania é gaúcha e também europeia. É uma forma de não ser brasileiro

e isso é um problema sério. A gente trabalha com indicadores. O tradicionalismo é fortíssimo na região imigrante, muitos de seus ideólogos são deste estrato populacional, seus políticos protagonizam leis de "legitimação" gauchesca.

Há predominância de descendentes de imigrante porque tem que ter uma sociabilidade e uma renda para participar. Uma pilcha custa caro. Nós lá da fronteira consideramos "gauchinho", quer dizer, o cara é um falso gaúcho. A urbe tem esse negócio, o mundo citadino tem isso, de recriação tão intensa, com possibilidade das pessoas se reinventarem. Nela, a modernidade e a pós-modernidade, que se baseia na imagem, é mais radical ainda. Então, o sujeito pode ser gerente de banco, especular, ser isso ou aquilo, ser general, ser coronel da Brigada ou o que for, ter uma profissão, mas, digamos, o seu imaginário de pertencimento pode não estar no presente.

Theodor Adorno articulou duas figuras: a do "reino da necessidade" e a do "reino da liberdade". O "reino da necessidade" é o que você tem que fazer para viver. E o "reino da liberdade" seria o tempo livre, para as vivências conscientes nas esferas da cultura, nas artes, da desalienação e tal. O nosso problema é que o "tempo livre" está pilchado. Então as pessoas têm um mundo da necessidade da sobrevivência, mas no seu tempo da liberdade, que é para reflexão, para o conhecimento, consciência do lugar social, etc., vão para a teatralidade. Elas se reconstroem simbolicamente como seres do séc. XVIII e XIX. E se imaginam desde essa perspectiva. Aí está aquilo que a gente falou sobre a questão do ponto em que estamos existencialmente, de onde enxergamos o mundo.

O Rio Grande do Sul foi conquistado por tropas de infantaria, granadeiros, o barco foi a arma estratégica. Até 1930, o barco era o principal meio. Cavalaria sempre foi arma auxiliar. É outro mito do Rio Grande. Aliás, os luso-brasileiros conquistaram o RS porque os espanhóis sempre gostavam de andar a cavalo e os paulistas de andar a pé, de barco, ou pelo mato. E não brigar a cavalo. O cavalo era meio de locomoção e de trabalho. Entretanto, em uma perspectiva oligárquica e romanesca, o cavalo foi transformado no lugar simbólico e imagético, de onde um suposto gentilício gauchesco sente e olha o mundo. Quando isso é imposto como epicentro, lugar estilístico fundante, se estabelece como cultura de massa. Por isso,

Você tem que questionar qual é o universo, de onde essa população pensa o mundo? De um fogo de chão, de um galpão ensebado, uma graxinha pingando na brasa; do lombo do cavalo.

Qual é o problema disso? As suas implicações é que hoje vigora um complexo sistema de controle do imaginário coletivo associado a uma cultura de massa, em uma identidade de gentílico pilchado, alimentada constantemente por ritos de comportamentos, artísticos, cívicos, educacionais, etc. Assim, o dilema do Rio Grande, no meu modo de ver, é que não tem utopicamente *de vir*. Este passadismo realimenta o que se pode chamar de *revir*. O tempo edênico está no passado. Um passado inventado grosseiramente, que empobrece na representação o RS real. Entretanto, na história rio-grandense não se encontra o significativo hegemônico e massificado pelo gauchismo, esse ícone dominante do presente.

Como o Rio Grande se imagina é o seu dilema.

Quais são as raízes culturais contemporâneas que conformam

históricas e seus desdobramentos as identidades dos gaúchos?

Bruno
Ferreira

Maria Ivone
dos Santos

Encontro

Cesar
Augusto B.
Guazzelli

Enéas
de Souza

A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais.

Pierre Nora





Não identificado. Sem título, desenho sobre papel, sem data [c. 1951].



Eduardo Haesbaert. Sem título, serigrafia, 2007.

Que relação
os habitantes
estabelecem com
o espaço comum?



Maria Ivone dos Santos

Artista visual, professora do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da UFRGS. Em sua prática artística explora contextos urbanos e culturais a partir dos quais desenvolve processos de reconhecimento espacial desenvolvendo modos de leitura bem como formas de endereçamento público. Utiliza a fotografia, o vídeo, o texto e peças gráficas articuladas às instalações, intervenções urbanas e publicações.

A tempestade da
mundialização
e as nossas
façanhas



Enéas de Souza

Formado em filosofia e economia pela UFRGS com pós-graduação na UNICAMP e formação analítica na APPOA, sendo analista membro. Crítico de cinema, desde os tempos da Revista do Globo. É um dos coordenadores do seminário "O Divã e a Tela – Psicanálise e Cinema". Como economista trabalhou na Fundação de Economia e Estatística, secretário de Ciência e Tecnologia em 1990/1991, e secretário-adjunto de Desenvolvimento e Promoção do Investimento, em 2012/2013 do Estado do Rio Grande do Sul. É autor do livro "Trajetórias do Cinema Moderno".

Os Kaingang e os Gaúchos



Bruno Ferreira

Mestre e doutorando em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atuou em escolas indígenas na Terra Indígena Votouro. Foi Secretário de Educação do Município de Faxinalzinho (RS). Professor no Instituto Estadual de Educação Indígena Ângelo Manhã Miguel. É formador na Rede de Saberes Indígenas na Escola Núcleo UFRGS.



Admitindo que tivéssemos todas as melhores qualidades - um pensamento que é permanentemente rememorado e/ou comemorado - como explicar as desventuras pelas quais passamos?

Cesar Augusto B. Guazzelli

Licenciado e mestre em história pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e doutor em história social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atua como professor do Departamento de História, professor do PPG em História e do PPG em Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Criador da área de história do futebol. Fundador e participante do GT "Fronteiras Americanas" da ANPUH. Pós-doutorado na Universidade Nacional de General Sarmiento.

II En contro

"A memória é a vida sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações." (Pierre Nora) Nesse sentido, o passado recalçado, esquecido, retorna nos vestígios mnêmicos com nova roupagem ao presente do qual havia sido excluído.

As identidades dos gaúchos se fundamentam nas identificações a diferentes combinações dos traços que caracterizam as raízes culturais históricas do RS. Esses traços de identificação giram na dialética do esquecimento e da lembrança, das latências e súbitas revitalizações, servindo muitas vezes às manipulações políticas conforme os interesses em jogo.

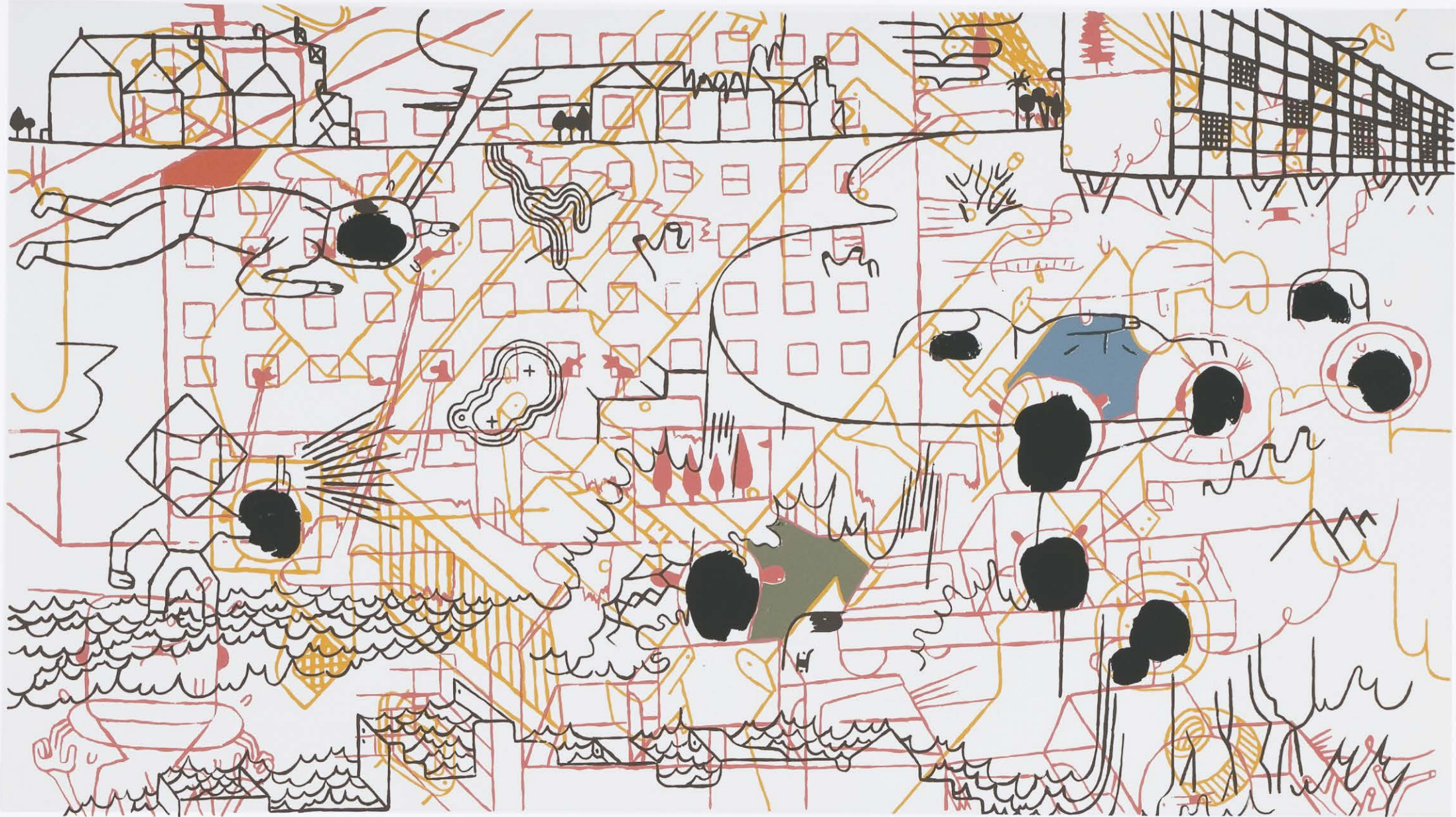
Os sintomas sociais se configuram segundo os traços que retornam do recalçado e dos significados que se estabelecem a partir

dos mesmos nas narrativas mitificadoras no laço social.

A tradição de violência no estabelecimento das fronteiras do estado, na eliminação da civilização guaranítica, na guerra dos farrapos, e nos embates partidários no final do império e no decorrer da república velha, retornam frequentemente sob a forma contemporânea de uma tradição dicotômica de intolerância que separa e opõe chimango/maragato, o bem de um lado e o mal do outro, o grenalismo e a cultura da secação.

A pergunta de fundo se desdobra em três: O que transmitimos de uma geração a outra? Por que transmitimos? Como transmitimos?

Fazer o debate interdisciplinar das diferentes leituras de nossas raízes culturais e históricas de nossos conflitos, dos traços que se repetem, dos sintomas sociais que configuram e do gozo que nos liga às mesmas, pode abrir perspectivas simbólicas de soluções mais interessantes.



63/130

FZIMBRES/2007

Maria Ivone dos Santos

A proposição que me foi endereçada era de trazer, digamos assim, algumas questões sobre meu trabalho artístico e também enquanto pesquisadora e que envolvem a cidade de Porto Alegre. Então estamos aqui com esse vídeo que é na realidade uma parte reduzida, digamos, de uma instalação que foi mostrada em 2014 na Sala Fahrion. E eu tenho um certo interesse continuado por observar uma região da cidade, que é o Arroio Dilúvio, devido ao fato da importância dele para a cidade de Porto Alegre, e também por todos os dramas e todas as questões que ele nos traz, no plano humano e ambiental. Então, a minha fala parte desse local da cidade, desse local geográfico, e eu vou tentar, de certa maneira, ver de que modo o espaço construído e a nossa relação com o ambiente natural mostra um pouco da nossa identidade.

A cidade de Porto Alegre teve seu núcleo de origem nas proximidades do Arroio Dilúvio, que deságua no lago Guaíba. Tanto o traçado do arroio quanto os limites da cidade foram sendo alterados por sucessivos e extensos projetos urbanísticos e de saneamento desde o final do século XIX. Os aterros criaram um território expressivo que avançou sobre o lago, sendo esta área objeto de rateio entre as esferas públicas: municipal, estadual e federal. O processo de ampliação dos limites da cidade gerou apagamentos que, quando observados, revelam os interesses econômicos que existem por trás dessas operações.

A escolha de Porto Alegre para sediar também alguns jogos durante a Copa do Mundo de 2013, foi pretexto para realização de grandes obras públicas: decidiu-se pela ampliação de vias de circulação de automóveis nos acessos do estádio, operações que implicaram na retirada de população de certas áreas, bem como na retirada de árvores que integravam a paisagem urbana. Irei então exercitar a prática da observação vivenciada enquanto prática artística, em contexto urbano, buscando aportar um olhar sobre certos apagamentos e alterações ocorridos na cidade. Nosso ponto de partida é a desembocadura do Arroio Dilúvio no seu traçado anterior, abarcando a Ponte de Pedra onde ele antes passava.

Digamos que a metodologia desse projeto se baseia em incursões sensíveis, em caminhadas, observações da cidade, em descrições e narrativas e no estabelecimento de um banco de dados que nos possibilita desenvolver propostas que problematizem aspectos de apagamento e alteração destes contextos. A pesquisa e suas ações, que envolvem exposições e publicações, além das conversas que venho realizando, buscam desvendar aspectos desses lugares, fazendo ressurgir cenários do passado e do presente e prospectando igualmente sobre seu futuro na cidade.



Figura 1. Ângelo Guido. *Ponte do Riacho*, sem data. PBSA/UFRGS.

Se observarmos a pintura *Ponte do Riacho*, do Ângelo Guido, que está presente nesta exposição¹, vemos o quanto ela funciona como contraponto ao vídeo exibido aqui numa forma reduzida, já que integrou uma instalação na Sala Fahrion, como videoinstalação, que teve também catálogo publicado pela DDC e que está sendo distribuído hoje. Uma questão interessante, e que a mim motivou muita reflexão, foi que nessa pintura a gente vê, não sei se vocês repararam, os arcos romanos da ponte. Eles eram bem mais altos e visíveis do que a gente vê na filmagem do vídeo por mim realizado,

¹ A conversa ocorreu no Salão Nobre da reitoria, em meio à exposição Acervo da Pinacoteca Barão de Santo Ângelo.

o que nos faz imaginar como era essa região antes. Como eram as bordas do Guaíba antes dos aterros? Constatamos que os níveis daquele terreno eram muito mais baixos e que a cidade se elevou em mais ou menos um metro de altura ao longo dos anos, tapando grande parte dos aspectos naturais daquela região.

Nesse vídeo que eu fiz para a instalação *A Ponte de Pedra*, composta de duas videoprojeções que eu elaborei a partir de tomadas fixas dos dois lados da ponte, eu reunia narrativas e chamava a atenção para alguns aspectos do imaginário da Ponte de Pedra. O que havia ali antes, que atividades eram desenvolvidas? Para isso visitei um pouco a cartografia antiga da cidade e me detive no antigo traçado, imaginando como era quando o riacho descia pelos acidentes do terreno, serpenteando a planície fluvial, chegando na Ponte de Pedra antes de desaguar no Guaíba, ao lado do Gasômetro.

Uma série de datas, que eu não vou enumerar aqui, desfilam em minha memória. A ponte foi erguida em 1825. A primeira ponte era de madeira e depois, em 1848, ela foi substituída pela ponte que hoje vemos. Sua construção demorou quase 30 anos e ali foi utilizada mão de obra escrava. Aquelas bases da ponte que se encontram encobertas carregam o testemunho de uma parte importante da nossa história, da ocupação da cidade e também dos conflitos e implicações que isso teve num âmbito cultural ou social.

Outras obras realizadas em Porto Alegre nos séculos XIX e XX, e continuadas no século XXI, alteraram igualmente a morfologia da cidade, ampliando seus limites sobre o lago e produzindo um embate entre o planejamento e as características naturais de planícies fluviais. O processo da observação detecta a mobilização política que se estabeleceu e que buscou conter o avanço das águas. Os sucessivos aterros da orla, o primeiro em 1880 e o último em 1978, tiveram no entremeio a canalização do Arroio Dilúvio nos anos 50, intervenções que, junto com outras, desenharam o sítio urbano de Porto Alegre, escondendo aspectos da paisagem presente nas origens da cidade.

A propósito, eu iniciei comentando da pintura do Ângelo Guido. Falando em esconder, eu conto que atrás daquela pintura foi revelado, pela equipe do acervo da Pinacoteca, que havia uma outra pintura, feita no verso. Esta mostrava uma paisagem natural deslumbrante.

Este encontro com o verso da pintura me instigou a realizar um outro trabalho, *A Ponte de Pedra* e o *Olho d'água*. Esta tensão entre a frente e o verso, o que está encoberto, me fez pensar muito sobre o embate entre natureza e cultura em nossa cidade, instigando-me a outras leituras.

A gente sabe também que a história de Porto Alegre é marcada por diferentes culturas, provenientes da sua colonização. A ocupação inicial foi por povos nômades que aqui viviam, e depois vieram os espanhóis e portugueses, os açorianos. O final do século XIX foi o tempo das imigrações e cada uma foi imprimindo seus traços na cidade. É marcante observar, por exemplo, a presença da cultura alemã na cidade de Porto Alegre, e em todos os prédios imponentes como o Santander, Tumelero, Hotel Majestic, faculdades de Direito e de Medicina da UFRGS. Todos têm a mão do Theo Wiederspahn, um arquiteto alemão que se tornou importante para a nossa cidade.

Ao mesmo tempo, a gente constata os impactos de uma outra projeção, digamos modeladora, que veio pela influência dessas culturas imigrantes, mas que não resistiram ao processo de apagamento. Este aspecto se revela especialmente quando a gente observa incongruências entre alguns edifícios e seu entorno. Para citar talvez uma das incongruências mais visíveis, tomemos como exemplo o Viaduto da Conceição, obra de grande envergadura realizada nos anos 60, que corta uma ambiência da cidade, passando ao lado do prédio do Wiederspahn (hoje pertencente à Tumelero), a menos de três metros do edifício. Esta intervenção provocou um apagamento, alterando as características daquele bairro, antes nobre e hoje degradado. As pessoas não sabem que naquele prédio ficavam os escritórios da Viação Férrea do Rio Grande do Sul. O que significa que esses projetos urbanísticos, que foram se sobrepondo ao ambiente construído, vieram sempre num regime de violência muito forte com relação à paisagem preexistente.

A gente vê isso, voltando ao caso do Arroio Dilúvio, por exemplo, se nos dispusermos a caminhar. Veremos que



muitos dos aspectos encobertos revelam elementos interessantes de nossa identidade. Hoje mesmo, conversando com meus alunos, lembrei da caminhada que fizemos na segunda-feira passada (maio de 2015), quando saímos em grupo do Instituto de Artes e fomos até a ponte do Arroio Dilúvio. Não sei se alguém aqui esteve por lá recentemente, mas agora se pode visitar. O lago foi esvaziado pela SMAM para ser limpo e para atender demandas do Ministério Público.

Com isso tivemos a raríssima oportunidade de ver as bases da ponte com as pedras que ficaram encobertas durante o período de 40 anos. Ficaram encobertas até o lago, por onde antes passava o leito do riacho, ser esvaziado. Então essa caminhada foi bem importante porque a gente pôde ver que a cidade está cheia de marcas da presença do rio invisível, do rio recoberto que foi desviado quando da retificação do arroio. Ao mesmo tempo, é como se essas e outras zonas fantasmas, o arroio, o porto, os edifícios, tivessem camadas que testemunham algum incômodo na cidade. Talvez, ao evocar estes fatos, eu não faça uma indexação suficientemente forte para que a gente possa se posicionar como cidadão, ou possa vagar diante de tantos estímulos e anseios.

Mas o que pensar ao vermos que, onde antes havia uma encosta de morro, se abriu uma passagem para o imponente viaduto. Refiro-me ao Viaduto Otávio Rocha, no centro da cidade. Ao mesmo tempo, a via escavada criou espaço para a existência da Avenida Borges de Medeiros, que vai ligar a zona do centro à zona sul. A construção desse viaduto imponente, e importante para a ambiência arquitetônica da cidade, é feita de uma história muito rica. Lembro de ter visto uma série de imagens que registram sua construção. O viaduto foi um projeto de envergadura. Sua construção durou 20 anos, o tempo entre ser pensado e ser edificado, tendo demorado 8 anos para ser concluído. Quando foi implantado na cidade, ele veio como uma grande obra de qualificação urbana, ao mesmo tempo que deu margem e impulso para que outras obras o sucedessem. Na sequência, houve mais aumento de área de aterro para abrigar a cidade que se expandia.

Vocês conhecem o Pão dos Pobres? Pois ali na frente, onde hoje correm várias ruas e avenidas, inclusive a Borges, havia uma enseada enorme que vinha do Gasômetro, no centro da cidade, e

ia até o Beira-Rio. Este encontra-se construído sobre o aterro. Sabe-se que dois terços da área central da cidade de Porto Alegre estão construídos sobre território criado artificialmente. Há, porém, um processo, uma naturalização destas alterações. Sinto que estamos perdendo a oportunidade de pensar criticamente a construção da cidade de Porto Alegre e refletir sobre nossa identidade. Como ficamos, por exemplo, diante de tanta mobilidade? Isto me remete aos eternos e atuais embates entre ambiente natural e ambiente construído, e a projeções e desejos que fazem nossa cidade. O que desejamos e que cidade queremos?

O que surge quando o leito do Dilúvio torna-se terra firme ao ser desviado? O riacho e a enseada vivem nas fotografias de época, mas desaparecem da nossa vista. O nível do entorno da ponte, ao ser elevado nos anos 60-70, esconde parte dos arcos romanos da sua base. Em virtude da comoção causada pelo anúncio da possível destruição, a ponte foi mantida, sendo inserida num arranjo urbanístico, e foi tombada em 1978 como patrimônio da cidade de Porto Alegre. Evitou-se um radical apagamento da ponte pela mobilização popular. Porém, sabe-se que a intenção do poder público naquela época (estávamos em plena ditadura) era destruir a ponte, aplainar o terreno (ou como diz o pessoal do interior, desejoso de eliminar barreiras naturais: "tem que 'destopar o morro e deixar tudo liso'").

Nos perguntamos sobre os argumentos que determinaram a intervenção realizada no entorno da ponte nos anos 70. Como um marco da paisagem da cidade, um monumento tão importante, ficou com suas bases inundadas em um metro por 40 anos? Por ser um bem tombado essa intervenção é questionável do ponto de vista patrimonial. Percebe-se que no meio do processo político destas transformações todas foram ocorrendo concessões, e que houve pressão de partes interessadas. Fizeram um pouco do que se devia, mas muito menos do que seria necessário. E isso talvez demonstre um outro traço identitário nosso, uma certa hesitação sobre o que é para a gente um valor simbólico.



Outra coisa que é interessante observar na produção do espaço da cidade, e é uma questão que me interessa bastante, é que a gente vai ver as consequências dessas sobreposições e alterações na vida cotidiana das pessoas. A população que morava na região do Dilúvio, na Ilhota, foi sendo deslocada para 20 km mais longe, formando o que hoje conhecemos como Bairro Restinga. E durante muito tempo aquele pessoal ficou só com dois ônibus, um para vir ao centro da cidade, às seis e pouco da manhã, e outro no final da tarde, para voltar do trabalho. E nesse processo todo se observa que houve uma segregação econômica de classes, e que eu acho que nós deveremos olhar com cuidado esta questão, pois mostra um pouco do processo de formação de nossa cidade.



Eu gostaria, nesta fala, de chamar também a atenção para a relação entre a arte e a cidade. Ao relatar esses fatos de história urbana, ao levantar camadas ocultas, a gente vai se dando conta do papel que teve a Bienal do Mercosul na indexação de zonas urbanas importantes, que estavam em processo de precarização e que hoje estão no cerne das discussões urbanísticas, como o Cais Mauá. Foi em 1996, na primeira Bienal do Mercosul, que pela primeira vez a orla do Guaíba foi ocupada. Até então o porto estava isolado da cidade pelo muro, totalmente separado do acesso da população. Foi a bienal que, na execução do seu plano de exposições, possibilitou e deu

a franquia para os moradores de Porto Alegre verem finalmente o rio de uma maneira mais lúdica, criando uma relação apaziguadora.

Com o tempo, isto passou a ter um grande valor para a cidade. As diversas edições posteriores também voltaram a mostrar a vocação da bienal para estabelecer um vínculo entre arte e cidade, propondo formas de ocupação da orla, do Parque Marinha e de tudo mais. Mas nós detectamos que os interesses econômicos surgiam e viram potencial na exploração daquele espaço. Isso criou uma zona de conflito muito grande entre as políticas públicas e a população, que manifestava o desejo de usufruir esse espaço público.

A relação da população com a orla do Guaíba mudou depois das bienais, fomentando uma relação de carinho e vínculo muito grande. Temos o hábito de ver o rio de certa distância. Um dos lugares mais visitados tem sido o quarto andar da Usina do Gasômetro para ver o pôr do sol. É um lugar importantíssimo para as pessoas de todas as camadas de renda, de todas as classes. Então, as discussões que hoje nós presenciamos revelam que os interesses antagônicos já estão na nossa cidade desde muito tempo. Há os que defendem uma cidade espetacularizada e consumível, enquanto muitos outros defendem uma cidade que possamos usufruir e inventar, participativa e que nos acolha. Estamos no meio de um entrevero, entre um projeto de cidade-cenário, voltada para o consumo, seguindo o modelo internacional de Barcelona, Buenos Aires, e o direito à cidade que se reinventa de dentro. Estamos nesse embate sobre o uso e o destino dos espaços públicos da nossa cidade.

É como se a gente pouco ligasse que a área de aterro, criada para ser área pública pelo bem público, está sendo repassada para a iniciativa privada, sob a forma onerosa, durante 25 anos. Então seria necessário, talvez, a gente refletir a identidade gaúcha e pensar o dissenso como uma possibilidade de criar formas de nosso modo de viver a cidade, que serão possíveis se houver a defesa de um



espaço de ação e de uma zona de resistência suficientemente forte para se contrapor à mercantilização hegemônica. Como lidamos com os antagonismos? Lembro de um personagem criado por Luis Fernando Verissimo, o Analista de Bagé, que falava do Joelhaço e da força. Pois parece que a gente lida com os antagonismos na base do empurrão, uma expressão regional que vem marcada por essa ideia de que o dissenso é sempre bipolar, é um ou outro.

Estamos sempre em embate ou criamos zonas de embate? E quais seriam então esses nossos valores? O que defendemos? Se a gente se ativer à questão da cidade também como a cidade da terceira via, a Porto Alegre que durante os Fóruns Sociais 2003 e 2005 soube acolher o futuro e exportou essa ideia inovadora, então eu penso que nosso território, suas contingências e o seu futuro estão abertos. As modalidades de ocupação até então praticadas, a natureza do nosso espaço geográfico, este terreno tão particular, me faz pensar na Porto Alegre que se fez entre contingências, desejos e projeções. Porto Alegre porta as marcas de sua formação multicultural, das muitas raízes – indígenas, portuguesas, negras, italianas, espanholas e alemãs –, enfim, de todos os imigrantes que aqui chegaram.

A cidade que vivemos é tão rica em formas de expressões culturais e tem ares também cosmopolitas, mas parece negar a riqueza que está ora visível, ora invisível: suas águas. Que relação os habitantes estabelecem com o espaço comum? Indiferente de sermos políticos ou usuários, como tratamos o espaço que é público? Vivemos nas bordas de um grande lago, num delta, mas nele jogamos nossos detritos; o negamos e suportamos olhá-lo a distância, do alto de um imponente edifício, apenas como vista. Temos uma relação conflituosa com a água, e penso muito nas projeções de cidades que se sobrepuseram à planície fluvial e alagadiça, como expressões de contingência e de desejo de negá-la.

Porto Alegre guarda as marcas e cicatrizes das modificações pelas quais passou. Processos que produziram apagamentos, mas que geraram paisagens, ambiências e incongruências, como as que encontramos no cotidiano da capital. Não tem um dia que eu não pense nossa cidade, a começar pela Ponte de Pedra. Vou encerrar lembrando o quão impraticável está nossa cidade atualmente – um canteiro de obras permanente –, situação que nos desestabiliza e

favorece o entorpecimento crítico. Pois as operações de apagamento, ao se multiplicarem, multiplicam e impossibilitam que tenhamos uma ancoragem simbólica a partir da cidade física e dos seus pontos de interesse, de seus monumentos.

Bruno Ferreira

*Gĩr fag mÿ vĕnhkanhir há tÿvi hã vÿ tÿ ón kÿ ĩn ke nĩ gé.
Ka gunhgunh kÿ fag ta kaféj tÿ kri vin tĩ. Kar fag ta pĩ sĩ han tĩ gé.
Kar fag tÿ ěgóro nhén tĩ gé, kÿ fag tÿ ko tĩ ser, jagnĕ mrĕ.*

A resistência indígena é secular, primeiros habitantes deste chão. Cada palmo deste chão é sagrado, garantindo sobrevivência do ser humano com muita arte e sabedoria.

Ivone Jagnĩgri da Silva

Tenho como ponto de partida desse trabalho a comunidade indígena, fazendo o caminho inverso, um olhar do ponto de vista indígena. Trazendo de forma breve, mas muito importante, como nós indígenas também percebemos/vemos a sociedade não indígena, pois os indígenas são vistos a partir de concepções ocidentais. Assim, muitas vezes são somente tidos como objetos e não como sujeitos. Sendo assim, os indígenas não são simplesmente objeto da história, mas sim um sujeito que também construiu a história que por muito tempo lhes foi negada. Então, é esse meu ponto de partida.

Eu sou professor. Trabalho no Instituto Estadual de Educação Indígena Ângelo Manhã Miguel, um espaço importante de construção de conhecimento kaingang que levou mais de 15 anos para sua concretização. Como professor desse Instituto, procuro evidenciar para os estudantes, jovens *kaingang*, que a história possui outros ângulos para ser vista, não apenas a contada em livros didáticos, e que a nossa história é bem mais antiga que a história do próprio Brasil.

A escola sempre foi usada como instrumento de negação do modo de ser indígena, de integração dos indígenas na sociedade nacional, negando todas as formas de ser e de contar a história desses povos. A escola nas comunidades indígenas desde a sua implantação tem essa função de apagamento da memória indígena e em especial a negação de sua língua materna, pois os conhecimentos indígenas são transmitidos de forma oral. Então, fazer essa reflexão com os jovens é de grande importância. Uma reflexão de maneira que eles

compreendam que antes da chegada dos não indígenas no Brasil, aqui já tinha muitos povos indígenas. Assim, podem eles compreender que muitos dos nomes de rios, localidades e alimentos que existem hoje são de origem indígena.

Apresento aqui um exemplo do desconhecimento das tradições indígenas no Rio Grande do Sul: quando professores de escola em terra indígena realizam atividades da semana farroupilha, pouca menção se faz sobre a participação dos indígenas na construção da cultura gaúcha. Diante disso, é necessário se fazer reflexão para dizer o quanto os povos indígenas tem contribuído para as raízes das culturas regionais e por que não dizer a brasileira.

Pensando bem, o povo europeu culturalmente é bastante carente, enquanto que nós povos indígenas e consequentemente o povo brasileiro, é muito rico, essa riqueza/beleza precisa ser mostrada, trabalhada, para que os nossos jovens conheçam e a partir disso, compreendam o quanto os povos indígenas contribuíram e podem contribuir para com as sociedades que tem passado crises existenciais de maneira permanente em todos os sentidos.

Quando falamos do Rio Grande Sul, podemos dizer que os registros da ocupação humana datam de aproximadamente mais 12 mil anos. Portanto, podemos dizer que temos uma história muito antiga no Rio Grande do Sul, porém, existe muita resistência para seu reconhecimento inclusive as contribuições para a cultura gaúcha. A ocupação/invasão do Rio Grande do Sul por colonizadores vindos da Europa é trágica para os povos indígenas, pois populações nativas inteiras foram exterminadas. Os Guarani e os Kaingang são sobreviventes dos massacres cometidos contra essas populações, que há milhares de anos foram construindo formas e tecnologias que dessem conta da sua sobrevivência como seres humanos.

Apesar desta história de perdas, a cultura e a tradição indígena sobreviveram, perpassando séculos e estando muito presente nos costumes/tradições atuais do Estado do Rio Grande do Sul. Podemos citar o Chiripá, faixa na



cabeça, porongo, bota garrão de potro, paçoca de pinhão, pilão, abóbora, laço de couro, mandioca, grito de Sapucaí, fogo de chão, milho, boleadeiras, pala, palheiro, churrasco, chimarrão. Tudo isto é muito indígena. Pensando bem, o que chamamos típicas gaúchas são *kaingang* e *Guarani* e outras contribuições de outros povos indígenas. São indígenas, pois já cultivavam bem antes da chegada de outros povos vindos de outros continentes.

São elementos típicos indígenas que foram apropriadas por outros povos não indígenas. Assim, foi constituindo as culturas/tradições Gaúchas, o exemplo é o churrasco, uma prática desenvolvida pelos indígenas, no entanto, isso passa despercebido pelos alunos nas escolas, inclusive nas escolas em terras indígenas. Além disso, podemos citar a polenta de milho, muito típica indígena, além de outras plantas como a mandioca, o milho, a batata, a abóbora, o amendoim e o pinhão, que são plantas domesticadas pelos primeiros habitantes das terras.

Então, quando falar da culinária rio-grandense alunos incluindo os indígenas vão dizer que essas são comidas típicas do gaúcho, não reconhecendo as contribuições indígenas. E quando se faz essa leitura com nossos alunos indígenas a partir de um olhar do outro lado da história, começa a perceber o quanto a gente, indígena, tem uma história negada e o quanto nossa história é muita mais antiga do que a história que foi construída aqui e contada nas aulas de história. Essa negação faz com que nossos indígenas imaginem e pensem que eles não contribuíram com nada e que não sabem nada, porque é justamente essa a ideia que a escola dos não indígenas passa aos alunos. Fazer com que os indígenas esqueçam suas tradições, sua história, sua cultura para fortalecer a história ocidental foi o objetivo da escola, para integrar/civilizar esses povos “selvagens”.

Pensando nisso, nesse outro olhar, trago um pouco do Instituto Estadual de Educação Indígena Angelo Mnhká Miguel, na Terra Indígena do Inhacorá, município de São Valério do Sul. O Instituto é um espaço para construção de educação/conhecimentos que proporciona ao educando saberes/conhecimentos importantes para sua vida, em uma visão de crescimento coletivo para a melhoria do ser humano, onde estão contemplados os direitos dos povos indígenas, sua cultura, sua história, seus saberes, seus

conhecimentos pedagógicos, neste caso específico o povo Kaingang. Assim, é um instrumento de conscientização do povo indígena para evitar o esquecimento da história, a perda cultural e linguística. Nesse sentido, realizam-se a ressignificação cultural, da identidade étnica e a valorização da língua indígena por meio do incentivo às práticas, às crenças e costumes, de datas significativas, considerando a língua e as tecnologias indígenas, valorizando e difundindo seus valores.

Diante disso, oportunizar o diálogo, a troca de experiências, momentos de estudo com referenciais teóricos sobre a educação escolar e educação indígena, entre os professores e promover a interação, a afetividade e o desenvolvimento de uma prática docente contextualizada e que valorize a cultura Kaingang é de fundamental importância. Assim é essencial a participação de todos os docentes para a análise dos pontos comuns e também dos contraditórios que permitam estabelecer parâmetros para análise e que dessa forma organizem seus trabalhos a atender as necessidades educacionais dos educandos.

Acreditamos que este espaço de diálogo permitirá aos educadores a reflexão sobre as suas práticas, favorecendo a formação pessoal e humana dos educandos considerando elementos da cultura Kaingang e dos conceitos científicos. Então, os professores têm uma função importante hoje, mostrar esse outro lado de como se faz a educação que nós chamamos de educação humanizadora/libertadora, não uma educação voltada somente para o trabalho, com escolas voltadas para a produção de mão de obra. Antes, pensar uma educação de um contexto amplo que proporcione escolhas ao aluno, possibilitando a ele a escolha do caminho que ele quiser e também a consciência desses caminhos.

Os povos indígenas do Brasil são vítimas de políticas integracionistas, entre elas o branqueamento da população brasileira e os kaingang não são diferentes disso. É a negação de sua existência como povo, como





ser humano. Pensando bem, no século XIX, os indígenas são apenas os selvagens, no sul os bugres, perdurando nos dias atuais. Então, sendo assim, existe uma herança de negação muito grande, além dos massacres, os povos indígenas fisicamente têm a sua identidade negada.

Muitas vezes quando tem um indígena dando uma palestra para um público não indígena é questionada sua identidade: você não é mais indígena? Você usa roupas, celular. Então isso é uma negação, muitas vezes os estudantes indígenas nas universidades são abordados com esse tipo de afirmação: você entrou na universidade porque você é índio, vocês ganham tudo. Numa clara intensão preconceituosa e de inferiorizarão que questiona sua capacidade e sugere que o único capaz seria o não indígena, o “civilizado”.

Tem toda uma caminhada de luta e resistência contra todas as imposições contra os povos indígenas, anos de construção de estratégias para chegar a esse ponto e ainda ver e sentir esse espaço negado. Então, é importante, quando você começa a mostrar a sua identidade, a história, a tradição, a cultura, a busca do reconhecimento da língua indígena nos meios acadêmicos. Pois isso é negado.

A língua indígena, Kaingang, muitas vezes foi proibida de falar nas escolas em terra indígenas, os alunos eram obrigados a falar o português, isso é extremamente importante, pois no momento em que se fala português, e esquece sua língua materna, se aprende a

história dos não indígenas, a história brasileira, assim é negada toda história e o saber dos povos indígenas. Pois a história, os saberes indígenas são transmitidas de forma oral na nossa língua (indígena), a proibição da língua indígena é o apagamento de muitas práticas. Quando se nega língua, nega toda a história, nega o passado, nega todo um conhecimento que é capaz de mostrar para uma outra sociedade estratégias que levou os indígenas sobreviverem até hoje, que desenvolveram técnicas importantes capazes de mostrar novos caminhos para salvação da humanidade. Há uma perda de um modo único de se ver o mundo e também de se pensar esse mundo, há uma perda enorme de conhecimentos históricos, geográficos, medicinais, enfim, de todos os saberes que estão codificados na língua materna indígena.

Ver passar mais de quinhentos anos, sentir outras civilizações/ pessoas massacrando, exterminando e você continuar vivo, é prova de muitas sabedorias e estratégias, presentes como pessoa, com cultura, isso é muito grandioso, isso é muito forte, isso é “mágico”. Quer dizer não conseguiram destruir esses povos, portanto, eles têm muito para ensinar, educando essas sociedades que pensam que são superiores às outras. Os indígenas sentem que isso é negado.

Os conhecimentos indígenas não estão compartilhados, embora sejam capazes de se encaixar na antropologia, na sociologia, na filosofia, na pedagogia. O conhecimento indígena é um todo, não se divide em partes. O conhecimento indígena não fica em caixinhas, ele é contínuo e permanente. Essa discussão precisa ser feita, essas caixinhas de conhecimento nas comunidades negam o processo de construção de conhecimento dos povos indígenas que é contínuo, ele não está separado. Ele não aprende primeiro a história, depois a matemática e assim por diante, o indígena aprende o conjunto todo.

Essas maneiras que precisam ser pensadas, produzindo reflexão para que eles possam também dentro das universidades tratarem o conhecimento indígena como uma ciência, pois ela é uma ciência. São tecnologias que foram desenvolvidas por muitos anos, não sendo por acaso que os índios estão vivos até hoje, não sendo por acaso que as sementes do milho e outras plantas foram conservadas até hoje, sustentaram por milhares de anos, acharam formas de manter, de preservar, de conservar.

Quer dizer, essas formas precisam ser trazidas como ciência. Com isso, tirar o índio da invisibilidade, ele é invisível hoje. As pessoas não conseguem enxergar o indígena com essa forma, ele é simplesmente um ser invisível. Todo mundo o atropela. Você passa por cima porque o conhecimento dele não tem importância, em nossas escolas os conhecimentos europeus é que são importantes.

Precisamos considerar que as crianças indígenas falam duas línguas ou mais. Eles já nascem falando kaingang ou outra língua indígena e depois já estão falando o português. Então eles têm uma facilidade de transitar muito rápido em duas culturas totalmente diferentes. Eles transitam muito fácil. E como é que um professor não indígena, que só fala uma língua, o português, vai trabalhar com essas crianças e jovens que transitam muito mais rápido na cultura deles do que eles transitam na cultura indígena? É aí que se faz o apagamento da língua deles, dos indígenas, quer dizer, como eu não consigo transitar no teu mundo eu apago a tua língua, você vai falar a minha língua, vai falar junto comigo. Então essa é uma forma que foi usada há muito tempo e continua acontecendo de forma muito forte nos dias de hoje.

Imaginamos um professor kaingang/indígena trabalhando numa escola, numa escola não indígena, em que nada está escrito em kaingang/indígena, ele precisa aprender a falar português e a escrever em português. Um exemplo são os indígenas nos cursos de pós-graduação nas universidades, que necessitam aprender espanhol, aprender inglês, aprender francês ou qualquer outra língua “estrangeira”. E agora quando o professor vai trabalhar com o indígena é a língua dele que prevalece, a língua dele que tem importância, a língua dele que tem poder e a outra língua não tem poder nenhum.

Isso é um apagamento muito forte que a gente não se dá conta. Para encerrar, primeiro quero dizer que a nossa identidade indígena já foi muito negada. Apenas a partir de 1988 é que a gente começou de novo a discutir e dizer que nós temos uma importância, que a nossa língua é importante e que nós temos uma história muito rica e que podemos contribuir para a sociedade.

Cesar Augusto Barcellos Guazzelli

Vou tratar de algumas coisas que são instigantes quando se fala em identidade rio-grandense e, mais especificamente, quando esta identidade rio-grandense é tratada como identidade gaúcha, o que seria outra coisa a conversar.

Eu então pensei que este texto poderia ser intitulado “Sirvam nossas façanhas de modelo a toda terra”, lembrando do Hino Rio-Grandense. As primeiras estrofes assim dizem:

*Como aurora precursora
Do farol da divindade
Foi o vinte de setembro
O precursor da liberdade*

*Mostremos valor constância
Nesta ímpia e injusta guerra
Sirvam nossas façanhas
De modelo a toda terra.*

Este hino – letra e música – foi composto num episódio muito interessante da Guerra dos Farrapos. O general Antônio de Souza Netto havia proclamado a República Rio-Grandense em 11 de setembro de 1836, um tanto à revelia de seus outros companheiros; e foi ele mesmo que em 1838 tomou Rio Pardo. Netto já tinha feito em Piratini a bandeira republicana, carregada de sentido: nela o verde e o amarelo imperiais foram “jogados” para os cantos, separados pela faixa colorada, símbolo do federalismo, o mesmo vermelho que era usado pelo Governador de Buenos Aires, Juan Manuel de Rosas, maior adversário do Império de Brasil.

Se já havia adotado uma bandeira, Netto então resolveu fazer um hino. Na tomada de Rio Pardo, além de petrechos de guerra dos inimigos, foi apreendida uma banda dos imperiais; ameaçando seu famoso maestro Medanha, encomendou o hino para o outro dia, e essa letra que eu acabei de referir foi composta por um cidadão chamado Francisco Pinto da Fontoura que era conhecido como Chiquinho da Vovó.

(Particularmente eu não tenho nada contra qualquer Chiquinho que pertença ou não a alguma vovó, mas não parece muito a alcunha de quem faria um hino tão enérgico e que servisse de modelo a toda a terra, mas isso faz parte de um anedotário que nós temos. De toda sorte, os farroupilhas eram notórios em apelidar amigos e inimigos!)

De qualquer maneira esse símbolo remete para duas coisas que para mim são paradigmas nessa nossa autoglorificação. Ou seja, a ideia de que nós rio-grandenses começamos ou inauguramos a liberdade está no hino. E que isso, de uma certa forma, está revestido de uma religiosidade: nós temos um farol, farol da divindade, nós estamos pensando em Cristo, nós estamos pensando em guias. Então realmente remete para alguma coisa maior. Quem somos nós? Somos “nósoutros” realmente gaúchos?

Daí nós temos que ter em mente que a palavra “gaúcho” teve muitas acepções. Quando falamos e nos remetemos ao tempo farroupilha, o da composição do Hino Rio-Grandense, ela jamais foi usada como identificadora de alguém nascido no Rio Grande do Sul e muito menos na República Rio-Grandense. Nela, seus seguidores se chamavam rio-grandenses, cidadãos – palavra com muito significado, trazida da Revolução Francesa –, ou até mesmo “piratinienses”, mas jamais encontraremos a palavra “gaúcho”. Por quê? Porque gaúchos eram bandidos, eram ladrões, eram contrabandistas, delinquentes de toda ordem. Nada tinham a ver com a Guerra dos Farrapos ou Revolução Farroupilha. Portanto esse gentílico que foi estendido para todos os nascidos e até para todos os adotados pelo estado do Rio Grande do Sul é anacrônico, e esta impropriedade deve ser de alguma forma recuperada. Eu vou contar duas anedotas, as duas passadas comigo, e que podem ilustrar essa nossa ideia de gaúcho. Uma vez perguntei a uma plateia grande de alunos de curso médio na semana farroupilha que queriam ouvir história da guerra dos farrapos, enfim, e todos vestidos de gaúcho e eu perguntei: “Quem aqui é gaúcho?” Todos menos dois ou três que não eram do estado levantaram a mão. A pergunta seguinte foi para liquidar a questão desta presumida identidade gaúcha: “Respondam então qual é o lado de montar?”. Pergunta fácil, com cinquenta por cento de chance. A grande maioria respondeu que era o direito, porque fazem uma associação direta ao mundo dominado pelos destros; daí expliquei que o lado dito “de

montar” era o lado esquerdo porque na verdade é a perna direita que se alça. (A propósito, o lado direito se chama “lado de laçar”!) Então, eram todos “gaúchos” que sequer sabiam o lado de montar.

Mudando um pouco o enfoque, tem outra história. Comentando um desfile farroupilha na televisão – o primeiro desfile realmente carnavalizado porque foram os carnavalescos em Porto Alegre que fizeram os carros alegóricos – onde eram homenageadas todas as etnias que tinham formado o Rio Grande do Sul, um deles representava os colonos alemães, com pessoas vestidos de agricultores, umas choupanas, instrumentos de trabalho, e vinham cantando em alemão uma música que parecia conhecida; isto era estranho, pois não conheço o idioma. Como assim? Foi quando o apresentador do programa perguntou: “O que o senhor está achando, professor, dessa versão em alemão do *Canto Alegretense*?” Realmente, eu não sei como traduziram para o alemão expressões tão regionais como *flor de tuna* ou *camoatim de mel campeiro*, mas deve ter ficado interessante.

Então essas nossas autoimagens não sobrevivem, digamos assim, em um desfile ou festividade. Elas não ultrapassam uma palestra num colégio porque elas realmente não têm uma densidade. Mas elas são reconhecíveis, as pessoas se acham gaúchas, as pessoas são capazes de traduzir o *Canto Alegretense* – por sinal uma bela canção – para o alemão, para se sentirem gaúcho. Todos somos gaúchos!

É então que entramos numa questão importante, a ideia de que nós somos um estado branco, extraviado nesse sul do Brasil, que um país mestiço, é um país que tem o famoso mito das três raças etc. Nós não, nós pensamos o Rio Grande do Sul como um estado branco. Isto apesar de entre os brancos estarem povos indígenas, como guaranis, charruas e *kaingangas*, e que no ano de 1800 o Rio Grande do Sul era a terceira província na importação de escravos africanos, atrás apenas da Bahia e do Rio de Janeiro. Portanto, onde estão estes tão famosos brancos?



Há uma coisa interessante talvez para pensar um pouco nessa questão dos brancos do Rio Grande do Sul. Nós temos religioso que foi proposto ao Vaticano para ser beatificado; trata-se do Padre Johann Baptist Reus, um jesuíta, homem dedicado, místico, milagreiro, que parecia ter as boas qualidades essenciais para tornar-se Beato; no entanto, o processo está há mais de cinquenta anos parado.



Em compensação temos três santos populares muito fortes. Um é Sepé Tiaraju, guarani missioneiro que representou a Cristandade que estava sendo conspurcada por portugueses e espanhóis, que se associaram para combater os indígenas. Portanto, é um nativo rebelado contra o domínio português, e virou santo, é nome de uma cidade. Nós temos outro santo popular que é um escravo, um santo negro, um escravo de uma estância, um campeiro; tão importante que tornou-se o Negrinho do Pastoreio que desbancou um santo dos mais importantes, Santo Antônio de Pádua, aquele que encontra todas as coisas. Um santo indígena e um santo negro! E mais, nós temos uma santa, e ela é Maria Degolada, uma prostituta que foi assassinada pelo seu amante. Então nós, brancos, “civilizados” e “europeus”, na verdade santificamos os indígenas, santificamos os escravos, santificamos as prostitutas.

Quem sabe estes nossos santos não traduzam para nós uma origem ligada a uma real descendência de povos americanos, de povos africanos, e de uma herança europeia muito pouco ligada a costumes “civilizados”, que na verdade resultou da vinda de degredados – e degredado é sinônimo de degradado – e de prostitutas. Todos nós descendemos de alguma maneira de degredados e de prostitutas.

(A não ser aqueles que entram nesses sítios da Internet onde podemos descobrir os nomes familiares associados às mais fabulosas linhagens. Este é um interessante exercício, apesar de negar o fato biológico da diluição em progressão geométrica da herança genética, mas isto está muito além de quem persegue fumos de nobreza!)

Então, me parece que essas são questões que temos de debater quando se fala em “identidade gaúcha”, que é esta ideia, por exemplo, do branco em relação ao mestiço, em relação ao negro, em relação ao indígena. Ao invés do defensor da liberdade, na verdade, devemos pensar na dominação semifeudal, paternalista, seja lá o que for; esse guerreiro patriota que nós atribuímos ao gaúcho do século XIX, mesmo do século XX. Pensar na ideia que ele está respondendo ao apelo daquilo que Jorge Luis Borges chamava de “patrão casual”, os estancieiros que compunham a classe dominante. E pensar que esse “monarca das coxilhas” que anda desfilando garbosamente nas festividades, na verdade teve seu o passado de contraventor, de delinquente etc.

Admitindo que tivéssemos todas as melhores qualidades – um pensamento que é permanentemente rememorado e/ou comemorado – como explicar as desventuras pelas quais passamos? Daí é necessário abordar algo muito característico no Rio Grande do Sul, o que a professora Celi Pinto chamou de “discurso de crise”. Nós sempre temos uma crise! Neste exato momento, para exemplificar, estamos vivendo uma crise: o governo do estado não vai pagar os salários, alegadamente por falta de recursos para tanto. Para meu raciocínio, não faz muita



diferença se essa crise é real ou não, mas ela é sempre trazida como explicação para os nossos problemas, e sempre atribuída aos outros, aos “não gaúchos”.

Aí entra também um trocadilho no nome desse simpósio que é “nós outros” – que pode ser *nosotros*, do castelhano – em oposição a “eles outros”, os que têm culpa daquilo que está acontecendo conosco. É a crise. E a crise remete a uma nostalgia de alguma coisa que nós não sabemos qual é, mas nós somos nostálgicos de um passado onde nós tivemos importância, onde nós fomos heroicos, onde, enfim, demos exemplos para toda terra, como no hino. “Discurso de crise” remetendo a um “discurso de nostalgia”. Ambos recriam então um “discurso de identidade”, e é esta a questão da identidade que trabalha com esses valores todos: nós, “os gaúchos”, que temos um “passado por detrás”, enfrentaremos as “crises” gestadas pelos “outros”.

Assim, aquele gaúcho histórico, que era bandido e que depois é transformado no campeiro, transformou-se em gentílico para todos os habitantes do Rio Grande do Sul; e a Revolução Farroupilha, que agora é cultuada, foi durante muito tempo tratada como sendo uma negação, uma traição mesmo, à identidade então luso brasileira! Temos que pensar nessas coisas, onde elas iniciaram, onde elas andaram e o que elas representam ainda hoje.

Eu comecei com o Hino Rio-Grandense, e vou terminar com outros versos. É um poema de Marco Aurélio Campos, que pertencia ao grupo nativista *Os Teatinos*, e se chama “Eis o Homem”. O título também dá aquela ideia da divindade, porque se remete à frase de Pôncio Pilatos apresentando o Cristo: “– Ecce Homo”, em latim significa exatamente “– Eis o homem”. Mas o poeta Marco Aurélio Campos estava se referindo ao Gaúcho – e uso aqui a palavra em maiúscula para acentuá-la bem – e não ao Cristo! Mas além da imodesta – para dizer o mínimo – comparação, ele diz no final:

*Sou raiz, sou sangue, sou verso
Eu sou maior que a história grega
Eu sou gaúcho e me chega
Para ser feliz no universo.*

Não cabe discutir se existe uma história maior que outra, mas fica claro que é mais um de tantos exercícios de uma vaidade, para não

dizer megalomania, talvez mais acentuada que o próprio hino. Mas por quê? Porque isso nos agrada, isso nos faz bem. Quer dizer, se nós estamos numa situação de inferioridade econômica, se estamos numa situação de submissão política, se nós estamos numa situação de pobreza cultural, essa autoimagem nos reforça porque ela nos traz aquela nostalgia do passado que referi, e sendo nostálgicos do passado nós podemos enfrentar a crise do presente.

Mas eu prefiro outra coisa, eu prefiro uma outra definição deste homem rio-grandense que foi tão glorificado por tantos. E busco para isto, a primeira frase daquela que talvez seja uma das maiores obras escritas nesse país, e me refiro à *Salamanca do Jarau*, contada em *Lendas do Sul*. E a lenda começa assim: “Era uma vez, uma vez, um gaúcho pobre, Blau de nome, guasca de bom porte, mas que só tinha de seu o cavalo gordo, o facão afiado e as estradas reais”. Essa é uma definição que me agrada, esse é o gaúcho que talvez tenha existido, e que vive nessa retórica maravilhosa do João Simões Lopes Neto; mas não tem nada a ver com a História Grega e menos ainda com o “exemplo a toda terra”.

Enéas de Souza

Minha intenção é problematizar e conversar sobre as possibilidades das “nossas façanhas”. Vou colocar um ponto futuro para fazer contraste com os comentários anteriores à minha exposição. Valem como observações sobre pontos do passado que apoiam uma definição da identidade gaúcha. Com isso, trabalhar a ideia de uma identidade que seja, na verdade, dinâmica, em alteração, em mudança, em metamorfose. Uma identidade plástica. É dentro dessa perspectiva que pretendo desenvolver minha reflexão.

Parto de hoje. Estamos num mundo e numa realidade em profunda transformação geoeconômica e geopolítica da sociedade, não apenas brasileira, não apenas americana, mas mundial.

Início a partir de um ponto de vista geoeconômico. A ideia é a seguinte: a realidade que vivemos é a de uma sociedade liderada por uma hegemonia financeira. Por isso, não podemos pensar que a economia capitalista que embasa nossa sociedade é uma economia da produção. Ela é isso sim, mas não apenas isso, já que é a finança o setor econômico que comanda, domina, propõe e impõe econômica e politicamente o mundo de hoje.

Estamos, no campo produtivo, saindo da segunda revolução industrial para uma terceira, que se centra basicamente na liderança das novas tecnologias de comunicação e informação. Nesse sentido, o capital financeiro e essas novas tecnologias vão alterando e mudando a sociedade, trazendo consequências que se afiguram de enormes proporções.

A sociedade atual é uma sociedade capitalista mundializada. O capital passa por dentro dos estados nacionais, por dentro dos territórios dos países, está em toda parte. Estamos atravessados por essa mundialização, e isso nos coloca problemas de diversas ordens. Ela passa por aqui, mas não está aqui. Trata-se de uma realidade extremamente profunda e altamente desafiadora, na medida em que vai colocar para o RS, para o Brasil, para todos os países, o problema de “como enfrentar esta realidade que vem vindo”, como olhar a face desta figura histórica que nos chega e cujo rosto é um enigma e uma indagação. Como a esfinge, essa realidade está nos dizendo:

“Decifra-me ou te devoro”.

Passo a abordar a problematização, agora desde um pano de fundo geopolítico.

Vivemos atualmente uma hegemonia norte-americana muito intensa. Após a Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria e a queda da URSS, os americanos apareceram no cenário internacional com as roupas de uma hegemonia total e absoluta, a da hegemonia neoliberal. Só que o mundo no século XXI, sobretudo a partir da crise financeira de 2007/2008, revelou que o subsolo geopolítico tinha uma nova fisionomia se formando. A gente via a emergência de um novo conflito, de uma distinta tensão, de uma contradição eminente, marcada pela adversidade entre os Estados Unidos e a China. Esta crise derruba financeira e politicamente a maioria dos Estados nacionais, a começar pelos Estados Unidos, e deságua num momento do capitalismo, onde a hegemonia dos Estados Unidos foi deslocada e conferida pelos chineses, que se beneficiaram produtiva e financeiramente da crise ocidental. Como diria o romancista Lawrence Durrell: o verão nasce no interior da primavera. De que maneira?

O quadro geopolítico começou a se organizar, a se armar, através de um posicionamento de antagonismo entre os Estados Unidos e a China. Os americanos buscando uma recuperação econômica e política, visando a manutenção da liderança na Terceira Revolução Industrial e de uma liderança política que continuasse incontestada, contudo preocupados com os movimentos da China. Como que se arma, então, este cenário? Os americanos detêm o processo de liderança mundial na parte econômica, com uma vanguarda instável e irresoluta na hegemonia financeira e com uma vantagem tecnológica e indiscutível, principalmente nas novas tecnologias. Pretende-se ver neste último foco uma diferença preciosa, pois ela se desdobra na arquitetura econômica das indústrias bélicas, da indústria digital, da indústria midiática e no reforço da liderança tecnológica das finanças.

A tudo isso se contrapõe a China. E o que ela traz? Logo de saída, pode-se destacar, sem nenhuma simulação: aquele país tornou-se o mais avançado parque manufatureiro do mundo. Com isso, incrementou por consequência progressos na inovação tecnológica e na própria pesquisa em tecnologia. O que, no entanto, não caracteriza a possibilidade de competir com os Estados Unidos

nas áreas de ponta. E isso também é válido dizer, no geral, para as finanças. No processo da valorização financeira ocidental que se embaralhou numa crise profunda, os chineses saíram dos fatos com alto nível de reservas em dólar e com presença interessante na competição desses mercados. Nada capaz de ameaçar os Estados Unidos. Mas, com um progresso que lhe permite pensar numa estratégia mais alta no setor. Uma concorrência agora, neste momento, com o capital financeiro americano, para disputar a hegemonia, está fora do radar.

Contudo, o confronto Estados Unidos/China, no campo geopolítico e geoeconômico, tem características singulares. Antes de mais nada, os americanos tem a preocupação instantânea, sobretudo no campo político-militar, de tentar um combate mais de curto prazo, definindo-se astuciosamente por uma competição intensa, vigorosa, o mais cedo possível. Militarmente, não há como a China concorrer. Por isso, a manobra chinesa é evitar o máximo possível esse tempo breve. A China trata de postergar, procrastinar como Hamlet, o embate. Ganhar pontos no campo político e econômico é a sua manobra, e, agindo pensadamente, afastar-se da provocação belicosa a sua tática.

No tocante ao político, o objetivo é conseguir uma influência lenta por meio de apoios econômicos a países emergentes e em desenvolvimento (sobretudo, investimentos em infraestrutura e investimentos produtivos em parceria ou solitários em indústrias que interessam ao abastecimento chinês). Mas o seu objetivo mais definitivo tem um alvo e uma meta soberana. Ela tece a construção da sua potência econômica para que alcance o patamar de concorrência com os Estados Unidos no porte financeiro. De um lado, habilitando uma moeda que pudesse competir com o dólar, e de outro, operando uma participação no campo financeiro através de instituições em todos os níveis: mercados, bancos, finanças públicas e privadas, nacionais, supranacionais e mundiais, que pudessem fustigar e concorrer com os Estados Unidos. Mas o que é que a China pode trazer de diferente para encarar essa disputa geopolítica e geoeconômica?

A grande distinção entre os dois gigantes é que os Estados Unidos é uma potência capitalista neoliberal e a China é um capitalismo de Estado. Vislumbra-se que, enquanto as decisões americanas seriam

mais descentradas, mais fragmentadas, mesmo com a imperiosidade da Defesa no campo das instituições públicas, a China teria mais unidade nesse quesito, o que arma estratégias divergentes. Os Estados Unidos ambicionam resolver o conflito no curto prazo e a China no longo. Jogo de gato e rato; um corre, o outro escapa. E há, na configuração dessa porfia, alguns atores que terão que se posicionar no curso da disputa geopolítica. São os integrantes dos BRICS, onde se encontra o Brasil.

Esses fatores geoeconômicos e geopolíticos estão entrando na nossa realidade cada vez mais profundamente e podem nos sacudir. É uma mudança muito profunda na economia, na política, na tecnologia, no social, na cultura, na civilização. O cenário vai ter arquiteturas e pinturas, ideias e pensamentos, objetos técnicos e trabalhos distintos. Pode-se configurar, se não estivermos avisados e preparados, que o teatro do mundo traga um cenário de tempestade. Lembra a peça de Shakespeare? Por isso, esse ponto futuro se joga com tanta força como a que estamos discutindo aqui. E ele vai se colocar como protagonista diante dos elementos da identidade gaúcha – sobre os quais, meus colegas disseram e falaram de modo tão brilhante.

A questão é essa: o que a cultura gaúcha – o que nós gaúchos – vamos fazer para encarar o que está vindo por aí? Como é que nós vamos responder a essa situação? Nós estamos em um



momento histórico de mutação, que traz um desafio para nós todos, e o que decidirmos e o que fizermos será fundamental neste processo. Como enfrentar esse desafio? A resposta nossa, a meu ver, tem que ser estratégica.

Lembro uma determinada anedota que é contada, pelos gaúchos, de várias maneiras. A que conheço é a seguinte: o pessoal de uma pequena cidade do interior estava discutindo, na Câmara de Vereadores, a situação da crise no município. E um deles pergunta, com angústia na voz: *O que é que nós vamos fazer?* Outro vereador, intensamente preocupado, mas convicto, propõe: *Quem sabe declaramos guerra aos Estados Unidos?* E o primeiro responde já inquieto com o porvir: *Ah, é uma boa ideia, tchê. Mas... E se eles aceitarem?*

O que essa anedota significa?

Significa o seguinte: precisamos compreender a nossa situação e entender o que os EUA podem fazer ou, no caso, o mundo, palco de uma futura terceira revolução industrial e de um novo conflito geopolítico. Entender para responder, entender para planejar. Como é que nós vamos operar em relação a essa metamorfose? Significa fundamentalmente que a gente tem que fazer parte – a melhor possível – desta nova ordem mundial. Nós, Brasil, nós, RS. Temos que entender, então, o mar que está vindo à nossa praia para que possamos nos jogar no oceano, nadar, nos adaptar, fazermos o nosso lance, decidirmos nossa vida. E tudo começa como uma resposta estratégica, capaz de orientar nossas ideias, eventuais planos, tantas e quantas propostas de ação. E para isso é indispensável uma clareza básica.

Trago a questão, agora, para o nosso contexto:

O RS é um estado de fronteira, só que o capital transita por toda parte, por todos os lugares. Passa por cima dessa linha divisória. Qual nossa posição diante desse potencial fronteiriço? Como vamos trabalhar o RS em relação a vários temas: econômico, político, cultural, etc...? É um processo mundial que vai passar por aqui, queiramos ou não. Como vamos responder a ele? Somos um elemento na passagem, e o processo vem do mundo, o que quer dizer que passa pela América do Sul. E pouco nos damos conta disso, de que o processo já está em andamento. O que fazer?

Em primeiro lugar, o RS terá que mudar sua posição face à realidade, ou seremos passivos. Cabe uma postura, deseja-se uma atitude. Logo se chega à necessidade de ideias estratégicas, esboço de projeto, e projeto que reaja àquilo que vem. Nossa história conta com um político como Getúlio Vargas, que, quando assumiu a presidência do Brasil, jogou com a geopolítica daquela época de uma forma excepcional, porque tinha uma visão global do que estava acontecendo. Getúlio Vargas tinha na cabeça uma estratégia que trabalhasse e contemplasse um projeto de Brasil dentro de um projeto de mundo. E um projeto de Rio Grande do Sul no interior do projeto brasileiro. Ou seja, esta é a direção que nos importa – aquela que fará o Rio Grande do Sul encontrar o seu lugar. Não se chegará muito longe se não tivermos uma direção, um sentido, um plano para negociar. Ficar à espera não é uma posição vantajosa, a definição do nosso lugar acabará sendo localizada e construída apenas por outros.

Daí que a estratégia é um passaporte para uma negociação continuada do encontro do lugar. Nossa identidade está em jogo, e como a identidade é dinâmica, a nova inserção do Rio Grande do Sul vai ser trabalhada por um engenho específico. Vamos costurar uma invenção que será um trânsito de uma identidade que existe para outra que existirá. Numa opção como essa, a rota é dinâmica. E se reformula, a cada passo, em função da trajetória geoeconômica e geopolítica internacional.

Quando penso nessa estratégia, na estratégia nacional, acho que ela deve ser bem clara, sobretudo para a política que vai conduzi-la. E obviamente, Getúlio Vargas nos aparece e nos dá de novo o toque, o movimento em face do conflito básico Estados Unidos/China. A figura que nos pode fazer pensar e agir é a postura pendular. O pêndulo é o caminho mais curto para a independência na galáxia da disputa entre Estados.

E a política do pêndulo corre sobre o caminho imaginário e real do desenvolvimento do Brasil e do RS. Para isso, como já disse, necessitamos pensar uma estratégia brasileira e, dentro dela, um projeto para o Rio Grande do Sul. O pêndulo trabalha para que o Brasil entre na arquitetura da Terceira Revolução Industrial, a partir de grandes potencialidades como investimentos e produção em alimentos, na indústria de mineração, na indústria de energia, bem

como outras indústrias da Segunda Revolução Industrial – e reposicionadas nessa nova etapa histórica. Isso sem contarmos com a necessária renovação e ampliação de toda a infraestrutura brasileira.

Pois dentro desse desenho, cabe mostrar o Rio Grande do Sul ao mundo. E dizer das suas necessidades, das suas ambições, de suas carências, das suas vocações, das suas inclinações, das suas possibilidades. Mas, já disse que nós somos um estado de fronteira. Pois diante dela é que surge a busca de ultrapassar os limites gaúchos, de expandir os caminhos que passam ou nascem aqui. Claro que falo principalmente da infraestrutura como perspectiva basilar, patamar fundamental para o estado, para o Brasil e para a América do Sul. Contudo, antes é indispensável arrumar o território, mobiliar o espaço, dar mobilidade ao Rio Grande. Trata-se de sair do isolamento e de se conectar com outros *links*. Daí a necessidade substancial de organizar com visão global a nossa infraestrutura.

Cabe de começo, pensar na ligação do Rio Grande do Sul ao resto do país por estrada de ferro. Olhe-se com atenção robusta a batalha da Ferrovia Norte-Sul que tornará o porto de Rio Grande um porto de amplas possibilidades gaúchas, nacionais e internacionais. E obviamente há extensões ferroviárias que podem atravessar o Brasil/ América do Sul, pelos pampas, chegando a algum porto do Pacífico. A Ásia está à vista. Nesse sentido, o movimento de exportação e importação estaria assegurado. Um caminho de duas mãos. E essa visão é estratégica para o país por aspectos diversos, mas ela se torna claramente uma vantagem estratégica do Brasil e do Rio Grande do Sul para empresas mundiais que poderão se situar no país. Penso, como exemplo, nas empresas chinesas de automóveis, que querem ganhar o continente da América do Sul como parte da sua busca de expansão e liderança mundial.

Elas poderiam se instalar em alguma cidade brasileira (e obviamente no Rio Grande do Sul) e conquistar o mercado nativo, e ao menos parte do mercado sul-americano por

meio da passagem pela terra rio-grandense. Todo mundo pensa que passando uma linha por São Paulo se chega à América do Sul. Não, não é fácil. Há que enfrentar os Andes e a floresta Amazônica. Exigiria esforços imensos. Por isso, aqui, pelo Rio Grande do Sul, pode ser uma opção desde logo imediata. E com uma vantagem adicional: qualquer empresa poderia chegar à África por meio do porto da cidade de Rio Grande. Imagine-se que esta conjugação ferrovia-porto poderia sustentar o Rio Grande do Sul com um papel decisivo em vários segmentos do desenvolvimento gaúcho e brasileiro, combinando associações, “hubs”, mercados de forma inovadora, etc. É preciso buscar vontade e imaginação política, em todos os níveis para alcançar a realização dessa fração do projeto gaúcho e nacional. Um pouco como a união que ocorreu há anos com o Polo Petroquímico.

Falei da necessidade de mobiliar a casa. Falei da travessia por trem, falei do porto de Rio Grande, onde um plano diretor que deveria ser feito e prepará-lo para uma organização envolvendo Uruguai e Argentina num complexo portuário latino-americano de grandes proporções. E passando por rodovias para modernizar esse setor que é o mais desenvolvido das infras nesta fase atual, embora em condições declinantes. Outro grande problema do Rio Grande é, sem dúvida, o Guaíba. Trata-se de algo ambicioso. Conceber um processo de recuperação e de proporcionar a navegabilidade do nosso recurso hídrico. É possível assim encontrar novas condições de navegação, a construção de pequenos portos, de empreendimentos econômicos nacionais e internacionais, o apoio à recuperação de povoações bem como a criação de novos núcleos populacionais. E, sobretudo permitir ao Rio Grande que através de uma combinação de transporte rodoviário, transporte ferroviário, transporte lacustre, possa alcançar um mais moderno dinamismo econômico, distinguindo benefícios na eficiência e na integração com custo mais baixo, e logo mais barato.

Por falar, no tema da integração, há a questão dos aeroportos, sobretudo um grande aeroporto para Porto Alegre. É imperioso, também ter uma estratégia específica. De um lado, há que transformar o aeroporto de Porto Alegre num local de pouso para aviões de grande porte. E com algumas reformas pode ser feito ali mesmo, na atual localização, sacudindo tanto a aviação de

passageiros como a de carga. E isso dará um estatuto incrementado a esse aeroporto, porque se pode concebê-lo como um “hub”, aglutinando voos que servirão ao Rio Grande do Sul, a Santa Catarina, até mesmo ao Paraná, e se espalhando para Uruguai, quem sabe Argentina, Chile e, até mesmo, Paraguai.

Logo, a estratégia de transformar a infraestrutura gaúcha é uma estratégia de longo prazo com projetos de tempos variados e possíveis ao longo do curso. E que são de interesse comum ao Brasil e ao Rio Grande. O importante é que essa transformação integrada, das diversas áreas de transporte, conduz a uma reformulação completa da integração do Rio Grande do Sul no projeto nacional e no processo de mundialização da economia. Tudo isso assegura a criação de possibilidades de participar dos bons frutos da Terceira Revolução Industrial, seja fornecendo mercadorias para os países líderes ou para economias que exportam para nós ou importam nossos produtos. Naturalmente que o sonho de uma economia com infraestrutura contemporânea e atualizada só tem possibilidade de acontecer como consequência de uma estratégia coerente do Rio Grande inserida num projeto brasileiro, sul-americano e mundial, onde as questões de infraestrutura são também decisivas nesta segunda década do século XXI.

De outro lado, a aposta da infraestrutura deve acolher também outro elo de alto futuro: o conjunto de coisas ligadas à energia. E aqui, o Rio Grande pode encontrar sendas deveras audaciosas. É a busca de criação de indústrias ligadas ao futuro energético. Seja energia eólica, energia solar ou novas tecnologias na área do carvão. O que certamente nos levará a colocar uma estratégia para dar base à expansão do Rio Grande. Portanto, uma estratégia de longo prazo baseada – que se explicita enfim – no transporte e na energia. Todas essas atividades são um revolver da economia produtiva rio-grandense na sua profundidade. O efeito ressalta: a expansão da agroindústria,

da indústria de caminhões e automóveis, da indústria mecânica, da indústria siderúrgica, da indústria de autopeças, etc. Esse mesmo impulso agirá como uma fonte de atração para empreendimentos mundiais que visem o mercado do Brasil, da América do Sul e até mesmo da África, que seria reabilitada, no nosso caso, pela intermediação do porto de Rio Grande. É esse sonho que pode ser materializado por uma estratégia que se basearia no citado binômio transporte e energia.

Minhas propostas e análise colocam uma visão estratégica em relação à Terceira Revolução Industrial. Nasce uma aventura que repercute tanto na geopolítica (estratégia pendular somada a uma estratégia para o Rio Grande inserida na estratégia brasileira no processo da mundialização), como na geoeconômica (estratégia de integração na Terceira Revolução Industrial a partir de investimentos gaúchos, nacionais e internacionais avantajados).

O que estamos falando afeta não apenas soluções político-econômicas, mas também culturais. E o vento não sopra só no Rio Grande, mas vem de fora da própria Terceira Revolução Industrial. E, certamente, a economia que envolve as novas tecnologias de comunicação e de informação comporta radicalidades tremendamente inovadoras. E elas jogarão pesadamente na cultura gaúcha, já que inseridas na civilização capitalista. Poderíamos sintetizar essas alterações ao expressarmos uma entrada forte da cultura digital, que traz, no corpo dos novos objetos, produtos, sistemas e redes, algo de uma organização de vida diferente. Trazem ideias, imagens, representações e pensamentos distintos. E é um clic de computador, uma oscilação, um choque para tradições, costumes, arte, concepções arraigadas no Rio Grande.

Esse desafio passa pelo separatismo; pela glorificação exclusivista do tipo gaúcho, ou seja, o mito gaúcho; pelos equívocos ideológicos da história do Rio Grande em fazer de uma guerra de reivindicação de um grupo de latifundiários uma guerra da liberdade de um povo; pela denominação de revolução uma revolta, uma rebelião, contra o Império; pela louvação de saudar sob o título de heróis guerreiros aqueles que praticaram uma traição contra os lanceiros negros, combatentes do seu lado; pela construção da figura de irmãos inimigos, como a chamada “cultura do caranguejo”; pela expressão



de uma terra que se espelha na imagem de caudilhos para construir uma política dominada por “chefes” falando em democracia, etc.

O lado positivo das atitudes gaúchas se avulta igualmente: a visão universal da política legada por Getúlio; a liderança contra as injustiças; o lado do homem cordial sob a figura do guerreiro; o trânsito cultural do gaúcho com o uruguaio, o argentino, o chileno – a possibilidade de ligar culturalmente os brasileiros do sul, do centro, do nordeste, do norte com os sul-americanos, por proximidade histórica da gênese antropológica do Rio Grande.

Enfim, o que tento colocar é que existe uma oportunidade histórica de nós alterarmos a situação do RS. Fernand Braudel diz que o capitalismo tem um conjunto de situações: econômica, cultural, política e o conjunto das hierarquias sociais, etc. Esses conjuntos se inter-relacionam. Assim é fundamental pensarmos o RS partindo da nossa história. E, ao mesmo tempo, considerarmos os fatores que nos favorecem nesses conjuntos. É preciso ter bem claro: a questão cultural é decisiva. Só a cultura muda as pessoas para que a economia possa se transformar. E altera substancialmente a condição material e fornece a base de metamorfoses históricas e sociais. A cultura é pensar essas coisas que todos nós vivemos. Olhar nos olhos o mal-estar que pode se avolumar sob forma de tempestade, vinda do lado da Terceira Revolução Industrial – e que porá em questão as nossas façanhas, hoje estáticas de expectativas inertes. E saber que a cultura alimenta criativamente a nossa identidade dinâmica.

Teremos, então, condições de construir a saída? Existem forças sociais no Brasil e no RS para transformar esses projetos e essa estratégia em realidade? É preciso apostar. E o primeiro lance da aposta é ter ideia do que jogar. Uma espécie de ficção de futuro para, no mínimo, sabermos onde estamos. E, claro, estamos, em verdade, numa ficção crítica.¹

(Bom, falei bastante, não disse tudo o que queria, mas provoqueei vocês.)

¹ Um pouco como fez Freud com o pai da horda primitiva ou Marx com a sociedade mercantil simples no início do “Capital”. Eles trabalhando sobre a origem, sobre o passado, e eu sobre o porvir, sobre o futuro.

Quais são as expressões dos diversos campos de expressão

conflitos de base do RS em seus cultural?

Inês
Marocco

Pedro
Figueiredo

Encontro

Eduardo
Mendes
Ribeiro

Paulo
Gomes

Arte e experiência de vida se misturam.
Fayga Ostrower

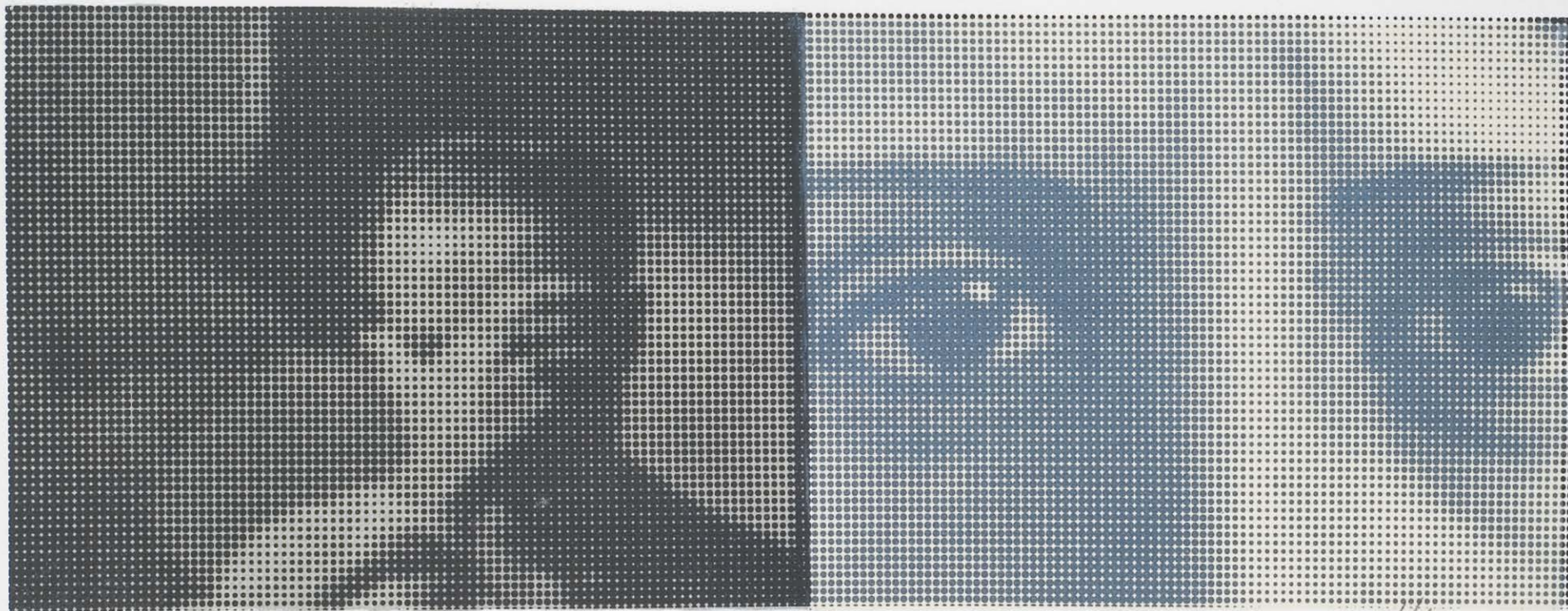




cely stou ve rídní?

milha yadu

Francis Pelichek. Pastor com ovelhas diante de rio, grafite sobre papel, sem data.



61/110

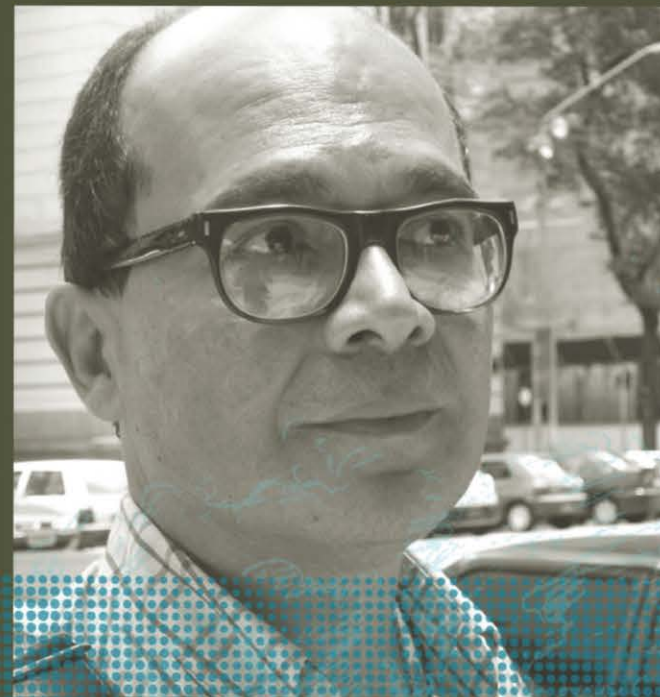
Alfredo Niccolaiewsky 03

Mas essa ideia de partir de um novo ser de não aceitar essa determinação e da não reprodução do mesmo pode ser um caminho interessante.



Eduardo Mendes Ribeiro

Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Psicanalista, membro da Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA), e do Instituto APPOA - clínica, intervenção e pesquisa em psicanálise.



É muito complicado construir isso tudo e a gente vai ver que o olhar mais apurado para essa questão é exatamente o olhar feito por aqueles que são desgarrados da terra, ou seja, quem não tem obrigação de ter essa vinculação com o estado, com o espaço, com a terra, aqueles que podem pensar essa identidade através de uma observação.

Paulo Gomes

Doutor em Artes Visuais - Poéticas Visuais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2003) e na Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (2002). Possui graduação - Bacharelado em Artes Plásticas Habilitação Desenho - pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1995), mestrado em Artes Visuais - Poéticas Visuais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1998). Atua na área de Artes Visuais, como artista, professor, curador independente e crítico de arte, trabalhando com os seguintes temas: arte no RS, arte contemporânea brasileira, crítica de arte, desenho e acervos artísticos.

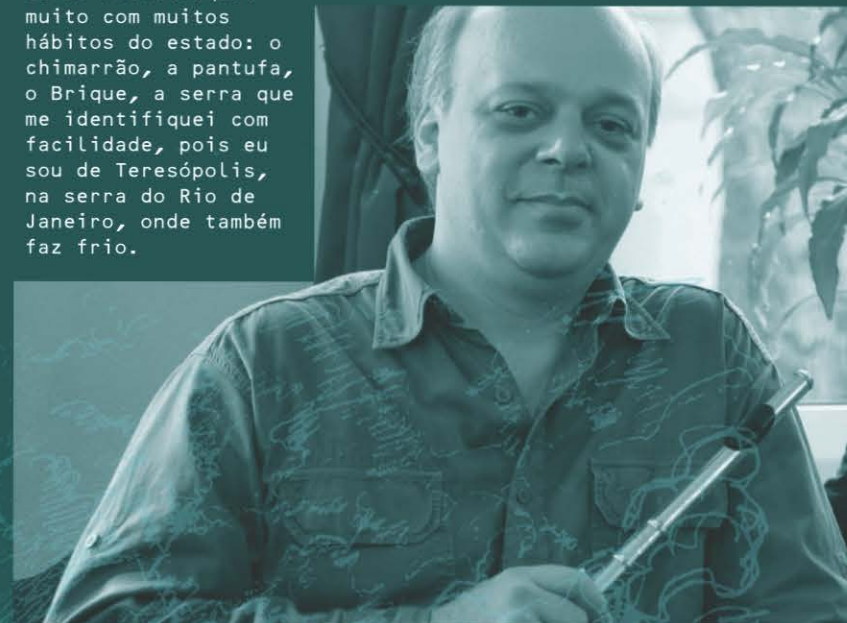
Então, retornando ao início, eu busco na cultura viva do Rio Grande do Sul, elementos para a formação do ator.



Inês Marocco

Professora do departamento de Arte Dramática (DAD) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Possui graduação em Direção Teatral e Licenciatura em Arte Dramática pela UFRGS, mestrado em Diplôme d'Études Aprofondies - Université de Paris VIII e doutorado em Esthétique Sciences et Technologie des Arts - Université de Paris VIII. É diretora teatral e pesquisadora da formação do ator.

Eu me identifiquei muito com muitos hábitos do estado: o chimarrão, a pantufa, o Brique, a serra que me identifiquei com facilidade, pois eu sou de Teresópolis, na serra do Rio de Janeiro, onde também faz frio.



Pedro Figueiredo

É flautista, saxofonista, arranjador, produtor e técnico de som. Em 1981, quando chegou em Porto Alegre, aproximou-se da música gaúcha e, frequentou festivais de música regional. Recebeu o prêmio de “Melhor Instrumentista em Sopro da Década de 80” e, desde a criação do Troféu Açorianos, foi indicado em nove edições, sendo escolhido como “Melhor Instrumentista em Sopro” em três destas.

III Encontro

Como, através do diálogo interdisciplinar, podemos discernir quais traços se repetem nos vários campos de expressão cultural, qual a leitura que cada campo faz destes traços, de modo que essas diferentes leituras possam conversar?

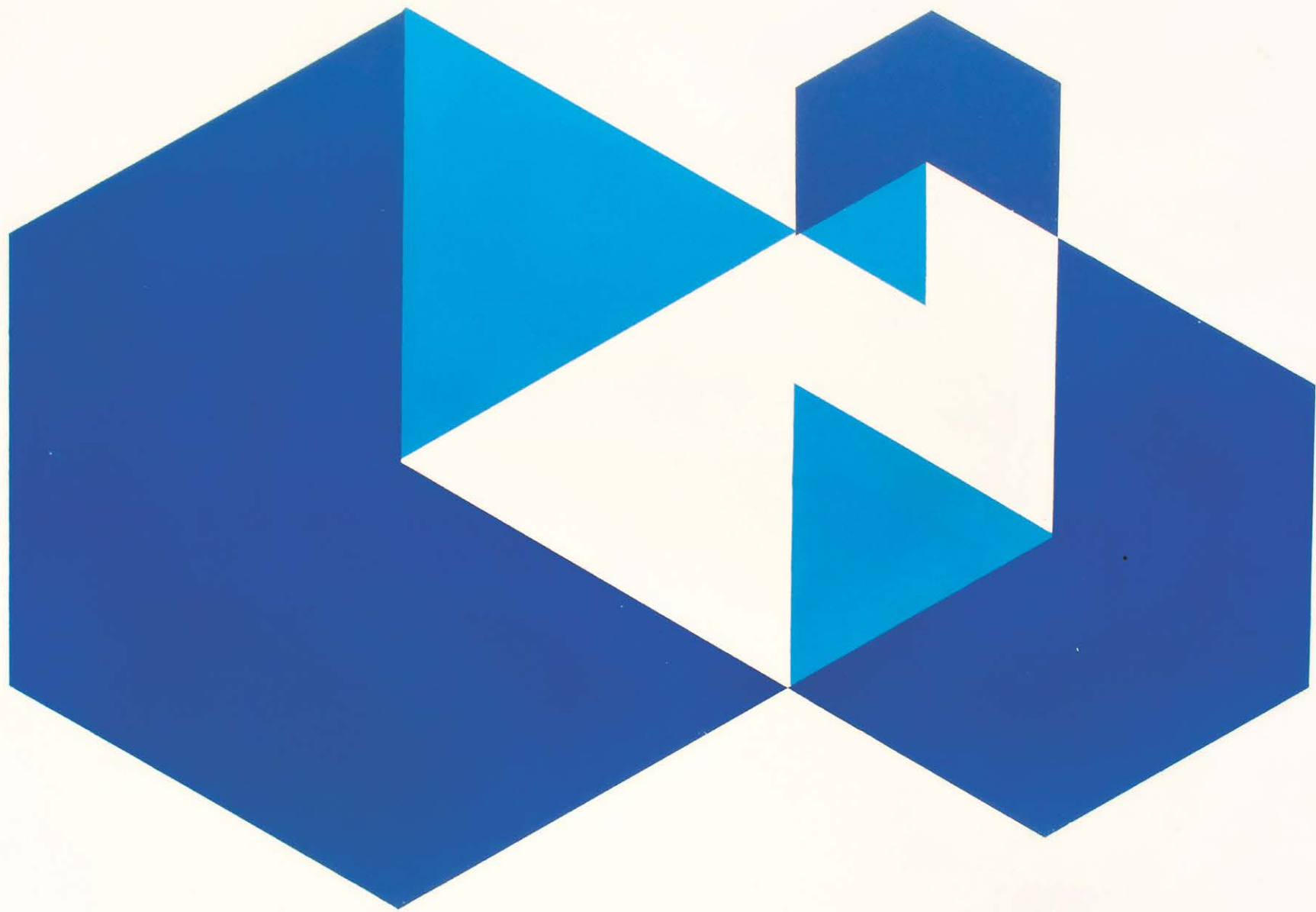
Podemos tomar o termo cultura no sentido amplo de civilização, como faz Freud em *Mal-estar na civilização* (1930), significando que toda produção humana constitui cultura, um mundo de linguagem que determina os modos de ser, estar e produzir diante da natureza e condiciona como nos relacionamos com nossos semelhantes. Nesse sentido, cultura e experiência de vida se misturam.

Considerando a cultura num sentido mais restrito, podemos circunscrevê-la à produção artística em suas diversas modalidades de expressão, como na música, nas artes visuais, na literatura, dança teatro, culinária, entre tantas outras. Por outro lado, podemos considerá-la restrita apenas ao campo da produção nos diferentes campos do conhecimento.

Uma das dificuldades que enfrentamos consiste em recortes como este, sobretudo quando levam a reducionismos simplificadores, como refere Edgar Morin, dissociando os saberes entre si e induzindo à ideia de que uma disciplina pode dar conta do todo. O resultado é uma multidisciplinaridade em que cada disciplina pesquisa seu objeto sem levar em conta as demais.

As raízes culturais históricas deixam as marcas de seus conflitos de base, influenciando tanto nossos modos de criação, quanto o que é produzido e o que é tomado como referência, no que é considerado como superado, no que é desqualificado ou considerado assunto tabu. Na medida em que consigamos ir além do sintoma social que limita esse diálogo interdisciplinar, novos significados e perspectivas mais interessantes e construtivas de nosso modo gaúcho de ser poderão surgir.





Barth
21

Luis Fernando Barth. Sem título, serigrafia, 1971.

Inês Marocco

Eu farei um depoimento sobre o trabalho de pesquisa que desenvolvo e para isso vou contar com a participação dos alunos que fazem parte do meu grupo atual através de demonstrações práticas. Inicialmente farei uma introdução e depois passaremos às demonstrações práticas. Eu queria agradecer ao Difusão Cultural e a APPOA pelo convite.

Então, eu vou tentar situar o meu trabalho a partir da provocação que a organização fez “Quais são as expressões dos conflitos de base do RS em seus diversos campos de expressão cultural?”. Eu pensei que o que se aproxima mais do meu trabalho e não sei se isso poderia se caracterizar como um conflito, se situa no paradoxo que existe entre a cultura viva e a cultura institucionalizada no RS. Através da minha pesquisa, por exemplo, eu busco na cultura viva os elementos para desenvolver o meu trabalho. Eu queria informar também que o meu trabalho se situa na área de teatro e que esses alunos são do Departamento de Arte Dramática do Instituto de Artes.

Então, retornando ao início, eu busco na cultura viva do Rio Grande do Sul, elementos para a formação do ator. Que elementos são esses? Eu busco nas técnicas corporais da lide do campeiro, aquelas atividades rústicas realizadas de forma artesanal que conhecemos como o laçar, o tirar o leite da vaca, o domar, o pealar, o tosquiar, por exemplo. Eu busco neles os elementos que podem servir na formação do ator. E aí vocês vão perguntar o que tem a ver uma coisa com a outra, as técnicas corporais do gaúcho campeiro e o trabalho do ator. Bom, eu vou então fazer um breve histórico de como eu me dei conta de que tinha a ver.

Em 1989 quando eu dava aulas na UFSM em Santa Maria eu dirigi um espetáculo chamado *Manantiais*. Esse espetáculo, que foi uma criação coletiva, era baseado nos contos de Simões Lopes Neto e Barbosa Lessa. Nós, uma equipe de alunos e professores do curso de Artes Cênicas da UFSM, fizemos toda uma pesquisa histórica, folclórica e antropológica sobre a cultura e a história do Rio Grande do Sul para contextualizar os atores na época em que se passavam as histórias dos contos que é no final do século XIX. E são todos contos que se passam no universo rural. E eu pensei “eu quero que esses atores

fisicalizem e não só entendam racionalmente essa época, mas que eles também se insiram física e corporalmente nesse universo”. E aí eu chamei um laçador especialista de laço, irmão de uma das alunas, para fazer uma demonstração da atividade do laçar para nós do grupo, porque eu pensei “eu acho que os atores tem que observar alguma das atividades rústicas deste meio rural para reproduzir e para tentar se inserir de alguma forma, neste universo, uma vez que a maioria deles era de origem urbana”.

A ideia era a de não só conhecer, ver, mas se apropriar desta atividade campeira através da imitação corporal. E aí, ele foi na universidade e fez uma demonstração da ação de laçar e eu fiquei impressionada com a presença física do laçador. Então, a partir daí eu tive esse *insight* de que o gaúcho faz uma coisa que o ator deveria fazer, que é treinar cotidianamente para adquirir essa presença física. Só que o gaúcho faz sem saber, pois é o seu trabalho e o ator faz de forma artificial. A partir dessa ideia, de que há uma teatralidade no *métier* do campeiro eu fui para França, fiz meu doutorado, aprofundei essa questão da teatralidade nas diferentes manifestações da cultura viva do gaúcho.

E depois disso, em 2001 eu comecei a minha pesquisa na UFRGS e qual era o objetivo? Era criar um sistema de treinamento para o ator, a partir das técnicas corporais do gaúcho campeiro, e dessa forma colocar em prática uma ideia que teve sua origem na criação de um espetáculo em Santa Maria e que foi desenvolvida na Tese de Doutorado. Então a ideia foi a de criar um sistema de treinamento que possibilitasse ao ator o desenvolvimento de uma presença física, pois da mesma forma que o bailarino, ele tem que treinar e formatar o seu corpo. Então, para criar o sistema de treinamento, e antes de ir à campo em Caçapava do Sul, eu instrumentalizei os atores nas técnicas aprendidas na escola de teatro de Jacques Lecoq de como decodificar, codificar e estilizar os movimentos corporais. Porque eu não queria que eles simplesmente fossem para a fazenda, observassem os movimentos dos campeiros e viessem para a sala de aula imitá-los.

Eu queria criar um sistema com movimentos corporais diferenciados, codificados. Eu não queria que o laço fosse simplesmente reproduzido, eu queria que o movimento fosse estilizado e que

contivesse os princípios da presença física do ator/dançarino, que segundo Eugênio Barba se constituem pelas características de oposição, equilíbrio de luxo, incoerência coerente, virtude da omissão, equivalência, entre outros. Então, para verificar as técnicas apreendidas, nós as aplicamos na criação de uma partitura corporal baseada na atividade profissional que eles conheciam: a atividade de fazer um cheeseburger (demonstração dos atores em palco). Uma vez que eles aprenderam a decodificar e a codificar nós fomos a campo. Fomos à Caçapava do Sul, numa fazenda que ainda possuía as atividades campeiras sendo realizadas de forma rústica e artesanal pelos campeiros para observar, registrar e filmar.

Ao voltar para a sala de aula nós assistimos aos vídeos, conversamos sobre o que foi registrado na fazenda e fizemos uma seleção das atividades que mais continham os princípios da presença física do ator/dançarino que gostaríamos de ressaltar. As atividades selecionadas foram: Laçar, Pealar, Tirar o leite da vaca, Linguíça, Tronco (ação de abrir e fechar o portão do Tronco), Ginete e Tosquiar. Com esse material criamos nove sequências de movimentos ou partituras. A primeira partitura que será apresentada todo mundo conhece, é a de *Tirar o leite da vaca* (demonstração dos atores no palco). Outra



atividade bem conhecida é a de fazer linguíça, atividade normalmente dedicada às mulheres, após o abate do animal (demonstração da partitura denominada *Linguíça*).

A próxima atividade é uma ação do peão de abrir e fechar o portão do corredor denominado como tronco, por onde passam os animais para serem triados para a vacina, o banho (após o vídeo chamado *O Tronco*, demonstração dos alunos). Nós achamos muito interessante e teatral a ação de fechar e abrir o portão. E a partir dessa ação, criamos uma partitura que eles vão demonstrar agora, que se chama *O Tronco*. A próxima partitura é *O Ginete*, que é como se denomina o domador. Nós vamos passar primeiro o vídeo, onde vemos o ginete numa situação de Festa Campeira (demonstração dos atores no palco após o vídeo). Foram criadas duas partituras, ginete 1 e ginete 2, a partir desta mesma atividade de domar.

Agora o vídeo da atividade do *Laçar*, também numa situação de Festa Campeira (passagem do vídeo, seguida da demonstração dos alunos). A outra partitura é a do *Pealo* que é uma atividade que está em extinção, que consiste em laçar o animal pelas patas (demonstração dos atores no palco após o vídeo). A seguir a *Tosquia*, atividade que consiste em tirar a lã da ovelha com uma tesoura especial e não com máquina. Foram criadas duas partituras a partir da mesma atividade de *Tosquiar*, a *Tosquia 1* e *2* (demonstração dos atores das partituras após o vídeo).

Uma vez que eles aprenderam o sistema, a questão que me coloquei foi “bom, e agora, fazer o que com o sistema de treinamento?” Aí nós quisemos verificar a eficácia do sistema com uma criação artística. Então, o primeiro espetáculo foi *O Nariz* em 2003, que foi uma adaptação do conto homônimo de Nicolai Gogol. E depois deste, vários outros foram realizados com outros grupos de pesquisa, sempre com a intenção de verificar a eficácia do sistema de treinamento.

Em 2008, foi criado *O Sobrado* (enquanto passa o vídeo) que é baseado nos sete capítulos dos dois volumes *O Continente*





da obra *O Tempo e o Vento* de Érico Veríssimo. O outro espetáculo, *Incidente em Antares* (enquanto passa o vídeo), que estreou em 2012, também é uma adaptação da obra homônima de Érico Veríssimo. Outro espetáculo, que estreou em 2014, é *O Santo Qorpo ou O Louco da Província* (enquanto passa o vídeo), é uma adaptação do romance intitulado *Cães da Província* de Luís Antônio de Assis Brasil, e que contém também fragmentos de algumas das suas peças, jornais e da *Enciclopedia* de José Joaquim de Campos Leão, o Qorpo Santo.

E para concluir vou falar da transmissão do sistema de treinamento como é que ele se realiza. Esse sistema é passado de grupo a grupo, desde 2003, quando o primeiro terminou o seu ciclo na graduação (fala acompanhada do vídeo). Na realidade, são eles que sabem dos movimentos que fazem parte do sistema de treinamento, eu não sei nada, os grupos passam o sistema de uns para os outros. E aí vocês poderão ver pelo vídeo a forma como eles procedem na realização da transmissão, que é direta e se faz através da observação e da manipulação dos corpos. Esse grupo de alunos que vocês viram no palco é o sexto que trabalha comigo nessa pesquisa.

Então para finalizar, gostaria de dizer que da mesma forma que no Oriente as técnicas teatrais e de dança são transmitidas de mestres

para discípulos, mantendo uma tradição viva milenar, na pesquisa procuro criar uma tradição que seja formada por uma rede de alunos que detêm esse conhecimento vivo.



Da mesma forma que os campeiros do interior do Rio Grande do Sul recebem seus conhecimentos de forma tradicional, de seus pais, avôs ou capatazes, os alunos também criam a sua tradição de forma viva e direta. Então o meu trabalho é todo baseado e fundamentado na cultura viva do Rio Grande do Sul.

Eduardo Mendes Ribeiro

Este é o III Encontro do Projeto NósOutros Gaúchos, uma parceria do Instituto APOA, da Associação Psicanalítica de Porto Alegre e da UFRGS, através de seu Departamento de Difusão Cultural.

Organizamos esses encontros temáticos para discutir e tentar compreender um pouco melhor as questões históricas, antropológicas, sociológicas, políticas e econômicas, constituintes de nossa história e de nossa cultura. Em outras palavras, para tentar entender melhor o que fez com que nossa sociedade chegasse ao ponto em que está. Com este propósito, temos contado com a participação de vários profissionais de áreas diversas.

Entretanto, parece importante retomar rapidamente o propósito desses encontros. Como surgiu a proposta? Nós, da Associação Psicanalítica de Porto Alegre, nos sentimos convidados e convocados para produzir um debate em torno da identidade gaúcha, do jeito de ser do gaúcho. Parecia uma proposta um pouco estranha porque evidentemente são muitas as formas como cada um se percebe enquanto gaúcho, ou percebe a identidade gaúcha, de uma forma mais ampla, pois é evidente que são muitos os modos de ser do gaúcho. Mas pensamos que fazia sentido essa discussão, principalmente porque constatávamos a existência de certo senso comum a respeito desse “ser gaúcho”, e acreditamos que vale a pena atentar para estes sentidos comuns, porque eles certamente portam alguma verdade sobre nossa forma de nos pensarmos e de nos relacionarmos.

Por um lado, são evidentes os sinais do “orgulho gaúcho”: é comum nos estádios de futebol que o público ignore o hino nacional e cante fervorosamente o hino rio-grandense; no noticiário veiculado pelas diversas mídias, tornou-se usual identificar como gaúchos as pessoas que protagonizaram algo de interesse nacional ou internacional. De forma geral, reivindicamos o reconhecimento de nossa singularidade (superior) em diversos campos.

Por outro lado, atualmente, mantemos um discurso queixoso, lamentando termos deixado para trás nossos tempos de glória. É comum ouvir referências a nossa suposta decadência: já tivemos

muito mais força política, melhor educação, melhores serviços de saúde, mais prosperidade econômica. Isto sem falar na iminente falência do estado. Assim, o orgulho pelo passado convive com o sentimento de que não somos mais o que fomos.

Frente a esta situação, muitas são as interpretações: nossa história faz com que vivamos alimentando conflitos de toda ordem, entre nós e com os outros, algo que se generalizou sob o termo de “grenalização”: são as polarizações e rivalidades políticas, a desconfiança em relação aos que não fazem parte de nosso grupo, a dificuldade de congregar a sociedade em prol de objetivos comuns, etc.

Assim, decidimos propor uma série de debates com o objetivo de avançar nesta discussão, além do senso comum, mas sem desconsiderá-lo. Partimos do princípio de que refletir sobre nossa identidade pode contribuir para relativizar sentidos cristalizados, abrindo a possibilidade de nos reinventarmos a partir de uma pluralidade de experiências e referências, frente às quais possamos assumir um protagonismo, uma posição de sujeitos.

O que está sendo proposto, portanto, é uma conversa, uma grande conversa, com muitos participantes, um verdadeiro debate público. Foi assim que se constituiu esta parceria com o Departamento de Difusão Cultural da UFRGS que, pela importância de sua função e pelo reconhecimento social que adquiriu, tem todas as condições de impulsionar a ampliação deste debate.

Para estimular esta discussão, gostaria de trazer algumas questões que foram tratadas nos encontros anteriores. Ou seja, pra iniciar essa conversa, fazer os encontros também conversarem entre si.

Assim, uma das indagações propostas por meu colega Mario Corso ia nessa direção: “Será que a forma como nós nos pensamos não está entretendo as nossas possibilidades de fazer algo diferente? De nos repensar?”. Este pode ser um bom guia para nossas reflexões.

Donaldo Schüller, por outro lado, nos falou de alguns traços que nos definem enquanto gaúchos e nos lançou uma ideia para pensar: a existência de um traço importante na nossa constituição, um traço literal que foi o Tratado de Tordesilhas, que dividiu o mundo e produziu uma espécie de ferida. Ou seja, foi esse traço que fez



com que nós nos situássemos em uma zona de fronteira, ora de um lado, ora de outro, o que é uma situação que certamente não facilita a constituição de uma identidade. Ele também nos falou dessa colcha de retalhos, que seria a constituição da nossa sociedade, onde além do gaúcho primitivo, que era tomado como bandoleiro, bandido, saqueador, e que depois foi incorporado pelas estâncias, havia os açorianos e as diferentes levas de imigrantes.

Em sua opinião, foi frente a essa diversidade de povos que nos constituiu que foi se formando o mito do gaúcho. Ou seja, nossa ferida teria começado a ser simbolizada a partir deste elemento absolutamente mítico. Donaldo considera curioso o fato de que é quando este gaúcho primitivo já não existia mais, que se estabeleceu seu mito.

Toda sociedade precisa de um mito fundador, mas a questão que se coloca para nós atualmente é a de avaliar o quanto este mito que nos enaltece, centrado na imagem do gaúcho a cavalo, defensor das fronteiras e da liberdade, ainda é capaz de nos representar. O quanto ele ainda possui um caráter unificador, capaz de sustentar um laço social que possibilite a convivência das nossas diferenças, a nossa confrontação com as nossas carências e a constituição de alguns ideais que possam nos congregar.

Citando Augusto Meyer, Donaldo propôs: “Quero aprender a não ser”, como estratégia para fugirmos de um determinismo histórico, para evitar que nossa história, sanguinolenta, de guerras e incompreensões, nos esmague. Deveríamos partir de um não ser, para reelaborarmos a nossa história, e inventar o gaúcho que nós queremos ser.

Tau Golin, da mesma forma, lembra que o processo de construção de nossa sociedade se dá contra a idéia do gaúcho, então entendido como o bandido, o saqueador, o bagaceiro. Ele entende que com este mito do gaúcho que criamos nós matamos nossos avôs, que teriam uma história muito mais interessante e verossímil, com a qual poderíamos nos identificar. Segundo sua

interpretação, nosso mal-estar e nosso sofrimento surgem daí: da impossibilidade de se sustentar uma identidade neste mito divorciado de nossas raízes.

Segundo ele, reificando este mito fica mais difícil construir um devir (um projeto de futuro), já que nosso tempo edênico estaria no passado, em um passado inventado. Tau ainda fez uma observação interessante sobre a posição dos imigrantes, e a maioria de nós descende deles: para ele, ao aderir ao mito do gaúcho, os imigrantes deram um jeito de, não sendo brasileiros, participarem da fundação de uma nova identidade social, distinta da brasileira, o que os colocava em igualdade de situação com os demais habitantes desta terra. Ilustrativo desta situação é a constatação de que um dos lugares com maior número de CTGs é Caxias do Sul, e ainda mais se considerarmos o fato de que os italianos nem tinham chegado aqui na época da Revolução Farroupilha e dos outros conflitos que serviram como fundamento do mito do gaúcho.

Entretanto, já que se tratava de forjar uma identidade, esta deveria ser a mais valorosa possível. É o nobre cavaleiro lutando pela liberdade e pela justiça, servindo “de modelo a toda terra”. Mas, como nos relatou César Guazelli, além dos gaúchos primitivos serem vistos como bandidos, grande parte dos imigrantes que aqui chegaram eram degredados, ou seja, pessoas que, por diferentes razões, não conseguiram se fazer valer em suas terras de origem. Ou seja, não é preciso grandes elaborações teóricas para compreender que, frente a uma situação de fragilidade identitária, os habitantes desta terra inventaram uma história comum que os enaltecia.

A psicanálise nos mostra o quanto os discursos ufanista e auto-laudatórios constituem uma estratégia mais ou menos inconsciente, e geralmente mal-lograda, para responder a um sentimento de desvalia e a uma demanda de reconhecimento. Toda arrogância busca encobrir uma fragilidade.

Sabemos que toda tradição e toda a identidade são inventadas, mas elas perdem sua eficácia simbólica se se mostram descoladas da história, e não incorporam as fraturas e os conflitos que as constituem.

Outro ponto importante foi discutido e analisado pelo César Guazzelli: a recorrência do “discurso da crise”. Este discurso costuma atribuir aos outros as razões de nossos infortúnios, além de manter presente uma sensação nostálgica, nos fazendo crer que os bons tempos ficaram no passado. Desta forma, César retomou o que Tau Golin havia apontado: não vemos no passado o alicerce para o futuro, mas uma perda a lamentar.

A este respeito, nos chegou uma manifestação de dois economistas, Adalmir Marquetti e Álvaro Magalhães, questionando esta idéia de crise no RS. Eles apresentam dados econômicos que demonstram que a suposta crise do RS é uma falácia, pois a participação do estado no PIB nacional se mantém praticamente inalterada, nos mantemos como a quarta economia do país, a terceira maior indústria de transformação e a menor taxa de desemprego. Diminuímos a taxa de mortalidade infantil e aumentamos a expectativa de vida. Então, que crise é esta? É claro que eles reconhecem que o estado passa por uma situação fiscal preocupante e que temos problemas sérios nas principais áreas, como saúde, educação, segurança e infraestrutura, mas, como contribuição para a discussão proposta pelo projeto NósOutros Gaúchos, eles propõem que esta percepção de crise seja recorrente e equivocada, como uma “síndrome”, e questionam as razões pelas quais mantemos esta imagem autodepreciativa, se no resto do país o sul é associado ao adjetivo “maravilha”.

Minha hipótese, de um não-economista, é a de que temos mantidos nossos indicadores em patamares razoáveis a um custo que está se revelando altíssimo, que é o endividamento do estado e a carência de investimentos em áreas vitais para nosso desenvolvimento. Afinal, evitamos a todo custo desfazer a imagem que mantemos de nós mesmos. Nada muito diferente do que acontece com sujeitos e famílias, quando fazem grandes sacrifícios, muitas vezes comprometendo sua estabilidade, com intuítos eminentemente narcisistas.

Para finalizar, gostaria de deixar uma idéia para o debate:

Quando uma identidade se constitui com fundamentos frágeis e mitificados, descolados da experiência e da memória dos sujeitos, ela se situa em um plano eminentemente imaginário, e sua forma de operar é por totalizações e contrastes: “Nós somos assim”, “Nós somos mais, ou melhores, do que os outros”. E, se isto vale na relação com os “estrangeiros”, vale também para as relações entre nós, quando o sucesso de alguém, contrastivamente, aponta para o meu fracasso. Ou seja, estamos sempre desqualificando, desvalorizando, aqueles que se destacam.



Uma sociedade que não consegue afirmar seu caráter de coletivo, construído a partir dos encontros/confrontos de suas singularidades, e, portanto, se mostra incapaz de construir um projeto de futuro, tende a perpetuar um conflito fratricida. Neste sentido, precisamos de adversários e de inimigos, pois, na falta de outros elementos que nos sirvam de referência, são nestes embates que tentamos afirmar e ver reconhecido nosso valor. É neste contexto que se manifestam os conflitos político-partidários e outros fenômenos de generalização.

Bem, se o que nós temos discutido faz sentido, o que fazer para mudar esta situação?

Certamente, não temos a pretensão de produzir análises conclusivas e, muito menos, de indicar caminhos, mas acreditamos que acionar discursos que nos confrontem com nossas inconsistências pode produzir um debate público capaz de encontrar meios de nos reinventar, repensar, e produzir algo de diferente que gere algumas mudanças.

Paulo Gomes

Vou propor pra vocês um pequeno roteiro visual pra tratar dessas questões que foram colocadas aqui, do ponto de vista da história da arte no RS. O foco da conversa toda será realmente pensar uma questão de identidade, o que seria uma premissa, e pensar também por que tudo é tão difícil em termos de construção de uma identidade e também a questão de pensar nessa expressão do ser gaúcho, ou seja: é um traço específico de identidade que pode aparecer ou não em determinadas manifestações artísticas. Eu vou, evidentemente, como estou falando de história da arte, ter que trabalhar com imagens, então vamos trabalhar com as obras. Vou dar três focos pra vocês:

O primeiro é a questão de uma identidade visual do gaúcho. O segundo é a construção de uma identidade visual através não do homem, mas através da paisagem e a questão de uma identidade artística. Então as questões das expressões dessa identidade ou desses problemas de identidade não são uma solução, são os problemas de identidade nas artes plásticas. É importante colocar que isso começa exatamente quando tem início uma tentativa de construção de uma identidade visual para o RS e também de um campo das artes plásticas. O Rio Grande do Sul é um Estado tardio na construção do Brasil, é o último estado e evidentemente que a questão das artes plásticas, também ela, começa tardiamente. Então a gente vai ter um começo dessa questão das artes plásticas, no momento em que há um artista que efetivamente consegue consolidar ou, digamos assim, congregar uma expectativa e os seus meios manuais, ou seja, o seu talento para fazer isso.

Vamos passar direto para a primeira imagem que é do Pedro Weingärtner, a pintura *Tempora Mutantur*. Pedro Weingartner é um artista de origem alemã que faz uma formação no Rio Grande do Sul, uma formação incipiente, porque não havia escola de artes no RS, ao contrário do Rio de Janeiro e da Bahia, e vai para a Alemanha estudar. E esse ir para Alemanha estudar, significa ir também em busca de uma raiz, uma raiz de família, mas também é um processo de construção de uma identidade que é a identidade de sair de um país que ele acaba descobrindo que é o seu país, que é sua região.



Figura 1. Pedro Weingärtner. *Tempora Mutantur*, 1898. MARGS, Porto Alegre, RS.

O Weingärtner vai trabalhar com essas etnias, que são formativas do Rio Grande do Sul, esses grupos como os italianos, como no caso do *Tempora Mutantur*, [Fig. 1] os alemães que ele vai mostrar na pintura *Kerb* [Fig. 2] e também em outros trabalhos [Fig. 3], e também vai mostrar esse homem que trabalha no campo, esse homem que não está ligado nem aos italianos nem aos alemães, mas que é o próprio gaúcho.



Figura 2. Pedro Weingärtner. *Kerb*, 1892. Coleção Fadel, Rio de Janeiro, RJ.



Figura 3. Pedro Weingärtner. *Pousada de carreteiros* (Barra do Ribeiro, 1914. Pinacoteca APLUB, Porto Alegre, RS.

Aqui novamente esses que seriam os trabalhadores do campo; sem nenhum tipo de identidade e de etnia específicos, ou seja, seriam os gaúchos mesmo. Isso se dá exatamente no período imediatamente posterior à proclamação da república. Isso é importante, esse paralelo da história a par da construção desse discurso que estou fazendo, porque de certa maneira, uma coisa não ilustra a outra, mas as coisas se explicam em paralelo.

O segundo momento desse processo se dá por volta da primeira década do século XX quando há a necessidade da construção de uma nova identidade para o Brasil, depois de muitas décadas de monarquia. É necessária uma construção de uma identidade, é necessário mudar os heróis e o Estado do RS, através de uma iniciativa pública, e se contrata artistas para vir pintar no RS.



Figura 4. Antonio Parreiras. *Prisão de Tiradentes*, 1914.
Museu Júlio de Castilhos, Porto Alegre, RS.

Um desses artistas é Antônio Parreiras, que vem pintar exatamente esse novo herói da República, o herói que vai substituir Dom Pedro I, que é o protomártir da República: Tiradentes. Essa pintura, que hoje está no museu Júlio de Castilhos é *A Prisão de Tiradentes*. (Fig. 4).



Figura 5. Lucílio de Albuquerque. *O Seival*, 1916.
Instituto de Educação Flores da Cunha, Porto Alegre, RS.

O outro artista é Lucílio de Albuquerque, que também é um artista de enorme importância nesse momento e também é contratado pelo Estado. Isso é muito interessante: o Estado contrata esses artistas para vir trabalhar aqui e produzirem obras para serem colocadas nos prédios públicos. Então esse trabalho do Lucílio de Albuquerque tem um aspecto muito interessante: quando esse quadro foi pintado foi chamado de *Retirada da Laguna* e depois, quando veio para o Rio Grande do Sul ele mudou de identidade, ele virou *Seival* (Fig. 5). Essa é uma das telas que está no Instituto de Educação e que hoje faz parte do acervo do Instituto de Educação.

O terceiro caminho que está sendo construído, a partir desse momento, é a criação do Instituto Livre de Belas Artes, ou seja, o atual Instituto de Artes da UFRGS que é de 1908. Em 1910 começa o curso de artes plásticas, um processo de constituição de uma formação artística, ou seja, uma escola de arte para formar artistas. Eu coloquei deliberadamente nessa apresentação uma série de obras que estão aqui na exposição, (Trata-se da exposição *Pinacoteca Barão de Santo Ângelo nos 80 anos da UFRGS*, local onde aconteceram os encontros do Projeto).



Figura 6. Pedro Weingärtner. *Solidão*, 1913.
PBSA/UFRGS, Porto Alegre, RS.

E na exposição vocês vêem exatamente esse roteiro, de como é feita uma opção de construir uma identidade do Rio Grande do Sul e nas artes plásticas dentro de um sistema já constituído, ou já instituído, exatamente através da paisagem. E essa paisagem vem desde a paisagem rural do Pedro Weingärtner (a primeira pintura apresentada) que é chamada de *Solidão* (Fig. 6), também conhecida como *Garças*.



Figura 7. Libindo Ferrás. *Medas*, 1921. PBSA/UFRGS, Porto Alegre, RS.

E depois vem a obra do Libindo Ferrás, que mostra uma região próxima de Camaquã (Fig. 7). Depois essas paisagens vão se urbanizando, na medida em que o Estado vai deixando sua origem rural, agrícola e pastoril e vai se tornando um Estado industrializado e urbano. Então há todo um processo, que também vai aparecer na pintura. Isso se consolida de uma maneira muito rápida, desde por volta de 1890 até por volta de 1950, ou seja, em menos de 50 ou 60 anos a gente tem, através das artes plásticas, toda uma trajetória de construção e dessa grande mudança que se dá no Rio Grande do Sul.



Figura 8. João Fahrion. *Praça da Alfândega*, 1924. PBSA/UFRGS, Porto Alegre, RS.



Figura 9. Benito Castañeda. *Sem título*, 1947. PBSA/UFRGS, Porto Alegre, RS.



Figura 10. Luis Maristany de Trias. *Vendedores de laranjas - Navegantes*, c. 1939. PBSA/UFRGS, Porto Alegre, RS.



Figura 11. Angelo Guido. *Clube do Comércio*, 1941. PBSA/UFRGS, Porto Alegre, RS.

Na sequência vem o João Fahrion, com uma imagem da praça da Alfândega em 1924 (Fig. 8), o Benito Castañeda (Fig. 9), o Luis Maristany de Trias (Fig. 10), e o Ângelo Guido (Fig. 11), também com uma representação da mesma praça da Alfândega. Um aspecto interessante, é que esses artistas, com exceção do Fahrion e do Pedro Weingartner, ambos com origem alemã, é que eles são todos estrangeiros. Essa construção de uma identidade se dá exatamente por aqueles que não são nativos.

E a gente pensa assim: quem é o gaúcho efetivamente? É o imigrante italiano, é o imigrante alemão, é o português que já estava aqui, é aquele descendente da mistura dessas etnias ou do português com o índio, que a gente vai chamar depois de gaúcho. É muito complicado construir isso tudo e a gente vai ver que o olhar mais apurado para essa questão é exatamente o olhar feito por aqueles que são desgarrados da terra, ou seja, quem não tem obrigação de ter essa vinculação com o estado, com o espaço, com a terra, aqueles que podem pensar essa identidade através de uma observação.



À esquerda: Figura 12. Augusto Luis de Freitas. *Tomada da Ponte da Azenha*, c. 1924. Instituto de Educação Flores da Cunha, Porto Alegre, RS.

À direita: Figura 13. Augusto Luis de Freitas. *Chegada dos Casais Açorianos*, c. 1924. Instituto de Educação Flores da Cunha, Porto Alegre, RS

O interessante é que na década de vinte, o Estado faz uma nova encomenda para um artista decorar o Palácio Piratini e essa nova encomenda é feita ao Augusto Luis de Freitas, que é um artista nascido em Rio Grande, um artista gaúcho. Portanto, um artista

que tem uma formação, uma reputação bastante grande à época e o Augusto Luis de Freitas é convidado a pintar duas grandes telas para o Palácio Piratini. Uma das telas é *A Tomada da Ponte da Azenha* (Fig. 12), que é um acontecimento da Revolução de 1893.

E a outra tela é a *Chegada dos Casais Açorianos* (Fig. 13). Isso é o que a gente chama dentro da história da arte, de pintura de história, ou seja, ao contrário do Weingartner que pintava as etnias e a terra, ao contrário das encomendas que impunham uma visão histórica, mas uma visão histórica até mesmo desvinculada da questão do Rio Grande do Sul e mais voltada para a questão da inclusão do RS dentro do Brasil. Ao contrário da paisagem que é uma iniciativa dos artistas e de uma escola de arte, ou seja, está dentro de um coletivo das artes, a gente vai ter na pintura do Augusto Luis de Freitas uma encomenda do Estado, ou seja, uma iniciativa pública institucional. É muito importante como o Estado vai ter uma interferência muito grande nesse processo de construção da identidade visual, dessa identidade através das artes plásticas.

O conjunto de imagens seguinte são ilustrações de capas da Revista do Globo, desde a primeira e da segunda e posteriormente outras duas, que vou mostrar e comentar rapidamente. Essas estão dentro de um período onde é estimulada no Brasil a ideia das identidades regionais. Então tem o gaúcho, tem o paranaense, tem o seringueiro, tem o jangadeiro, tem o vaqueiro do nordeste e assim por diante. E isso é extremamente estimulado. Trouxe aqui exemplares apenas das capas que dizem respeito aos gaúchos, mas aparecem outros. Então a gente vê a capa feita por Francis Pelichek, que é um gaúcho típico. Na capa do Gregorius é muito interessante que é um gaúcho no campo visto de costas, olhando exatamente para o nascer do sol, onde no fundo aparece a cidade, a urbanização, a indústria, as chaminés. E nas duas imagens seguintes a gente tem uma espécie de atualização de uma figura que é importante naquele momento, do ponto de vista midiático, que é o Mickey Mouse e o Mickey Mouse gaúcho (Fig. 14).



Figura 14. Nélson Boeira Faedrich. Capa da revista do Globo, número 19.

Então é também uma maneira de fazer um caminho de trazer essas figuras que são míticas, e que já eram míticas na época, pra dentro da questão do RS. E a última capa é de Nelson Boeira Faedrich, para comemorar os cem anos da Revolução Farroupilha. E neste exemplo um gaúcho heróico é um gaúcho que surge de baixo para cima, com uma capa esvoaçante, com a lança, ou seja, um gaúcho aguerrido, um gaúcho que tem todo o perfil de um herói. Ele não é aquele homem que está tomando chimarrão, tampouco ele é aquele homem que está lá olhando para a paisagem e se vendo na terra. Ele é um homem cuja terra está na base e ele está acima dessa base.

Isso é muito interessante se a gente olhar na seqüência de imagens que eu vou mostrar para vocês agora, que são imagens do Francis Pelichek (Fig. 15, 16 e 17). O Francis Pelichek é um artista de origem tchecoslovaca que veio para o RS, por volta de 1910, 1912 e faleceu aqui em 1937. Um artista importante para nós, um artista profundamente competente, e ele, junto do Lutzenberger e do Benito Castañeda são esses artistas que vêm da Europa e vêm se colocar aqui, vêm para cá trabalhar, ou seja, se estabelecem aqui, não estão de passagem. Vão viver aqui e vão olhar para a terra onde vivem.

É muito interessante o Pelichek, porque ele vai olhar para aquilo que nunca tinha sido visto pelos próprios artistas, exatamente a ideia do gaúcho, da lida, do trabalhador. Então o que se observa são os cadernos de desenho dele, têm o bolicho, lá têm um gaúcho puxando, lá em cima têm outro grupo de gaúchos. Esses cadernos fazem parte da coleção do Instituto de Artes e são extremamente ricos dessa capacidade de observação do cotidiano. E têm aquela imagem que é uma imagem irônica, que seria do próprio artista Francis fantasiado de gaúcho, pintando ali um touro, o que indica um confronto com aquela força bruta da natureza. Ele está lá, tentando colocar a cultura versus a barbárie; a cultura ou a relação do homem civilizado versus a natureza em estado bruto.

E o outro é o Jose Lutzenberger que vocês conhecem (Fig. 18). Bom, nesse mesmo período existia o estímulo às identidades locais. O Antônio Caringi vai ser importante nesse processo, pois ele vai fazer várias esculturas que são representações de trabalhadores, de figuras que não são históricas ou mitológicas e, sim, que são tipos locais. Essas esculturas estão basicamente colocadas hoje em



Figuras 15, 16, 17. Francis Pelichek. *Cadernos de desenhos*, sem data. PBSA UFRGS, Porto Alegre, RS.



Figura 18. José Lutzenberger. *Pampa*, sem data. PBSA UFRGS, Porto Alegre, RS.

Pelotas. Ali temos essa do gaúcho de pala, ali tem o posteiro, tem essas figuras que são figuras das lidas do campo.

Na sequência desse processo o que a gente vai ter é todo o período do Estado Novo do Getúlio Vargas, por isso que eu falei que é importante esse paralelo com a história, para entender exatamente a produção artística, como ela se dá, não como ilustração da história, mas como um reflexo, de uma reação à própria história. O Estado Novo de Getúlio Vargas que começa em 1936, provoca uma ruptura dessa construção das identidades regionais e isso vai explodir na famosa cerimônia da queima das bandeiras, onde se queimam todas as bandeiras dos estados e se eleva a bandeira do país, ou seja, o país é uma unidade e ele não tem individualidades. Essas individualidades se darão através das figuras do trabalhador, da figura da mãe e assim por diante. Esse período é importante porque quando há a ruptura com esse período, que é em 1945, com o final da guerra

e final do governo Getúlio Vargas, o Estado do Rio Grande do Sul entra no processo de atualização das suas expectativas. Eu não sou historiador, sou historiador da arte, então me desculpem se estou falando alguma bobagem aqui. E vai acontecer uma coisa muito interessante: dois artistas vão ser basicamente considerados ou vão ser tratados como artistas oficiais do RS.

Neste período temos 1948, que é o ano da reedição do livro de Simões Lopes Neto, 1948 é o ano que é criado o CTG 35 e 1948 também é o ano em que Érico Veríssimo lança o primeiro volume de *O Tempo e o Vento*. Então é um ano muito forte deste ponto de vista e a partir deste período, a década de 50 começa a se reestruturar em termos de Estado. Na parte da cultura é extremamente importante, porque é o início do período onde são criados o Museu de Artes do Rio Grande do Sul, a Discoteca Natho Henn, o Instituto Estadual do Livro e assim por diante. Ou seja, todos esses equipamentos da cultura, são os equipamentos que o Estado assume pra si o papel de gestor e de instituidor cultural.

Nesse período o Estado do RS contrata os dois artistas – Aldo Locatelli e o Antonio Caringi – e eles vão fazer obras para decorar o Palácio Piratini e para representar o RS. O interessante disso tudo é que ao contrário do que a gente viu lá em 1924, 1925, quando o Freitas recebe as encomendas da pintura para decorar o Palácio Piratini, ele recebe encomendas de pinturas de história: a *Ponte da Azenha* e *A chegada dos açorianos*. Quando o Locatelli é convidado para decorar o Palácio, ele é convidado a tratar de mito: a lenda do Negrinho do Pastoreio (Fig. 19). É mitologia. Então o que vemos aí? Exatamente uma opção que o Estado faz: ao invés da história, o mito. Essa inversão da identidade pelo mito é interessante, porque ela vai ser alimentada a partir de então, pertencendo a uma série de acontecimentos, não um fato isolado.

Há uma reação nesse período e ela não vem do Estado, mas vem do coletivo dos artistas, que é o Clube de Gravura. Esse grupo, exatamente no mesmo momento, vai fazer a opção por mostrar não o mito, ou a lenda, ou o herói, mas o trabalhador comum. O homem que trabalha nas minas, o homem que trabalha com o gado, o gaúcho do Ciro Martins que não é o gaúcho de base heróica. Então a gente vai ver que no grupo de gravura que também tem uma forte vinculação



Figura 19. Aldo Locatelli. *Lenda do Negrinho do Pastoreio*, década de 1950. Palácio Piratini, Porto Alegre, RS.

com o partido comunista e isso não é por acaso, há uma opção contrária, exatamente uma opção pela figuração, por essa base de construção a partir de uma observação do real do Rio Grande do Sul. Você vê que não tem nada de heroico ou glorificador, ao contrário, é uma observação dura da realidade.



Figura 20. Danúbio Gonçalves. *Zorra*, da série *Xarqueadas*, 1952.

A série das *Xarqueadas* do Danúbio Gonçalves (Fig. 20), que é o único artista do grupo de gravuras que está vivo. São imagens importantíssimas que vão fazer escola e vão fundar movimentos em todo o Brasil, exatamente no momento que o Brasil está fazendo uma opção pela internacionalização da sua linguagem artística, pelas linguagens abstratas que vão ser instituídas pela Bienal de São Paulo, pelo Museu de Arte Moderna de São Paulo. E esse grupo de

gaúchos vai fundar o novo regionalismo, ou seja, o novo olhar para si próprio, não vinculado às linguagens plásticas estrangeiras, mas uma linguagem plástica que seja de acessibilidade para todos, que é a ideia da gravura.

E aqui temos o *Laçador* do Antonio Caringi (Fig. 21).

O laçador que foi encomendado para fazer parte das comemorações do quarto centenário de São Paulo (em 1952 foi mostrada a versão em gesso) e que em 1958 será fundido em bronze. Quando é feita uma espécie de concorrência para a criação do laçador, vários artistas vão participar, Francisco Bellanca, o Antonio Caringi, o Vasco Prado. O Vasco Prado propõe o laçador descalço, um laçador que tem uma base índia, que não tem nada dessa figura grandiosa que depois vai aparecer no laçador do Antonio Caringi, que é um laçador que vai construir uma outra imagem.



Figura 21. Antonio Caringi. *Laçador*, 1958. Porto Alegre, RS.

O que eu estou querendo dizer com isso? Na verdade é que há realmente uma preocupação e uma discussão dessas questões nas artes plásticas do RS e eu disse pra vocês que não ia chegar a nenhuma conclusão e não dá realmente para chegar. A gente pode discorrer sobre os vários momentos dessa questão. Essa questão hoje em dia, ela não é tão importante do ponto de vista da imagem, mas é importante por outros aspectos. O que é importante colocar aqui é que a gente tem esse processo todo e esse processo é muito marcado, principalmente nas artes plásticas, pela polêmica. Sempre se fala assim: isso é arte regionalista, isso é arte marcada por identidades regionais, isso é



arte que não tem autonomia enquanto arte. Ao passo que a ideia de autonomia enquanto arte não pode estar vinculada a nenhuma ideia de identidade que não seja identidade global.



Essas questões, mesmo dentro das artes plásticas são polêmicas. Essa construção ou essa desconstrução da imagem do gaúcho que a gente vê aqui, também é uma questão polêmica dentro do próprio campo das artes, exatamente porque as pessoas têm dificuldade de tratar do assunto sem se apaixonar. Eu sempre falo: nem sou gremista nem sou colorado, eu sou ateu. Então como historiador eu também sou ateu. E tenho que ser ateu porque é a única maneira de olhar para as coisas friamente e analisar. Então estou propondo pra vocês algumas questões para serem trabalhadas, e é justamente essa proposta: mais do que trazer respostas é trazer perguntas.

Pedro Figueiredo

Começo assim pensando que a expressão *Nósoutros gaúchos* me cai bem, por me sentir como um outro gaúcho mesmo. Eu me identifiquei muito com muitos hábitos do estado: o chimarrão, a pantufa, o *Brique*, a serra que me identifiquei com facilidade, pois eu sou de Teresópolis, na serra do Rio de Janeiro, onde também faz frio. Isso é uma coisa que eu vou querer comentar mais adiante, que é a estética do frio, que talvez ela não seja tão só gaúcha.

Na abertura dos encontros, com o Donaldo, com o Professor Leite, a discussão foi muito pontual. A Deborah Finocchiaro pegou justamente a questão do hino e do “Sirvam nossas façanhas de modelo a toda terra” que foi uma coisa que sempre me chamou muito a atenção. Eu não sei o hino do RJ, não conheço as cores da bandeira do RJ e sei tudo aqui do RS, a letra do hino e também sei as cores da bandeira. Outra coisa que me chama muito a atenção no hino do RS é quando diz que *um povo que não tem virtude acaba por ser escravo*, isso até me agride mais e me chama mais a atenção do que *servam nossas façanhas de modelo a toda terra*. Essa outra eu acho que é demasiadamente orgulhosa, mas prejudicar um povo e dizer que por não ter virtude se tornou escravo, me choca mais. Acho inadmissível que a gente continue convivendo com isso e acho que deveria ser providenciada realmente a alteração da letra do hino nos dias de hoje, já que estamos falando de temperar a nossa vida com uma conduta mais igualitária, não tem mais como conviver com algo que dita algo como isso.

A questão do gaúcho (dos conflitos de base do RS em seus diversos campos de expressão cultural), eu tomei a partir da minha área, que é a música. Então, quando começou a se falar tanto da história da figura do gaúcho e esse mito que se constrói com a figura tradicional, o traje oficial que vem a ser a pilcha, que já é admitida como traje oficial, essa questão política, e cultural também, de realmente regionalizar, enaltecer um pouco mais o regional, se estabelece um conflito na simbologia deste gaúcho.

Tau Golin, em sua exposição na abertura dos encontros, expôs seu ponto de vista associando a expressão “gaúcho”, o seu traje e seu modo de vida, a condutas negativas. Mas aí eu fui lá pra trás e

lembrei que, já em 1913, a figura do selo Casas Elétricas, que funcionou aqui em Porto Alegre, já era a figura do gaúcho. A mesma figura do gaúcho que fora utilizada pelo selo Era, da Argentina, onde o proprietário se dizia realmente gaúcho e fazia questão de estar sempre trajado como um gaúcho do campo. E quando retratam ele lá, os historiadores argentinos divergem, uns dizem que ele era campesino e outros dizem que ele se vestia de forma arrogante, como um grande estancieiro. Então até essa figura do traje do gaúcho quando retratada, não quero estabelecer uma verdade, pois não sou historiador, mas eu fico na dúvida se é tão certo que estamos falando sempre do mesmo gaúcho.

Quando a gente vê essa questão, um diz que ele era um prepotente estancieiro e outro diz que ele era um *gaucho*, campesino, do povo. E esse mesmo gaúcho estava então já figurando na Argentina e no Brasil, simbolizando a música dessa região, trazendo produções dos dois países como uma só, através de um símbolo que caracterizava um tipo de música. O primeiro tango vem a ser gravado aqui nas Casas Elétricas, *el Chamuyo*, marchas de carnaval que também foram gravadas ali, com o símbolo de disco gaúcho. Ou seja, também não existia uma seção tão forte daquilo que é permitido estar junto dessa figura de bombacha ali no selo. Poderiam também ter outras expressões musicais. Acredito que tudo transitava com um pouco mais de naturalidade. Depois virão as regras do ser gaúcho. E estas regras, infelizmente, ao invés de afirmar uma cultura, foram postuladas de forma autoritária. Essa forma desagregou e estabeleceu a discussão.

É bom lembrar que, vendo um brasileiro com o traje característico do seu estado, é possível identificar o gaúcho e a baiana. A Bahia fez desse símbolo uma alavanca pra se afirmar nacionalmente, e internacionalmente. Já o Rio Grande do Sul ficou brigando internamente, disputando versões desse símbolo que todo mundo identifica como “o gaúcho”.



Eu quero dizer que essa coisa de adotar um outro estado é muito curiosa, pois quando eu comecei a me apresentar em festivais, tentei me adequar ao modo como os músicos se apresentavam. A primeira vez que eu estive na Califórnia da Canção Nativista, em 1981, usei uma típica pilcha gaúcha. Fui premiado como melhor instrumentista, e, quando fui agradecer e o sotaque era total carioca – “gostaria de agradecer ao júri que me escolheu como melhor instrumentista”. Bom, o que eu escutei vocês não fazem ideia, mas me xingaram de tudo. Dali eu disse “puxa, não dá pra ser”. Continuei trabalhando nesse meio da música regional e vi que eu tinha que buscar um pouco mais de informação. Fui muito bem recebido pelo Paixão Côrtes, fui muito bem recebido pelo Glênio Fagundes, pelo Nico Fagundes, pessoas com quem eu conversei muito e busquei me informar sobre como era a música, o que havia de documentação. Foi uma experiência muito legal e me vi pela primeira vez interessado por uma formação histórica cultural, coisa que eu não tinha com a minha terra.

Então foi um adotar mesmo, passo a passo, e fui descobrindo como se davam as coisas por aqui. Até pra justificar a minha atuação musical. Então, fui indo tão adiante que eu compus milongas, eu compus vaneirões. Fui até pra *aja* e fui compor *chacareira* e “zamba gaucha” e tocar candombe uruguaio. E, realmente, já me

sentindo esse gaúcho, essa coisa dessa pátria *gaúcha* que se vai sem fronteiras, porque a cultura nos permite isso também, esse trânsito de ir e vir nessa tríplice fronteira sem grandes dificuldades. A música que se faz aqui e lá, a gente consegue transitar com bastante facilidade.

Daí teve um texto de uns dos nossos anfitriões, o Jaime Betts, que saiu na Zero Hora, sobre a possibilidade da vida imitar a arte. Falando dessa questão da convivência e de ir e vir além das fronteiras. Quero afirmar que isso é bem mais antigo do que qualquer proposta que a gente possa pensar agora. Quando a gente fala que o primeiro tango foi gravado aqui (gravada a matriz e o disco fabricado aqui no Brasil - antes as matrizes eram gravadas na Argentina e mandadas para a fabricação na Europa), pois já era isso mesmo, já ia e vinha música e músicos. Depois o Salverio Leonetti, aqui das Casas Elétricas, ele estava prensando os discos do selo Era que era o selo argentino, ou seja, todo esse emaranhado do ponto de vista artístico pra gente era muito comum.

As companhias de teatro e ópera quando passavam a fronteira em Itaqui, permaneciam lá no teatro, mais antigo que o Teatro S. Pedro. Esse trânsito sempre existiu, não seria novidade a gente instituir a partir da arte esse trânsito e essa comunhão. Ela é natural pra gente. Então, a estética do frio, essa que foi abordada pelo Jaime como uma proposta, eu acho que ela pode ser pensada mais além. Que outros frios a gente tem aqui no Brasil? E eu digo isso porque sou serrano, lá de Teresópolis, e também passei frio, e tinha um olhar diferente do que era o Rio de Janeiro. E vou mais além: acho que o exemplo mais gritante que eu posso dar é de Guaramiranga, que é uma cidadezinha no Ceará que faz frio também.

Eles tem um festival chamado *Jazz e blues Guaramiranga*, que acontece nos mesmos dias do carnaval. Ou seja, se a gente sofre aqui algumas vezes com algum estereótipo, o cearense, que não gosta de Carnaval, que se revolta - "eu sou obrigado a gostar de frevo durante esses quatro dias?". Eles montaram um festival de jazz e blues que acontece desde 2000 com músicos maravilhosos de jazz e de blues do Brasil e de outras partes do mundo. E também é uma cultura ligada ao frio. Garanhuns também onde o Quinteto Violado divulgou maravilhosamente a música do nordeste feita com um pouco mais de requinte com arranjos mais contemporâneos, também num lugar

que faz frio. Então, a questão de se enxergar assim como o outro, estranhando, como no noticiário que levou o Vítor Ramil a formatar a Estética do Frio, eu não sei. Quando eu cheguei aqui eu não me senti tão estranho assim, fui bem recebido e não achei que estava tão distante de mim. Então, quem sabe, não seria o próprio gaúcho criando mais uma vez esse estranhamento e estabelecendo mais uma vez aquela *grenalização* do contra e a favor, a dicotomia que é tão presente na sua personalidade?

Eu queria destacar, quando o Eduardo falou sobre a questão da atitude em relação à própria produção, que infelizmente a gente vê aqui e testemunha muitas vezes a questão do "porém", a gente brinca que o portenho tem muito a coisa do "pero", então quando a gente começa a elogiar alguém, a gente elogia, elogia e lá no fim acontece um "porém". Por exemplo, vai falar da Mercedes Sosa "ela é maravilhosa, *pero* (porém) o que ela tá fazendo agora não é mais folclore". Sempre tem uma crítica no final e cabe essa crítica até pra Deus "por que que descansou no sétimo dia?". Então é uma coisa que vai infundavelmente.

Aqui no RS a gente começa a sofrer disso gravemente. Parece que quando vai ser feito um elogio pra outro gaúcho, a caneta fica mais pesada e a pessoa retrai: "não é tão grande assim, depois ele vai ficar se achando, vou economizar esse elogio aqui". Eu vou relatar um fato aqui que parece uma brincadeira, mas que acabou de acontecer comigo: eu estava com um amigo carioca, músico, ele estava parando num hotel, estávamos os dois na frente do hotel esperando descer o resto do grupo. Desce o excursionista, eu não o conhecia, ele me apresenta, Pedro, este é o Antônio. Fica aquele silêncio e então o meu amigo vira pra ele e diz assim: "ô bicho, você tem feito umas paradas, da pesadíssima, hein?" (Sotaque carioca). Eu olhei aquilo, não entendi muito bem. O outro disse: "é tenho tocado uns lances legais" (sotaque carioca), "não, meu irmão, da pesadíssima, coisa sinistra" (sotaque carioca). Um minuto de silêncio e ele me olha e diz "esse cara é demais!" (Sotaque carioca). Chega um outro músico, que de noite eu vi tocando três músicas bem simples de violão no espetáculo, e ele me apresenta o outro músico: "rapaz, esse aqui é um músico multi-instrumentista, um cara da maior qualidade" (sotaque carioca). Isso é coisa de carioca: um levanta a bola do outro. Era só eu que estava



ali, não tinha trinta pessoas pra ver, só eu, mas valia aquele investimento. Meus amigos aqui, eles são os bons e são os melhores. E essa atitude é a atitude que faz com que essa imprensa do centro do país e toda aquela movimentação que a Globo faz e que nos deixa esperando se, por acaso, Tarcísio Meira vai dar entrevista no Jornal do Almoço ou não, tomara que ele dê.

A gente fica ali clamando, pois os mitos são construídos sempre e nós aqui não conseguimos construir os nossos mitos. A gente aqui fica testando os talentos dos nossos mitos. A gente sempre tem a crítica. Foram quase 400 concertos com Renato Borghetti que é o quarteto do Renato Borghetti que eu integro há mais de 20 anos e aí o Roger Lerina colocou na contracapa assim “e eles fizeram 4 bis nos últimos 4 concertos” e todos nós do quarteto escutamos, de pessoas que leram a matéria, a frase: “tá, mas aquela história dos 4 bis não é bem assim, né?”. Quer dizer, podia ser que o Lerina tivesse mentido, sabe. Isso é sério. É seríssimo. Gente, a gente só deixou esse texto vir pra cá porque, na realidade, foram 8 concertos e 4 bis e na hora de escrever nos pesou a caneta e pensamos em colocar que foram os últimos 4. Já tava bom. Então é uma coisa que é maior. Mesmo amigos que admiram vão lá no camarim e falam “tá, mas aquela história dos 4 bis não foi bem assim, né!” é triste essa constatação.

Eu estou aqui fazendo essa crítica pois eu queria ver o outro lado. Eu gostaria muito de poder dizer, e aí sim, tomando um pouco das coisas históricas, onde o RS foi muito importante. Ou não se sabe ou não se quer saber ou não quer divulgar isso e eu não entendo o porquê. Então eu anotei algumas coisas assim como Radamés Gnatalli. Radamés é uma salinha de exposição na Casa de Cultura do Mario Quintana, no 4º andar, numa salinha de exposição que não tem uma parede pronta pra exposição, não tem iluminação pronta pra exposição, a gente chama de sala de exposição pra dar algum status àquela sala fechada que tem ali. Não é nada. É uma salinha. A outra Sala Radamés

Gnatalli que nós temos é uma que está atrás do palco do Araújo Viana que agora, quando o grupo que vai se apresentar é muito grande, se coloca a comida pro pessoal. Era onde ensaiava a Banda Municipal de Porto Alegre, mas agora na reforma virou nada. É uma sala que tem porta dos dois lados, uma grande sala de passagem e onde se concentram os grandes grupos. Essas são as duas salas Radamés Gnatalli que nós temos.

Que que o Radamés Gnatalli fez? Radamés Gnatalli, lá na década de 30, estava na direção artística da Rádio Nacional, onde atuou por 30 anos. Ele ditava o que ia ser lançado na música popular brasileira. A primeira gravação de “Carinhoso”, Radamés Gnatalli. “Aquarela do Brasil”, Radamés Gnatalli. “Copacabana, princesinha do mar”, Radamés Gnatalli. Em 1929, Radamés gravava choro com o Quarteto Continental, com o Zé Menezes, guitarrista que fez a trilha dos Trapalhães que morreu há dois anos atrás, músico maravilhoso. E além de uma produção de música erudita fortíssima, em 1931 ele estreou seu primeiro concerto aqui no Theatro São Pedro. Em 1936 ele tinha ganho uma bolsa e foi solicitar um apoio e não recebeu esse apoio do Estado e aí ele rompe e resolve se mudar para o Rio de Janeiro. Dizem, e os três números assustam, que foram 4 mil arranjos, ou 5 mil arranjos, ou 10 mil arranjos produzidos por ele. Eu encontrei em pesquisa e esses números divergem, mas todos eles são assustadores. Como é que um cara escreveu tanto, além de ter escrito choro, de ter feito arranjos pra Rádio Nacional, de ter feito arranjo pra todas as gravações pra Orlando Silva, Francisco Alves, um monte de gente importante, e compôs diversos concertos pra vários instrumentos? O concerto, aquele com instrumento solista acompanhado por sinfônica, teve uma encomenda da rádio de Berlim pra escrever e ele optou por escrever em cima de peças folclóricas, com temas folclóricos dos brasileiros.

E nós aqui temos essa salinha e a sala de passagem atrás do palco no Araújo Viana. O Dante Santoro, eu posso afirmar que vai ser um percentual mínimo de pessoas aqui, eu sei que vocês se ocupam e se preocupam com a questão cultural rio-grandense, no entanto, Dante Santoro não tem nada. Não sobrou registro. O Dante Santoro trabalhou durante 34 anos na Rádio Nacional. Enquanto o Radamés Gnatalli fazia a direção da sinfônica e era o diretor artístico, o Dante

Santoro era o diretor da regional da Rádio Nacional. Então vocês conseguem entender que o chorinho que é uma coisa que o carioca e o paulista brigam pela autoria, quem fazia sucesso era o Radamés Gnattali, quem determinava o que ia tocar na Rádio Nacional era o Dante Santoro que liderava a rádio.

E antes deles, na década de 10, o Otavio Dutra, outro gaúcho, que também não tem nada aqui que fale sobre ele, em 1913 era o mais gravado no Brasil com 30 composições gravadas naquele ano. O Arthur de Faria propõem uma atualização de número de partituras vendidas e seriam hoje, 500 mil partituras vendidas. Não tinha internet e nem *itunes*, era barra mais pesada vender. E hoje essa é a equivalência. Então são nomes importantíssimos pra música brasileira e eu não entendo por que o gaúcho tem que virar de costas pra esses nomes. A gente poderia falar da obviedade que se falou tanto da Elis Regina, né? E que se ouve a história ao contrário de que ela brigou com o RS. Eu não vi nunca, em nenhuma entrevista, ela *pixando* o RS. Se alguém tiver essa informação eu gostaria de ver.

Mas é o que se assume então que ela falava mal do RS, mas o RS ao invés de puxar pra si, mesmo que falasse mal, puxa, com a genialidade dela, fala um pouquinho mal, mas vamos homenageá-la até que ficasse amiga, né? Não, o gaúcho prefere romper. Então fica aquela coisa estranha de testar eternamente os talentos locais, esses não tem, esses talentos locais então quando se cansam e vão buscar o reconhecimento fora, pois é uma fórmula de buscar o reconhecimento fora e quando tu volta tu tem um pouquinho mais de reconhecimento local. O risco é que aí quando o cara sai ele descobre “mas vem cá, lá fora é tão mais fácil. Eu faço a mesma coisa, eu tenho imprensa, eu tenho reconhecimento de público, eu vendo disco, as pessoas ouvem as minhas músicas, eu não mudei nada, eu continuo tocando igualzinho, mas eu vou lá fora e acontece, tô no RS e não acontece”. Pra mim é uma questão seríssima.

Otavio Dutra é um nome de rua. Dante Santoro não tem nada. Em 2012 morreu Avendano Júnior. O Avendano Júnior com mais de 600 chorinhos compostos era um pelotense que quando Valdir Azevedo, que foi o compositor de *Brasileirinho* morreu, deixou como tarefa pra viúva, trazer o cavaquinho dele pro Avendano Júnior. Ele tinha dito “o meu herdeiro do chorinho no Brasil mora lá em Pelotas”. Aqui

ninguém sabe quem é Avendano Júnior. Gente, é um talento pra dar conta que é insuperável.

Na verdade o que eu queria dizer mesmo e chamar atenção era isso. Acho que a gente tem que ter mais preocupação e reconhecer mais aquilo que é feito aqui. Acho que a estratégia adotada nacionalmente pela Globo nos serviria bem. E a gente poderia fazer a mesma coisa que a Globo faz: ela alimenta o seu mito e vive dele. Eu não estou propondo castelo de cartas porque acho que a gente tem talento suficiente pra ter esses mitos locais. O que está faltando é ter o reconhecimento, ter o agito, ter a página de cultura que ficou reduzida. A Zero Hora justifica lá, em 30 de abril de 2014, “o Segundo Caderno é agora o novo Segundo Caderno. Apresenta os conteúdos de cultura em geral, cinema, música e teatro, tudo que for relacionado ao que há para fazer dentro e fora de casa. Incluindo mais televisão, pequenos passeios além de gastronomia”.

Isso com aquela redução que nós sofremos de 12 para 8 páginas, deixando a programação da NET, deixando tudo dentro. É impossível, não tem espaço pra falar de cultura. A TVCOM vai sair do ar. O Programa do Roger Lerina já saiu, vocês sabem disso? A TVCOM vai terminar. A TVE e a FMCultura, a cada troca de governo, sofrem ameaça de terminar, que são nossos maiores divulgadores. A TVE não consegue passar no Estado inteiro. A FMCultura não consegue se repetir no Estado inteiro, que são as pessoas que reproduzem a nossa produção local cultural. E é sempre igual, passo a passo, está acontecendo a mesma coisa.

Poderia só chamar a atenção pra fechar aqui, eu estive trabalhando na Discoteca Pública como diretor, e teria 80 mil discos e poderia ser super usada, mas o último concurso público que teve para bibliotecários faz mais de duas décadas. O déficit em 2011 era de 75 bibliotecários na Secretaria Estadual da Cultura. Se é preocupante a gente não ter o material humano, o mais preocupante é que, se fecharem a Discoteca Pública, talvez não digam nada. E aí eu vou lembrar vocês uma coisa: esse ano é centenário de Tulio Piva. O Teatro Túlio Piva está fechado há horas e ninguém faz nada.

Qual a visão dos outros sobre
de ser dos gaúchos?

a cultura gaúcha e os modos

Ana Costa

Vitor

Necchi

IV
W
n

José Rivair
Macedo

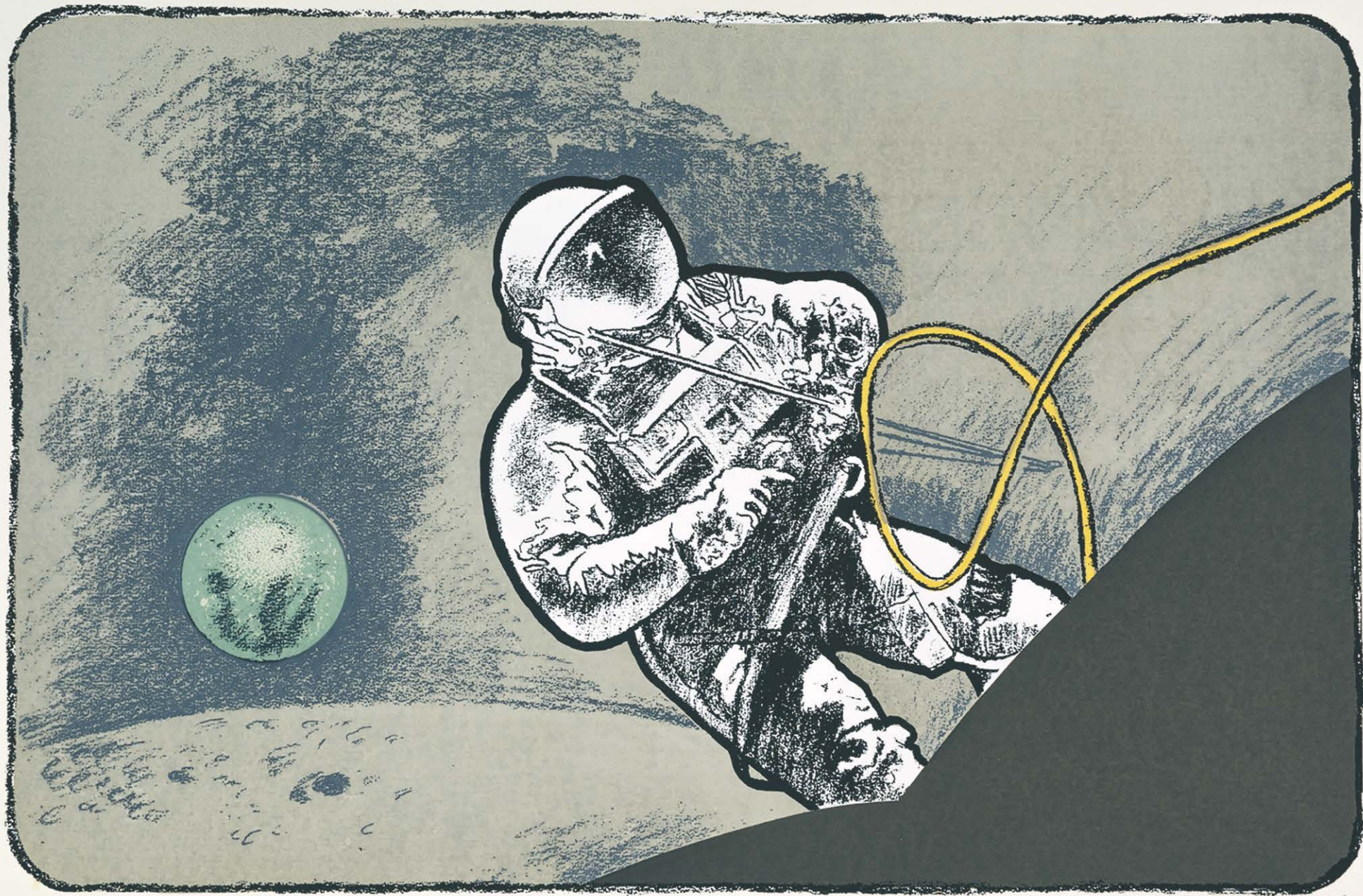
Claudia
Fonseca

ot
sinara
Robin

Lizete
Arnizaut
de Vargas

O eu é o outro.
J. Lacan





PA 2/10

HOMEM NA LUA

Glauco Rodrigues 1990



Manoel Ferreira Castro Filho. Barcos parados, óleo sobre tela, 1941.



Então nós vivemos sempre na nostalgia de um passado recriado, de um passado idealizado. Claro que, qualquer movimento da história para o passado é uma releitura, é uma recriação, justamente porque nós não temos essa apropriação do real.

Vitor Necchi

Doutorando e mestre em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e graduado em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É professor do curso de Jornalismo da PUCRS, que coordenou de 2010 a 2012. Editor da revista NORTE - Livros, artes e ideias e repórter. Editor e coordenador de produção do jornal Zero Hora.

Qual a visão dos outros sobre a cultura gaúcha e os modos de ser dos gaúchos?



Ana Costa

Psicanalista, membro da Associação Psicanalítica de Porto Alegre desde sua fundação. Foi presidente da instituição na gestão 1997/1998. Sua formação universitária inclui um doutorado na PUC-SP e um Pós-doutorado em Paris na Université de Paris 13. É professora do Pós-graduação em Psicanálise da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, fazendo parte desse PPG desde 2004. Publicou seis livros, entre os quais “Tatuagem e marcas corporais”; “Clinicando” e “Litorais da Psicanálise”. Exerce a prática da clínica psicanalítica desde 1981.

A minha percepção como alguém de fora não apenas de um lugar, mas também de um meio social, foi se constituindo ao longo desse tempo e foi me chamando atenção para o problema da diversidade sócio-cultural do estado pois não servimos de modelo. De onde vem a necessidade de exaltação?



Jose Rivair Macedo

Professor Titular no Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, possui graduação em Licenciatura em História pela Universidade de Mogi das Cruzes e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo. Coordenador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas e Africanos da UFRGS; Coordenador da Rede Multidisciplinar de Estudos Africanos do Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados da UFRGS. Tem experiência na Área de História das Sociedades Africanas Antigas, e tendências de abordagem da africanologia.

Apreendi sobre gauchismo também com as pessoas nas vilas populares de Porto Alegre onde eu realizava minhas "pesquisas de campo". Essas pessoas vinham muito do campo e pareciam ter sua própria versão do gaúcho - sem estereotipia e com muito humor, muita ironia.



Claudia Fonseca

Professora titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Possui graduação em Letras - University of Kansas (1967), mestrado em Estudos Orientais - University of Kansas (1969), doutorado em Sociologia - École des Hautes Études en Sciences Sociales (1981) e doutorado em Ethnologie - Université de Nanterre (1993). Seus interesses de pesquisa incluem a Antropologia do Direito, a Antropologia da Ciência e os estudos de parentesco e gênero. Entre seus livros estão "Caminhos da Adoção", "Trabalho, honra e fofoca", "Parentesco e Tecnologia" e "Lei na era do DNA".

A fronteira conforme apreendo se apresenta como um espaço de mediação, uma zona nebulosa onde são repensados, apreendidos, digeridos e praticados os pressupostos tanto teóricos quanto práticos da compreensão do mundo, onde é possível operar com o tradicional, o moderno e suas metamorfoses.



Sinara Robin

Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos com graduação em Ciências Sociais pela UFRGS. Socióloga da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, coordenadora de Projetos Culturais no Departamento de Difusão Cultural – Vale Vale! e Reflexão – da Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS. Seus interesses de pesquisa envolvem as mediações entre arte, cultura e ciência, as diversidades étnicoracial e sociocultural, antropologia de grupos tradicionais.



Lizete Arnizaut de Vargas

Professora do Curso de Dança da UFRGS. Dirige e coordena o Ballet da UFRGS que reúne grupo de estudantes do curso. Com experiência em dança clássica, contemporânea, dança flamenca. Defendeu tese no campo da dança e educação. Autora de vários artigos, livros e trabalhos nas áreas de dança, dança-educação, dança-terapia e figurinos de dança.

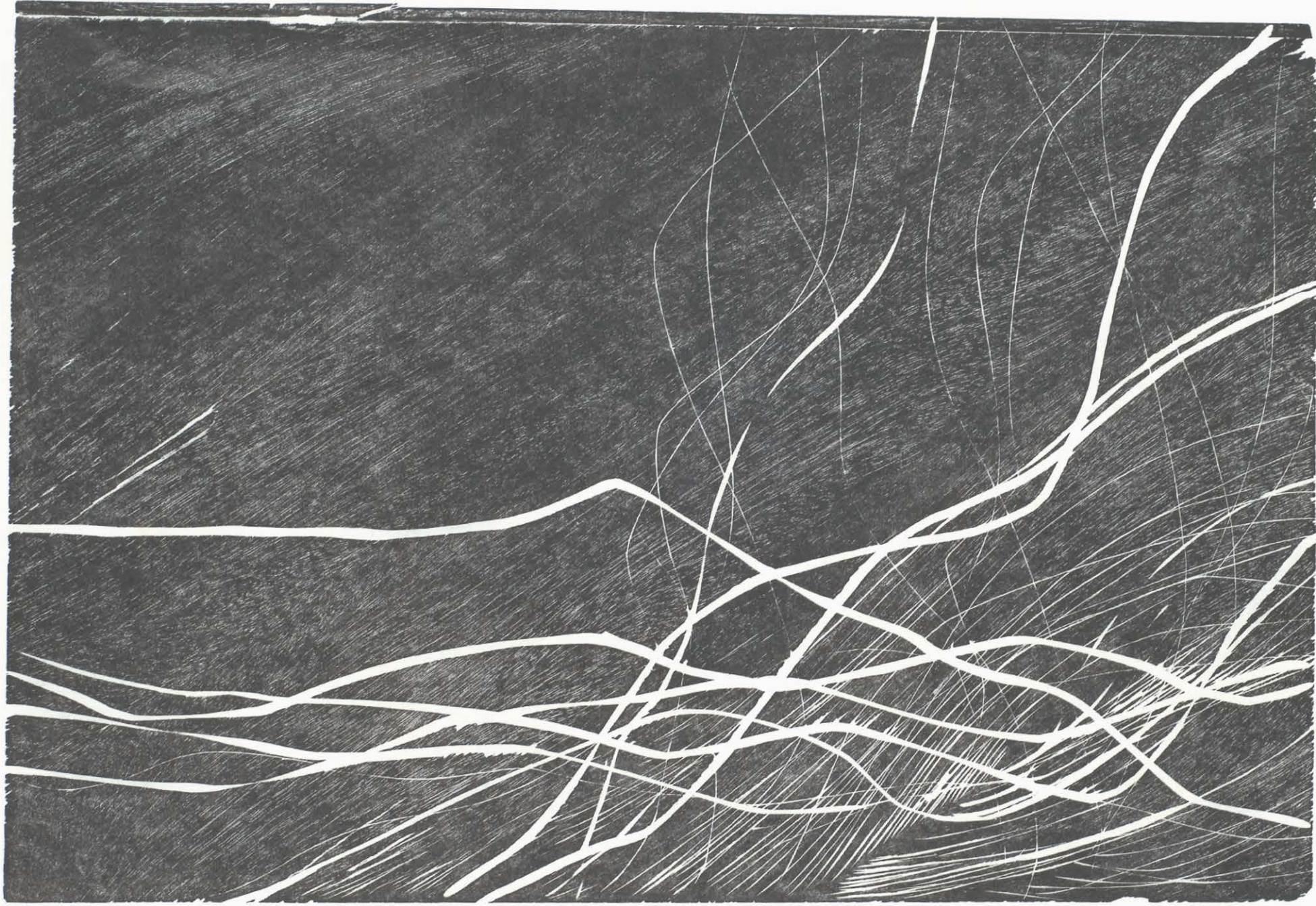
Vivenc ontro

O desafio deste quarto encontro é o de como suportamos que alguém de fora, mesmo que seja um gaúcho que andou por outras paragens, traga um outro olhar sobre nós e nosso modo de ser. Este desafio nos confronta e provoca estranheza, pois contém a inquietação entre algo que não reconhecemos, mas que nos diz respeito. Dito de outra forma o que desconhecemos desse nós-outros, de nós mesmos, disso que não vemos, do que não queremos ver, ou que recusamos reconhecer nosso.

É o olhar do estranho. Freud (1919) indicou que a estranheza foi, um dia, o que nos era mais familiar. Entretanto, por força do recalçamento, caiu no esquecimento. Mas mesmo assim, não deixa de estar presente, nos seus efeitos, na vida cotidiana. Este movimento configura identidades e sintomas sociais dos nossos modos de ser gaúcho.

O advento da modernidade postulou a existência de novas fronteiras e o estranho é transformado em estrangeiro, aquele que vem de fora e traz uma diferença inquietante e potencialmente ameaçadora. Dívidas simbólicas diferentes emergem com o paradoxo de haver muitas zonas de intersecção linguística, o que desloca os sistemas linguísticos que passam a ser regulados por outros imaginários reestruturando as línguas em função de novas configurações do espaço e do tempo. A política das nações leva ao nacionalismo e à segregação do diferente, à ênfase no que diferencia a identidade nacional daquela de outra nação, recalçando o que possam ter em comum, dificultando o entendimento. O que o olhar 'dos de fora' tem a revelar a nosso respeito? Tornar o estranho novamente familiar é um passo de fundamental importância na construção de um RS melhor. Será que o narcisismo de nossas façanhas aguenta?





Sinara Robin

Para começar esta conversa, gostaria de trazer a ideia colocada por um antropólogo-historiador francês que pode ser entendida mais ou menos assim: minha opinião é de que nem tudo é ruim, mas tudo é perigoso; o que não significa que seja ruim. Mas então, se tudo é perigoso, temos que fazer algo. Estamos sempre em perigo quando não compreendemos a complexidade da vida do outro. Seus percursos sócio-culturais, que no contrapelo dizem muito sobre o nosso modo de ser e estar no mundo. Este movimento é exigente, no meu ponto de vista, pois está o tempo todo a requerer conversas, trocas de experiências e conhecimentos. Como os que fizemos aqui, nesta série de encontros. Nossos encontros não só se pautam por sistematizações de profissionais de diferentes áreas do conhecimento, mas fundamentalmente se realizam através das palavras de pessoas que trazem a alteridade e a diversidade como valor. A suas presenças nestas conversas representam um importante item a ser contemplado, pois vai além das identidades. São percursos, são universos simbólicos, são alteridades e principalmente experiências.

Meia volta, volta e meia, e nós gaúchos estamos às turras com nossa identidade. Identidades são forjadas assim, às turras. Sempre em meio a conflitos e controvérsias. Quem somos



como somos e como nos relacionamos são perguntas que fazem parte das inquietações quando tentamos sistematizar nossas experiências neste canto do mundo - como gaúchos. Penso que estes conflitos são inerentes à construção social das identidades uma vez que estas são sempre relacionais. As identidades tendem sempre a nos reduzir (por isso vivemos brigando com elas).

Há diversas maneiras de conceber os vínculos entre cultura e sociedade, realidade e representação, ações e símbolos. Embora tenhamos a tendência - na história escrita - à referência a um paradigma global, com conceitos associados que confirmam a explicação dessa história, tem uma que é vivida, que é diversa, densa, que precisa ser explicitada. Brigamos com isso, pois no Rio Grande do Sul - briguento e turrão - tem um movimento da história oficial de tornar estas alteridades invisíveis ou até mesmo de negá-las tratando o outro como exótico e, portanto exigindo deste um comportamento tal qual se quer.

Neste movimento de apagamento das alteridades ou de uma história aparentemente sem diferenças e/ou diferentes reunimos neste quarto encontro percursos pessoais e experiências acadêmicas para conversar sobre "a visão dos nossos outros sobre a cultura gaúcha e sobre os modos de ser do gaúcho". Muito se tem escrito sobre a cultura de fronteira que o Rio Grande do Sul representa. A fronteira conforme apreendo se apresenta como um espaço de mediação, uma zona nebulosa onde são repensados, apreendidos, digeridos e praticados os pressupostos tanto teóricos quanto práticos da compreensão do mundo, onde é possível operar com o tradicional, o moderno e suas metamorfoses. No território em questão, as várias temporalidades postas por estas categorias se apresentam como um todo complexo. Há tal intersecção do tradicional com o moderno que ambos estão em constante movimento. São mediações e um tráfego constante entre um dentro-fora. O estrangeiro habita em nós. Isso implica enfatizar a



reflexividade humana, a nossa capacidade de permanentemente tecer essa dimensão simbólica, monitorar e ressignificar nossas relações com os mundos social e natural, reconstruindo inclusive nossas identificações individuais e coletivas, nossos processos interativos. Essa interação neste espaço intermediário do plano do diálogo, um espaço sinuoso, cria um mundo ou a compreensão das diferenças entre os mundos.

Estamos, nos "NósOutros Gaúchos" construindo uma possibilidade de restaurarmos pedaços da nossa história. Refiro-me à abordagem antropológica da noção de historicidade, sempre muito "próxima da experiência" e envolta num movimento que indica uma mudança histórica culturalmente viável e uma mudança cultural historicamente possível (pois em meio às práticas das pessoas). Esta abordagem propõe que a história vá cedendo lugar para histórias, para historicidade.

Vitor Necchi

Desde a minha infância, na minha casa, se no início não era um questionamento, era uma vivência em torno de uma identidade do gaúcho. A minha vó era de Bagé, saiu super cedo de lá, com 5 anos, mas essa cidade, esse mundo da campanha, essa mitologia em torno do gaúcho é completamente impregnada na minha vida, num primeiro momento por conta dessa influência da criação da minha vó.

Num segundo momento, no meu colégio, por incrível que pareça eu fundei um CTG: "Poteiro da Várzea". Não só fundei um CTG como fui agregado das pilchas, que quer dizer Tesoureiro, e presidente do Conselho de Vaqueanos, que quer dizer Presidente do Conselho Fiscal. Também dancei muitas danças gaúchas, até chula eu dancei. Mas ao mesmo tempo foi durante o colégio que começou o meu estranhamento com isso tudo, com essa identidade que surge lá na minha família, de minha vó, cheguei no colégio, criei um CTG, me pilchei, dançava, toquei violão, cantei, fiz todo o protocolo até que chegou um momento que começou o estranhamento.

E culminou o fato de quase uma aversão minha ao tradicionalismo como um movimento, não ao gauchismo propriamente dito, mas a esse movimento ideológico encarnado sobretudo pelo MTG. Em consequência disso, fui pesquisar e no meu mestrado acabei fazendo uma pesquisa sobre como se dava a representação da identidade gaúcha no cinema. Então, quando eu recebi o convite para participar desse evento, naturalmente lembrei dessa minha trajetória, das reflexões que eu faço em torno desta questão identitária, que é muito presente para todos nós que estamos neste Estado. Tendo nascido ou não aqui, mas quem está aqui, pelo menos no dia 20 de setembro, é confrontado diretamente, e diariamente nós temos esse confronto com essa noção de identidade.

Sobre o tema dessa noite, inicio fazendo algumas provocações. A primeira questão é partir da premissa de que o gaúcho tem um ego inflado, de que o gaúcho tem um ego superlativizado, tem um orgulho excessivo da sua identidade. Isso é quase uma obviedade, basta sairmos na rua e falar com alguém que nós percebemos isso. A partir disso, questiono: o que essa superioridade provoca no outro?

O que essa superioridade que, na minha perspectiva, é fraturada, provoca no outro? Qual o olhar do outro e o que ele diz do gaúcho e o que a leitura que o gaúcho faz do outro diz do próprio gaúcho? É interessante lembrar que o outro pode ser o próprio gaúcho. Existe uma identidade hegemônica, cristalizada, mas é uma identidade que não contempla a diversidade.

Arrisco duas hipóteses que podem parecer um pouco óbvias, mas dão um lastro para nossa discussão de como que o outro vê o gaúcho.



Antecipo para depois retomá-las. Basicamente nós temos duas maneiras que o outro vê o gaúcho. Uma é endossando o mito da superioridade, da valentia, da honra, da bravata. A outra, justamente por conta deste ego inflado, deste ego exagerado, é uma visão do deboche, do escárnio, de não levar a sério essa identidade. O outro vê o gaúcho basicamente nestas duas possibilidades: ou endossando a mitologia da superioridade, ou rechaçando, debochando, desta identidade tão inflada.

Antes de aprofundar um pouco mais estas questões, quero conversar com vocês sobre essa mitologia, o que dá lastro para esta mitologia da superioridade. Brevemente, até porque acredito que em outros momentos deste ciclo já se tratou desta questão histórica, mas para nós entendermos um pouco de como se constrói este ego inflado, temos que pensar um pouco das nossas origens, tentando não cair

num essencialismo, que nem diria Stuart Hall, ou não caindo numa visão exagerada.

O Rio Grande do Sul, ou a Província de São Pedro, era no século XVII, XVIII, o curral do Brasil. Acho que uma boa palavra para definir o Rio Grande do Sul é que ele era o curral do Brasil. Éramos o curral do império, depois, com o desmonte dos Sete Povos das Missões, havia muito gado solto, livre pelo pampa, e aí começou o movimento de tentar capturar este gado, num primeiro momento para alimentar as Minas Gerais e São Paulo. Vieram os paulistanos para tentar colonizar a fronteira, o império começava a criar as estâncias na fronteira, porque, como era muito difícil fazer a guarda das fronteiras, surgem as estâncias com militares que ganhavam essas porções de terras com o objetivo de defendê-las das invasões dos estrangeiros.

Nós éramos então o curral, fornecíamos carne, charque, muito distante do centro do império, culturalmente e geograficamente, com uma pegada espanholada, diferentemente do restante do império. Tanto que houve um debate entre o Erico Verissimo com uma escritora, em torno da condição de que o Rio Grande do Sul era mais espanholado, enquanto o restante do Brasil teria uma conexão forte com os portugueses. Enfim, vivíamos no fim do mundo, ao sul do fim do mundo, e aí surge a figura do gaúcho, que na época era sinônimo de bandido. O gaúcho era o filho de um estupro de uma índia por um espanhol ou português, era um tipo rude, vivia na fronteira, fazia contrabando, roubava, matava, enfim, era um bandido. Esse era o típico gaúcho. O Tau Golin, na palestra que fez nesse ciclo, disse que na década de 1970, 1980, quando chamavam alguém de gaúcho em algumas regiões do interior, a pessoa se ofendia, porque ainda remontava à ideia de que o gaúcho era bandido.

Eu não vou entrar no detalhamento da Guerra dos Farrapos, mas a Guerra interessa, esse “decênio glorioso”, porque no final destes 10 anos de combate, o Rio Grande do Sul estava falido. Falido economicamente e

emocionalmente, era uma terra fraturada. É comum na história da humanidade que quando determinadas civilizações, determinados povos, sofrem um grande desastre, uma grande derrota, um grande cataclisma, da derrota surge o discurso ufanista, como uma tentativa de compensar a derrocada, o fracasso.

Perdemos a guerra dos farrapos, tanto que o 20 de setembro é o início da guerra e não o final. Nós comemoramos o início porque, no final, perdemos. Então começa a surgir, principalmente a partir da literatura, a construção de um tipo heroico, um tipo valente, principalmente em torno do Parthenon Literário, com a ideia de construir um elemento, uma cultura, uma identidade que nós não tínhamos, aquilo que o Rube Oliven chama de realidade fática. E claro, 10 anos de guerra, 10 anos de batalha, fornecem muitos elementos para esta mitologia: um homem montado a cavalo, muitas batalhas, a loucura de um barco atravessando o pampa, história de amor – Anita e Garibaldi – enfim, nós tínhamos vários elementos que poderiam contribuir para a criação de uma identidade.

A literatura produziu figuras como o Monarca das Coxilhas, o Centauro dos Pampas, para definir esse tipo do gaúcho. E é interessante observar que, usualmente, a realidade construída pela literatura se inspira na realidade, no acontecimento. No Rio Grande do Sul, nós temos um processo diferente, a literatura cria uma identidade que é encampada pela sociedade. Até os anos 1980, quando havia ainda uma influência muito forte do marxismo na história, os historiadores pretendiam denunciar a farsa do gaúcho, a mentira do gaúcho.

O Mario Corso publicou recentemente no jornal Zero Hora um texto que tratava das questões da identidade do gaúcho, e destaco um parágrafo que ilustra muito o que pretendo discutir aqui: “A questão é que orgulho e realidade precisariam caminhar juntos, caso contrário teremos o mesmo mecanismo da inflação: quando uma moeda fica sem lastro, precisamos de cada vez mais para comprar o mesmo. Na autoimagem, quanto menos realidade, mais orgulho para contrabalançar. Quando encontramos um excesso altaneiro em alguém, geralmente é menos reflexo da grandeza genuína e mais cortina de fumaça para compensar uma carência.” Cito esse trecho porque é muito evidente que na construção da identidade gaúcha,

essa identidade exagerada, inflada, o orgulho e a realidade não caminham juntos, pois o orgulho é muito maior do que a realidade poderia apoiar.

Então o gaúcho vive na nostalgia de um passado recriado, de um passado idealizado. Claro que, qualquer movimento da história para o passado é uma releitura, é uma recriação, justamente porque nós não temos essa apropriação do real. O real deixa de existir no instante seguinte, por isso que permanentemente nós estamos criando registros, narrativas, desde as pinturas rupestres. A partir do momento em que a oralidade, em torno de uma fogueira, começou a se desenvolver – a linguagem, o objetivo da oralidade, da pintura rupestre, da *Guernica* de Picasso, enfim, sempre nós queremos criar registro, criar memória, para desafiar a perenidade dos acontecimentos. E no caso do gaúcho, há uma construção inflada, exagerada, para dar conta de uma derrocada.

Cito uma frase do Garcia Márquez que gosto muito: “A vida não é a que a gente viveu e sim a que a gente recorda e como recorda para contá-la.” Quer dizer, mais importante do que a vida que se tem é a vida que a gente acha que tem e sobretudo a maneira como nós acabamos contando esta vida. Conforme eu disse antes, o outro olha o gaúcho por duas perspectivas. Na primeira, endossando a superioridade, endossando a valentia, e aí tem uma série de variações, o Estado com mais Cultura, o Estado mais politizado, o Estado com mais mulheres bonitas, enfim, o nível de bobagens não tem fim quando se quer falar bem do Rio Grande do Sul. E é um discurso perigoso porque daí cria a superioridade, cria a xenofobia, cria o preconceito, por exemplo, o gaúcho mitológico é um gaúcho branco, masculino, machão, ou seja, a nossa identidade, o nosso típico gaúcho não contempla o negro, não contempla a mulher, não contempla a miscigenação própria deste Estado. Claro que uma identidade sempre se constrói na diferença, eu sou mulher porque tem um homem, eu sou gay porque tem um hetero, eu sou branco porque tem um preto, quer dizer, a identidade se constrói numa diferença. O problema é que uma identidade fossilizada e cristalizada não contempla a diversidade, ela não contempla a diferença.

Isso é um grave problema porque identidade não é estanque, identidade é um movimento, a construção de uma identidade é

permanente numa sociedade, e a partir do momento em que temos uma noção estanque de identidade, ela dá espaço para surgir um movimento tradicionalista gaúcho que é, por definição, excludente, preconceituoso, machista, e aí por diante. Mas mais do que o MTG, mais do que o tradicionalismo, eu aponto dois outros sistemas muito bem estruturados que fazem a vigília permanente desta identidade e a reafirmação dessa superioridade inventada: os governos e a mídia.

Todos os governos do Rio Grande do Sul sempre realimentam a mitologia, e não tem como alguém vencer uma eleição nesse Estado sem em algum momento falar em gaúcho. A ex-governadora Yeda Crusius, que é paulista, na campanha eleitoral teve que fazer isso, Dilma Rousseff, que é mineira mas radicada no Rio Grande do Sul, teve que na sua campanha para presidente tratar dessas questões aqui no Estado. E a mídia, o jornalismo e a publicidade, e também o cinema, eles reiteram permanente essa questão da identidade, basta ver que até é motivo de piada. Por exemplo, historicamente a Zero Hora tratava – agora um pouco menos – a questão do localismo como o seu critério de noticiabilidade principal tanto que tinha uma piada: como que os jornais vão noticiar o fim do mundo? Folha de São Paulo: confira no infográfico completo do final do mundo; Caras: no fim do mundo veja como as pessoas passaram na Ilha de Caras; Gazeta Mercantil: fim do mundo quebra bolsa de valores; Zero Hora: o Rio Grande acabou.

MTG, Governos e mídia reforçam essa identidade estereotipada, e aí temos a segunda perspectiva com que o outro olha o gaúcho: o deboche. O outro nos vê com deboche, com sarcasmo, porque tem um grave traço do gaúcho que é se levar a sério demais. A pessoa que se leva a sério demais é insuportável. A pessoa que não ri de si, que não faz piada de si, a pessoa que não tem uma leveza para tratar de si, acaba sendo insuportável. E por isso que o gaúcho é tão presunçoso para quem é de fora. E por isso se o gaúcho é valente demais, machão demais, a piada é de que o gaúcho é gay.

O programa Casseta e Planeta, em 2003, fez uma série de piadas com um gaúcho gay, a ponto de haver manifestos contrários, deputados na Assembleia querendo fazer uma moção de repúdio ao Casseta e Planeta, tentativa de boicote aos patrocinadores, porque faziam piada

do gaúcho gay, e quanto mais a gauchada se ofendia, mais piada os programas faziam.

Desta forma, encerro esta breve reflexão acerca da maneira como o outro vê o gaúcho.



Ana Costa

Minha contribuição a esses debates que vêm acontecendo é do campo da psicanálise. Isso significa trazer outra versão sobre os temas que já se desenvolveram aqui, tais como história, indivíduo e coletivo, e a tão propalada identidade do gaúcho. Nesta outra versão proponho inserir nas abordagens um elemento que se mostra em seus efeitos, dizendo respeito a inserir o inconsciente no campo de debates. O que nomeio *inconsciente* não é um sentido escondido, mas uma condição em que todo saber, toda construção de sentido, traz em si mesmo um furo não obturável e que precisa ser considerado nas organizações humanas. Ou seja, aquilo que a construção de identidades não dá conta. No que me tocou abordar neste dia, escolho avançar um pouco neste “outro em nós” que o argumento do encontro de hoje resalta. Transitarei por esse “outro” em cada um, situado na proposição freudiana como da ordem do estranho/familiar que nos habita a todos.

Inicialmente, retomarei dois elementos sublinhados na abertura, por Donald Schuller, fala que me ajudou neste diálogo que faço hoje, que são o traço e o mito. Penso que Donald – além da concisão e precisão sobre os desdobramentos de nossa história – interpretou o que pode ser nomeado como transmissão, que tem relação com nossas heranças.

Começarei por destacar a interpretação que ele fez do Tratado de Tordesilhas, como um traço de escrita. Ele fez equivaler o traço no mapa com uma ferida que rasga um corpo, equivalente à produção de sangue das guerras fratricidas que tivemos. Essa fala, para mim, foi de um alcance interpretativo único. Por quê? Porque alavanca a escrita a uma dimensão inusitada, como algo que intervém no real, muito além de nossas boas ou más intenções. Pode parecer curioso que o traçado de uma linha tenha efeitos traumáticos, mas podemos entender se pensarmos que esse traço criou algo inexistente: ou seja, criou uma

fronteira não estabelecida no lugar, deslocada da Europa, mas que colocou em suspenso os poderes de espanhóis e portugueses, bem ancorados alhures, mas não aqui.

Então podemos pensar que se deu ali o encontro de um símbolo com a terra, que poderia ou não ser fertilizada pela ordem simbólica. Donald situou o mito do gaúcho como essa fertilização, porque foi o mito que criou algo que já não existia mais, na época de sua criação. O mito do gaúcho não era o que inicialmente se criou nestas terras: o bandoleiro e ladrão. Sua criação ficcional o guindou à condição de herói na construção do mito. E mais: Donald situou com propriedade os efeitos que se produzem pelo mito, que são efeitos de incorporação.



Do ponto de vista da psicanálise, a identificação por incorporação é a constituição mais primitiva dos humanos, na medida em que se apoia na oralidade. A oralidade, definida pela psicanálise, diz respeito a uma forma de expressão das pulsões. Isso não quer dizer que a abandonemos na vida adulta, porque ela continua exercendo seus efeitos e pode servir a organizações bastante complexas. Quer dizer, simplesmente, que é uma identificação que incide no corpo, fazendo-o de suporte, e que muitas vezes pode nos levar ao limite da intolerância e da violência. Podemos destacar duas

versões do mito: de um lado, o mito serve como projeção de nossas pulsões, que se confundem com a violência da natureza, bem exemplificada nos mitos gregos, por exemplo. De outro lado, temos o mito do herói, que arrisca a vida no confronto com forças que excedem o limite humano. Nesse sentido, a ficção do gaúcho não se diferencia muito de outros mitos do herói.

Alguns psicanalistas interpretaram o mito do herói como sendo o lugar do filho. Ou seja, como aquele que enfrenta e desafia o pai e seu legado. Esse enfrentamento não significa resolução: pode ser simplesmente tentar desfazer-se do traço que marca a herança que o liga ao pai; ou mesmo manter o pai imaculado, o que também significa anular a transmissão. Destaco alguns elementos que fazem parte desse tipo de referência:

- a infantilização da descendência
- a constituição de um duplo persecutório nas crises de identidade
- a tentativa de anulação da diferença, implicada, por exemplo, em relação ao feminino.

Tomarei dois exemplos literários para situar essas questões. O primeiro deles é “Camilo Mortágua”, de Josué Guimarães. Esse romance parece-me concentrar paradigmas individuais e coletivos, representantes de como foram se estabelecendo nossos laços de reconhecimento. Do ponto de vista coletivo, temos a procura da equivalência entre o nome próprio e um valor de patriarcado, que instala uma estreita interdependência entre os membros de uma família, na busca do reconhecimento e registro social do nome. Essa estreita interdependência torna-se o motor de ambiguidades, nunca completamente resolvidas, responsáveis pela dissolução das fronteiras entre o familiar e o social. Isso é bastante banal, mas ainda vivemos suas consequências: a lógica do patriarcado confunde o privado e o público; a família e o Estado.

Josué Guimarães nos brinda com uma versão da imigração do patriarcado rural para a cidade, precisando substituir valores, ou mesmo registrar um valor na nova organização. E ali se coloca essa aparente transgressão dos valores de origem, no abandono da propriedade rural pela indústria e comércio. No entanto, aquilo que

aparentemente é transgressivo, revela-se como reinscrição do valor de origem: Camilo é como um novo Quirino, seu pai.

Uma das grandes virtudes deste romance é de capturar-nos na identificação e co-participação, ele nos puxa para dentro da família patriarcal, na torcida por essa história que também é nossa. E ali sofremos o baque da derrocada vertiginosa da personagem de Camilo, que põe a céu aberto aquilo que não funciona nessa organização. Então nos vemos torcendo por algo que evidencia o ponto de fragilidade extrema da lógica de transmissão do patriarcado: quem sabe, se o herói se salvar ele consiga salvar todas as fundações. Desde esse ponto de vista, não me parece surpreendente que tenha se pedido ao escritor outro desfecho para a história.

A personagem de Camilo angaria nossa adesão e simpatia: é íntegro, toma para si a responsabilidade da condução da família e mesmo em seu pecado ele não se torna vil. No entanto, será que sua derrocada já não está colocada no próprio lugar que ele representa? Todos dependem excessivamente de Camilo: nada acontece sem ele. É o centro e motor de tudo, sendo seu início e fim. Tal constelação de relações de dependência infantiliza. É nesse ponto que as heranças simbólicas não se transmitem e o nome próprio torna-se uma imagem de potência individual, na medida em que os filhos não conseguem tomar para si o que foi legado e ir adiante, transpondo a dependência. A personagem de Camilo parece-me representar esse mito do herói, que se debate no lugar de filho, sem conseguir fazer outra coisa de sua vida.

A segunda referência que quero abordar situa o outro não em sua *outridade*, mas como uma espécie de duplo do espelho. Normalmente as identificações nos fazem partilhar de um sentimento de comunidade: é o que nos retorna como referência de um traço compartilhado, que nos confere lugar a partir daquele que nos reconhece pelo que temos em comum. Não vou me deter nessa construção, porque ela é complexa. Interessa aqui somente destacar que o outro pode ocupar tanto o lugar de semelhante que nos reconhece; quanto o lugar do duplo persecutório, nas crises narcísicas. O rival, assim como – mais radicalmente – o duplo que persegue, surge numa organização em que muitas vezes situa as mulheres e o feminino do lado de objetos. Digo “o feminino”, não



somente as mulheres: diz respeito a quem portar um traço identificado como objeto submetido, ou objeto/resto, por oposição à virilidade idealizada.

Aqui evoco duas produções, que já valem ser lembradas em sua diferença: o conto de Borges “A intrusa” e o filme de Carlos Christensen de mesmo nome, inspirado nesse conto. A narrativa de Borges desenvolve a história dos irmãos Nilsen. Eles encarnam o gaúcho viril: com seus cavalos, facões, suas lutas, bebidas e exercício sexual em prostíbulos. É então que o mais velho resolve trazer ao rancho um objeto que o diferenciaria do irmão: a posse de uma mulher. Ali se dá a separação e a diferença, que os dois não suportam. Tentam distintos arranjos: os dois a “usam” sexualmente. Não dando certo a vendem a um prostíbulo; não dando certo a matam, tentando enterrar a diferença.

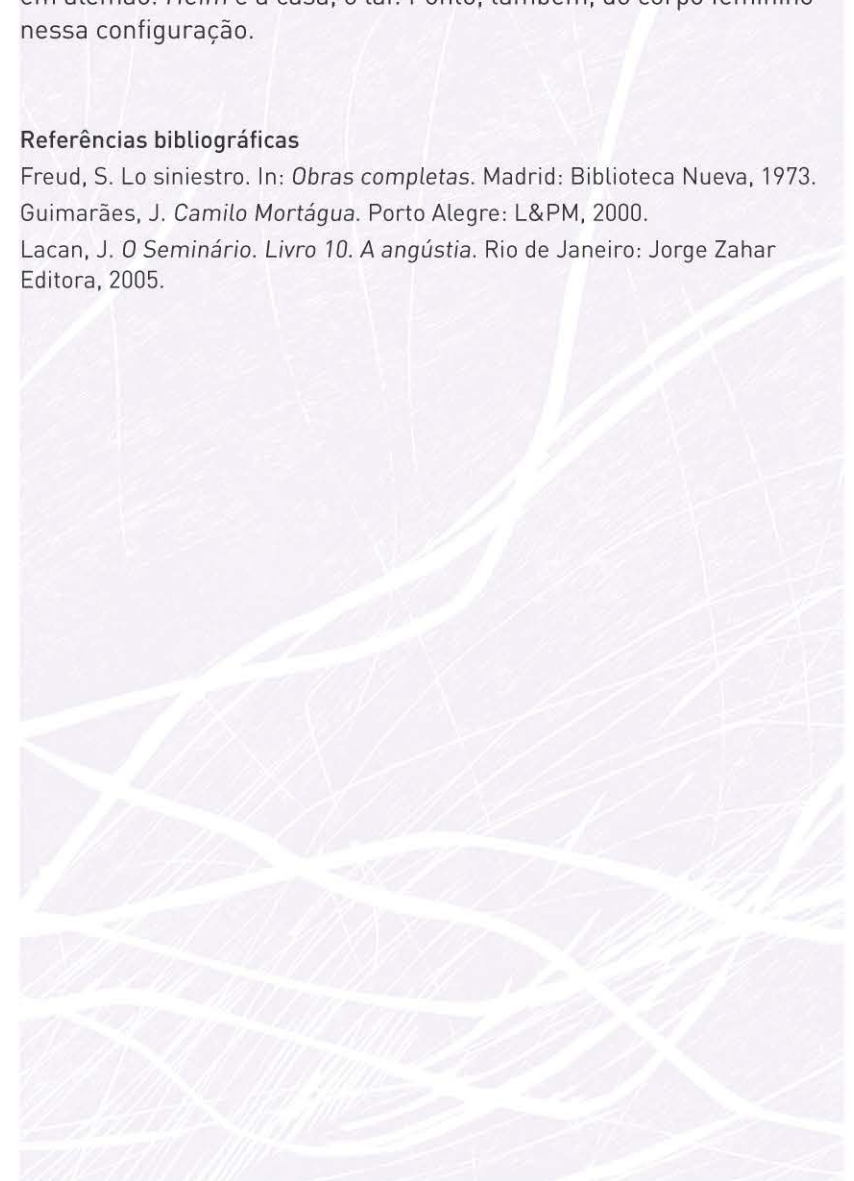
O filme de Christensen interpreta elementos mais complexos nessa organização. Ele situa um fundo homossexual na relação dos irmãos como duplos em espelho. O compartilhamento do objeto erótico traz como consequência a atuação desse erotismo entre os irmãos, o que faz pensar que a mataram por ser a testemunha dessa relação proibida. É interessante que esta interpretação tenha vindo do lado brasileiro, no chamado “cinema gaúcho”.

Nesta intervenção não tenho tempo de lembrar o lugar que algumas figuras femininas ocuparam na literatura. Juliana, a personagem feminina deste conto, mesmo em seu silêncio, provoca o efeito de corte na comunhão dos irmãos. Ela evoca a posição de objeto erótico, cuja posse aumenta a virilidade, produzindo rivalidade. Mas na condição de objeto ela é muda. Poderia evocar um outro lado sem erotismo, mas também em posição de objeto, nas mulheres/mães assexuadas, solitárias nas casas enquanto seus homens vão à guerra. A casa também como essa posse vazia, mas que pode representar um ponto de arrimo no infinito do campo. Freud situou o outro, na sua representação de duplo, ou de estranho, como um componente do familiar, abordando esse elemento na relação com a casa. *Das*

unheimlich – palavra alemã que pode ser decomposta – inclui em sua acepção o nosso estranho familiar, que está sempre rondando nas produções de nossas angústias. Dela faz parte a definição de casa em alemão. *Heim* é a casa, o lar. Ponto, também, do corpo feminino nessa configuração.

Referências bibliográficas

- Freud, S. Lo siniestro. In: *Obras completas*. Madrid: Biblioteca Nueva, 1973.
 Guimarães, J. *Camilo Mortágua*. Porto Alegre: L&PM, 2000.
 Lacan, J. *O Seminário. Livro 10. A angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.



José Rivair Macedo

Vim pensando em como dar início ao meu depoimento, já que hoje, aqui, eu sou o “outro”. Mas sou “outro” em vários lugares, e tenho que dizer que lugares são esses. Sou o quinto dos dez filhos de um casal de sertanejos mineiros que nos anos 1950 migraram para o noroeste do Paraná para atuar como catadores de café e ali constituíram família. Então, sou paranaense, mas nos anos 1970 meus familiares migraram para São Paulo, onde vivi a adolescência, e então sinto-me um pouco paulista. Mas acho que sou mesmo é mineiro por causa de meus pais, e da cultura deles. A minha experiência com o RS é de 20 anos. Começou em 1994, quando prestei concurso na UFRGS e vim pra cá. Eu nunca tinha visitado o RS, e até hoje o meu conhecimento é muito pequeno, limitando-se na verdade mais a Porto Alegre. Então, penso em falar sobre essa vivência mesmo.

Lembro-me da primeira imagem que tive do RS. Foi ótima, pois quando desci na rodoviária estava com certo medo. Até então, a imagem que fazia era a que se vende fora daqui: a de que estaria chegando num lugar muito europeizado, sem maior presença de negros. Mas quando saí da rodoviária e vi pessoas brancas, negras, mestiças, andando pelas ruas, o primeiro estereótipo se desfez e me senti realmente no Brasil. Costumo



dizer, fazendo brincadeira, que essa é uma imagem usualmente vendida fora, assim como a imagem de uma região eternamente na estação do inverno, e que nada é dito das agruras do terrível verão em Porto Alegre. Às vezes brinco também com meus alunos a respeito de aspectos curiosos das questões identitárias gaúchas, a começar pelo fato de que aqui se comemora em um mesmo mês a integração ao país, no dia 7 de setembro, e a separação, no 20 de setembro.

A minha percepção como alguém de fora não apenas de um lugar, mas também de um meio social, foi se constituindo ao longo desse tempo e foi me chamando atenção para o problema da diversidade sócio-cultural do estado. Daquilo que o RS é, mas que certas imagens não mostram; daquilo que o mito do gaúcho oculta. E isso foi aparecendo para mim lentamente.

Uma segunda imagem que me impressionou muito nos primeiros anos em que cheguei tomou forma quando fui pela primeira vez à Restinga. Eu não tinha carro na época, fiz a viagem de ônibus. Gente, minha impressão era a de que estava fazendo uma viagem intermunicipal. Depois me explicaram que ali era um bairro de Porto Alegre. Desde então, continuo a ter a mesma sensação: de que aqui há grandes deslocamentos, e não apenas geográficos. Meu colega, o antropólogo Iosvaldyr Carvalho Bittecouncourt Jr pesquisou sobre as origens da Restinga nos anos 1960, mostrando como se deu o apagamento da história e dos territórios negros de Porto Alegre e o seu gradual afastamento das áreas centrais para áreas hoje periféricas. Tive muita sorte ao chegar aqui porque um de meus vizinhos era o professor Guarani Santos, profissional experiente da disciplina de história, militante do movimento negro, pesquisador e autor de livros sobre a história dos negros no RS. Foi ele quem me falou pela primeira vez sobre as raízes históricas das comunidades negras dos bairros Santana e Rio Branco, e do significado simbólico do Parque da Redenção.



Sobre essas questões associadas a deslocamentos étnico-raciais, não posso afirmar que aconteça em todo local no estado, mas em 2003, ao ser convidado para participar da Semana Acadêmica de História na Universidade Federal da Fronteira Sul, em Erechim, observei que, também ali, o Bairro Progresso, historicamente associado à comunidade afro-descendente, parece estar separado do espaço urbano da cidade. O professor Gerson Fraga me levou até lá de carro porque havia um deslocamento espacial a ser feito. Então, o que fui observando ao longo do tempo é que embora no discurso identitário gaúcho a ideia da diversidade apareça, na prática prevalece uma tendência à exclusão de grupos não valorizados na memória.

Sem querer complicar mais esse dilema, penso que valeria a pena levantar a questão sobre as disputas identitárias da memória em torno de um dos locais públicos mais importantes de Porto Alegre, conhecido desde o final do século XIX como Redenção, e em 1935, nas comemorações do centenário do movimento farroupilha, rebatizado como Parque Farroupilha. Logo que cheguei à capital, um colega da Universidade me recomendou que não fosse passear nele na parte da tarde. Este não seria o horário mais adequado porque era momento muito frequentado por empregados domésticos e pessoas de baixa extração. Achei muito estranha a recomendação! É claro que fui lá de manhã, de tarde, em todos os horários, e não observei diferença nenhuma! Mas o fato é que as ideias de “Redenção” e “Parque Farroupilha” estão impregnadas de sentidos particulares.

A primeira dissertação de mestrado que orientei na UFRGS não foi sobre História da Idade Média, minha área de investigação nos anos 1990, mas sobre história social de Porto Alegre. A dissertação de Marcelo Etcheverria tinha por título “Rua da Praia ou rua da morte? A pena de morte e sua representação na Porto Alegre do século XIX”, e se dedicou ao estudo dos enforcamentos realizados na capital, que ocorriam no “Largo da Forca”, situado na atual Praça Brigadeiro Sampaio, antes chamada respectivamente Praça Martins de Lima, Praça Três de Outubro e Praça da Harmonia, talvez para esconjurar o caráter “maldito” de seu nome original. De qualquer modo, a fixação da imagem da “harmonia” no local em que, no passado, ocorriam enforcamentos, em sua maior parte de escravos, soa-me como algo

estranho! Tal estranheza provém, me parece, da vontade de se apagar uma parte do passado, o passado escravista, de fazer prevalecer a percepção de uma história sem conflitos e diferenças internas, sem trajetórias divergentes, embora elas se coloquem a todo instante no processo de constituição da imagem do gaúcho.

Trarei uma questão absolutamente banal, do cotidiano, que talvez vocês, gaúchos, não percebam, e que me parece significativa para o que estamos tratando neste evento.

Um dos adjetivos mais paradoxais utilizado aqui com alguma frequência, e penso que apenas aqui, é “negãozinho”, empregado, parece-me, em tom depreciativo em determinadas ocasiões para indicar certas pessoas de cor negra. O paradoxo é que, numa mesma palavra, o sujeito é duplamente qualificado – pela coexistência do aumentativo e do diminutivo. O estranho é que, na dualidade revela-se tanto o que o sociólogo Clóvis Moura chamou de “síndrome do medo” – sentimento próprio da sociedade escravocrata, que vive a todo instante na iminência de uma explosão de revolta – com o desprezo e a inferiorização. Sem querer ir tão longe, o que noto é que a expressão “negãozinho” nunca é neutra, que tem caráter ofensivo, e que não é empregada para qualificar qualquer pessoa, mas para o negro considerado “metido a malandro”, arrogante, que não conhece “o seu lugar”, o que é algo no mínimo curioso – e mais uma vez temos a questão já apontada acima, dos “deslocamentos”.

Outro ponto que merece comentário tem que ver com as abordagens acadêmicas acerca das matrizes culturais que deram origem ao “gaúcho mítico”, em geral vinculadas ao mundo lusitano ou ao mundo hispânico. Mas pouca ou nenhuma discussão foi motivada por outra tese, apresentada em 1952 por Manoelito de Ornelas num livro chamado *Gaúchos e beduínos*, em que se colocava o problema de uma possível ligação entre o gaúcho e a *maragateria* hispânica – proveniente do norte da África. A probabilidade de uma vinculação histórica do gaúcho com o mouro – não com o negro retinto da África subsaariana, mas com os magrebinos de pele morena – não foi considerada séria o suficiente para ser debatida. Entenda-se que não estamos aqui reivindicando tal pertencimento, mas problematizando a ausência do debate porque esta é a pior forma de se negar valor a uma obra e condená-la ao esquecimento.

Observei depois, na medida em que fui me familiarizando com as coisas do Sul, que a invisibilidade do negro é relativa, que ela depende do local em que se escreve, e de quem escreve. Ela existe no âmbito oficial, embora há décadas um número considerável de intelectuais negros tenha procurado reverter esta situação. A própria contribuição da intelectualidade negra deve ser sublinhada, reforçada, porque uma das estratégias de invisibilidade, nesse caso, consiste em incorporar o contributo de determinadas personalidades negras relevantes negando-lhes a vinculação étnico-racial – casos do dramaturgo Qorpo Santo, e do compositor Lupicínio Rodrigues, entre outros. Trata-se de fenômeno típico de relações sociais marcadas pela racialização, que o antropólogo José Jorge de Carvalho, da UNB, qualificou certa vez como “vampirização” cultural.

Então, convém considerar o papel e o significado da trajetória de historiadores e intelectuais negros que pontuam sua trajetória em nome de reivindicações étnico-raciais afirmativas, postulando o lugar do negro no RS numa perspectiva diferente daquela que aparece dentro da estrutura “mítica” aqui considerada. Porque do ponto de vista do MTG, a esse “gaúcho ancestral” o único correspondente negro costuma ser a lenda do *Negrinho do pastoreio* – pela perspectiva do sofrimento e martírio. O que intelectuais e militantes como Oliveira Silveira e os integrantes do Movimento Palmares, na década de 1970, Guarani Santos e Euzébio Assumpção, nos anos 1980-1990, procuraram realçar desde então é o lugar ativo dos Lanceiros Negros no movimento Farroupilha, e a maneira pela qual, no encerramento do conflito, foram entregues ao adversário, naquilo que qualificam como “traição” de Porongos.

Encerrarei esta breve intervenção lembrando uma série de publicações lançadas em meados da década de 1990 pela Editora da UFRGS para tratar de questões identitárias. A primeira delas, organizada por Sergius Gonzaga e Luís Augusto Fischer chamava-se “Nós, os Gaúchos”. Logo depois apareceu, sob os cuidados de Mário Maestri e Euzébio Assumpção, o livro “Nós, os afro-gaúchos”, seguido de “Nós, os ítalo-gaúchos”, coordenada por Mário Maestri, e “Nós, os teuto-gaúchos”, organizado por Luís Augusto Fischer e René Gertz. Então, como se pode entrever, esse “nós” mostrou-se grande o bastante para comportar a diversidade de testemunhos contida em cada um dos livros.

Para problematizar o debate, sugiro que, ao tratar dos processos identitários rio-grandenses, seria interessante distinguir e reservar espaço para a identidade regional (em relação ao Brasil), e paralelamente para as identidades de caráter étnico (indígena, açoriana, teuto, italiana, polonesa, judaica, e outras) e outras identidades de caráter racial (indígenas, negra).

Se o RS é visto além de suas fronteiras geográficas como o local mais “europeu” do Brasil é porque, além do mito do “gaúcho original”, se agregou o mito de outros gaúchos que foram se constituindo, vindos da Europa: Italianos, germânicos, enfim. O que remete para uma reivindicação de caráter étnico – em que permanece o vínculo com os países europeus de origem.

No caso dos negros, é melhor não pensar em termos étnicos, e sim em termos raciais, porque a violência do cativo e da imigração forçada pelo tráfico transatlântico fendeu suas identidades étnicas originárias, e embora a imagem da “Mãe África” continue a servir como matriz identitária ancestral, não permite o estabelecimento de vínculos diretos – como nos casos anteriormente apontados. A ideia de uma Diáspora Negra parece-me importante porque permite a identificação de elementos comuns de origem africana e inovações locais, decorrentes da experiência histórica pela qual suas identidades foram ressignificadas, tiveram que ser reinventadas.

Assim, existem marcas de africanidade nas manifestações sócio-culturais dos negros no RS desde o século XVIII, as quais se foram acumulando traços culturais específicos, particulares. Um belo testemunho disso encontra-se do documentário *O grande tambor*, produzido em 2012 pelo Coletivo Catarse, onde se pode vislumbrar algo das vivências e formas de expressão das visões de mundo forjadas na experiência do cativo nas charqueadas em Pelotas e Rio Grande, e transformadas em estilo de vida compartilhado, em práticas religiosas significativas, perpassadas pela ancestralidade negro-africana.



No ano passado, quando Mia Couto esteve conosco para ministrar sua Aula Magna, “Guardar memórias, contar histórias e semear o futuro”, em comemoração aos 80 anos da UFRGS, ele ficou muito impressionado quando lhe disse que as práticas religiosas afro-brasileiras eram tão ou mais frequentes no RS do que na Bahia, como em geral se pensa. Porque enquanto os gaúchos tendem a reproduzir, fora de sua terra, a ideia de uma europeização do Sul, os baianos fizeram algo parecido com a ancestralidade negra, hipervalorizando sua identidade com a África de modo a se auto-afirmar com esse traço distintivo.

Enfim, creio que já basta, vou ficando por aqui.

Termino esta minha participação com agradecimentos, e dizendo que, nos vinte anos em que estou aqui, embora não me sinta plenamente gaúcho, procuro participar tanto quanto possível do estilo de vida gaúcho, que muito admiro.

Ainda não adotei o hábito do chimarrão, mas não abro mão de um bom churrasco!

Claudia Fonseca

Quero, em primeiro lugar, dizer o quanto me sinto honrada por estar aqui hoje com vocês. Cheguei no Brasil em 1978. Aprendi a ser gaúcha com as pessoas do departamento de Antropologia da UFRGS. Por sinal, há de reconhecer que existem, em nosso departamento, grandes especialistas da cultura gaúcha – pessoas como Ruben Oliven (especialista de CGTs), Ondina Fachel Leal (que trabalhou com causas de galpão), Maria Eunice Maciel (que estuda roupas, comidas, festas), Sergio Teixeira (com estudos, entre muitos outros temas, sobre a rinha de galo), e nessa sala temos a Elaine Rosner Silveira que trabalhou sobre o jogo de osso. Tinha ainda outra colega, quando cheguei aqui, a saudosa Noemi Castilhos Brito, feminista e gaúcha de faca na bota. Com suas pesquisas sobre as mulheres na indústria do vestuário de Porto Alegre (que fizeram a primeira greve no país depois da reabertura democrática), me levou para outro tipo de gauchismo – politizado, briguento.

Aprendi sobre gauchismo também com as pessoas nas vilas populares de Porto Alegre onde eu realizava minhas “pesquisas de campo”. Essas pessoas vinham muito do campo e pareciam ter sua própria versão do gaúcho – sem estereotipia e com muito humor, muita ironia. Essa coisa do gaúcho não saber rir de si mesmo – não reconheço. Meu livro *Família, fofoca e honra*, era todinho sobre a maneira como esses gaúchos intercalavam histórias sobre drama e humor no seu dia a dia. Quanto à ideia da mulher gaúcha pacata e submissa, tampouco encontrei grande evidência. Pelo contrário, tem um capítulo do livro que se chama “a mulher valente” – sobre mulheres que batalham (enfrentando perigos de todo tipo) para proteger seus filhos, para guardar seus maridos. É um tema recorrente nessas narrativas de minhas interlocutoras, e que poderíamos associar com Anahy de la Misiones, com Ana Terra e outras figuras clássicas da história gaúcha.

Mas justamente me impressiono como, às vezes, a visão da “tradição” gaúcha acaba se limitando a certos símbolos e valores destacados, em particular, nos CTGs. É importante lembrar que esse conjunto de símbolos representa só uma pequena parte da história – uma parte que incorpora elementos riquíssimos inclusive da literatura escrita

(por exemplo, “A intrusa” de Borges). Contudo, não deixa de ser uma visão muito particular do passado (uma “tradição inventada”, como Ruben diria), colocada em destaque por pessoas com determinado



sexo, classe, idade. Muitos dos meus interlocutores nas vilas, especialmente no início dos anos 80, quando iniciei minhas pesquisas, não tinham estudado essa cartilha. Traziam outras tradições para o cenário das diversas partes do estado – tradições que viriam a ser identificadas com uma variedade de heranças étnicas (polaca, italiana, quilombola, kaingang), mas que ainda naquela época faziam parte simplesmente de um “gaúcho” – “pelo duro”, “gringo” ou “bugre” – complexo e heterogêneo.

Em outras palavras, a imagem estereotipada daquele gaúcho homem pilchado laçando cavalos não representa “a” história de nosso estado. Claro que ninguém consegue ignorar o “Laçador” — aquela linda estátua de um jovem campeiro; claro que temos a nossa semana Farroupilha com piquetes e chimarrão; claro que muitas pessoas curtem a sociabilidade e festas dos CTGs. Mas temos muitas outras histórias que talvez exerçam uma influência ainda maior sobre as pessoas contemporâneas: a história de um estado fronteiriço, por exemplo, aberto ao fluxo de imigrantes; a de um estado rebelde, com espírito crítico a ponto de desafiar autoridades consagradas; a de um estado ativista anunciando que “um outro mundo é possível”. Nossa

experiência histórica é constantemente reelaborada, se faz e refaz com cada nova geração.

A reelaboração da história acompanha a noção de uma cultura dinâmica – e não estereotipada ou parada no tempo. De fato, como definir a “cultura gaúcha”? Olhem os haitianos chegando aqui no Rio Grande do Sul hoje. Temos orgulho de ter um serviço de acolhimento relativamente eficiente (envolvendo órgãos governamentais e filantrópicos) e que atrai pessoas que atravessaram a fronteira lá no extremo norte do Brasil. É possível que essas pessoas se tornem gaúchas? Têm que usar bombacha e tomar chimarrão para se qualificar enquanto elemento constituinte dessa “cultura”? Ou vamos pensar a cultura gaúcha como algo aberto, contemporâneo e que consegue se modificar, assimilando novos elementos inesperados?

A essas noções dinamizadas de história e cultura, cabe acrescentar uma reflexão sobre a própria noção de identidade. Ontem eu estava com manifestantes abraçando o Jardim Botânico; me preocupo com o Cais Mauá.... E aí começo a pensar: será que não sou mais porto-alegrense do que gaúcha? E, afinal, será que me classifico como gaúcha, como brasileira ou gringa?! Mulher, antropóloga ou coroa? O que eu sou? Todas essas coisas fazem parte da identidade da gente. Mas, justamente, as perspectivas contemporâneas sobre identidade tornam caduca parte desse dilema.

Não somos mais sujeitos à tirania da ideia do “sujeito uno”! Hoje é quase consenso que jogamos com múltiplas identidades possíveis – o que não é um problema em si. Não existe nenhum imperativo decretando que as identidades têm que ser mutuamente excludentes, que a pessoa tem que escolher: ou X ou Y. A questão é quais limites e problemas que cada um enfrenta na articulação de suas várias facetas? Um chinês pilchado pode ser aceito tranquilamente como gaúcho? Uma gringa (ou haitiana ou uruguaia) com sotaque pode ser vista como brasileira “autêntica”? É possível flexibilizar essas categorias identitárias o suficiente para



que absorvam a diversidade? para que possam se fortalecer sem anular a especificidade de trajetórias diferentes?

Quero endereçar algumas dessas questões, elaborando um pouco mais sobre minha própria identidade – que oscila sempre entre “nativa” e “estrangeira”. Adorei o título desse evento, “*nósoutros gaúchos*”. Originalmente, quando Sinara me convidou, pensei que era para falar de como eu aprendi a ser gaúcha. Não só tomo chimarrão, já dancei fandango e escolhi meu lado da rivalidade grenal. Orgulho-me de toda a nossa história recente – a que eu vivi pessoalmente – do orçamento participativo, do Fórum Mundial Social, das marchas na rua – são essas as experiências que me fizeram gaúcha.

Contudo, depois me dei conta de que fui convidada para falar sobre a experiência de ser estrangeira no RS (o sub-título dessa mesa sendo: Qual a visão dos *outros* sobre a cultura gaúcha e os modos de ser dos gaúchos?). Vendo isso, minha reação foi: Eu – estrangeira?

Sabe que quando – nas minhas viagens Brasil a fora – as pessoas me perguntam “de onde você é?”, meu primeiro impulso é dizer que sou gaúcha. Digo isso com todo o coração, pois eu me sinto gaúcha. Moro aqui há 37 anos. Os meus conhecimentos, as minhas amizades, os meus hábitos (na vida adulta) foram todos desenvolvidos aqui. Sinto-me gaúcha. Penso qual é o peso dessa expressão “de onde você é?”. Nos Estados Unidos, quando alguém pergunta isso, estão querendo saber onde você está morando no momento. (Por sinal, a população norte-americana é geograficamente móvel. Parece que o americano médio muda 14 vezes de casa ao longo de sua vida.) Aqui, no Brasil, as pessoas querem saber onde você nasceu. (Hoje, fui falar com o meu filho que está em Porto Alegre desde 5 anos de idade (e não tem sotaque!), pensando que ele podia vir junto a esse evento, pois é – aos meus olhos – “autêntico” gaúcho. Mas, ele me lembrou que não é gaúcho, pois nasceu em Paris!)

Então, quando as pessoas me perguntam “de onde você é”, tenho que dizer que nasci em Boston – e seguem, invariavelmente, perguntas sobre aquela cidade às quais não sei responder. Acontece que ninguém da minha família nunca morou em Boston, muito menos eu. O que eu vou saber de Boston? A mesma coisa acontece quando as pessoas me perguntam (até hoje!) sobre os Estados Unidos: “Nos conte sobre Bush, Obama, Disneylandia”...sei lá. A verdade é que a

familiaridade com um lugar nasce da convivência, de experiências no dia a dia. Moro em Porto Alegre desde meu aniversário de 30 anos. É aqui onde fiz minha carreira, onde criei meus filhos, onde meu neto nasceu. Por que eu teria que possuir uma perspectiva privilegiada sobre os Estados Unidos? Considero, em suma, que sou de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

Creio que a maior parte de meus amigos e colegas já me incluem com naturalidade entre “os deles” – como gaúcha. Mas são as pessoas que encontro superficialmente que me veem persistentemente como estrangeira. Quero refletir um pouco mais sobre essa persistência, pois fala de uma forma de estereotipia e discriminação que afetam muitas pessoas. Que me entendam bem... Dou-me plenamente conta que pertencço a uma categoria geralmente privilegiada pelos estereótipos: sou branca, com hexis corporal que me identifica ao lado abastado das trilhas do tem, e – afinal – meu lugar de origem é um lugar admirado por vários dos meus interlocutores. Em comparação com muitos imigrantes hoje – haitianos, uruguaios, palestinos – as inconveniências que experimento por ser rotulada como estrangeira são mínimas. Mas, mesmo assim, pode ser interessante partir da minha experiência para pensar sobre as marcas diacríticas que agem, apesar da pessoa, para identificá-la como estrangeira – em particular, a cor da pele e o sotaque.

Iniciei minha vida profissional, fazendo pesquisa etnográfica na Micronésia (Oceania), Taiwan (chamado então de China nacionalista) e Burkina Faso (África Ocidental). Em todos os lugares, minha grande frustração – mulher branca que sou – era que não conseguia me “perder na multidão”. Não só as pessoas me viam como diferente, parece que já sabiam tudo sobre mim. Munidas de todos os estereótipos possíveis, pressupunham que eu era assim ou assado. (Mesmo quando eu concordava com os estereótipos deles, em geral me considerava uma exceção à regra, alguém que não se conformava aos estereótipos.)

Pior foi quando meu tipo físico causou um estranhamento tão grande que as pessoas não tinham onde me classificar. Assim, no interior de Burkina Faso, meu marido e eu, indo a pé de uma aldeia para outra, encontramos e quase matamos de susto duas crianças pré-adolescentes. Espantadas pela feiura desses monstros de pele

branca (nós), jogaram as cestas que carregavam no chão e fugiram aos prantos.

Mesmo no Brasil, a situação não é simples. Andando de ônibus em Pernambuco, por exemplo, me dei conta que todas as pessoas olhavam pra mim: eu era a única passageira de olhos azuis (entre outras de minhas esquisitices). Claro que o Brasil tem essa imagem de ser “multiétnico”. Mas, no fundo, em quase todas as regiões ao norte de Curitiba, a cor branca da pele já é um forte indicador de classe, denotando, em geral, pessoas da elite.

Senti então um grande alívio quando acabei morando no Rio Grande do Sul, onde finalmente podia me “perder na multidão”, isto é, me tornar anônima. Quando fazia pesquisa na Vila do Cachorro Sentado (desde que permanecesse calada), as pessoas me confundiam com alguma vizinha, irmã de Fulano ou mãe do Beltrano, pois meu tipo físico não me denunciava como forasteira. De fato, nem meu sotaque me denunciava necessariamente, pois tinha nas vilas que eu pesquisava uma variedade de sotaques – alguns tingidos do alemão rústico da fronteira, outros carregando no castelhano de Uruguai... As pessoas não distinguiam muito bem de onde era o meu sotaque.

Entre meus vizinhos de classe média, contudo, o sotaque era algo que me identificava claramente como “outra”. É muito interessante, pois eu morei 10 anos na França antes de vir pra cá e aprendi na França que para ser respeitada a gente tinha que falar francês muito bem. Quando desembarquei pela primeira vez na França, era jovem, com o cérebro flexível e consegui falar bem, quase sem sotaque. Aí eu cheguei no Brasil e não foi a mesma coisa. Nunca estudei português; aprendi na marra, dando aula de antropologia (coitados dos estudantes!). Até hoje quando eu *abro a boca* em qualquer atividade profissional, sou imediatamente identificada como “estrangeira”.

É é com a maior boa vontade, com curiosidade espontânea que as pessoas me perguntam então: “de onde você é?” Fico frustrada em ter que perder tempo com explicações que me parecem supérfluas, mas, aí, penso na quantidade de pessoas que, por causa de sua aparência ou outras marcas que carregam inescapavelmente consigo, vivem a vida inteira sentindo a pressão desse tipo de rotulação. Penso no peso de estereótipos muito mais negativos do que os que

me assolam – estereótipos associados à pele escura, a certos estilos estéticos de corpo e vestuário, a países considerados “subdesenvolvidos” – que projetam uma identidade fixa no outro, pressupondo tudo que aquela pessoa representa em termos de carência, falta e ameaça.

Tenho uma cunhada mineira que chega a falar mal de gaúcho. Ela acha que gaúchos são frios, arrogantes e, por vezes, grosseiros. Ela possui estereótipos compartilhados por agricultores com terras de pequeno e médio tamanho que viram seus negócios invadidos pelo agrobusiness de soja, comandado (no triângulo mineiro, tal como em outras partes do Brasil) em grande medida por gaúchos. Os estereótipos pesados vêm muitas vezes justamente desse tipo de experiência – parcial, limitado, sobre momentos excepcionais ou pouco representativos da “cultura”. Vêm de visões estanques do passado; vêm junto com versões congeladas da cultura.

Minha experiência com a “cultura gaúcha” é outra, nascida na convivência do dia-a-dia – o que produz uma imagem ainda parcial, mas muito mais dinâmica. Talvez não tenha “raízes profundas” nessa terra, nem conhecimentos profundos das tradições consagradas da região, mas me sinto parte constitutiva dessa cultura – do esforço coletivo que se responsabiliza pelos eventos atuais e que se engaja na definição dos rumos do futuro. Desconfio que existem muitos outros gaúchos que se encontram nessa mesma situação. E “nósoutros gaúchos” não abrimos mão desse nosso lugar.



Quais as visões e sintomas
e como os enfrentam?

sociais de nossos vizinhos

Alfredo
Jerusalinsky

Mário
Delgado

Wendell

Liz Nunes
Ramos

Ronaldo
Menegat

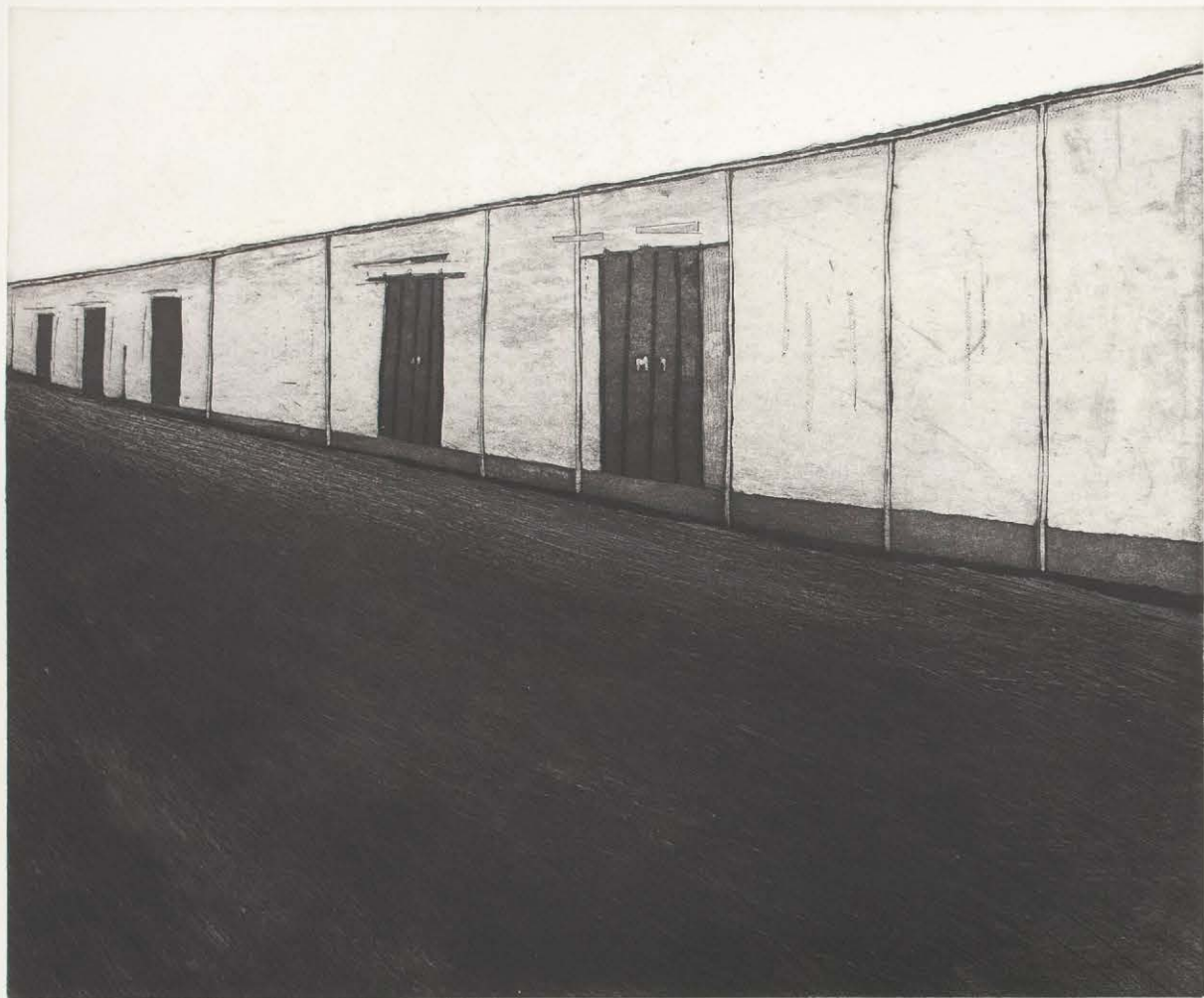
Pirisca
Grecco





84/90

Homero Lima 06



2/15



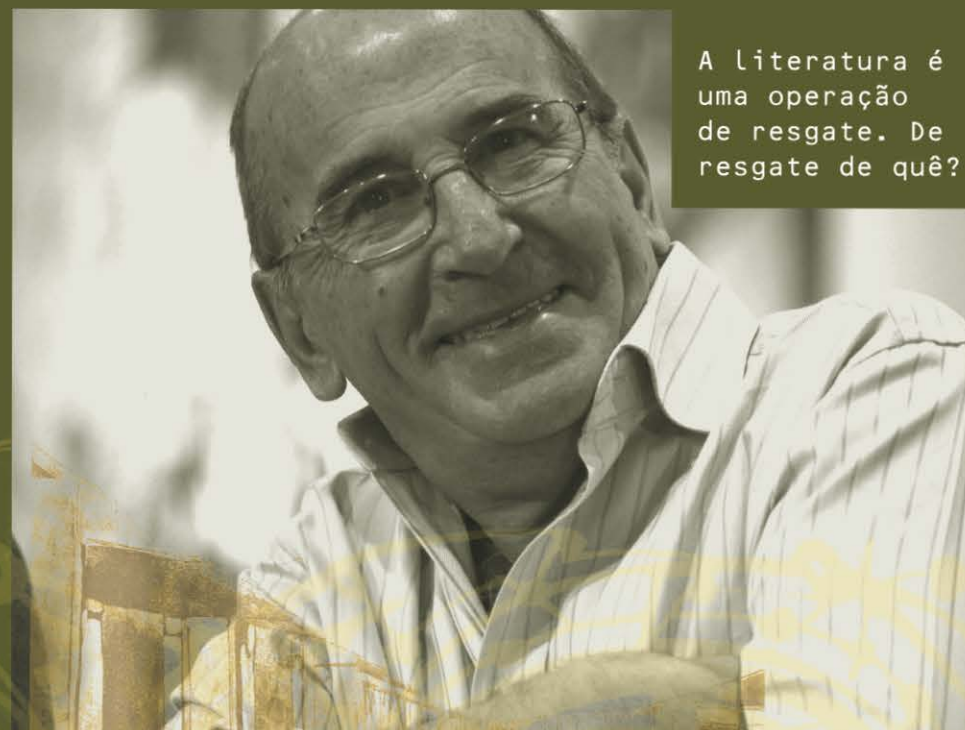
maristela salvatori 98



O fascínio
pela
identidade

Liz Nunes Ramos

Psicóloga. Psicanalista, membro da APPOA
- Associação Psicanalítica de Porto Alegre.
Presidente da APPOA.

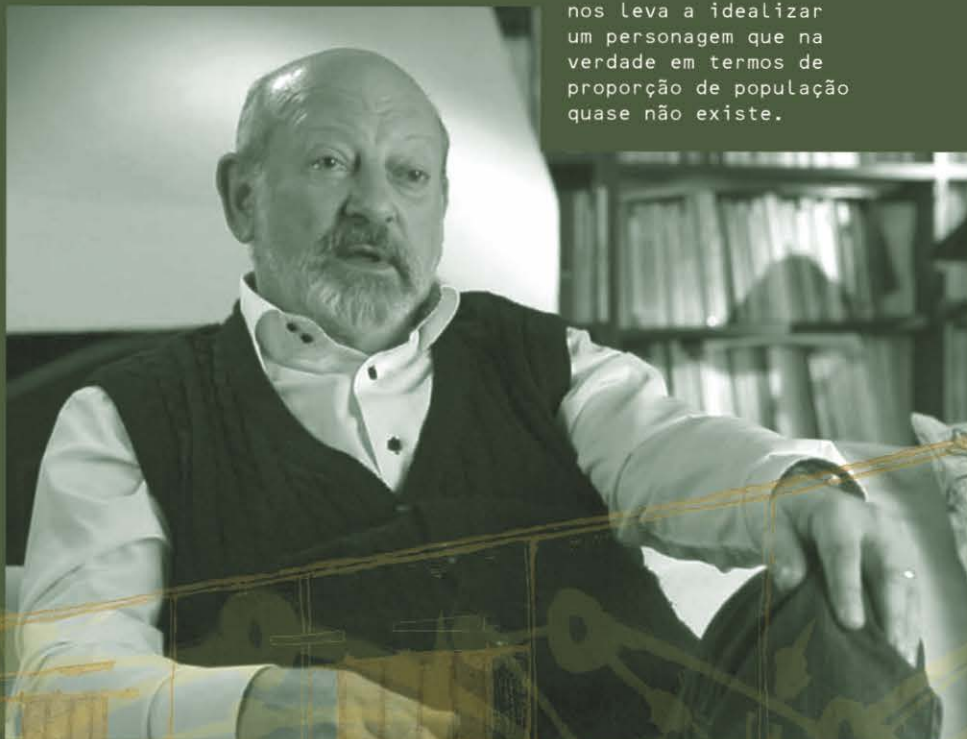


A literatura é
uma operação
de resgate. De
resgate de quê?

Mario Delgado Aparain

Escritor e docente uruguaio, sua obra, traduzida em vários idiomas, compreende diversos volumes de contos. Dentre os quais Charles Atlas e El Canto de la Corvina Negra. Com este gênero recebeu Prêmio Cervantes do concurso Juan Rulfo. Entre as novelas destacamos La Balada de Johnny Sosa, Estado de Gracia, El hombre de Bruselas. Novelista premiado foi Diretor do Centro de Cultura de Montevideú.

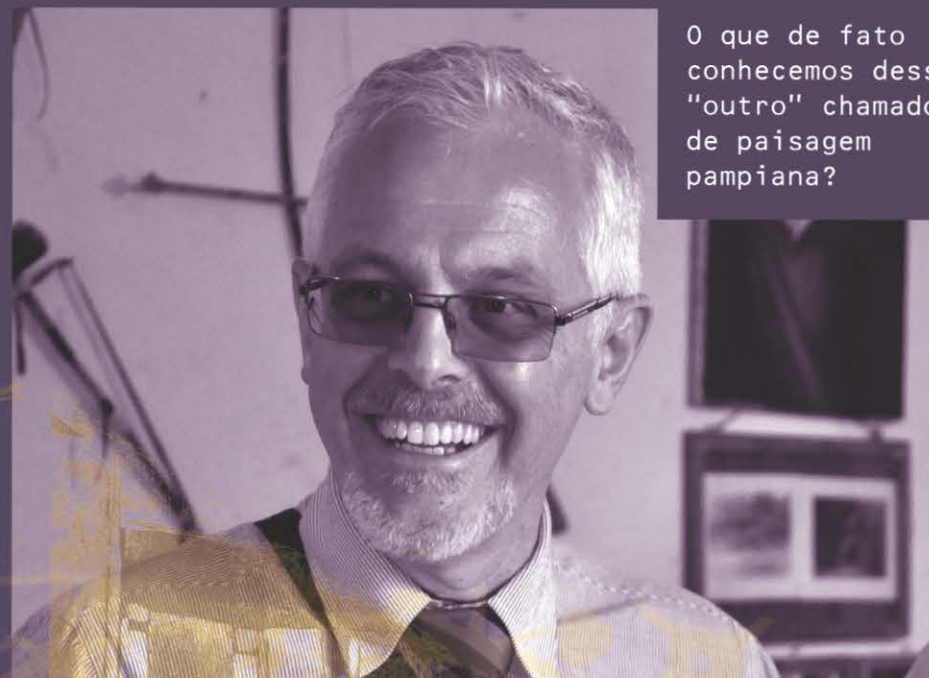
Que opressão não vivemos na modernidade que nos leva a idealizar um personagem que na verdade em termos de proporção de população quase não existe.



Alfredo Jerusalinsky

Psicanalista, analista Membro da Association Lacanienne Internationale, fundador do Centro de Clínica Interdisciplinar da Infância e Adolescência de Porto Alegre e da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. Formado em psicologia pela Universidade Nacional de Buenos Aires. Convidado em condições de reconhecimento de Notório Saber a adquirir título de doutor no Instituto de Psicologia da USP. Entre seus livros destacam-se: “Psicanálise e Desenvolvimento Infantil”, “Psicanálise do Autismo”, “Saber Falar”, “Dossiê Autismo”, “O Livro Negro da Psicopatologia Contemporânea”, “O Declínio do Império Patriarcal”.

O que de fato conhecemos desse "outro" chamado de paisagem pampiana?



Rualdo Menegat

Professor do Instituto de Geociências da UFRGS, geólogo, Mestre em Geociências (UFRGS), Doutor em Ciências na área de Ecologia de Paisagem (UFRGS), Doutor Honoris Causa (Universidade Ada Byron, Peru). Editor da Revista Episteme do Instituto de Estudos Avançados da UFRGS, assessor científico da National Geographic Brasil e membro honorário do Fórum Nacional dos Cursos Geologia, membro da International Commission on the History of Geological Sciences of the International Union of Geological Sciences (IUGS); Chairman of the Brazilian Section of the International Association for Geoethics, membro do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul.



Pirisca Grecco

O cantor e compositor Pirisca Grecco nasceu há 43 anos junto com a Califórnia da Canção em Uruguaiana/RS. Metade de sua vida dedicada a fazer arte com identidade gaúcha e passaporte para viajar o mundo. Tem destacada atuação no cinema gaúcho assinando trilhas sonoras de curtas e longa metragens como “Tempos de Luta” que retrata a vida de Leonel Brizola e o épico “Senhores da Guerra” de Tabajara Ruas. Com sua Comparsa Elétrica, trabalha há quatro anos no projeto Clube da Esquila que reúne todo mês na Capital músicos de diversas vertentes para celebrar e cantar o Rio Grande do Sul.

V Encontro

Neste quinto encontro, o potencial polissêmico de “NósOutros Gaúchos” será explorado em sua radicalidade. Serão discutidas as semelhanças e diferenças existentes entre nós gaúchos e *nosotros gauchos*, principalmente no que se refere à percepção dos fracassos e a forma como respondemos a eles. É sabido, por exemplo, que arrogância e ufanismo são modos usuais de tentar compensar, ou negar, situações desfavoráveis, é um engrandecer-se procurando ocultar a própria pequenez. O problema é que ao ocultarmos nossas dificuldades, perdemos a oportunidade de enfrentá-las.

Na Argentina e no Uruguai, esta discussão sobre as razões da ocorrência de um sentimento generalizado de decadência e nostalgia dos tempos em que éramos mui buenos já tem uma longa tradição, e é com ela que queremos dialogar.

É provável que estas questões nos conduzam à análise dos referenciais éticos que nos orientam, e que definem as modalidades de laços sociais que estabelecemos. Nos países vizinhos, como aqui, impõe-se a interrogação acerca do que faz obstáculo à construção solidária de objetivos comuns e ao convívio não-belicoso entre os vários outros que nos constituem.

Tendo já passado pelos debates realizados nos quatro encontros temáticos anteriores, quando o *ethos* gaúcho foi analisado a partir de seus determinantes e formas expressivas, torna-se interessante agora, finalizando este ciclo, confrontar-nos com esta alteridade tão próxima, representada pela experiência dos outros gaúchos.





Carlos Mancuso. Paisagem, aquarela sobre papel, 1961.

Liz Nunes Ramos

Neste último encontro de nosso ciclo eu gostaria de agradecer ao Departamento de Difusão Cultural da UFRGS, pelo empenho nesta parceria que animou o ano de trabalho na APPOA e no Instituto APPOA, permitindo-nos a interlocução com a universidade. Isto, por si só, já diz muito sobre a nossa relação com o Outro. Esta interlocução testemunha os giros que os discursos experimentam sempre que falamos e que constituição de saberes está implicada.

Chegamos ao último destes seminários muito satisfeitos pelo público que convocamos na diversidade de cada encontro e entusiasmados com os debates aqui desenvolvidos e com as contribuições que daqui colhemos. Nossas interrogações ainda vão repercutir e desdobrar-se em novas discussões.

Neste momento de (quase) encerramento vi-me numa espécie de reencontro com um elemento do início de nosso trabalho, quando pensávamos no que poderia constituir um eixo de trabalho, a partir das inquietações e interrogações sobre o que estaria gerando certa estagnação no Rio Grande do Sul. Naquele momento evocamos um livro: *O atroz encanto de ser argentino*, de Marcos Aguinis, publicado no Brasil em 2002. Divertimo-nos com uma paródia: o atroz encanto de ser gaúcho. O que expressava nossa divisão. Por um lado orgulhosos de sermos gaúchos, por outro, confrontados ao fato de nosso estado parecer perdido, sem rumo, sem termos uma saída redentora. E sabemos o quanto os psicanalistas são atraídos pelo conflito. Onde há conflito não há muito espaço para tudo o que pode ser realizado em nome do desejo. Este se vê subsumido à luta, desgastado pela divisão desgastante e inócua. Eis porque a expressão nos interessou. Ela indica onde estamos, queiramos ou não, e de onde precisamos sair, do fascínio pela identidade.

Marcos escreve este livro (*O atroz encanto de ser argentino*) num momento de crise na Argentina. É um livro inspirador, porque é escrito no fio da navalha, como se costuma dizer. É uma declaração de amor ao seu país e também um lamento profundo pelo estado de coisas. Ele estimula o leitor e seus compatriotas a adentrar pelos conflitos históricos, pelas contradições de sua cultura e pelos discursos históricos e vigentes. Não deixa de assinalar o que há de encantador e trágico na história, tentando manter uma visão crítica e bem-humorada, em torno de um drama que não parecia ter fim.

Neste ciclo tentamos “por o dedo na ferida” para interrogar as raízes de certo declínio no Rio Grande. Declínio que hoje se mostra em uma de suas fases mais agudas. E temos a convicção certa de que há de piorar. E pior, sabemos que nosso problema não está em erros da política econômica nacional (embora possamos sofrer seus efeitos), na dependência externa, nas agruras impostas desde fora.

Lendo o ensaio de Aguinis, nós sentimos calafrios de familiaridade, entre a crise da Argentina e a do Rio Grande. A corrupção viceja, há vícios culturais, a dramática degradação moral e uma descrença generalizada nas instituições (inclusive nas mais democráticas).

Lembro de *Raízes do Brasil* (Sérgio Buarque de Holanda), que no ano de 2016 completará 80 anos de lançamento e exigirá nossa atenção, pois diz muito de nós e, ainda, de *Retrato do Brasil* (Paulo Prado). Obras de enorme relevância histórica, justamente por terem a coragem de interrogar quem somos.

Esta brevíssima incursão por nossas referências e falhas éticas e simbólicas, por nossas reservas culturais, técnicas, criativas e morais nos empuxa na busca de respostas e soluções. **A interlocução aqui, da mesma forma, talvez nos auxilie a darmos um salto “do protesto à proposta”, ultrapassando identidades cristalizadas. De certa forma, todo povo tem uma imagem de si, seja ela depreciativa ou de vanglória. O problema é que o fechamento em torno das imagens a serem preservadas não permite a circulação de quaisquer valores diferentes que alterem a estabilidade que só as imagens permitem. Não aprendemos e não crescemos com o Outro, supondo, de forma equivocada que seria possível mantermos a separação entre o Eu e o**



Outro. Perdemos a dimensão de que o Eu é o Outro. Em cada Eu habita um nós que não pode ser totalmente cindido. Orgulho de ser gaúcho é a expressão atual que diz do quanto gozamos de ser nós-mesmos, supostamente diferentes e sem portarmos nada do Outro. Será mesmo?

Hoje falaremos uma espécie de portunhol, entre outros motivos porque não se tratará de falarmos do sintoma dos outros, destituindo-o de seu lugar de Outro, de sua condição de alteridade em relação ao que pensamos saber. Nem de suas soluções. O exercício será de tentarmos fazer circular as fraturas históricas, os sintomas sociais, os sofrimentos subjetivos que derivam dos nossos esquecimentos, dos nossos mitos fundadores.

Se a chamada do encontro de hoje evoca os sintomas, é preciso lembrar que sintoma comporta algo de uma escritura, que demanda decifração e interpretação. Comporta também algo da letra, fora de toda possibilidade de decifração, mesmo pelos mais letrados, mas ainda assim, nas bordas do que pode ou não ser enunciado.

Esperemos que, hoje, se cruzem nossas inquietações, tradições, desajustes, particularidades, de forma a fazermos frente ao ódio, à violência, que surge sempre que desconhecemos nossas referências simbólicas e cortamos o fluxo da palavra. As consequências não são pequenas quando apagamos o lugar do Outro, suas diferenças, seja

impedindo-lhe o livre curso da palavra, seja reduzindo-o à identidade de nosso próprio saber.

O presidente do Uruguai, Dom Pepe Mujica, que falou recentemente aos estudantes da UERJ disse: “Não se trata de que deixem de ser brasileiros, mas há que serem latino-americanos. Se não nos juntamos com os nossos, com quem vamos nos juntar?”. Pois bem, me parece que ele expressa com muita precisão o que vimos desdobrando aqui. Um traço fundador é essencial, mas não é tudo. Não há que termos orgulho de sermos gaúchos, mas de interrogarmos como nossa singularidade pode ou não ser permeável à vizinhança.

O que nos dificulta reconhecer e sermos reconhecidos pelos Outros? Quem somos, *NósOutros*? O que fica de fora de nossas considerações quando afirmamos uma identidade no repúdio ao Outro? Como nos retorna esta diferença e o passado que não reconhecemos?

Muito obrigada. Um bom debate (ou embate) nos espera. Ainda que em outros campos não tenhamos muita escolha, aqui a temos. Podemos decidir que lugar daremos à palavra do Outro, por consequência, que lugar estamos constituindo para o nós-mesmos.

Mario Delgado Aparain

Boa noite a todos! Estou emocionado realmente de estar aqui porque sinto que esta é parte da minha terra. E eu digo com propriedade porque minha infância ocorreu na fronteira norte do Uruguai com o Rio Grande do Sul e a linguagem da minha infância é o portunhol. E sou muito orgulhoso disso. Emociona-me também que Liz tenha mencionado o trabalho de Marcos Aguinis, com quem tive uma linda amizade. É autor de uma novela maravilhosa que se chama “A saga do Marrano”.

De Marrano chamavam os castelhanos, espanhóis, aos porcos pequenos. E Marrano assim se chama porque grita quando o degolam. É o mesmo grito que tiveram os judeus nas torturas da inquisição. E numa conversa de café com Marcos ele dizia que a inquisição que ocorreu justo quando os reis católicos da Espanha expulsaram os mouros e os judeus da Espanha, enquanto ocorria isso, ocorria o que eles chamavam de descobrimento da América, quer dizer, quando Colombo passou por aqui.

Marcos dizia que a inquisição cujo objetivo era o fortalecimento selvagem da igreja católica apostólica romana, estava destinada a destruir todo princípio de pensamento livre. E ele dizia que a inquisição marcou o princípio da tristeza americana. Eu também compartilho da ideia de que aos latinos americanos habita a melancolia. De fato, eu vivi em Buenos Aires alguns anos e tive um grande amigo, grande escritor chamado Izidoro Blaistein. E eu era jornalista do diário Clarín e todas as manhãs, quando passava para o trabalho por uma livraria de Izidoro Blaistein, tomávamos chimarrão. No dia do golpe do estado não pude fazer isso.

A porta da livraria estava fechada e tinha um cartaz que dizia *fechado por melancolia*. Com o tempo teve um livro de contos de Izidoro que tinha esse título. Quando me convidaram a participar desse encontro eu pensava do que eu iria falar. E me ocorreu começar como escritor (mal, bom ou regular, mas sou escritor). Um dia em um encontro com estudantes, eram 300 estudantes de um bairro muito pobre de Montevideú, mas muito rico no que poderia ser seu acervo cultural. Eram todos descendentes de imigrantes de todas as regiões da

Europa e África, que corriam da guerra, crise, fome, da peste. E ali havia gregos, croatas, eslavos, italianos, espanhóis e portugueses. E um desses me perguntou “é fácil escrever?”.

Foi uma pergunta brutal. E eu pensei um pouco e lhe disse “não, não é fácil. Mas também não é difícil, pois para escrever basta ter uma boa história para contar.” E todos, sem exceção, todos temos uma boa história para contar. O triste é não ter uma história para contar. E eu lhes dizia que a pior patologia da época contemporânea, a pior doença da época contemporânea não é o câncer, não é a AIDS, é, no meu modesto entender, a crise de autoestima. A crise de autoestima generalizada em particular nas grandes metrópoles aonde o indivíduo, o ser humano, está dissolvido, anulado pelo grande número.

Isso, nessas épocas, milhões de jovens e adolescentes ignoram sua própria história. E se eu tenho que definir o que é a crise de autoestima diria que é querer-se pouco ou nada a si próprio por supor que nosso mundo interior não é nada digno de ser querido. E quem crê que o seu mundo interior não tem uma história da qual sentir-se orgulhoso ou emocionado, expõe a ignorância. E de onde vem essa ignorância que provoca a suposição de que há ou não há história própria? Essa ignorância provém da ruptura violenta da comunicação intergeracional, vem da ruptura da comunicação entre pais e filhos, entre netos e avós, jovens e velhos de uma comunidade.

Eu dizia que cada um de nós tem uma história e que a soma de todas as nossas histórias dá como resultado a história da nação. Se todos temos uma história essas histórias estão intercomunicadas por pontes, por vasos comunicantes que fazem com que seja a história da nação. O papel dos historiadores, dos antropólogos, dos sociólogos, dos cientistas políticos é confeccionar uma inteligência, uma coerência de todas as nossas histórias de maneira que todos possam ler nosso próprio mundo. Encontrar uma





linguagem para interpretarmos e comunicar de geração em geração essa interpretação. E a isso chama, em um bom romance, conhecimento. E a essência desse conhecimento se chama, num bom romance, ignorância.

Mas acredito que todos nós padecemos dessa crise de autoestima que, aliás, os adolescentes do nosso continente atual vivem essa crise de autoestima é pai e mãe da violência. O fato de que um jovem assalte uma estação de serviço ou um supermercado e mate o dono ou a empregada que está atendendo porque não tem cigarros ou não tem dinheiro. E se a mata é porque não está valorizando nem a vida dela nem a sua própria. Mas não dar valor a sua própria vida porque não tem como dar valor a vida, porque para dar valor a algo ele tem que ter um ponto de referência, uma escala de medida. E se uma adolescente desde a infância, desde o ventre de sua mãe não tem como querer, amar sua própria vida, menos vai querer ou amar a vida do próximo. E essa é uma patologia sinistra que vai encarnado do século XXI sem que os governos saibam ou não tenham claro como solucionar ou interpretar. Ora, nossas crianças não nascem diabólicas. Não são filhos de satanás. A maldade se adquire e não se nasce com ela.

Então se eu disser que todos têm uma história e essa história quando se consente dela, se comporta, opera como uma dupla fonte. Uma fonte de reflexão e uma fonte de criação. É o meu mundo e o meu

mundo está composto pela minha gente, pelos meus antepassados e antepassados de meus amigos e *cogeneros* do meu povo. Então as minhas histórias, as que eu escrevo, são conseqüências de uma operação de resgate. A literatura é uma operação de resgate. De resgate de quê?

Das nossas histórias. Das histórias que não queremos que se dissolvam e que se percam no esquecimento. Um gigante das letras latino americanas, João Guimarães Rosa, dizia que escrever é um ato de resistência ao esquecimento, à alienação, à perda de identidade.

E Guimarães Rosa em três palavras definia a criação literária: escrever é resistir.

Rualdo Menegat

Essa reflexão acerca de quem somos em relação a nossos vizinhos gaúchos e não gaúchos exige abordagens diversificadas e, principalmente, o diálogo entre as várias modalidades de linguagens que utilizamos para inquirir, investigar e interpretar o vasto mundo em que vivemos. Este capítulo irá analisar uma parte dos outros e de nós mesmos que é muito esquecida e cada vez menos considerada na cultura contemporânea. Isso porque somos intensamente capturados pelos afazeres atávicos da vida urbana.

Contudo, essa parte do outro está necessariamente muito presente e dela falamos apenas em situações extremas, quando somos surpreendentemente acordados de nossa rotina, dessa espécie de sono dogmático, pelos eventos naturais. Estou falando da Pachamama, a nossa grande pátria ou a nossa casa comum.

Com muita frequência tratamos de esquecer a Terra, justo de quem tudo nos dá. Não cabe aqui dissertar como foi possível a vida coevoluir com a Terra e não apenas assentar-se nela como um musgo em uma pedra. Vou comentar apenas brevemente sobre como essa coevolução apresenta-se aos nossos olhos em termos de um impressionante resultado final, que chamamos simplesmente de paisagem. Mais do que uma bela vista, a paisagem que vemos e na qual estamos imersos é um intrincado conjunto de elementos, formas, dinâmicas e restos de fatos constituídos ao longo do vasto tempo geológico.

De modo restrito, falarei da geopaisagem da porção meridional da América do Sul. Paisagem que faz de nós não seres quaisquer, localizáveis em um globo como um aleatório ponto (x, y), mas aqueles que construíram um costume de habitar – e, portanto, sabem habitar, ou pelo menos deveriam saber – determinada porção da muito vasta superfície terrestre. Por não ser uma via de mão simples, acostumar-se a habitar certa paisagem constitui-se por si só na maior das aventuras humanas. Isso porque a paisagem não é uma vista estática que está diante de nós do mesmo modo que aquela obtida no momento do clique de uma fotografia. Ao contrário disso, trata-se de um sistema dinâmico que devemos entender

como funciona se quisermos sobreviver nele como grupo humano, quer dizer, como cultura.

Por isso, a paisagem está intrinsecamente vincada na cultura e vice-versa, razão pela qual nem percebemos o quanto pode ser difícil domesticar certa paisagem e, com isso, habituar um grupo humano a construir uma cultura que se assente nela de tal modo que quase não percebemos uma e outra. Eis o grande drama humano que costumamos reduzir a uma simples história de deslocamento de fronteiras entre reinos, nações e propriedades ou de sucessões de mandatários ao longo de uma linha cronológica.

De fato, a paisagem onde nascemos e vivemos está de tal sorte enraizada em nós, que ela poderia ser considerada uma espécie de DNA externo¹. Quando conhecemos alguém, além do nome e sobrenome sempre perguntamos de onde essa pessoa vem, onde nasceu. A história de cada um e a história de uma comunidade dá-se em relação à paisagem, que parece encerrar também nosso destino. Por isso ela identifica plenamente os grupos humanos, sendo causa e consequência de fratura e coesão cultural de povos, como aqueles do sul da América.

Podemos, então, dizer que a paisagem igualmente faz parte de “nosotros gaúchos”. Como ela é sempre esquecida, poder-se-ia escrever assim: “nosotros (também) gaúchos”, sendo que o



1 Ver MENEGAT, R. 2008. O DNA da Paisagem. In: PAIVA, J.L. 2008. *Natureza Gaúcha: fotografia*. São Paulo: Metalivros, pp. 14-19.

“também” serviria para incluir a “paisagem gaúcha” como parte indissociável desse “nosotros”, já que ela identifica a cultura que nela se estabeleceu como um drama. Mas, que paisagem é esta? O que de fato conhecemos desse “outro” chamado de paisagem gaúcha, seja aquela no Rio Grande do Sul seja aquela dos outros gaúchos, no Uruguai e Argentina? Temos de fato a mesma paisagem? Ou, por nos considerarmos pertencentes a uma mesma cultura, poderíamos tomar por empréstimo a paisagem de outros?

Minha investigação aqui será a de mostrar que se pode tomar a paisagem como empréstimo. Mas, neste caso faz-se necessário ignorar o fato de que a paisagem é parte indissociável de uma cultura, do conhecimento do mundo em que vivemos e, principalmente, da prática social e ambiental ao longo do tempo. A paisagem possui forte influência no desenvolvimento das culturas e das civilizações e vice versa. Nossas ações podem modificar sobremaneira a paisagem. O aquecimento global é uma forte demonstração de ambas as condições. Isto é: (a) do quanto modificamos o sistema hídrico-atmosférico, chamado de clima; e (b) do quanto deveremos reestruturar os impactos das atividades humanas nos sistemas terrestres para que as consequências não entrem no campo da total imprevisibilidade, posto que a Terra é um complexo sistema dinâmico, expresso pelas suas paisagens.

O que é essa coisa chamada paisagem?

Paisagem para nós ainda tem uma conotação deveras pictórica. Sempre entendemos paisagem como uma bela vista, digna de ser gravada em uma tela de um artista. Mas atualmente as ciências da paisagem (ecologia, geologia, geografia, etc.) procuram entender a paisagem como um conjunto de interações mútuas entre o ar, as rochas, a neve, a água, a umidade e a falta dela. Há um contínuo intercâmbio empreendido entre esses elementos e a

fauna, a flora, a radiação solar, os trovões... Todos os elementos constituem a paisagem. E não apenas eles, mas também a sua contínua interação ao longo do tempo. Na medida em que removemos os elementos que compõem a paisagem ou quando mudamos as relações entre eles, estaremos modificando essa paisagem.

A paisagem não é formada por objetos que podemos tirá-los sem que ela se modifique. Tudo o que se toca, tudo o que se introduz, tudo o que se tira da paisagem, muda a sua totalidade. A paisagem é realmente um sistema notável, porque ela é ao mesmo tempo o embasamento e a envoltória da nossa existência. Ela é o todo que nos envolve e que ao modificarmos suas partes também podemos modificar o modo como essa envoltura se apresenta. Ela é o cenário, o palco dos acontecimentos culturais humanos que ocorre junto com toda a teia da vida e que se modifica a cada instante. A paisagem nos envasa, de sorte que não há apenas um ‘chão em que se pisa’, mas uma envoltória que abraça cada um e toda a comunidade. As formas com que um grupo humano estabelece com a paisagem definem identidades recíprocas: da comunidade e da paisagem, de sorte que podemos tomar um pelo outro. Como por exemplo, os incas dos Andes (e os Andes dos incas), os tuaregues do deserto Saara (e o Saara dos tuaregues), os tikunas da Amazônia (e esta daqueles), os guaranis do rio Paraguai (e vice-versa), os kaingangues do Planalto Meridional (e v.v.), os puelches do Pampa (e este daqueles): impossível ver um sem ver o outro.

A paisagem não é apenas o que vemos diante dos olhos, em um único vistaço. Ela também pode ser definida a partir de escalas bem mais amplas, isto é, para além do que está ao alcance da vista. Uma vasta região como a do delta do Rio Lena, no nordeste da Rússia, possui características geomorfológicas, florísticas e faunísticas homogêneas. Essa grande região facilmente identificável em uma imagem de satélite também é uma paisagem (Figura 1).

As regiões da superfície terrestre que apresentam certa homogeneidade de seus elementos constituintes (rochosos, geomorfológicos, florísticos e faunísticos) constituem paisagens, também chamadas de ecorregiões. Por fim, em uma escala mais ampla ainda, a Terra inteira constitui-se em uma paisagem, chamada de paisagem geosférica. A paisagem geosférica é tal que ao longo de

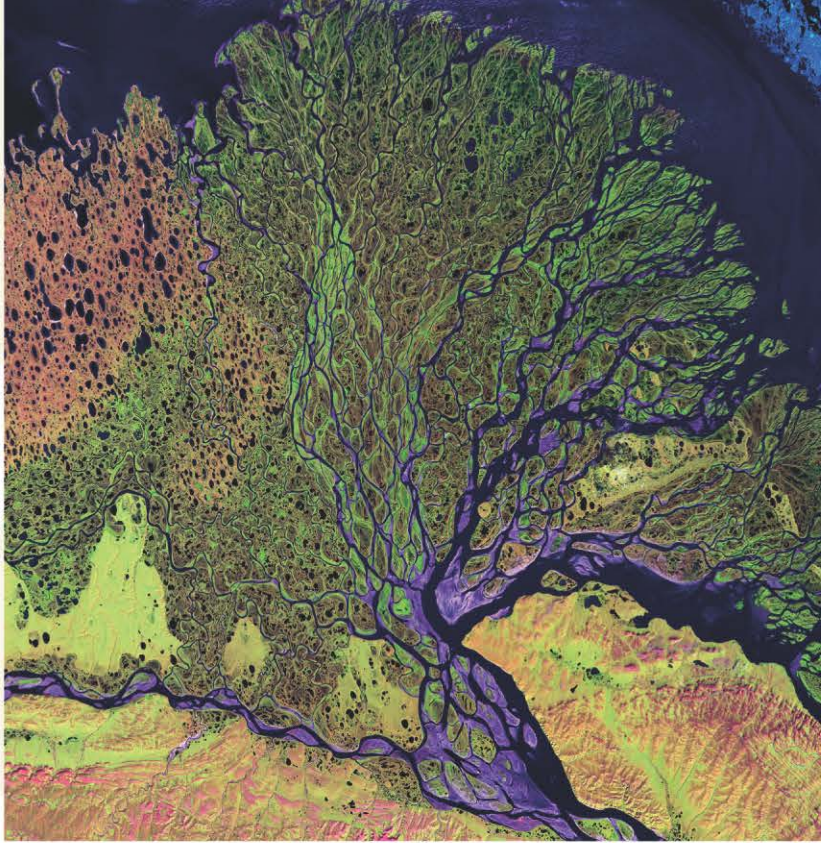


Figura 1 – Delta do Rio Lena, nordeste da Rússia, visto em uma imagem de satélite, conforma uma grande paisagem. [Fonte: Imagem Landsat, NASA, 2000].

4,6 bilhões de anos de existência da Terra, ela não tem se repetido uma única vez sequer. Isso mostra a grande dinamicidade da paisagem terrestre. Como vimos, temos várias escalas de paisagem, todas elas passíveis de caracterização.

A paisagem não é apenas o presente, ela é também o passado. A paisagem é um mosaico de restos de fatos e fenômenos que vêm se imbricando desde tempos imemoriais. Podemos separar os elementos mais antigos dos mais novos e, assim, recompor o processo evolutivo da paisagem, reconstruir cenários antigos e entender suas origens. A paisagem guarda consigo os elementos de sua própria gênese: ela é um mosaico de memórias da história da Terra e da vida. Memórias de ontem que tipificam os lugares de sua superfície hoje e que também tomam parte na condução de sua dinâmica futura.

Quando os grupos humanos que habitam certo lugar não entendem a dinâmica da paisagem e de seus elementos, sucede que podem sucumbir devido a desastres naturais inesperados. Um dos desastres mais comentados na História e ainda hoje presente em nossa memória é aquele que ocorreu em Pompeia, com a erupção do Vesúvio em 79 d.C. Os antigos moradores de Pompeia não entenderam a dinâmica de sua paisagem, não souberam interpretá-la. Eram ignorantes em relação à paisagem em que viviam. E a paisagem irrompe então na história humana e se estabelece como uma tragédia, como uma fratura. A tragédia de Pompeia ficou gravada nos moldes de corpos desvelados pela arqueologia. Mas Pompeia tornou-se também um emblema da cegueira humana diante da paisagem.



Figura 2 – Bloco rochoso com a forma de uma cabeça na encosta abrupta do Cerro Putucusi, Machu Picchu, Peru. A escada à esquerda parece informar o 'cérebro da cabeça' sobre a paisagem que a rodeia. (Fotografia do autor.)

Na atualidade, entendemos que inteligência ou cognição refere-se quase que exclusivamente à manipulação de computadores e máquinas. Mas, na verdade o processo cognitivo humano evoluiu **na e com** a paisagem. O cérebro humano é um órgão que consegue ler e interpretar a paisagem que está a sua volta, e, além disso, coevoluir com ela.

A imagem figura 2 se coloca como uma metáfora da coevolução da paisagem e do cérebro humano. Nessa imagem, um enorme bloco rochoso com a forma de uma cabeça humana compõe a paisagem de uma encosta abrupta do cerro Putucusi, na região de Machu Picchu, no Peru. Uma escada na parte inferior esquerda da imagem sugere um acesso ao cérebro da 'cabeça rochosa', indicando um processo em que a paisagem informa a cognição que, por seu turno, constrói uma cultura face a face com a paisagem. Quando esse processo é orgânico, a cultura humana consegue construir artefatos e cidades que parecem se encaixar perfeitamente na paisagem, como é o caso da cidadela de Machu Picchu.

Quando sabemos ler e interpretar a paisagem que nos circunda, podemos construir uma cultura orgânica, de tal maneira que cultura e paisagem parecem ser uma coisa só, como se fossem feitos um para o outro com perfeição. Tornamo-nos a paisagem e esta se torna a cultura. Por isso, a diversidade de culturas humanas corresponde a igual diversidade de paisagens da superfície terrestre. A diversidade de culturas pré-cabralinas no Brasil deve-se à diversidade de paisagens de nossa terra. Elas vão muito além de uma "Amazônia" ou de uma "Mata Atlântica". Antes de Cabral, estima-se que havia mais de 1.200 línguas indígenas no Brasil, cada qual relacionada a certa paisagem. Desse ponto de vista, o Brasil é uma matriz de paisagens, de especiação de línguas e culturas, a exemplo do Peru, do México, da Índia e da China. Na região do Pampa havia diversas parcialidades indígenas, como querandies, ranqueles, puelches, vorogas, chanás, timbús e charruas². Mas a especiação linguística dos povos campeiros da vasta planície parece não ter sido tão grande quanto a dos povos florestais.

Porém, na civilização ocidental há uma contradição sempre latente entre natureza e cultura, uma polaridade longe de ser superada. Fala-se muito pouco da bionatureza no âmbito da cultura, e menos ainda da geonatureza. Atualmente, tem-se comentado um pouco mais sobre bionatureza, em termos de perda da biodiversidade, desmatamento, etc. Mas, mesmo assim, comenta-se deveras pouco. Não há nem um indício de que a cultura atual esteja considerando seriamente os temas relacionados à ecologia, às paisagens e à Terra.

2 Martínez Sarasola, Carlos. *Nuestros paisanos los indios; vida, historia y destino de las comunidades indígenas en la Argentina*. Buenos Aires, Emecé, 1992, 659 p.

A cultura atual dissocia-se cada vez mais da natureza. Isso porque o sistema econômico global é um sistema calcado na ideia de apropriação desmesurada da natureza e de destruição de sua paisagem, como se pudéssemos dela extrair qualquer produto sem que houvesse qualquer consequência e, como em um supermercado, pudessem sempre ser repostos. A natureza não é um somatório de objetos, nem tampouco um estoque sem fim de produtos passíveis de apropriação. A natureza é uma totalidade que pode e está sendo danificada por esse tipo de apropriação brutal. Por isso ela não pode ser vista na cultura contemporânea e, por conseguinte, falamos tão pouco dela.

Quantos Pampas, quantas paisagens?

A leitura científica da paisagem requer uma síntese resultante do esforço de várias disciplinas (geologia, geomorfologia, hidrografia, botânica, zoologia, climatologia, etc.), pois é uma leitura necessariamente interdisciplinar. Também requer desprendimento do espírito, pois podemos 'forçar' uma leitura da paisagem de acordo com tradições, isto é, critérios subjetivos, políticos, econômicos e ideológicos. A ciência ajuda, portanto, que façamos leituras mais desapaixonadas. Isso não quer dizer isenta de estética e valores, mas sim que nos dispomos a nos render frente às evidências.

As paisagens da Argentina, Uruguai, e sul do Brasil onde ocorre a chamada cultura gaúcha não são nada semelhantes entre si. Na verdade, encerram diferenças notáveis, mais do que talvez gostaríamos de reconhecer, embora o nome comum de 'pampa'. Isso quer dizer que, nesse caso, não foi a paisagem em si que conferiu certa unidade à cultura dita gaúcha. A imagem do gaúcho adquiriu seus contornos, na Argentina, a partir do século XIX e enquanto marca cultural, ela é bem mais recente do que aquela desenvolvida ao longo de séculos pelos habitantes nativos chamados pelos espanhóis de 'pampas' ou 'puelches'³.

A cultura gaúcha resultante da ocupação europeia tem como características marcantes a criação ovina, bovina e equina e o hábito de beber chimarrão, mate ou tereré herdado dos indígenas que viviam

3 Coni, Emilio A. *El Gaucho; Argentina, Brasil, Uruguay*. (Biblioteca Dimensión Argentina). Ediciones Solar, 1986 [1945], 320 p.

no atual Paraguai. A julgar pelos tipos de chimarrão, podemos ver que a cultura gaúcha, assim como sua paisagem, não é monocórdia. O chimarrão enquanto hábito diferenciou-se sobremaneira, de sorte que passou a identificar diferentes lugares. Por exemplo, há uso desde cuias pequenas (Argentina, Uruguai e Paraguai) até muito grandes (Rio Grande do Sul), feitas de cabaça ou simplesmente utiliza-se um copo (Argentina e Paraguai).

Em muitos locais, bebe-se chimarrão sem cerimônia e, em outros, há uma espécie de rígido código a ser seguido, que inclui até qual das duas mãos a cuia deve ser passada adiante. Utiliza-se erva moída ou de pura folha, e a infusão poder ser com água quente, muito quente e até fria, como no tereré tomado no Mato Grosso do Sul, nordeste da Argentina e no Paraguai, onde é patrimônio cultural deste país. É sempre bom lembrar que a erva do chimarrão chama-se *Ilex paraguayensis*. Haveria também vários tipos de paisagens para a cultura gaúcha ou essa cultura é sinônimo exclusivo de Pampa? Que diferenças existem entre o chamado “pampa” do Rio Grande do Sul e o vasto Pampa argentino?

Para entender as diferenças entre as paisagens, nada melhor que visualizá-las. Vamos realizar aqui uma espécie de passeio virtual por alguns lugares típicos do Pampa argentino e da metade sul do Rio Grande do Sul. Transitaremos desde uma escala local e progressivamente nos deslocaremos também para as escalas regional e até continental. Iniciaremos no norte da Província de La Pampa, situada a oeste da Província de Buenos Aires, na Argentina, a partir da paisagem de uma fotografia obtida próxima à cidade de Winifreda (Figura 3).



Figura 3 – Paisagem rural próxima à cidade de Winifreda, norte da província argentina de La Pampa [coordenadas 36°06′30″S, 64°11′20″W]. O horizonte é uma linha quase perfeitamente reta, sem qualquer elevação. [Fotografia: Maximiliano Alba, 2007.]

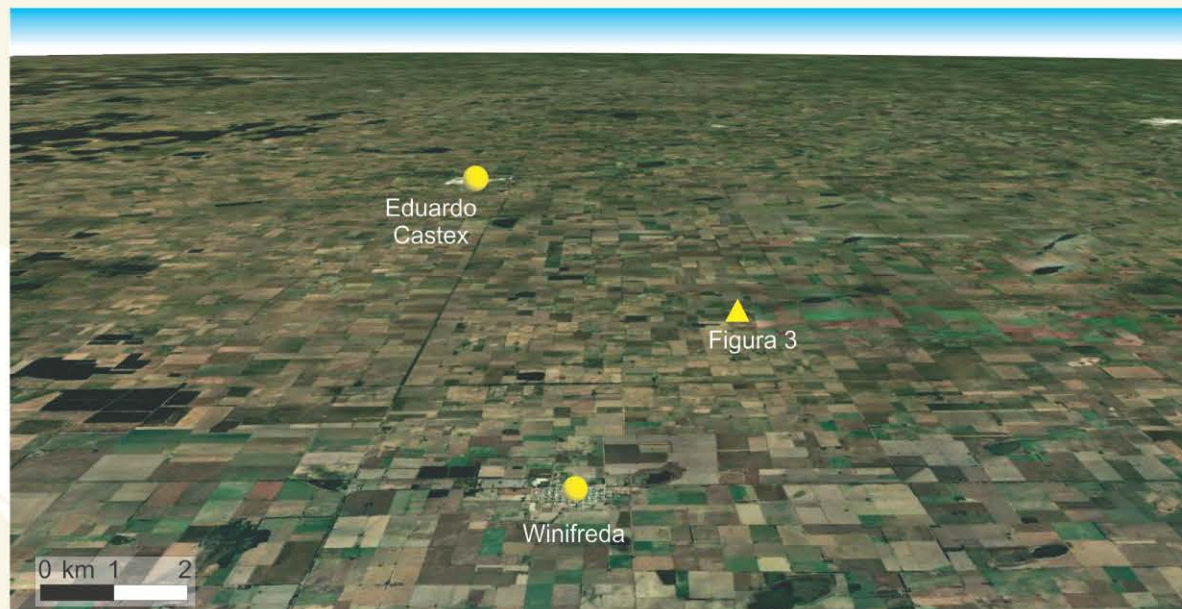


Figura 4 – A paisagem vista na região dos municípios de Winifreda e Eduardo Castex, que distam 35 km um do outro, ao norte da Província La Pampa, apresenta-se como um monótono tabuleiro plano. (Imagem Google Earth.)



Figura 5 – O vasto Pampa apresenta-se monocórdico nessa cena. Buenos Aires dista cerca de 560 km de Winifreda. [Fonte: imagem sob licença de © Anton Balazh, 123RF.COM; dados modelo digital NASA; elementos cartográficos do autor.]

A paisagem de Winifreda: por todos os lados...

Uma linha: eis como o horizonte pode ser visto na paisagem do Pampa argentino como visto na fotografia da Figura 3. Ampliando-se a escala, temos um vasto tabuleiro plano, como mostra a imagem da Figura 4. Nela, estão localizados os pontos das cidades de Winifreda e Eduardo Castex, bem como o local de obtenção da fotografia da Figura 3. Na cena seguinte, bem mais ampla, a cidade de Winifreda é apenas um pixel no canto inferior esquerdo da imagem. Essa cidade dista cerca de 600 quilômetros da capital federal Buenos Aires, que está assinalada no canto superior direito, coincidindo com a linha do horizonte. Se traçarmos uma linha de Winifreda até Buenos Aires, teremos quase o mesmo resultado da fotografia da Figura 3: devido à escala, em vez de uma reta, teremos um leve arco, porém, igualmente liso, isto é, sem qualquer elevação. Nesse mesmo espaço, a paisagem pampiana apresenta-se como um gigantesco tabuleiro, não sendo entrecortado por sequer um curso d'água. Ele é interrompido apenas por alguns lagos rasos.

Pampa ou a imensidão de um plano infinito ao olhar...

A vastidão pampiana foi assim referida pelos versos do escritor argentino Jorge Luis Borges:

Pampa:

*Yo diviso tu anchura que ahonda las afueras,
yo me estoy desangrando en tus ponientes.
[...]*

[Al horizonte de un suburbio, 1925.]

El Oeste

*El callejón final con su poniente.
Inauguración de la pampa.
Inauguración de la muerte.*

[El oro de los tigres, 1970.]

Essa é a impressão que o Pampa argentino confere ao olhar. Em uma escala mais geral, podemos ver como se situa em relação às outras grandes ecorregiões da porção meridional da América do Sul. No modelo de relevo da porção meridional da América do Sul da Figura 6, podemos observar como o grande plano pampiano alcança o Chaco, formando uma imensa planície contínua interrompida apenas na província de Santa Cruz, Bolívia, pelas cristas montanhosas do maciço Chiquitano, antessala da ecorregião amazônica.

Nesse mapa (Figura 6), também fica evidente como as terras baixas pampianas destacam-se das terras mais elevadas do chamado "Planalto Sul-Rio-Grandense e Uruguai". O relevo do pampa sul-rio-grandense e uruguai é bem rugoso, e sulcado por vales e rios. A densidade da drenagem dessa região assemelha-se com a do Planalto Meridional Brasileiro, e não com as planícies chaquenha e pampiana, que de tão planas são bem menos drenadas (ver Figura 9).

As terras baixas do Pampa-Chaco limitam-se a oeste com a Cordilheira dos Andes e, a leste, com as terras altas de vários planaltos, onde se incluem do sul para o norte (ver Figura 7): o Planalto Uruguai, que é contínuo ao Planalto Sul-Rio-Grandense; o Planalto Meridional, que se estende também na região oriental do Paraguai; e, bem mais ao norte, o Planalto Central do Brasil. O contraste de elevação entre as terras baixas e esses planaltos conforma uma 'costa de dentro', uma espécie de borda interna sul-americana no lado oposto à borda atlântica (ver Figura 7). Sempre comentamos sobre a borda da costa litorânea brasileira e pouco reconhecemos essa feição geomorfológica que se coloca como uma 'costa interior' do Brasil.

E por que ela é importante? Porque essa 'costa de dentro' separa geograficamente os planaltos brasileiros e do Paraguai, a leste, da vasta planície chaquenha-pampiana, a oeste. Foi exatamente seguindo por essa borda que os espanhóis, vindos do norte da cordilheira andina no Peru e Bolívia, escoaram riquezas e estabeleceram um eixo de ocupação territorial às costas do Pantanal, Amazônia e do Planalto Central e Meridional do Brasil. As cidades desse eixo são tão antigas quanto as cidades brasileiras do nordeste e sudeste da costa atlântica. Além disso, nessa borda situam-se o rio Paraguai e, mais ao sul, o rio Paraná que desembocam no Mar del

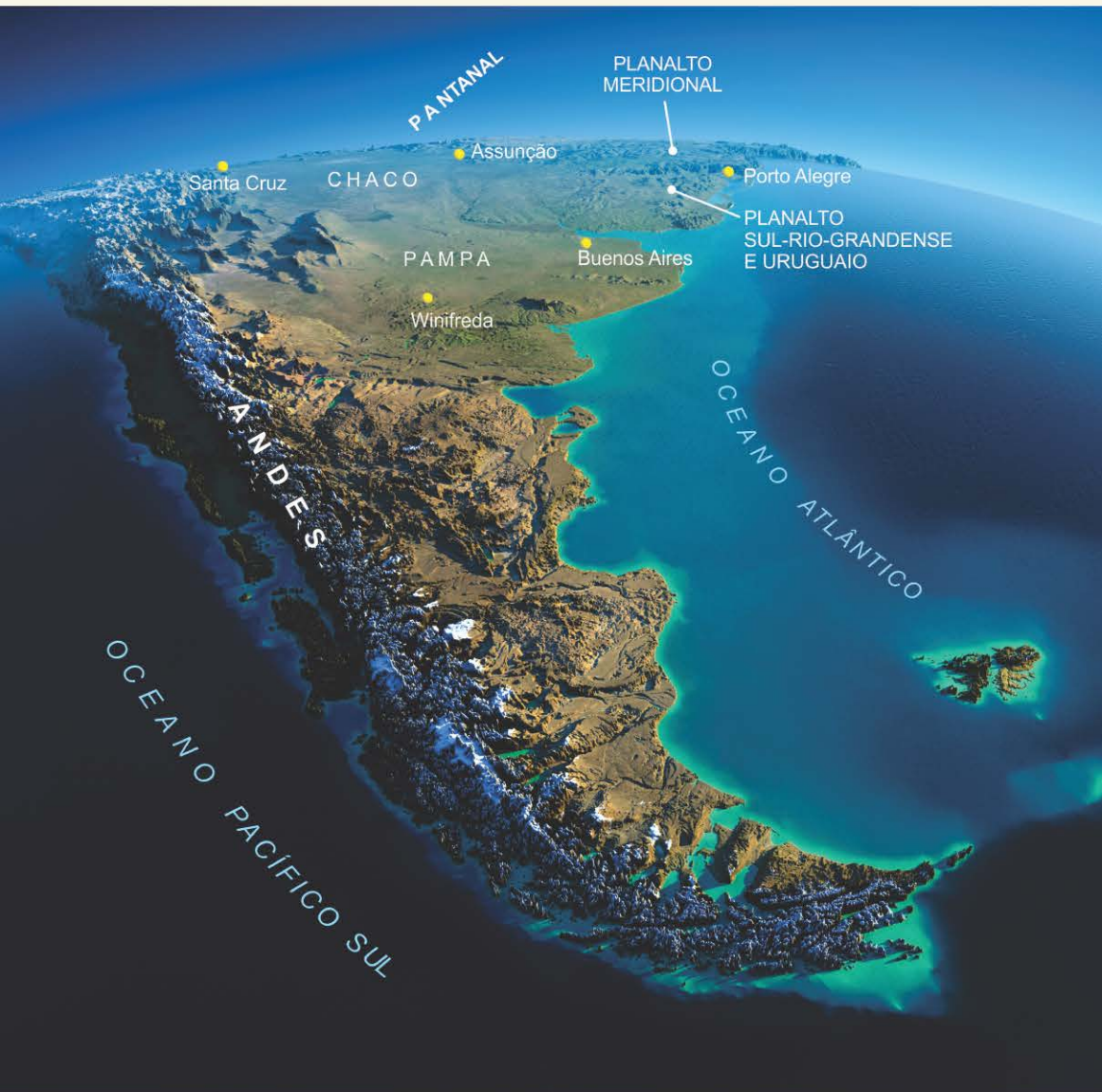


Figura 6 – Modelo digital de elevação da porção meridional da América do Sul (o chamado Cone Sul), onde se distinguem quatro grandes morfologias: (i) o Pampa e o Chaco como um conjunto de terras baixas entre (ii) a Cordilheira dos Andes, na borda oeste do continente, e (iii) o Planalto Meridional do Brasil, a leste. (iv) A meseta escalonada (meseta) da Patagônia, no sul. (Fonte: imagem sob licença de © Anton Balazh, 123RF.COM; dados modelo digital NASA; elementos cartográficos do autor.)



Figura 7 – Modelo de elevação do relevo da região meridional do Brasil e áreas adjacentes. As terras baixas chaco-pampianas contrastam com as terras altas do leste da América do Sul, formando uma “costa de dentro” (linha amarela), bordejada pelos rios Paraguai e, mais ao sul, Paraná. (Fonte: imagem sob licença de © Anton Balazh, 123RF.COM; dados modelo digital NASA; elementos cartográficos do autor.)



Figura 8 – Mapa de sombreamento de relevo da América do Sul. A linha amarela indica a “costa de dentro”, borda entre os planaltos do leste da América e as terras baixas do Chaco-Pampa. As linhas brancas representam fluxos de ar úmido e quente que se deslocam para o sul a partir da Amazônia, e seco e frio, que fluem para o norte desde o Pacífico. As linhas pontilhadas mostram fluxos migratórios de espécies que vegetaram o Planalto Sul-Rio-Grandense. (Fonte: imagem sob licença de ©Michael Schmeling, 123RF.COM; dados modelo digital NASA; elementos cartográficos do autor.)

Plata. Esses rios formam um estreito corredor úmido ao qual Porto Alegre está de alguma maneira conectada pelas terras baixas da Depressão Periférica.

Por esse corredor úmido de terras baixas que bordejam os planaltos a leste estabeleceu-se um fluxo natural florístico, faunístico e hídrico que conecta a longínqua Amazônia com os ecossistemas da porção meridional da América do Sul, e também com o chamado pampa gaúcho (ver Figura 8). Não apenas a flora e a fauna, mas também povos ameríndios, especialmente Mby’a guarani valeram e ainda valem-se desse corredor para alcançar regiões mais sulinas. E, ao ingressar no oeste do Rio Grande do Sul pelas terras baixas da Depressão Periférica, podem chegar até a costa atlântica. Por isso, o Planalto Sul-Rio-Grandense, que chamamos de pampa gaúcho, recebeu uma contribuição florística, faunística e das culturas ameríndias não apenas do Pampa argentino, mas também do Chaco e, mesmo, da borda sul da Amazônia, além da Mata Atlântica.

Assim o chamado pampa gaúcho é o encontro de vários fluxos naturais da América do Sul (ver Figura 8). O fluxo das águas que vem do norte pelos rios Paraguai, Paraná e Uruguai. O ar úmido que vem desde o Atlântico no norte do Brasil, atravessa a Amazônia, esbarra nos Andes e flui para o sul umedecendo as regiões centro-oeste, sudeste e sul do Brasil. Também fluem para o pampa gaúcho os ventos frios vindos do sul, conhecidos como sudestão e sudestada argentina. Nesse caso, tais ventos formam-se no Pacífico Sul e deixam sua umidade no flanco ocidental dos Andes. Esses ventos frios prosseguem secos e transformam-se em uma frente fria que chega até o Rio Grande do Sul e dissipa-se mais a norte, na região sudeste do Brasil.

Por toda essa conformação geológica, geomorfológica, hidrográfica, florística, faunística e climática, o Pampa argentino, bem mais plano, seco e frio, diferencia-se sobremaneira do Planalto Sul-Rio-Grandense (e Uruguai). No chamado ‘pampa gaúcho’ há, portanto, uma diversidade bem maior de flora, fauna e paisagem. O mapa de drenagem da região meridional da América do Sul (ver Figura 9) mostra claramente como o Pampa argentino, que de tão plano, quase não possui drenagem. Trata-se da chamada hidrografia endorreica, com formação de lagos permanentes e efêmeros devido à acumulação da água da chuva. O mesmo mapa mostra que o Planalto Sul-Rio-Grandense e Uruguai é completamente sulcado por cursos d’água, diferenciando-se dos terrenos chaquenhos-pampianos.

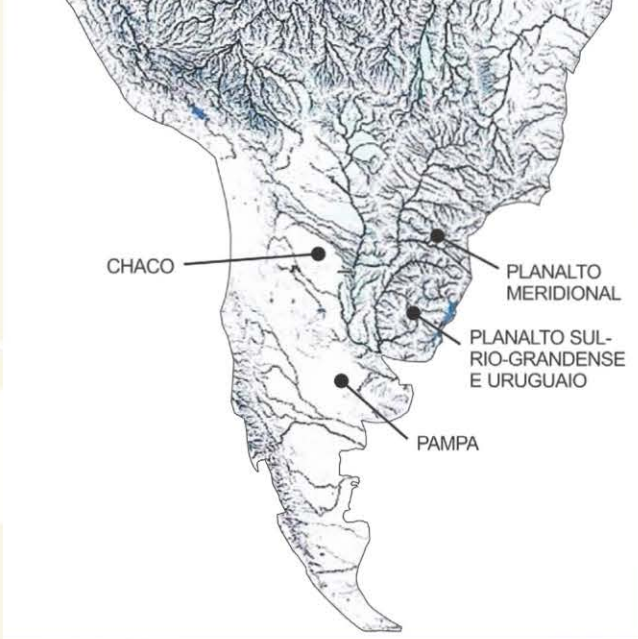


Figura 9 – Mapa hidrográfico da porção meridional da América do Sul, onde se evidencia o contraste entre a pouca drenagem do Pampa argentino e grande parte do Chaco em relação aos planaltos brasileiros. (Fonte: USGS, WWF HydroSheds.)

Figura 10 – Mapa de sombreamento de relevo do sul do Brasil e regiões adjacentes. As localidades apontadas no mapa em amarelo encontram-se ilustradas nas figuras seguintes. (Fonte: imagem sob licença de © Anton Balazh, 123RF.COM; dados modelo digital NASA; elementos cartográficos do autor.)



Figura 11 – Rio Camaquã, morros e cristas na região de Vau dos Prestes, cuja elevação dos cumes mais altos alcança 345 m. (Foto do autor.)



Figura 12 – Cerros agudos e cristas da Serra do Sudeste na região de Santana da Boa Vista. Elevações com mais de 400 m de altitude. (Foto do autor.)

Figura 13 – Relevo tabuliforme da região de Caçapava do Sul, com elevações de até 360 m de altitude. (Fotografia de © Jaime Costa.)





Figura 14 – Mesas e cerros cônicos da Serra do Caverá, em Rosário do Sul, com elevações de até 350 m de altitude. (Fotografia de © Sandro Anhaia, 2013.)

Planalto Sul-Rio-Grandense: muito além de um plano

Agora vamos fazer o mesmo exercício de ver mais de perto algumas paisagens, dessa vez do Planalto Sul-Rio-Grandense, ou do chamado pampa gaúcho. Teremos que fazer uma espécie de seleção de localidades típicas, de sorte a representar a diversidade de situações, como anotadas no mapa da Figura 10. Iniciaremos pela paisagem do Rio Camaquã, o mais expressivo do Planalto Sul-Rio-Grandense, na região de Canguçu (Figura 12). O que vemos ali é um significativo canal fluvial serpenteando morros bem elevados em uma paisagem nada plana (compare com Winifreda e arredores na Figura 3 e seguintes). Um pouco além, 70 km para oeste na região de Santana da Boa Vista, a Serra do Sudeste define-se por cristas montanhosas e cerros agudos, bem escarpados, que ultrapassam 400 m de altitude (Fotografia 13). Então, nessa região, o pampa sul-rio-grandense é muito mais montanhoso e ondulado que o argentino.

Prosseguindo nosso roteiro, agora deslocando-nos 40 km para o norte, vamos nos deparar com a impressionante paisagem cujos elementos esculturais são conhecidos na região de Caçapava do Sul como 'guaritas'. No seu conjunto, formam um relevo tabuliforme de rochas sedimentares. Trata-se de uma chapada menos elevada que aquelas do centro-norte do país, com pequenos cânions, mesas, cuevas com encostas que expõem belos rochedos de coloração avermelhada. Uma paisagem realmente literária. O saudoso botânico Bruno Irgang chamava a vegetação que ali ocorre de savanoide,

considerando-a bem diferente da formação campestre do Pampa argentino.

Paisagem de empréstimo

E por que então a paisagem do Pampa argentino é considerada como sendo semelhante a do pampa gaúcho? Por que é comum a ideia de que o Planalto Sul-Rio-Grandense seja tão plano quanto o Pampa vizinho? Por que ao adotar a cultura pampiana, a cultura gaúcha acabou também tomando por empréstimo a paisagem pampiana?

Poder-se-ia supor que uma das razões para esse fato deuse em função da paisagem que é encontrada ao se trafegar de carro ou de ônibus pela BR290 desde Porto Alegre até Uruguaiana (ou vice-versa). Essa rodovia situa-se em uma estreita faixa de terras mais baixas, chamada de Depressão Periférica, entre o Planalto Meridional, a norte, e o Planalto Sul-Rio-Grandense, a sul. Nessa faixa, também flui de oeste para leste o Rio Jacuí. Como Porto Alegre se situa na interface da planície costeira, que é razoavelmente plana, então enseja a ideia de que toda a região a sul da rodovia também seja plana. Com efeito, quando estamos dentro do carro ou do ônibus rodando na BR290 e olhamos à direita ou à esquerda, dificilmente vemos as escarpas mais elevadas do Planalto Meridional ou do Planalto Sul-Rio-Grandense, pois elas se acham distantes da rodovia.

Mais apropriadamente, a porção sul do estado foi designada como Ecorregião de Savana Meridional ou Campos Sulinos pela ecóloga, botânica e fitogeógrafa Maria Luiza Porto, sendo distinta do Pampa (ver Figura 15). Também tem sido chamada de Savana Uruguai-Sul-Rio-Grandense⁴. Com efeito, a diversidade das formações vegetais na parte sul do Rio Grande do Sul é muito maior do que a da formação campestre pampiana.

⁴ Dinerstein, E., et al. *A conservation assessment of the terrestrial ecoregions of Latin America and the Caribbean*. Washington, World Bank, WWF, 1995, 129 p.



A ecorregião de savana estende-se desde a porção sul do estado e engloba ainda todo o Uruguai e pequena parte da província Entre Ríos, na Argentina. Compreende um mosaico vegetacional de florestas galeria, savanas com palmáceas, e florestas submontanas. A ecorregião tem sido modificada pela produção de gado e agricultura intensiva.



Figura 15 – Mapa das ecorregiões da América do Sul (modificado de Porto & Menegat, 2006; e World Bank, 1995).

A diversidade de paisagens, resultante da geodiversidade e biodiversidade, da porção sul do Rio Grande do Sul é maior que a pampiana. Por uma força de tomar esta última paisagem de empréstimo, acabamos não reconhecendo a nossa própria paisagem. Isso tem consequências, como a destruição de nossas paisagens, e a relação distorcida entre a cultura e a paisagem. Isso leva à desagregação cultural, social, pois conduz a ideologismos culturais monopolistas de exclusão da diversidade⁵. Como disse o escritor Carlos Martínez Sarasola, “Esta é a nossa tão busca da identidade: a consciência da heterogeneidade, a consciência do multiétnico e da pluriculturalidade que caracterizam a nossa forma de vida como totalidade. Nessa descoberta estará nossa fortaleza cultural [...]”⁶ E também nossa capacidade de proteger nosso patrimônio paisagístico.

⁵ Bayer, Osvaldo. (coord.) *Historia de la crueldad argentina*. Julio A. Roca y el genocidio de los Pueblos Originarios. Ediciones El Tugurio, 2010.

⁶ Martínez Sarasola, C. *Nuestros paisanos los indios. Vida, historia y destino de las comunidades indígenas en la Argentina*. Buenos Aires, Emecê, 1992. 659 p.

Alfredo Jerusalinsky

O escritor Delgado e o geógrafo Menegat, especialista em paisagens, traçaram dois marcos que dão direção a minha fala. Por um lado, o marco da escrita, da literatura que relata, captura para memória e nossa interpretação dos fenômenos sociais nos quais estamos imersos. Por isso lhe agradeço muito. E por outro lado, professor Menegat coloca a paisagem como o lugar onde nosso olhar tropeça e retorna desde esse lugar, contribuindo a que criemos os mitos que precisamos que a natureza cumpra para permitir que nossa vida continue. De modo que nós redesenhemos essa paisagem, mas não sem levar em conta o lugar onde nossos olhos tropeçam. Eu tropeço onde a nossa queda é no meio da paisagem, ou seja, no meio da interação entre os elementos que a compõem. Nós então, não olhamos essa paisagem com um critério de utilidade imediata senão de retorno sobre nosso próprio fantasma, ou seja, aquilo que na posição inconsciente nos orienta nas nossas decisões. Vamos morar em tal lugar, em tal outro será mais fácil ou mais difícil, sem que tenhamos a priori nenhuma experiência necessária disso, é o que imaginamos. Por isso lhe agradeço as imagens.

Como a psicanálise é o único discurso que não disse absolutamente nada, porque quando você está na sua melhor versão diz muito pouco, precisamente é um discurso que se esmera em abrir o espaço para o sujeito falar, ou seja, o Outro falar, então vou me valer do discurso de outros para falar do que aqui me foi solicitado. Dedico-me ao que fica no meio entre a letra e a natureza. Isso que fica no meio, o recheio do sanduiche, somos nós. Continuando na metáfora, um pouco grosseira, tentamos postular em nós mesmos uma mortadela bastante digerível da que inatamente constituímos. Essa mistura entre a letra e a natureza, entre o organismo e a palavra, é o que nós analistas chamamos de fantasma na posição inconsciente. É por isso a pergunta que me faço acerca de nós no meio desses dois marcos.

Vou me valer então de outros discursos. Em particular da história, da economia e da literatura. Nós temos vários tipos de gaúchos, embora o Laçador na entrada da nossa cidade tente nos convencer de que há uma única versão, mas na verdade nós temos várias versões de gaúchos. A começar, digo tomando o gaúcho na posição histórico-

literária, o gaúcho pintado por Domingo Faustino Sarmiento, Juan Facundo Quiroga, na sua obra *Civilização ou Barbárie*, denota essa oposição entre o habitante dos pampas da época da colônia que como não tinha conchabo, ou seja, garantia de emprego, tinha que ser itinerante para conseguir trabalhar nos diferentes lugares onde os latifúndios em gestação estavam se instalando. Esse gaúcho domador de cavalos, caçador e capturador de vacas, porque as vacas eram selvagens, se negava a ser soldado para ir lutar contra os índios nos fortins da fronteira interna e do sul da província de Buenos Aires. Esses gaúchos reclamavam por liberdade.

O Facundo Quiroga, apesar de ser insultado e degradado na literatura de Sarmiento, que o despreza e o considera representante da barbárie, representava uma tentativa ligada às montoneras de Güemes, inicialmente na Guerra da Independência, e tentava constituir um fundo de desenvolvimento para o interior do país. Sarmiento sustentava a ideia de que a única saída para as Províncias Unidas do Rio da Prata era pactar com os ingleses a instalação das ferrovias. Instalação que se fez, por exemplo, para escoar toda a produção extrativa que caracterizava o norte e o nordeste da República Argentina. Essa produção era, em primeiro lugar, do quebracho, uma árvore bem parecida com o pau-brasil, muito rica em tanino. Quem dominasse a extração do tanino no início do século XX dominava a tecnologia do curtume de modo que o couro adquiria uma resistência necessária para fazer a transmissão mecânica das máquinas daquela época. Esse domínio trazia vantagens nas economias industriais e de guerra. Os tanques, na Primeira Guerra Mundial, foram impulsionados por esse tipo de transmissão. Em decorrência dessa economia a primeira ferrovia construída na Argentina não foi entre cidades, mas sim, do El Chaco, Resistência e Santiago del Estero à Buenos Aires. Era uma ferrovia de dois mil quilômetros. Hoje Santiago del Estero é uma província deserta, porque foi devastada na sua totalidade para ser um bosque de quebracho, explorado pela britânico- argentino La Forestal. Quando terminou o quebracho e na outra região estavam índios belicosos, formando o que chamavam de uma selva impenetrável, além do fato que começaram a surgir os materiais sintéticos que substituíam o couro, a extração do tanino deixou de ser uma vantagem econômica e a La Forestal fechou. Os cinco mil operários tomaram a fábrica

para produzir móveis de outras madeiras, mas como era propriedade privada isso não foi permitido. Os ingleses convenceram os generais argentinos que foram até a La Forestal na fronteira entre Chaco e Santiago del Estero e eliminaram completamente os homens, mulheres e crianças de La Forestal. Quer dizer que não sobrou nenhum gaúcho que era a mistura entre os índios tehuelches da região e os índios ranqueles. Na região sul os índios patagones foram eliminados por duas grandes famílias: a família Alcorta e a família Menéndez Behety, que são os grandes latifundiários ainda na Argentina e que são aliados de um setor do exército que se chama Los Colorados. De um lado estão os azuis que são os sarmientinos e pró-ingleses e do outro estão os colorados, os dois grandes latifundiários. Essa divisão nunca terminou. Isso determinou diferentes tipos de gaúchos. O gaúcho que andava a solta pelo campo e que encarnava um certo ideal de liberdade contra o conchabo ou escravidão deu lugar, por exemplo, a poemas como os de Martin Fierro:

“Yo no tengo en el amor
Quièn me venga con querellas;
Como esas aves tan bellas
Que saltan de rama en rama,
Yo hago en el trébol mi cama,
Y me cubren las estrellas.”

E aqui contribuí Atahualpa Yupanqui:

“Los campos, con ser ajenos
Los cruzo de un galopito,
Guarida no necesito
Yo se dormir al sereno.”

Esse é um ideal de liberdade, que sucumbe no personagem cômico das histórias de Fontanarrosa, o Inodoro Pereyra. Um personagem que é muito prezado na Argentina, pois Fontanarrosa é um Rosarino. O primeiro nome do personagem indica que todo mundo defeca na cabeça dele, pois Inodoro é vaso sanitário. Ele tem um cachorrinho que se chama Mendieta, é um cachorro vira-lata e vagabundo que fala o tempo todo. Sua esposa que se chama Eulogia, é uma índia gorda, enorme e cheia de piolhos. Ele toma esses piolhos como uma homenagem que ela lhe faz, pois no fim das contas a comichão que

sentem vem dela. Ele reconhece a origem da sedução nos piolhos. Dona Eulogia tem piolhos e eles vivem na miséria, porque é o resultante, o resto desse mito do gaúcho livre.

Quando chegaram os gringos, assim se chama na Argentina os italianos, alemães e espanhóis, imigrantes que chegaram com as duas grandes guerras e com a grande crise dos anos 30, eles tomaram como próprio o mito dos gaúchos livres. Muitos se apegaram a duas grandes imagens: uma de Facundo Quiroga, como o gaúcho libertário do interior e outros se apegaram à imagem de Martin Fierro, aquele que se negava a lutar contra os índios, ao conchabo e ao emprego. Esses foram os que fundaram a sociedade anarquista. A sociedade anarquista constituída por genoveses tomou como símbolo Martin Fierro. Nas reuniões recitavam os poemas de José Hernández, autor de Martin Fierro.

Quebracho, um grande e respeitado político que foi sobrevivente do massacre do ano 24 da La Forestal, criou o que se chamou na Argentina o Partido dos Trabalhadores. Ele levava sempre embaixo do braço o Martin Fierro ilustrado por um grande pintor argentino, Juan Carlos Castagnino. O que estou tentando é traçar as razões pelas quais um homem a cavalo, vestido com bombachas – sabem qual foi a origem das bombachas? Resulta que a Inglaterra estava iniciando a Guerra da Crimeia, para dominar e colonizá-la. Fazia muito frio e os soldados precisavam de abrigo para as pernas. Confeccionaram uma calça bem ampla para colocar em cima dos calções do exército, a bombacha. Só que quando terminaram de fazer as 50 mil calças que precisavam para o fronte, a Guerra da Crimeia, que duraria alguns anos, finda em apenas trinta dias. Retiraram as tropas e não tinham o que fazer com essas calças. Foi assim que os ingleses as colocaram num barco e levaram ao Paraguai, Rio Paraná adentro, e começaram a vendê-las. Os gaúchos e os *gauchos* compraram. Concluindo, como um homem de bombacha, constitui-se como um ícone, atravessa os campos a cavalo,



em *galopito* e mesmo sendo um caminho longo ele não precisa de guarida porque dorme ao sereno. Como se constitui esse mito? E além do mais usando bombachas inglesas. Como se transforma no nosso mito do homem livre?



Que opressão não vivemos na modernidade que nos leva a idealizar um personagem que em termos de proporção da população quase não existe? Em Porto Alegre a gente não vê um gaúcho de modo nenhum. E no interior da Argentina tem que andar muito para encontrar um gaúcho de chapéu e lenço no pescoço que também é colorado ou azul, respondendo às tradições da gestação da nacionalidade argentina que é um mosaico de fragmentações entre a imigração e que busca e encontra um ponto de amarração num ícone, num fetiche que levante e suporte os ideais de ser alheio a qualquer fortuna e ao mesmo tempo livre de qualquer conchavo.

Caterina
Koltai

Vitor Ramil
e Flávio Azevedo

Seminário

Renato
Borghetti
e Fábrica de Gaiteiros

Luís
Augusto
Fischer

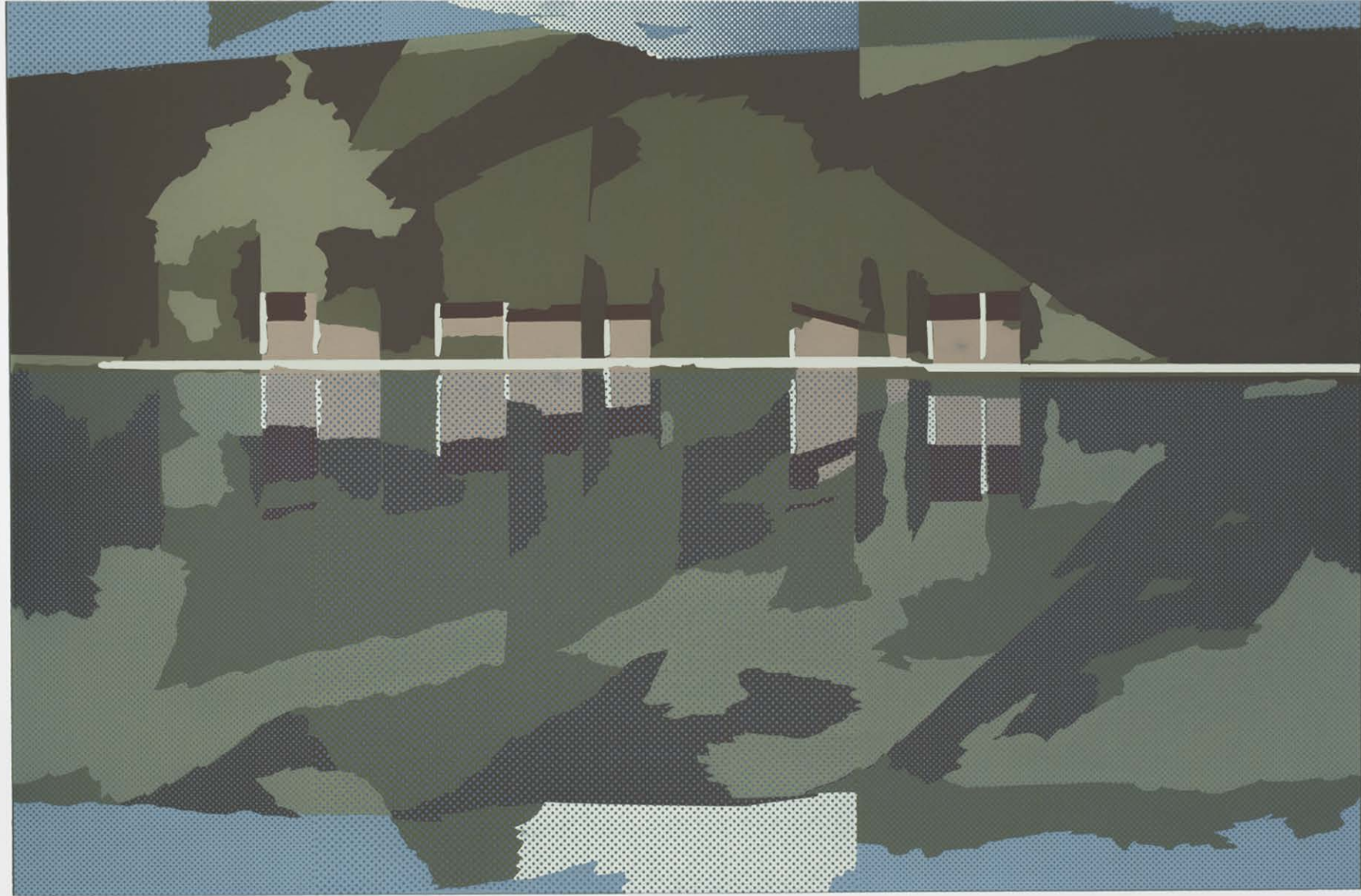
Nós Os Outros

José Miguel
Wisnik





Benito Mazon Castañeda. Sem título, óleo sobre tela, sem data.



31/60

Carlos Scliar

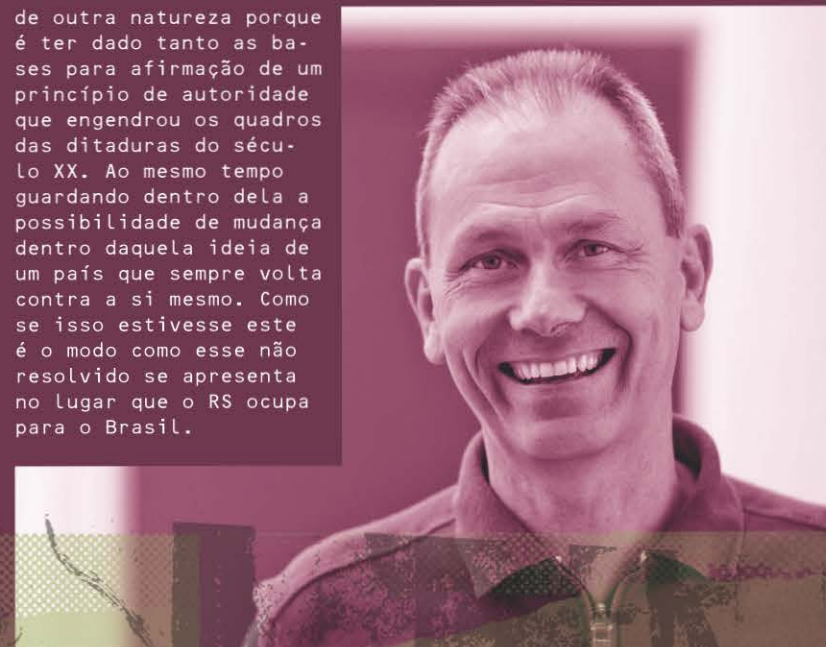
Um Nós que pode ser entendido como o de uma identidade que se opõe a um outro, também visto como uma identidade, entendida como a marca daquele que quer se assimilar a qualquer preço, obter um rótulo que diga quem é, impedindo que o corpo estranho venha se alojar nele, esquecendo que só há corpo estranho dentro do nosso próprio corpo.



Caterina Koltai

Doutora em Psicologia (Psicologia Clínica) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, graduação em Sociologie pela Université Paris Descartes, especialização em DESS on Planification de L'Education pela Université Paris 1 Pantheon-Sorbonne, mestrado em Planejamento dos Recursos Humanos pela Université Paris 1 Pantheon-Sorbonne. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Fundamentos da Sociologia. Atuando principalmente nos seguintes temas: estrangeiro, psicanálise, política. Entre os livros de sua autoria está *Política e Psicanálise: o estrangeiro*.

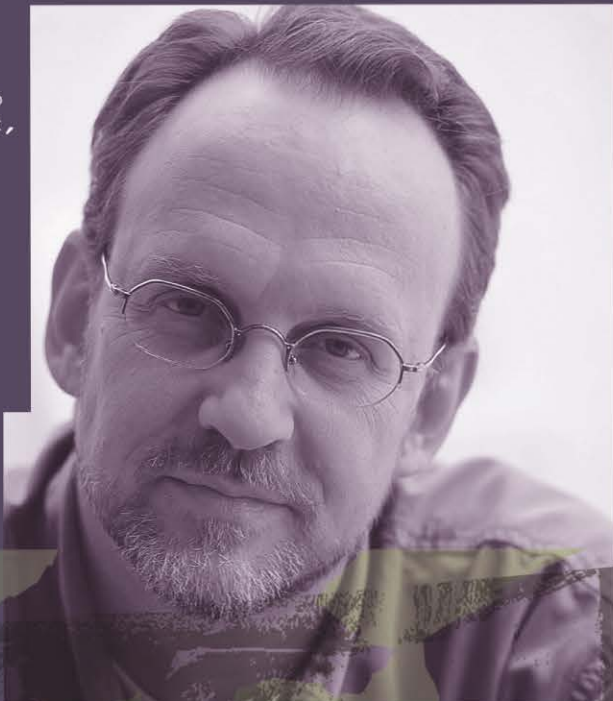
A ambivalência no RS é de outra natureza porque é ter dado tanto as bases para afirmação de um princípio de autoridade que engendrou os quadros das ditaduras do século XX. Ao mesmo tempo guardando dentro dela a possibilidade de mudança dentro daquela ideia de um país que sempre volta contra a si mesmo. Como se isso estivesse este é o modo como esse não resolvido se apresenta no lugar que o RS ocupa para o Brasil.



José Miguel Wisnik

Músico e compositor. Doutor em Letras pela Universidade de São Paulo com livre docência em Letras (Literatura Brasileira) pela Universidade de São Paulo. Possui graduação em Letras / Português pela Universidade de São Paulo, mestrado em Letras – Teoria Literária e Literatura Comparada – pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor aposentado da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Letras / Literatura Brasileira, com ênfase em Modernismo, atuando principalmente nos seguintes temas: Heitor Villa-Lobos; Modernismo Brasileiro; Semana de Arte Moderna; Música e Literatura; e Música - História da Linguagem.

Bom, eu diria que talvez só a geração atual, pós internet, pós queda do muro, pós fim da União Soviética, pós ditadura no Brasil é que realmente já esteja mais livre nos circuitos cultos dessa vida dilemática de ser contra ou a favor.



Luís Augusto Fischer

Professor associado do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutor em Letras pela mesma Universidade. Possui graduação e Mestrado em Letras - Licenciatura também pela UFRGS. Atua na área de Literatura Brasileira, com particular interesse na formação da literatura brasileira e em história da literatura brasileira e americana. Participação em inúmeras publicações como organizador e autor. Entre seus livros destacamos *Literatura por Tudo*, *Os romances de Machado de Assis* e *Terra Gaúcha*.



Renato Borghetti

Renato Borghetti, o Borghettinho, iniciou na música aos dez anos de idade tocando a gaita-ponto. Em pouco tempo sua carreira foi se consolidando no cenário efervescente dos festivais de música nativista dos anos 80 no RS. Seu primeiro álbum recebeu o disco de ouro e foi o primeiro da história da música instrumental brasileira. Com uma carreira internacional sólida, Borghettinho leva as raízes gaúchas aos mais diversos países do mundo com a sonoridade do seu acordeon que tem essência nos ritmos como vanerão, chote, milonga e chamamé.



Vitor Ramil

Compositor, instrumentista, cantor e escritor, é autor de sete discos, uma novela e um ensaio. Nasceu e vive no sul do Rio Grande do Sul, em Pelotas, extremo sul do Brasil. Gravou seu primeiro disco, *Estrela, Estrela* em 1981. De lá pra cá lançou *A paixão de V segundo ele próprio*, *Tango*, *À beça*, *Ramilonga -- A estética do frio*, *Tambong* e *Longes*. Esses três últimos trabalhos consolidaram sua linguagem muito particular e o projetaram nacional e internacionalmente. *Foi no mês que vem* seu último disco é um encontro do compositor com músicos e intérpretes brasileiros, uruguaios e argentinos ligados de uma forma ou de outra à sua carreira. O disco foi lançado ao mesmo tempo que o *Vitor Ramil – Songbook* (editora Belas-Letras).

Seminário

Ao longo de cinco meses, através de cinco encontros, o projeto NósOutros Gaúchos mobilizou pessoas e ideias, pesquisas e opiniões em torno da reflexão dos nossos sintomas sociais, dos mal-estares produzidos pela construção social da nossa identidade gaúcha, dos conflitos e das expressões culturais e como em um jogo de espelhos e referências simbólicas cruzadas, qual a visão dos outros (gaúchos) sobre os modos de ser dos gaúchos. Em outubro, o Seminário Nós Os Outros nos fez conversar com "nossos outros" cujo olhar é fundamental para a constituição de "nós mesmos".

Neste Seminário fizemos uma sistematização do percurso do projeto e convidamos como palestrantes:

Cäterina Koltai, socióloga, psicanalista; José Miguel Wisnik, compositor, músico e escritor; e Luís Augusto Fischer, escritor, ensaísta e professor de teoria literária. Os convidados debateram a construção da identidade moderna do gaúcho estabelecendo relações entre os seus ramos de conhecimento.

Para compor os diálogos sobre as identidades dos gaúchos, Renato Borghetti apresentou ao lado de Daniel Sá nos violões, Pedrinho Figueiredo na flauta e sax e Vitor Peixoto nos teclados, além dos jovens da Fábrica de Gaiteiros, a sua versão sobre NósOutros Gaúchos.

Por todo seu percurso Vitor Ramil fez uma apresentação que fechou com chave de ouro as conversas do NósOutros Gaúchos.

Parte I

Jaime Betts

É com imenso prazer que chegamos nesse encontro de hoje com a presença de vocês. Queremos agradecer em especial ao apoio cultural da Celulose Rio-Grandense que tornou possível esse projeto da parceria entre o Instituto APPOA e o Departamento de Difusão Cultural da UFRGS. Antes de chamar nossos palestrantes, gostaria de ressaltar algo que vocês viram no vídeo: a nossa proposta é a discussão das identidades gaúchas, porque somos mais de uma identidade. E uma coisa que vai surgir em nossos debates é a referência de que o gaúcho é isso ou o gaúcho é aquilo e o que queremos ressaltar aqui nessa expressão, o que está no pano de fundo, é que nós temos traços culturais que são mais evidentes em algum momento e menos evidentes em outro, mas são traços que permitem novas leituras. E buscamos, nesse sentido, abrir possibilidades para que possamos sempre nos reinventar. Essa é a nossa perspectiva. E também que temos alguns princípios norteadores dos nossos debates. A primeira é de que nenhuma disciplina dá conta do todo, não tem hierarquia entre as disciplinas e ninguém é dono da verdade. Portanto o pano de fundo disso é que o real é impossível de simbolizar e por isso podemos fazer diferentes leituras desses traços.

Convidamos para estarem presentes conosco o professor Luís Augusto Fischer, a psicanalista Caterina Koltai e o escritor José Miguel Wisnik. Vamos trabalhar em dois tempos. Até às 11 horas ficaremos aqui e então subiremos para a apresentação do Borghettinho com a Fábrica de Gaiteiros e retomamos às 14h nesse ambiente. Agora o professor Fischer fala, os nossos integrantes vão poder debater e abriremos ao debate entre todos.

Luís Augusto Fischer

Eu vou tentar fazer uma exposição mais ou menos organizada sobre o tema do Seminário. Pensei em fazer duas ou três preliminares. Primeiro, porque sou professor de literatura, o que torna meu ângulo muito ligado a isso. Segundo, porque tenho muito apreço pela história. Estudo-a bastante, apesar de não saber se entendi alguma coisa. Mas enfim, esse é meu viés. Pensei, em vários momentos, como poderia entrar nesse assunto, pois ao mesmo tempo em que a conjuntura é nova, acho que o RS nunca viveu uma crise como a que está vivendo agora, por exemplo, no que diz respeito ao financiamento do Estado. Ora, chegou a atrasar salários e isso é gravíssimo. Colegas nossos já recebem um salário miserável e agora receberam um pedaço apenas dessa miséria.

Se, por um lado, há um novo interesse em debater esse assunto, por outro esse assunto é velho, pois falar sobre quem nós somos é um assunto que nos anima há muito tempo. Pelo menos a cada geração esse assunto retorna, com estudos, com livros e outras coisas. Então é estranho, é um assunto que tem o seu lado novo e tem a sua antiguidade. Então eu pensei em começar contando duas pequenas histórias pessoais. E já peço desculpas por me trazer como exemplo de qualquer coisa aqui, mas são meramente pequenas narrativas que podem nos ajudar a pensar.



A primeira é uma história que aconteceu privadamente. É a seguinte: não faz muito tempo um jornalista muito inteligente que agora dirige a revista Piauí, chamado Fernando Barros, isso há uns seis ou sete meses, escreveu um texto que fazia um diagnóstico da crise do governo da Dilma. Lá pelas tantas no seu texto ele dizia: “Dilma acuada chamou a sua *patota* gaúcha e ...”. Eu parei e pensei: “Poxa... *patota* gaúcha?”. Sim, a presidente tinha chamado o Rosseto e o Pepe Vargas. Mas isso constituiria uma “*patota* gaúcha”? E dizer “*patota* gaúcha” ajudaria a entender o que estava acontecendo? Barros escreveria, por exemplo, que Lula chamou a sua “*patota* paulista”? Ele usaria esse gentílico para identificar um caso desses?

Como eu tinha certa relação com o Barros, mandei um e-mail dizendo que achava aquilo tudo uma bobagem. Pensando agora eu acho que eu fui meio agressivo. Eu poderia até dizer que fui um pouco gaúcho. Obviamente, ele ficou muito bravo, sobretudo porque eu disse que a análise que ele fazia menos iluminava a cena e mais ajudava a criar confusão e caminhos ruins. Ele aproveitou pra me espinafrear dizendo que eu só ficava pensando nessa história de paulista, pois é um assunto ao qual eu me dedico bastante no sentido de tentar estudar por que existe a hegemonia paulistana especificamente sobre a visão que a gente tem do Brasil hoje em dia.

Enfim, batemos boca por e-mail e ele ainda disse: “Tu, um sujeito cosmopolita, bem preparado, ficar com essa *pinimba* com os paulistas”. Daí, respondi que não me achava nem cosmopolita e nem tão preparado, mas que a análise dele não era tão isenta quanto ele pretendia que fosse. Essa história possui um lado que interessa para a nossa conversa. Um pouco é a minha reação, que acho que poderia ser compartilhada por outros se estivessem na mesma posição que eu. Além disso, ela revela um travo que temos com a nossa relação com o centro do Brasil. Num tempo foi o Rio de Janeiro e hoje em dia é São Paulo. Por outro lado, o modo como eu recebi a resposta dele foi como se ele tivesse me chamado de caipira. Acho até que sou mesmo meio caipira, mas ficou uma conversa torta onde parecia que os dois tinham um pouco de razão, mas a gente não chegou a resolver ou a iluminar nada, nem eu nem ele.

A segunda história pessoal é a seguinte: em 1999, eu publiquei um livro que se chamava *Para Fazer Diferença*. Nele, reuni artigos em

que se escrevia coisas sobre literatura, algumas sobre cultura em geral, e esse livro recebeu algumas resenhas. Uma resenha muito interessante foi publicado em São Paulo, na Folha, pelo Marcelo Coelho. E na resenha, o Marcelo elogiou o texto e concluiu dizendo que era interessante o fato de que aquele livro constituía uma prova de que era possível “ser inteligente a partir de um ponto de vista fraco – a Província Rio-grandense”. Eu lembro de que assim que saiu o jornal alguns amigos me ligaram e perguntaram se ele estava falando bem do meu livro ou se estava me sacaneando. Ele disse que era um ponto de vista fraco e, sim, é fraco no sentido de que não é o centro. Mas será que toda província tem um ponto de vista fraco? Seria mesmo fatal que toda província seja igual ou que não estar no mando significa que se tem um ponto de vista fraco? O que é fraco neste contexto? E como assim, fraco? Era um outro problema.

Uma terceira história, eu disse que eram duas, mas vou contar mais uma, aconteceu de eu viver muito de perto e de modo bem intenso o período de sucessivos governos do PT no município de Porto Alegre. Eu cheguei a trabalhar no governo municipal na Secretaria de Cultura na gestão do Tarso Genro, que foi o segundo governo numa sequência de quatro. Naquele momento, a gente estava muito envolvido em promover a cultura e eu participei muito modestamente no campo da literatura, mas havia gente de todas as áreas, como artes plásticas, cinema e teatro. E uma das coisas que desejávamos era mostrar a arte de Porto Alegre fora daqui, fazê-la circular mais.

O Tarso Genro, como prefeito, incentivou muito e nos cobrava que fizéssemos coisas assim. O que nós fizemos? Fomos mostrar a arte que acontecia em Porto Alegre fora daqui. Onde nós fomos mostrar? Em Montevideu e Buenos Aires. A gente fez um enorme esforço para produzir eventos que se prolongaram por quase uma década e que se chamavam “Porto Alegre em Buenos Aires” e “Porto Alegre em Montevideu”. E isso foi realmente muito importante pra muita gente das artes de palco, pra dança, teatro e música. Na fotografia também teve uma ação bem produtiva. Enfim, muitas coisas brotaram a partir desses eventos. Na minha área não tanto, pois tinha o problema da língua e eu lembro que alguns editores perguntavam por que queríamos levar esses setores pra Buenos Aires ou Montevideu, pois eles não liam português. E nos disseram que tínhamos que fazer



isso em São Paulo. Mas daí me perguntei: É em São Paulo que temos que divulgar? Era uma pergunta meio torta, mas por outro lado não nos ocorreu que essa devesse ser a prioridade.

Eu estou contando isso para falar desses impasses internos nosso, desses *grenalismos*, dessa relativa incapacidade de chegar a consensos e de ficarmos paralisados com dissensões dramáticas. Para pensar sobre isso acho interessante também pensar que também temos, nós aqui do RS, ou pelo menos tivemos, nesses exemplos que contei, uma relação complicada com o que é de fora. A gente sabe que está isolado, busca uma conversa, mas quando busca talvez busque por um caminho estranho. Naquele contexto, só para justificar um pouco, era o momento que o MERCOSUL estava se definindo, o que resultava obrigatoriamente num conteúdo político forte.

Contei essas historinhas para começar a pensar de fora para dentro sobre esses nossos dilemas internos. Poderia dizer de maneira um pouco pomposa que assim como nós temos esses impasses internos, nós temos relações muito complicadas com o que é de fora. Quer dizer, temos impasses externos também ou dramas externos com o que é de fora do RS. Bom, passo agora à segunda parte, de três, dessa exposição. Para isso, vou alinhar alguns fatos, alguns episódios e algumas estruturas que existem e que estão aí na história, e que eu acho que também ajudam a entender um pouco esses elementos que estão presentes nas historinhas que eu contei.

Faço enumeração de alguns fatos:

1. Num sentido histórico mais geral, todo mundo sabe que o RS foi uma fronteira viva durante mais ou menos dois séculos. Durante a maior parte desse tempo, foi a única fronteira viva que o império português tinha e que depois o próprio estado brasileiro teve. Isso é muito significativa em vários sentidos. Por exemplo, o RS até o final do século XIX, era o lugar em que mais se encontravam tropas irregulares do exército. Em 1889, por exemplo, houve

um senso importante do exército, logo na virada para a República, segundo o qual o RS tinha mais tropas e armas do que em qualquer outra província brasileira e mais até que a província do Rio de Janeiro, que era a sede do poder federal naquele tempo. Tu ter tanto exército assim significa uma presença militar e uma lógica militar. Todo mundo que tem acima de 40 anos aqui deve lembrar que no RS, durante a ditadura, não era apenas o governador e o prefeito da capital que a gente não escolhia. As cidades todas da fronteira não escolhiam porque eram da fronteira. Um subproduto disso é que de 1750 em diante não existe uma geração que não tenha tido uma guerra para lutar. Não tem. Aliás, saiu há uns anos atrás um livro muito bom organizado pelo Gunter Axt que se chamou *As Guerras dos Gaúchos*. Ele faz uma descrição de todas as guerras, de 1750, de 1775, de 1810, da Revolução Farroupilha, das Guerras contra Juan Manuel de Rosas, da Revolução Federalista. Até a II Guerra Mundial todas as gerações tiveram uma guerra na qual lutaram. Por menos que a guerra envolva uma massa de pessoas, a não ser a Guerra dos Farrapos, nenhuma foi no palco exatamente do RS. Elas inflamam ânimos, pois estamos falando de um Estado mobilizado para a guerra e não mobilizado apenas uma vez, mas mobilizado ao longo de 10 gerações. É muito tempo. Esse passado belicista nosso evidentemente pode ser uma das matrizes que um colega meu, Homero Araújo, disse que era a marca principal da literatura do RS: a ética do duelo. Entre nós sempre tem um negócio de duelo. Eu, por exemplo, fui duelar com Fernando Barros. Senti-me desafiado quando ele escreveu “a patota gaúcha” da Dilma. Isso é como se alguém me pisa no pala! Quer dizer, claro que eu estou dizendo a minha história de um modo um pouco paródica, mas é isso, temos esse ânimo um pouco belicista. Fantasiando um pouco poderíamos dizer que se pisaram na fronteira já teria gente para defender do lado de cá. E vou deixar para falar da Guerra dos Farrapos no final, pois é o nosso *O trauma*, *El trauma*, *The trauma*.

Bom, segundo alguns aspectos da geografia, o RS é uma província relativamente distante. Claro que tem outras províncias mais distantes como, por exemplo, o Pará, mas o RS era relativamente distante, não era acessível tão facilmente. Mais do que isso, o RS não tem acesso fácil ao mar. Vocês conhecem a piada aquela que Deus estava desenhando o Brasil com todos os detalhes, a costa brasileira



cheia de baías, cabos, enseadas e quando chegou em Torres ele cansou e desenhou uma linha reta e não sobrou nada. Isso é importante, pois os viajantes quando passavam pela costa do RS diziam que não tinham como entrar. Há dois riozinhos que saem no mar, um em Torres e outro em Tramandaí, que permitem a entrada de barquinhos pequenos e depois tem a entrada do canal da Barra em Rio Grande que foi um problema até 100 anos atrás. Foi só com a construção dos moles em 1910 que a coisa se aprimorou e finalmente navios grandes puderam entrar sem muito risco. Eu não me lembro mais, eu estudei um pouco de sedimentologia no meu passado geológico, mas eu sei que as correntes marítimas do sul trazem a areia do fundo quando sobem, o que fazia o canal da entrada da Barra do Rio Grande ficar muito raso e só navios pequenos podiam entrar ou então afundavam. Isso não é pouca coisa, quer dizer, a única comunicação antes de existir estrada de ferro, rodovia e avião, era o navio. E o navio não conseguia sair.

Então tu tens todo o século XVIII e XIX em que só se sai do RS em lombo de mula ou de cavalo e quando se sai por mar, se sai com um pouco de dificuldade ou em navio pequeno. Agora me lembrei que este parece um pouco o nosso drama com o aeroporto Salgado Filho, que não dá pra *comprar* a pista ou sair com carga total. Então os exportadores ficam loucos, pois tem que sair com 70% da carga, pois faltaram 100 metros de pista. Estou insistindo um pouco na questão geográfica, mas é que isso também marca a questão do temperamento. Uma coisa é aqui em Garopaba que tem as baías e é uma coisa amena, agradável e acolhedora. Agora, vai passar uma hora na beira da praia aqui no RS com o vento nordeste batendo pra ver o que acontece. Então tem uma coisa de rispidez e aridez que é geográfica mesmo. E depois tem, embora existam diferenças, a afirmação de que o pampa é essa região geográfica e fisiográfica que a gente compartilha com o Uruguai e com uma parte importante da Argentina. Eu sei que existem diferenças, mas existem semelhanças também. É, como se diz hoje em dia quando se refere a

um bioma particular no mundo todo. Há pouco tempo saiu uma linda publicação do pessoal do departamento de ecologia aqui da UFRGS mostrando que quando se pensa no pampa como savana, se perde muito da especificidade dele. Tem gente que usa a mesma categoria savana. Quem entende diz que não é pampa, é outra coisa. Inclusive isso tem repercussões no sentido do aproveitamento comercial do que se pode fazer, do que cabe fazer.

Do ponto de vista econômico o RS tem uma marca interessante, apesar de eu não saber se esse debate é consensual. Eu ouvi essa observação uma vez do Luiz Roberto Pecoits Targa, um historiador que trabalhava na Fundação de Economia e Estatística (FEE), que disse que o RS tem muitas semelhanças econômicas com o Brasil, por exemplo, se pensarmos no Brasil litorâneo. A grande formação econômica do litoral do Brasil é a *plantation*, propriedade, latifúndio, monocultura, mão de obra escrava. Isso aconteceu com o açúcar e com o café. O RS também tem esses elementos aqui dentro, mas com duas diferenças essenciais:

- 1) A principal produção do RS tradicional, isto é, sem o minifúndio da imigração italiana, germânica e polaca, era para ser vendida dentro do Brasil. Não se produzia para exportar para outro país. Isso muda tudo. Um empresário ou um agente econômico que pense em exportar para outro país que precisa, por exemplo, atravessar o oceano tem um tipo de perspectiva. Quem produzia gado ou charque aqui queria vender no Rio de Janeiro ou em São Paulo, na feira de Sorocaba. Essa é uma diferença importantíssima, o horizonte estrutural econômico do RS por muito tempo foi estritamente interno.
- 2) A outra diferença mais interessante ainda, uma síntese que o Luiz Roberto Pecoits Targa também fez, é a seguinte: aqui no RS também tinha latifúndio e também tinha escravidão, mas não no mesmo lugar econômico. Existia latifúndio na estância e existia escravidão massiva na charqueada e as duas coisas tem muito a ver uma com a outra, evidentemente, mas são duas produções diferentes. Alguém poderá dizer que também tinha escravo na estância. Tinha, mas não era dominante por motivos óbvios. Imagina um peão de estância escravo. Você vai dar um cavalo pra ele, uma arma e uma faca? Não, né? Mais provável que ele deixe de ser escravo na mesma hora. Ouvi dizer que tem uma pesquisa bem interessante feita hoje em dia sobre esse

tema: os peões escravos. Na charqueada era mais cidade, era quase industrial, uma produção artesanal quase industrial, aí então se tinha sim uma escravidão massiva. Usando um jargão um pouco marxista, mas acho que perfeitamente válido para esse caso, “dentro da classe dominante no RS não havia total coincidência de interesses” ou, então dizendo por outro lado, havia muitas fissuras dentro da classe dominante do RS. Quer dizer, às vezes os interesses do latifúndio não eram os mesmos da escravidão. E isso, por exemplo, explica algumas das dissensões mais fortes que ocorreram ao longo da história do RS. Charqueadas começou no RS em 1780 e não estamos falando da Pelotas brilhante de 1850.

Na política, indo para o último item dessa segunda e penúltima parte, tem muitas coisas peculiares aqui do RS, mas eu vou me ater especialmente a uma que é a seguinte: o Brasil teve ao longo da história três capitais. Salvador na Bahia, depois Rio de Janeiro e depois Brasília. Na verdade teve duas outras cidades capitais no sentido forte e econômico que foram Ouro Preto em Minas Gerais, que não era sede administrativa, mas era a cidade mais importante. E São Paulo a partir da última parte do século XIX. Então o Brasil teve cinco capitais: Salvador, Ouro Preto, Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. O que me ocorreu uma vez foi que o RS, que tem uma produção importante, um PIB importante, um papel importante na economia, nunca foi hegemônico politicamente. Nunca foi sede de poder central e pelo contrário, quase sempre reclamou por não receber do poder central a atenção que achava que merecia. Até hoje é assim. Com razão e sem razão. Isso não é apenas um fantasma, isso também é verdade. E como dizia aquele personagem, “cuidado, meu filho, também os paranoicos tem inimigos”. Não é esse nosso caso? Somos paranoicos e temos inimigos.

Se por um lado o RS nunca esteve no âmbito central, por outro o RS é o berço elementar, no sentido político, do Getúlio. E também, não por acaso, é o berço de três dos cinco ditadores militares. Então reduzindo grosseiramente, o Getúlio ficou 25 anos no poder. Esteve no poder por uma geração. E os militares estiveram no poder por uma geração. Então, de alguma maneira, o RS nunca foi o centro do Brasil, mas ao mesmo tempo acalentou um desejo de ser o centro, de ser visto como o centro. Essa é a relação ambígua que a

gente tem. O RS forneceu régua e compasso para duas gerações de mando no Brasil. Principalmente o Getúlio que levou para o Brasil a lógica do estado republicano positivista na qual ele se desmamou aqui. Getúlio era a jovem guarda de 1920 do PRR. Ele é o cara que fez o discurso na beira da cova do Júlio de Castilhos, que sucedeu Borges de Medeiros, que foi presidente da província e que, de 30 em diante, foi pro RJ e governou o Brasil fazendo um governo que teve horrores e maravilhas. Por exemplo, era um cara que tinha uma visão estratégica internacional notável. Vendo, por exemplo, o que Getúlio fez ou o que foi feito no governo dele com outros governos na mesma época, os Argentinos dizem que gostariam de ter tido um Getúlio. Foi ele que inventou a Petrobrás e que trouxe a siderurgia. Então o RS não esteve no mando e ao mesmo tempo esteve no mando.

Saiu agora um livro muito interessante do Jorge Caldera, que é um historiador, uma biografia que chama *Júlio Mesquita e seu tempo*. Mesquita foi o cara que fez o *Estado de São Paulo*, o jornal de São Paulo, ser o que é. E ele tem um comentário muito interessante sobre o RS vendo as coisas pelo ângulo da São Paulo empreendedora e capitalista da primeira República. Eu vou resumir muito grosseiramente o argumento dele, mas é o seguinte: o que aconteceu com o RS é um fenômeno interessante em comparação ao que aconteceu com a Província de São Paulo.

A cidade de São Paulo e a cidade de Porto Alegre, até a década de 1870, tem uma população muito parecida. Então, São Paulo arranca e vira a megalópole que é. Mas uma das coisas que aconteceu com São Paulo foi a capacidade e a percepção de que era preciso transformar a riqueza em capital. Era preciso fazer os bancos circularem dinheiro, emprestarem, financiarem e tal. E foi preciso fazer, o que aconteceu muito com as estradas de ferro, uma capitalização aberta. Quem queria fazer uma estrada de ferro ia para o salão paroquial em uma cidade do interior e vendia ações da estrada para quem queria vender o seu café por ali. O autor mostra como o endividamento do Estado do São Paulo foi o motor para a Província se desenvolver, sobretudo em comparação com o que aconteceu no RS no mesmo período. Os que gostam do Borges dizem que ele saiu do poder mais pobre do que quando entrou, mas que se recusou várias vezes a endividar o Estado. Por exemplo, sobre a história da Barra de Rio Grande, ele poderia ter

contraído um empréstimo para fazer a Barra, mas Borges não quis para não deixar uma dívida. É um exemplo de como isso funcionou entre nós.

Eu me esqueci de contar que quando eu trabalhei na Prefeitura de Porto Alegre, um texto que eu escrevi e que, aliás, foi o começo da história do livro *Nós os gaúchos*, livro que durante um tempo teve boa leitura. É uma coletânea de artigos sobre o RS. E aquele texto nasceu da seguinte situação: um dia eu estava conversando com vários escritores e um deles me disse: “Escuta, tu que é jovem, por que tu não escreves sobre esse marasmo da cultura do RS?” Isso foi 1991 ou 1992. E em geral eu sou muito crédulo, mas fiquei pensando: “Como assim marasmo aonde?” Dizem que tem até uma expressão francesa que diz *l’esprit d’escalier*, literalmente espírito de escada, que a pessoa só se dá conta de que não era assim quando já está longe. Enfim, o escritor falou sobre o marasmo e eu nem me dei conta naquela noite que não tinha marasmo algum e pensei em escrever para dizer justamente isso. Mas ao mesmo tempo o fato de ele dizer “marasmo” é interessante. O que ele estava dizendo? Ele estava dizendo uma coisa que eu acho que nós compartilhamos muito aqui no RS e sobretudo em Porto Alegre, que é aquela sensação de domingo de tarde. O que é domingo de tarde? É aquele momento que a gente tem certeza que uma coisa muito boa está acontecendo e não é onde nós estamos. Uma sensação de que tu estás fora do lugar. Em algum lugar está muito legal, mas onde mesmo?

Então, finalmente, vou falar sobre a Guerra dos Farrapos. Não vou falar da Guerra, evidentemente em si, mas todo mundo sabe que esse foi um conflito que durou dez anos. No segundo ano foi proclamada uma República independente num contexto regional, geográfico e geopolítico num período em que a Argentina, por exemplo, não estava totalmente definida. Acho que o Rosas sobe ao poder por aí mesmo em 30 e ainda tinha um conflito muito grande em saber se a Argentina ia ser um país só ou uma

federação de estados à maneira norte-americana. O Estado uruguaio tinha ficado independente há pouco tempo também. Ou seja, a perspectiva é que realmente era muito verossímil o RS, esta província brasileira, se transferir para uma federação de estados aqui no Prata. Era verossímil por vários motivos, entre eles a base econômica ser a mesma. E de repente proclamam uma República no meio disso. República dentro da monarquia brasileira.

Agora vamos recuar dois passos e falar sobre a monarquia brasileira. O esquisito não é o RS e sim a monarquia brasileira. Faz uma independência e essa independência é monárquica? E não apenas isso, mas como esse novo imperador é o cara que assume uma dívida medonha que Portugal cobrou do Brasil, a dívida colonial. Sendo que esse cara que assina essa dívida renunciou o poder aqui para poder voltar ao poder em Portugal. Ou seja, o cara que contraiu a dívida para o Brasil foi beneficiário dessa dívida em Portugal. O mesmo Jorge Caldeira, que eu já citei, tem muitos estudos historiográficos que mostram que na véspera da independência, o Brasil estava pronto para dar um salto de organização muito parecido com o que tinha acontecido nos EUA uma geração antes. Quer dizer, a federação dos estados, a forma republicana. E quando menos esperávamos, Napoleão manda invadir a Península Ibérica e Dom João VI tem a grande ideia de vir pra cá. E o Brasil que estava encaminhando para um futuro moderno e capitalista recebe um governo não apenas monárquico como um monárquico *ancien régime*.

Bom, esse contexto monárquico eu gostaria de colocá-lo como o problema. O problema não é a República no RS e sim a forma monárquica. O que aconteceu com o desfecho da Guerra dos Farrapos, a síntese que eu tenho e não sei se confere pra todo mundo, mas é a de que o modelo, a concepção e a ação política que levaram à República do Piratini é um movimento de tipo platino. E eu poderia dizer de tipo americano também, porque a generalidade das independências na América aconteceu na forma republicana. Mas a solução do conflito foi brasileira. Qual foi a solução do conflito? Uma grande acomodação. Os imperiais ofereceram para o RS e para a elite que estava em luta, tudo. Quem era capitão do exército farrapo pode entrar como capitão do exército regular. Com isso, o governo federal assumiu as dívidas assumidas pelos farrapos ao longo da Guerra.

Ou seja, nós passamos a viver um dilema que não acabou e que chega até hoje, na minha avaliação. Ele pode até se expressar de variadas maneiras, mas ainda é o mesmo. Nós temos uma tendência de ver a história do RS como espaço geográfico, como estado organizado, como administração e também suas formas culturais, de uma perspectiva platina ou americana de viés republicano e autonomista. Mas na prática as soluções são encaminhadas na forma brasileira, isto é, com conciliação das elites. Conciliação das elites é a regra brasileira. Tem conflito? Como se faz? Chama o Sarney de volta. Esse dilema eu acho que atravessa a nossa história e eu gostaria de finalizar minha fala com a observação de que a literatura passou a expressar isso o tempo todo.

Se pegarmos todas as gerações ou cinco ou seis gerações de escritores, de lá pra cá, esse dilema vai aparecer ou reaparecer. Começa com o Parthenon literário falando de gaúcho, que foi uma academia de letras que desde o começo foi republicana e feminista, pois aceitavam mulheres. E isso não é pouca coisa se pensarmos na Academia Brasileira de Letras, que foi aceitar mulheres anteontem. O Parthenon começa a ser uma coisa do gaúcho, um pouco difusa, em parte conversando com a gauchesca platina. Depois tem a tradição do começo do século que vai falar do gaúcho, não do genérico, mas dos peões. Depois tem a geração do Érico Veríssimo, que é um fenômeno magnífico porque o Érico é um cara talentoso assim como vários escritores da geração dele, como Dyonélio Machado, Cyro Martins e Telmo Vergara. Esses caras fizeram a Globo. A Editora Globo é uma coisa notável, uma editora na ponta extrema do Brasil e que tinha o mercado nacional. Por que se viabilizou a Globo? Uma resposta que eu acho importante é porque o RS tinha uma classe média alfabetizada em uma grande proporção. Classe média essa que era luso-brasileira, teuto-brasileira, ítalo-brasileira, polaco-brasileira. Então se tem esse fenômeno impressionante.

Nessa geração aconteceu uma história que eu vou mencionar muito rapidamente. Em 1955, há muito pouco tempo atrás, um major propôs a criação de uma estátua para o Sepé Tiaraju. É inacreditável, mas essa polêmica durou dois anos. Os jornais, os principais jornais de Porto Alegre, tinham duas posições muito claras e antagônicas. Os intelectuais mais sofisticados e cosmopolitas como Augusto Meyer,

Moysés Vellinho e Carlos Reverbel eram contra a estátua do Sepé Tiaraju. E os intelectuais, digamos assim, de segunda linha ou não tão prestigiados, como Manoelito de Ornellas, Padre Jaeger e Walter Spalding estavam do lado da estátua do Sepé Tiaraju.

O que eu quero dizer é do que estamos tratando ao debater essa questão? Fazer uma estátua para Sepé quer dizer o quê? Bom, eu diria que talvez só a geração atual, pós-internet, pós-queda do muro, pós-fim da União Soviética, pós-ditadura no Brasil, talvez esteja mais livre nos circuitos cultos dessa vida dilemática de ser contra ou a favor. Contra o Sepé ou a favor do Sepé. Acho que as gerações anteriores estão todas marcadas por isso.

E finalmente, essa mesma perspectiva cosmopolita que as novas gerações têm, pensem nos escritores bons de agora, o Daniel Galera, o Paulo Scott, a Carol Bensimon, enfim, gente muito interessante. A esse cosmopolitismo corresponde o trunfo absoluto da visão tradicionalista gauchesca do RS. Isso simbolicamente corresponde a uma coisa que é inacreditável: o Acampamento Farroupilha. É uma coisa impressionante como fenômeno cultural. O Jorge Luis Borges dizia, em uma de suas piadas, que o gaúcho tinha medo da cidade e ele contava a história de um tio que, quando estavam em Montevideú, ouviram falar que um piquete do Caudilho Fulano de Tal estava rodando a cidade. Aí esse tio disse para ele que não era para se preocupar, pois o gaúcho tem medo de cidade.

Pois aqui os gaúchos entraram na cidade e o Acampamento Farroupilha parece uma espécie de trunfo dessa divisão. Eu acho que os letrados e as pessoas com essa perspectiva cosmopolita, da internet e tudo mais, hoje não tem mais esse dilema de ser Sepé ou não ser Sepé. Mas a cultura de massa do RS ainda está absolutamente hegemônica por essa visão dilemática de ser gaúcho ou de não ser gaúcho. Quer dizer, não sei se é um corte de classe, mas aqui temos essa divisão, e a nossa convivência talvez seja um pouco estranha por causa disso. Ao mesmo tempo em que temos uma conversa e somos do mundo, a gente tem a massa das pessoas submetida a essa visão antiga, arraigada, regressiva, muitas vezes, e além de tudo, machista.

José Miguel Wisnik

Eu gostaria de dizer que, quando fui convidado para participar da discussão *NósOutros Gaúchos*, já achei que esse título pegava realmente um núcleo de questões importantes, como por exemplo o da identidade como alteridade. Isso necessariamente aponta para o gaúcho confrontando sua diferença, mas ao mesmo tempo também alude à relação do gaúcho como um outro Brasil, como um outro gaúcho e por sua vez, o *nosotros* e os seus vizinhos, o sul do sul. Tudo isso é um feixe de relações muito instigante, o que me deixou inteiramente mobilizado por esse convite. À tarde, quando eu falar, ficará claro o quanto essas questões me preocuparam nesses dias, sobretudo porque vim pensando no fato de eu nem ser gaúcho, de nem ser um especialista no assunto, o que significa acessar as questões apenas via narrativas sobre as narrativas.

E isso tudo faz com que, a partir dessas histórias, eu também me sinta entrando nesse assunto. Com isso eu quero dizer que tudo que o Fischer falou foi altamente mobilizador em relação àquelas coisas que eu vim trazer aqui. Há várias noites eu não durmo, me rolando na cama e confesso que o calor das coberturas não me aquece direito. Essa noite caiu uma tempestade em São Paulo e eu acordei no meio de madrugada. O taxista também falou que acordou na mesma hora e estou mais insone ainda do que já estava antes. Isso porque, desde que eu fui convidado, é como se eu tivesse coisas a dizer. Coisas que querem se dizer e que eu não sei bem quais são. Isso interessa aos psicanalistas. Só as narrativas é que podem contar isso melhor.

Agora, tudo que o Fischer falou vem ao encontro dessas perguntas que eu me fazia, apontando ainda para novos esclarecimentos, novas questões ou novas perguntas. Agora, só vou conseguir pontuar isso, mas prometo desenvolver esses tópicos mais adiante.



Um ponto é que eu acredito realmente que as regiões do Brasil têm formas de sociabilidade muito reconhecíveis e ao mesmo tempo difusas como aquelas que a gente não sabe nem definir muito bem como é, apesar de você perceber que há uma relação ali. Em Minas Gerais há uma forma de, por exemplo, quando você chega, do povo te receber, de reagir à sua chegada, de intervir até mesmo, que é um jeito próprio do mineiro. Tem uma coisa assim na Bahia. Em São Paulo é mais invisível pra mim porque eu estou comprometido com isso, que é o mesmo problema ressaltado pelo Fischer.

Em relação ao RS, eu sinto isso também. A palavra identidade é um termo também difícil quando a gente quer fixar conteúdos, maneiras de ser ou perfis. Identidades sempre envolvem diferenças, contradições, mas eu acho que tem traços que estão ligados a uma experiência história e de algum modo aquilo é decantado e resulta de diferentes maneiras. Uma das questões que eu me pergunto e que vou tratar depois é sobre o fato de que existe, talvez no Rio de Janeiro, na relação, na figura do malandro, uma questão de ambivalência. No Jagunço mineiro não é diferente, sobretudo em Guimarães Rosa, tem igualmente ali uma questão de ambivalência. O Brasil é o país da ambivalência. É onde o outro e o mesmo se confundem, onde essa oposição se borra. E justamente o RS parece, em relação a isso, oferecer uma diferença. Onde está isto?

Eu assisti aos vários vídeos deste evento e eles me mobilizaram muito, pois eu notei que há todo um movimento de desmitificação da construção da figura do gaúcho e acho que sempre deve se colocar isso quando o assunto volta, mas talvez tenha uma forma urgente ou particular de se fazer isso agora. Incompatibilizar-se das construções. Mas ao mesmo tempo que se faz essa crítica, resiste alguma coisa que atravessa essas desmontagens. Ora, desmonta-se o gaúcho literalmente do cavalo, mas acontece que algo resiste nessa história. É justamente a questão de se oferecer um traço de não ambiguidade quando no Brasil tudo é ambíguo. E isso me ocorreu quando o Fischer usou a expressão “régua e compasso”, justamente para gaúchos na república de 30, que é todo este período de hegemonia não propriamente política, mas de algum modo simbólica, num período fundamental na modernização do país no século XX. Então ainda tem uma questão mal resolvida de estar fora do centro, mas ao mesmo tempo de ter estado no centro dos acontecimentos de maneira determinante. Então essa certamente é uma questão a se pensar e debater.

Quando ele diz régua e compasso é praticamente uma citação do samba do Gilberto Gil “A Bahia já me deu régua e compasso”. Como disse o Fischer, no passado foram os gaúchos que deram régua e compasso ao Brasil e isso é apropriado. Então parece que lembramos outra frase do Caetano Veloso: “A verdadeira Bahia é o Rio Grande do Sul”. Por que essa figura, quer dizer, Getúlio e suas decorrências, foi de certo modo pouco tratado nos encontros anteriores. Em algum momento, no entanto isso apareceu, mas acho que aparece menos do que deveria e até você, Fischer, parece fazer essa alusão com ressalvas, dizendo que afinal ele era gaúcho. Como se mentalmente ele fosse gaúcho. Mas o que é isso? A que remonta essa história?

Pra mim foi também esclarecedor, mesmo que ainda como pergunta, a questão das diferenças em relação aos modos da economia e da sociedade gaúcha em relação às formas do latifúndio, da escravidão, do engenho, da plantation e etc., de tudo isso ser produzido para mercado externo. Um país que se formou com uma produção que se dirige a um mercado externo, com base escravista e onde os homens livres não tem lugar na ordem produtiva. Talvez uma coisa fundamental nessa formação do Brasil sejam as consideráveis

margens da população que não estão incluídas no sistema produtivo. Que são por um lado, esses homens livres meio amalandrados, como em *Memórias de um sargento de milícias*, onde encontramos os cariocas, e também os jagunços, todos eles chamados vez ou outra de “inútil utilizável”. Tudo isso é ambivalente. É como se o RS tivesse essa diferença que você pontuou, mas que eu ainda não assimilei. Mas eu acho que ela seria importantíssima para a continuação do nosso diálogo.

Eu só quero dizer que essas questões podem render ao longo dessa seção. E depois tem também a outra questão. Certamente eu como paulista e como professor da USP, essa relação que o Fischer explicitou sobre a visão hegemônica, tenho interesse nessa interpretação do Brasil dada pelo modernismo paulista. Essa é uma questão sobre a qual gostaria de saber mais, sem todavia chamar para qualquer duelo. Isso é que é o mais difícil. Conversar sobre o que é, quero dizer, quais perspectivas do Brasil se oferecem fora do modernismo paulista.

Caterina Koltai

De tudo que o Fischer falou duas coisas me pegaram evidentemente e quando uma coisa pega a gente não é por acaso. Pois de toda essa história do RS da qual eu nada sei não só porque eu não sou daqui, mas até o jeito que eu sou do Brasil é um jeito muito curioso, pois eu sou daqui, mas cheguei muito tarde, o português foi minha quarta língua.

Uma justamente que me pegou muito foi quando você disse que foram exportar a cultura para a Argentina e Uruguai e que deu muito certo com as artes cênicas e com a música. E a literatura onde ficou? Vai pra São Paulo. Eu venho de um país, que é a Hungria, que também tem uma língua absurda e que colocou várias questões para os escritores, pois é uma língua incompreensível, intraduzível. Eu até um dia escrevi um artigo sobre isso entre a briga de dois grandes escritores húngaros, o Marais e o Imre Kertész, que um abriu mão de ser traduzido e de escrever, tanto que ele começou a ser traduzido só depois de morto. E o outro que disse “suportei uma ditadura nazista, suportei uma ditadura comunista, mas eu não saio daqui porque não sei escrever em outra língua”.

Aí eu pensei, será que os gaúchos têm um problema parecido, ou seja, eles escrevem em português, mas querem exportar para a Argentina e Uruguai onde não são lidos, pois nós lemos espanhol (e aí eu me sinto brasileira), mas eles não nos leem. Então é quase como mandar um texto para São Paulo, é quase como se ele fosse exportado para outro país. Isso me chamou muito a atenção se é que eu entendi certo. Como se tivesse uma fronteira imaginária.

E a outra coisa que me pegou realmente “nas tripas” é quando você disse assim: “no RS dez gerações estiveram em guerra”. E acho que essa é uma especificidade de fato da qual eu nunca tinha atentado que talvez, inconscientemente, trazia minha simpatia com o RS do

qual eu nada sabia. Um estado tão europeu, eu me sinto tão bem com as pessoas que vêm daqui. Óbvio né? Por mais maluco que seja, é pela dor. Quer dizer, é lógico, é o único Estado brasileiro que viveu guerra permanente. E aí leva de volta para aquele velho continente



que não sabe viver sem guerra. Então talvez aí tenha um vai e vem possível e agora eu entendo porque eu me dou tão bem com os gaúchos que eu conheço. Talvez tenha um traço, uma marca de uma dor que torna e que cria uma intimidade. Então de tudo o que você falou essas são as duas coisas que vão me fazer pensar durante muito tempo, muitos meses e senão durante muitos anos, pois me pegou realmente profundamente.

Parte II

Caterina Koltai

Quando Jaime me convidou para participar desse colóquio a primeira coisa que eu me perguntei foi se eu daria conta visto que pouco, ou quase nada, sabia da história e cultura gaúcha. Ele logo me tranquilizou dizendo que o convite tinha a ver justamente com o outro. Outro não porque não sou gaúcha, mas o outro enquanto alteridade. Espero que eu tenha entendido direito e devo dizer que nesse momento em que a questão dos refugiados vem nos questionando a todos, um colóquio que remete a questão do eu e do outro, assim como ao perigo, daquilo que Amin Maalouf escritor libanês de quem eu gosto muito, chamou de “identidades mortíferas” e que vem em boa hora.

Essa é uma questão que venho trabalhando há muito tempo e que em certos momentos me atormenta, razão pela qual aproveito a oportunidade de partilhar minhas inquietações quanto ao momento em que vivemos, caracterizado por um fluxo migratório sem precedentes e conseqüente agravamento dos conflitos identitários. Os fluxos migratórios não são uma invenção do nosso século, mas as cenas de naufragos a que somos submetidos, cotidianamente, não tem como não se impor a nós, no aqui e agora. Talvez possamos dizer que a questão dos refugiados é uma “herança maldita” do final da I Guerra Mundial e da queda dos impérios Russo, Austro-húngaro e Otomano, mas permanece tão se não mais atual que não tenho como não remeter ao texto “Nós os refugiados” de Hannah Arendt, escrito em 1943, no qual ela faz da figura do refugiado o paradigma de uma nova consciência histórica, na medida em que ele seria aquele que não só perdeu todos os direitos como teria deixado de querer se assimilar a qualquer preço. Agamben, nosso contemporâneo, deu um passo a mais ao retomar esse texto, afirmando que o refugiado é a única figura pensável de povo em nosso tempo.

Se lembro isso aqui é porque se trata de uma questão que remete diretamente ao “Nós e os Outros”. Um Nós que pode ser entendido

como o de uma identidade que se opõe a um outro, também visto como uma identidade, entendida como a marca daquele que quer se assimilar a qualquer preço, obter um rótulo que diga quem é, impedindo que o corpo estranho venha se alojar nele, esquecendo que só há corpo estranho dentro do nosso próprio corpo.

Mas voltemos a convocatória desse colóquio, “Nós Outros Gaúchos” que, por si só levanta inúmeras questões, a começar pela mais simples a de nos questionarmos sobre quem seria esse nós e quem seria esse outro estrangeiro. Aliás, a minha primeira grande e agradável surpresa foi que ao ouvir no *youtube* os que falaram antes de mim, me dei conta de que todos ou quase todos se definiram como estrangeiros, portanto sou apenas mais uma, ainda que como já disse, eu venha de mais longe e de um país mais conturbado, essa mesma Hungria que hoje fecha as suas portas aos outros em nome de uma suposta identidade nacional. Já estou divagando de novo, deixa voltar para a convocatória desse Colóquio para pontuar, como é sabido, que há diferentes maneiras de entender esse outro que tanto pode ser aquele que vem de fora, de outro lugar, outro país, outro continente, morando num além das fronteiras nacionais, quanto o estrangeiro que mora em nós.

Estaria subentendido no título de que haveria “uma identidade gaúcha”? Não creio, ainda que eu possa imaginar que a população de um estado de fronteira como é o Rio Grande do Sul, com uma língua diferente e ao mesmo tempo ligeiramente semelhante a de seus vizinhos com os quais faz fronteira, possa desejar ou imaginar ter uma identidade própria que a distinga de seus vizinhos, principalmente se levarmos em conta que é um estado constituído em grande parte por migrantes, por pessoas que abandonaram família, língua, o lugar onde seus antepassados foram enterrados para tentar a vida no novo continente do qual nada ou pouco sabiam na maioria das vezes.

Seria isso então algo da ordem do sintomático? A questão assim formulada me permite abordar esse “Nós Outros Gaúchos” através do estrangeiro, figura que se situa na fronteira do político e do psicanalítico e através dela a questão do sintoma em nossa civilização visto que os sintomas são sempre engendrados por ela. Aliás é exatamente o que vocês postularam no argumento, ao

se questionarem sobre o sofrimento que decorre da relação que os gaúchos entretêm com os outros estrangeiros, assim como se perguntam tanto sobre os seus sintomas quanto sobre o sofrimento e o mal-estar que eles produzem. Vocês, aliás, foram bem mais ousados pois se perguntarem também sobre quais poderiam ser os sintomas sociais de seus vizinhos e como eles os enfrentam. Pergunta instigante uma vez que todo sintoma que está aí senão para ser interpretado está pelo menos para não nos deixarmos interpelar por eles.

É verdade, o sintoma é também social, como vocês disseram, se o entendermos enquanto histórico, localizado e específico. O social é múltiplo e essa pluralidade entra em tensão com o particular da subjetividade de cada um. A diferença se apresenta como obstáculo aos ideais de homogeneidade e coloca em evidência que, para além de um eros unificador, cada indivíduo se sustenta com o seu próprio modo de conseguir satisfação, o que equivale a dizer que não existem paraísos coletivos apenas infernos comuns. O sintoma se situa numa zona de intersecção entre o mais singular e íntimo de um sujeito e o discurso universal no qual ele se inscreve. Nesse sentido podemos afirmar que o sintoma deve ser abordado como histórico localizado e específico, significado pelo outro e que pode mudar com o tempo acompanhando as transformações do outro. Sempre tem a ver com a maneira singular pela qual o sujeito enfrenta o discurso do seu tempo por ser justamente o que o impede de realizar o que seu tempo lhe prescreve.

Dito isto, permitam-me voltar mais uma vez, ao título *Nós Outros Gaúchos*. Vocês já devem ter percebido que eu o estou rodeando de todas as maneiras para que ele me leve para algum lugar, até porque assim, como costuma fazer o estrangeiro, ele me fascina ao mesmo tempo que produz certo mal-estar, confrontando-me à necessidade de esclarecer para mim mesma, como ressoava em mim esse nós outros. Imediatamente me vi remetida à ideia de uma fronteira, de um limite, de uma diferença de línguas. Nesse confronto nos vemos também confrontados, se é que eu poderia dizer assim, à questão anteriormente citada, a de se haveria ou não uma suposta identidade gaúcha. Essa questão, por sua vez, me leva a uma outra e faz com que eu me pergunte, por que um desejo aparentemente tão legítimo

quanto o de querer pertencer a uma comunidade humana implica tão frequentemente não só no medo e na negação do outro como em crimes cometidos em nome de identidades sejam elas étnicas, nacionais, religiosas, ideológicas ou outras. Por que que o diferente tantas vezes se torna um inimigo?

Numa tentativa de resposta, vou me apoiar, num primeiro momento, no trabalho de Georges Garner, psicanalista de língua francesa, mas de origem austríaca, criado no Canadá e que, não por acaso, se interessou pelo significante estrangeiro, pelas fronteiras e suas travessias. O que nos diz ele? Em primeiro lugar que o termo vem do latim *extraneus*, que enquanto adjetivo quereria dizer aquele que vem de fora, e que só bem mais tarde, com Tácito no Império Romano, passou também a ser usado como substantivo, logo enquanto conceito político. A lenta politização do termo estrangeiro não se limitou à língua latina, visto que o mesmo aconteceu com o francês, língua na qual até o século XIV, o significante estrangeiro remetia àquilo que era fora do comum ou incompreensível. Só, então se tornou um substantivo, designando também um fora político. Com o inglês aconteceu a mesma coisa já que até o século XVI *stranger* designava a mulher adúltera. Aos poucos deixou de significar o não familiar para a partir do século XVIII, passar a designar aquele que vem de fora. Idem com o alemão no qual o *fremd* remetia ao não familiar, dando lugar, mais tarde, ao *auslander*, o estrangeiro que vem de outra terra.

Se optei para retomar aqui essa interessante pesquisa desse autor poliglota foi para chamar a atenção para o fato de que no significante estrangeiro temos, desde sempre, a carga e o peso daquilo que não nos é familiar, que é exterior aquilo que a linguagem define familiar. A partir dessa primeira significação de adjetivo que remetia ao não familiar o termo se transformou primeiramente num substantivo e a seguir em um conceito político que, em nossa contemporaneidade, remete à exclusão. O percurso que quis pontuar é o da passagem do não familiar ao excluído, o que só pode acontecer a partir do momento em que o estrangeiro deixa de ser um simples além das fronteiras e passa a ser um lugar de exclusão. Dito isso talvez seja interessante lembrar que nem sempre foi assim ou pelo menos não desse jeito. Como lembra Jean Pierre Vernant ao tratar da cultura

grega, por mais que os bárbaros, escravos e estrangeiros fossem relegados às margens da sociedade, as práticas institucionais sempre encontraram um meio de reintegrar aqueles que a própria sociedade parecia excluir. É aliás a grande lição de tolerância que eles nos deixaram segundo o autor.

O que merece destaque do meu ponto de vista é que foi o mundo moderno que deu à luz o conceito sócio-político de estrangeiro. Assim como o sujeito que se vive como tal ancorado nesse significante para marcar a ausência do nome. Se olharmos para isso historicamente poderemos perceber que quando do “descobrimento do Brasil” já vigorava no mundo e na língua o conceito sócio político do estrangeiro. Já estávamos no universo da colonização, no qual os europeus vieram para cá como estrangeiros, nomeando os que aqui encontraram como selvagens, portanto duplamente estrangeiros. Com isso quero ressaltar que a constituição de uma identidade “brasileira” ou “gaúcha”, já se dá nesse universo onde existe a categoria sócio-política desse estrangeiro.

Voltando a Garner e a sua pesquisa, ele não só se debruçou sobre o significante estrangeiro e sua lenta politização, como também se debruçou sobre outro significante que aqui nos interessa: o de fronteira, para nos dizer que a fronteira é sempre nomeada na língua do outro. O *border* em inglês é, na verdade a *bordure* francesa, enquanto a fronteira francesa é o *frons* latino. A gente não consegue falar fronteira na nossa própria língua. O que nos limita já é o outro, tanto que costumamos insultar o estrangeiro em sua própria língua ainda que ao fazer isso, estejamos nomeando a nós mesmos. Por causa dos estrangeiros deixamos de nos sentir em casa, o estrangeiro transforma o indígena em estrangeiro e nos obriga a entrar em contato com o estrangeiro em nós e isso nos desarma e nos confunde. O estrangeiro está na nossa porta e tanto ele pode se transformar em *hostes*, nosso convidado, e a quem oferecemos hospitalidade quanto em *hostis*, nosso inimigo, alguém hostil, a quem fechamos a porta. O curioso é que a raiz é a mesma.

Voltemos ao Rio Grande do Sul, esse estado de fronteira, dessa fronteira sempre nomeada na língua do outro e que traça um suposto limite entre nós e os outros, tendo em mente que todo limite representa, de certo modo, uma lei que marca diferença entre

exterior e interior, permitido e proibido, lícito e ilegal, dentro e fora da lei. Esta fronteira que separa o Brasil da América de colonização espanhola vem, como já foi dito numa interessantíssima conferência anterior, do Tratado de Tordesilhas que separou o que pertencia a Portugal e o que pertencia a Espanha, traçando uma fenda cujas marcas se fazem sentir ainda em nossos dias. Como deixaram suas marcas os imigrantes que aqui abordaram vindos da Itália, Polônia, Alemanha e de tantos outros lugares trazendo consigo a dor dos que perderam mas também as ilusões do que aqui encontrariam. Para ter coragem de partir, é necessário ter ilusões sobre o que se vai encontrar, ainda que rapidamente elas venham a se confrontar com a realidade. O que não quer necessariamente dizer ilusões perdidas, mas certamente ressignificadas.

Para avançarmos um pouco nessa questão convém ter em mente que os migrantes, ao deixarem tudo aquilo que até então representou seu mundo, frequentemente tendem a se fechar em comunidades no país de acolhimento. Perderam a língua materna, mas se reconhecem pela entonação com a qual aprenderam a nova língua. O sotaque passa a ser um signo de reconhecimento e pertencimento. A chegada tem muito a ver com o acolhimento possível desses migrantes, porque convém lembrar que os limites apontam também para isso. Quando o acolhimento existe, venha o outro de onde vier, não há razão para se sentir invadido por ele já que o acolhimento permite distinguir o idêntico do diferente, deixando lugar para a diferença. Mas quando tal capacidade inexistente, a impressão de ser invadido pelo outro se impõe, uma vez que não há como levar a diferença em conta já que só existe o universo do idêntico. Nesses casos tudo se torna semelhante e as coisas se transformam em paradigmas eternos que traçam uma continuidade, uma cadeia sem rupturas entre o nascimento inimaginável e a morte impensável.

O sentimento do identitário se agrava justamente quando o estrangeiro está por perto até porque não



há corpo estranho senão dentro do próprio corpo. E é aí que entra a psicanálise e sua tentativa de deslocar a antinomia entre o universal e as diferenças singulares. Tanto Freud quanto Lacan tomaram partido pela universalidade entendida como uma postura ética indispensável de abertura ao outro na medida em que são nossas diferenças singulares que costumam servir de pretexto a tudo aquilo que é do outro, principalmente do ponto de vista social e cultural. Sei que estou me servindo aqui de conceitos difíceis e ambíguos, por isso gostaria de esclarecer que quando me refiro ao conceito de universalidade, é enquanto universalidade do sujeito no campo da ética, o que me permite opô-lo ao conceito de identidade, na medida que não existe identidade consubstancial ao sujeito humano uma vez que uma identidade sempre se constrói em oposição à outra e frequentemente transforma a outra em objeto de agressividade.



É, em todo o caso, o que eu li em “Psicologia das Massas e Análise do Eu” quando Freud chamou a nossa atenção para o fato de que os humanos oscilam entre o desejo de se aproximar e se afastar dos outros já que como diz ele: “Segundo o testemunho da psicanálise, quase todo relacionamento afetivo íntimo [...] contém um fundo de sentimentos negativos e hostis, que só escapam da percepção devido ao recalque. [...] A mesma coisa acontece quando os homens

se reúnem em unidades maiores. [...] Nas aversões e repulsas que se manifestam de modo aparente em relação aos estrangeiros, podemos reconhecer a expressão de um amor de si, de um narcisismo, que aspira a se afirmar e se comporta como se a existência de uma distância em relação às formações individuais que desenvolveu acarretasse uma crítica dessas e uma necessidade de remanejá-las”. Nessa afirmação podemos constatar uma semelhança estrutural entre as grandes massas e a constituição do sujeito, ambas baseadas na identificação. O exercício da psicanálise me ensinou que a psicanálise pode ocupar justamente o lugar que chamaria de terra de ninguém, uma parte de terra pequenina que, de fato, em geral existe nas fronteiras entre um posto alfandegário e outro, entre uma polícia e outra. A psicanálise, ocupa justamente esse lugar entre eu e o outro, uma cultura e outra, um vivido e outro, entre uma sensibilidade e outra. No espaço de uma psicanálise entre o outro, meu semelhante e o Outro, deparamo-nos sempre com um outro que eu não conheço, que provavelmente jamais conhecerei, mas com o qual posso tentar comunicar. Todo novo analisante zera, se assim posso dizer o taxímetro, pois toda análise começa com o analista sabendo que nada sabe, mas que talvez, através da fala, das lágrimas e dos sofrimentos, o saber possa ser elaborado.

O analista sabe e é aí que reside o paradoxo de que não há saber apropriado para essa pessoa cuja língua, cultura e história terá que aprender, visto que o único saber que possui é o de sua própria análise. Então, essa terra de ninguém talvez seja a terra onde dois inconscientes possam comunicar para além das identidades.



José Miguel Wisnik

Como eu disse aqui de manhã, aos que estavam presentes, eu me senti muito mobilizado com esse convite e estou ainda mais mobilizado por esse momento em que estamos, em uma situação de diálogo. E de um diálogo que vem se dando através de meses e que eu pude acompanhar vendo os vídeos dos encontros anteriores. Eu tinha dito que fiquei afetado por essa situação de falar aqui de uma maneira que eu mesmo não entendia como a questão se dava totalmente, e isso porque eu sinto como se fosse esse o momento de eu dizer coisas que precisavam ser ditas para mim e ao mesmo tempo como se eu nunca conseguisse saber exatamente que coisas são essas que eu tanto quero dizer aqui, para vocês.

Eu mencionei que essa era uma situação bem psicanalítica, digamos, porque de algum modo me sinto afetado, interpelado e ressoando por esse convite por motivos que eu acho que eu só posso trocar com vocês através de algumas narrativas. Como eu disse também, não sou gaúcho nem sou alguém que estudou o RS ou que tenha sido objeto de uma pesquisa, de um estudo sistemático. O que eu tenho é uma experiência de contatos, de trocas, de parcerias que já são de longo tempo. E por isso eu diria para vocês sinceramente que esse tema, “O que são gaúchos?”, ele existe para mim desde criança, como se diz no futebol. E começa assim: eu sou paulista do litoral, de uma cidade colada em Santos que é São Vicente. Filho de pai polaco paranaense e poderia ter sido polaco gaúcho, simplesmente por uma questão de detalhe da zona pela qual aquela família camponesa católica do interior da Polônia foi encaminhada. Minha mãe é mineira. Esse polaco paranaense e essa mineira se encontraram por obras dos acasos, pra mim felizes, na cidade de São Vicente.

Depois, eu me casei com uma mulher de família baiana, de pai e mãe baianos, com quem eu tive quatro filhos e isso representou uma forte ligação com a cultura da Bahia e com a vida brasileira da Bahia. O que me colocou nessa posição de paulista situado ou em contato com várias situações brasileiras. Quando eu fiz 18 anos, fui estudar em São Paulo na USP, onde eu me formei em letras e, onde ao terminar, passei a fazer pós-graduação e me tornei professor na

mesma faculdade. Então, tenho uma relação com a Universidade de São Paulo que é uma relação de vida inteira. Portanto há um enraizamento paulista numa instituição que tem um papel, vamos dizer nacional, nesse lugar de São Paulo e do trabalho intelectual daquela cidade, mas ao mesmo tempo tive uma divisão, pois eu vim de uma formação musical e eu não sabia muito bem como eu combinaria essa formação musical com a formação literária, ao menos da literatura que me interessava.

Isso significou uma divisão por um bom tempo. Quando eu cheguei à faculdade, era um músico, um pianista querendo ser pianista e escritor. E saí de lá professor de literatura e não mais pianista. E essa divisão ficou sem se resolver, pois eu não sabia como resolvê-la. Quando ela se resolveu e eu voltei a ser artista, aliás, quando voltei à minha relação com a música, fui tomado depois desse trauma pela obra de uma gaúcha, como contarei daqui a pouco. As minhas atividades artísticas tiveram parcerias paulistas não acadêmicas como teatro-oficina, na chamada vanguarda paulista, representada por Arrigo Barnabé, por exemplo, paranaense e paulista, Luiz Tati, Grupo Rumo, e ainda outros. Além disso, passei também a ter uma relação artística, cultural e existencial forte com a Bahia, com a música baiana, com o tropicalismo que foi formador pra mim e com o Caetano Veloso, por exemplo, com quem acabamos fazendo juntos uma trilha para o Grupo Corpo.

Quer dizer que as coisas vão se enlaçando e com isso eu quero dizer que aquelas minhas relações originárias foram recobertas por atividades e parcerias justamente envolvendo São Paulo, Minas Gerais e Bahia. E tudo isso que eu estou descrevendo aqui é para dar o contexto, para vocês entenderem onde entra o RS em minha vida. Ele entra de uma maneira muito forte. E começa assim: lá em São Vicente, eu assisti um dia, na programação do cinema local, um filme chamado *Roteiro dos Pampas*. Esse filme, que eu acho que pouca gente conhece, se passa aqui no RS. É um documentário de longa metragem colorido que mostrava o caminho para o RS. Passava pelo Paraná, Paranaguá, Santa Catarina, os cânions, a serra, a praia de Torres, tudo desembocava nas coxilhas, no pampa, indo até o Chuí. Então aquilo teve um impacto muito forte sobre mim. Ver aquela paisagem toda apontando para aquele lugar.

E aquele lugar era um lugar diferente, pois era aquela planície imensa diferente de todo o resto do Brasil. Aquela paisagem verde, que parecia uma coisa completamente acarpitada, que parecia uma coisa de outra ordem, como se o Brasil tivesse uma dimensão no qual ele se transcendesse para alguma coisa que, no meu imaginário, é um impacto da ordem mesmo do imaginário, no sentido de que aquele lugar era o lugar do desejo. É um lugar que se oferecia, aquelas coxilhas, como uma coisa que tivesse uma plenitude, uma platitude, algo que era pra falar na estética do frio ou no documentário a *Linha Fria do Horizonte*, sobre a estética do frio, sobre Vitor Ramil, sobre o que vou falar depois. Mas tudo aquilo me veio como uma imagem luminosa de uma possibilidade de Brasil diferente.

Na mesma época, esse filme é de 1963, um colega de ginásio me mostrou um livro que ele estava lendo e era o primeiro volume de *O Tempo e o Vento*. Eu sei que aqui todo mundo praticamente leu *O Tempo e o Vento*, mas em São Vicente não. Acho que foi apenas eu e o meu colega e, portanto isso me distinguia em matéria de ter adentrado aquele mundo e as duas coisas se completaram, entende? Um parêntese sobre o filme. Esse filme que agora eu fui pesquisar no *Google* para ver que raio de filme é esse, eu descobri que ele foi produzido pelo jornal Estado de São Paulo e, portanto, pelos Mesquita. Não sei por que tipo de interesse econômico ou o que, mas havia alguma coisa apontando para o sul da ordem de uma oligarquia paulista representada pelo jornal mais tradicional de São Paulo. O que coloca mais lenha na fogueira daquele assunto que estávamos falando de manhã, sobre um circuito que bate no sul e volta para São Paulo.

E agora eu acho que um livro e talvez *O Tempo e O Vento* foi minha primeira experiência romanesca, uma grande épica de uma coisa que você precisava atravessar, volume após volume, por gerações e gerações. Então aquilo representou uma amplitude de imaginário. Mas podemos dizer que o simbólico, que é o tratamento daquilo que veio do passado, isso ganhou uma narrativa, uma trama de narrativas, existências inteiras estavam jogadas ali e eu só fiquei com isso no meu repertório, um pouco antes de ir estudar em São Paulo. Quando eu cheguei na USP, encontrei o seguinte, os

acazos também fizeram com que eu encontrasse um grupo forte e numeroso de gaúchos que tinham ido estudar na faculdade de filosofia ou nos cursos de filosofia, ciências sociais e letras. E esses gaúchos me impressionaram muitíssimo como grupo e também individualmente.

Como grupo me chamou a atenção que eles pareciam altamente organizados. Tinham uma espécie de sistematicidade de conhecimento que era diferente da minha experiência. Eu vinha de um excelente colégio público em São Vicente, de uma época em que um colégio público podia oferecer um ensino da mais óbvia qualidade e especialmente na área de português e literatura, que foi determinante para a minha vida. Então os estímulos e os desafios que aconteceram ali foram coisas que eu trazia, que eu trazia de uma boa escola, mas os gaúchos me impressionavam de um outro modo. Porque eu vinha de um colégio para a faculdade e os gaúchos pareciam que vinham para a faculdade de uma outra faculdade. Isso ficou claro pra mim hoje de manhã ao trocar umas poucas palavras com o professor Luís Osvaldo Leite, depois do nosso encontro, porque eu comentei com ele que sempre me impressionou o letramento médio superior no RS às outras regiões do Brasil. Eu não deixo nunca de reobservar isso.

Então me pareceu que houve no RS, de algum modo, uma implantação de escola, uma base educacional, que era diferente, e o professor Leite inclusive me explicou isso. Eu perguntei a ele, a propósito do meu colega Alfredo Bosi, um professor na USP que tem, e sempre manifestou, enorme interesse pelo positivismo gaúcho como projeto educacional. O professor Leite me falou que eles tinham isso e que o interesse dado à educação não era necessariamente do Estado sobre educação, mas da promoção da escola particular, mais em benefício da educação mesmo e que fazia com que, por exemplo, os jesuítas tivessem um papel no RS, mesmo sendo religiosos, mas como instituições educacionais. Mas eu estou aqui, rápida e desajeitadamente, repetindo a vocês coisas que ele me disse de maneira muito melhor, que inclusive nas escolas alemãs houve uma expulsão dos jesuítas na altura de 1880 e houve um corpo de jesuítas educadores que encontraram, de certo modo, caminho aqui no RS e isso me explicava em parte o colégio Anchieta, de onde vinham partes

dos meus colegas. Disse-me também o professor Leite que esses colégios tinham um grande interesse pela pesquisa, e que o evidenciavam criando um colégio moldado sobre o modelo universitário.

Ou seja, esse pequeno comentário do professor foi altamente elucidativo pra eu entender aquilo que eu não saberia explicar até então, que eles pareciam ter uma espécie de sistematicidade de conhecimento diferente entre eles e seus vários campi. E boa parte deles se tornou professores depois na USP. Meu colega Flavio Aguiar, por exemplo, a professora Ligia Quiapini. Entre esses gaúchos que ali estavam, estava o Paulo Neves, que se tornou meu amigo e parceiro a vida inteira. O que eu quero dizer, neste caso, é que até tínhamos um amigo em comum que se tornou o nosso mestre e que chamava Akira Osaka que veio do seio do interior de São Paulo e depois fez um importante trabalho sobre discurso político, justamente analisando os discursos de Getúlio Vargas. E depois um outro importante livro sobre Fernando Pessoa chamado *Fernando Pessoa Resposta e Decadência*. E o Akira me falou que tinha conhecido um desses gaúchos que estavam ali e que nós seríamos amigos a vida inteira. E eu e o Paulo sentimos reciprocamente isso no primeiro contato.

Então durante esse tempo eu vi como é que os escritos, as procuras poéticas, as canções que depois fizemos juntos e que depois o Paulo transformou a seu modo no seu tempo num belíssimo livro que se chama *Viagem, Espera* e que tem 40 poemas e depois textos em prosa. Pra mim, tudo isso se conecta, se pensarmos em termos do paradigma pessoano, poemas que tem uma claridade de Alberto Caeiro e uma prosa próxima da reflexão e ao mesmo tempo de uma espécie de diário do desassossego, do heterônimo Bernardo Soares. Estou dizendo isso só para situar. O Paulo é um poeta muito original, mas só para situar os universos de afinidade possível, como se, por exemplo, fosse um Bernardo Soares cuja Lisboa seria Porto Alegre.

E essas coisas eu digo com tranquilidade porque eu sei que o Fischer descreveu de maneira muito sensível e certa a proposta disso e acho que dividimos essa recepção. E eu fico à vontade, pois estou dizendo uma coisa da qual estou muito próximo, apesar de, ao mesmo tempo, me sentir transpassado por um juízo crítico, mas tudo isso faz parte dessas narrativas que eu estou contando.

Tempos depois quando eu já fazia música, conheci o Arthur Nestrovski que é também porto-alegrense e se tornou um grande parceiro de projetos musicais e literários. Aconteceu justamente que ele veio a ser o editor de um livro meu quando era editor na Publifolha, realizando um destino digamos familiar, que é certamente marcado pelo fato de que seu avô tenha sido editor da Globo cuja importância o Fischer hoje ressaltou. Então era um livro sobre música e literatura e ao ser lançado na Feira do Livro em Porto Alegre, eu pensei com ele que ao invés de fazermos uma mesa poderíamos fazer alguma coisa com ele e o violão, pois ele era um músico que tinha abandonado a música por causa da literatura. Eu já era mestre nisso, pois eu já tinha abandonado a música e voltado a ela. E foi aqui em Porto Alegre, na Feira do Livro, que nós experimentamos falar das questões do livro, ele com o violão em punho, e disso nasceu um gênero que é esse gênero, que na falta de melhor nome, colocamos como aula-show, e que consiste em refletir sobre músicas e em encadeá-las e comentá-las e, ao mesmo tempo, cantá-las. Depois, fizemos muitas capitais do Brasil, do lado de cá do Tratado de Tordesilhas praticamente fizemos todas. E com isso eu quero dizer que parceiros muito importantes foram se fazendo através dessa relação.

Quando eu fiz meus ensaios, toda vez que eu dei um passo importante em atividade artística, quando ocupamos diferentes espaços, diz uma lei da vida que a gente é atacado porque tá ocupando espaço, que a gente não faz nada de importante sem ser atacado. As duas vezes em que eu fui atacado, um por um jornalista da Folha de São Paulo e outro da Veja, ambos eram gaúchos. Meus antagonistas eram gaúchos. E isso vai tornando a coisa mais imaginário-simbólica e ao mesmo tempo mais real. Ou seja, esse movimento todo vai se completando. A ligação vai ficando mais forte. E também, para completar essa primeira parte do meu depoimento,

eu tenho sido convidado a vir a Porto Alegre, mas na verdade tudo isso está ligado ao fato e a esse traço, que é o do letramento excepcional do RS. Acho que está ligado a uma história da força tanto da escola particular, como nós falamos, ou da escola pública, mas que faz com que se respire uma atmosfera de letramento. Isso está no ar. É uma coisa que quando eu digo, sobre gaúchos inteligentes, eles logo me desdizem, falando que não sabem nada e que na verdade é uma idealização ou qualquer coisa assim, mas eu não abro mão do que estou observando. E tem uma coisa curiosa, pois eu acho que devido ao Brasil ser menos letrado, ele não seja capaz de ver isso e, portanto isso fica mais ou menos às cegas. Quem está dentro disso também não vê, pois está dentro. Ou se vê, não vai sair por aí falando. Então o negócio fica nessa zona de difícil formulação, mas essa é uma das coisas que não são ditas e que eu senti vontade de dizer com alguma eloquência correspondente.

Sinto que isso também faz com que o meu tipo de trabalho, que aproxima música e literatura, e que é muito brasileiro afinal de contas, justamente porque o Brasil é um país onde há uma permeabilidade entre canção e literatura. Chico Buarque é autor de cinco romances, Caetano Veloso é autor de um livro de ensaios e outros, como Arnaldo Antunes, Antônio Cicero, Almir Salomão e Paulo Leminski, todos transitam ou transitaram entre esses campos. Eu sinto que muitas vezes pessoas que fazem esse tipo de trabalho sentem uma recepção muito adequada a isto. E isso está muito afinado a esta relação e a este diálogo com o RS. Eu pessoalmente sinto, por exemplo, que em Minas Gerais eu tenho um trabalho musical que não faz sucesso de massas e que tem esse trânsito próprio de certas áreas. Em Minas Gerais tem uma recepção emocional profunda. Na Bahia qualquer estímulo musical é imediatamente respondido, mas é um tipo de recepção que está ligada entre o entendimento do poético com o musical e as implicações disso tudo. Eu sinto que especialmente no RS há um diálogo nesse sentido. O que sinto também marcado pelas instituições. O “Porto Alegre em Cena”, por exemplo, é um grande festival no Brasil e eu fui várias vezes convidado, mas estou falando isso porque é uma questão pessoal. Eu sinto que muitos artistas que tem um trabalho parecido são chamados, mas não só chamados como também estimulados a fazerem coisas.

Por exemplo, fomos chamados para o “Porto Alegre em Cena” para fazer um espetáculo, eu, Luiz Tati e Arthur Nestrovski. A ideia veio do Porto Alegre em Cena. Na Orquestra de Câmara do Theatro São Pedro seguidas vezes fizemos espetáculo também com Ná Ozzetti. E a UFRGS, que tem a programação musical ao longo dos tempos pensada de uma maneira, como em nenhuma outra universidade do Brasil. Por exemplo, vários dos módulos contemplavam cantor ou cantora com pianista, Ná Ozzetti e o André Mehmari. O André me disse que fez o mais bem sucedido disco dele com a Ná Ozzetti a partir de uma ideia deste departamento da UFRGS, que justamente pensou a união desses dois artistas. Uma concepção curatorial de música que tem uma inflexão, um alcance. Não é só uma questão de trazer artistas, mas de pensar possibilidades, criar debates paralelos à apresentação musical. Então tudo isso eu acho muito marcante, muito notável. E eu estou dizendo isso não por acaso.

Eu dormi mal as últimas duas noites e nesse mês eu vim três vezes a Porto Alegre. Tudo isso é uma espécie de longa introdução que é pessoal, mas vocês vão entender que é um depoimento sobre uma realidade difícil de formular, de dizer e também de encontrar o lugar pela qual ela pode ser dita. Mas acho que envolve uma questão dessa relação atravessada do RS com o Brasil, que é uma relação de diferença, de excepcionalidade. E eu vou depois, de algum modo, também elencar algumas dessas diferenças, que criam uma dificuldade de inserir-se, principalmente pelo fato de que esse letramento no mundo e no Brasil, que já era baixo, esse letramento passar diretamente dos auditórios e da expressão oral para o rádio e televisão, sem um estágio de formação dos hábitos de leitura. E é nesse sentido que eu acho que no RS, há uma marca diferente quanto a isso. Isso já tem algum tempo e desde que a cultura foi assumida diretamente pelas pautas culturais dos jornais como sendo uma questão de vendagem, moda, comportamento e polêmica de superfície, são os quatro itens que interessam e mais nenhum. Isso, no geral. No RS, a experiência, e eu perguntei para vários artistas que chegam aqui, encontramos muitas vezes jornalistas informados e dispostos a pensar nessa relação de diferença. Embora um dos depoimentos aqui nesses encontros fale sobre o encurtamento da Zero Hora, da diminuição do espaço cultural no

jornal e o que isso representa. Eu acho que isso faz parte dessa conversa.

Dito isto, eu gostaria de fazer algumas considerações sobre o tema e sobre as narrativas que envolvem ser gaúcho e sua relação com o Brasil. Alguma coisa eu adiantei porque o Fischer tocou em pontos cruciais do que me pareciam ser questões que eu havia pensado. Eu vou pegar pelo mesmo ponto, que aqui teremos de tratar com certa rapidez. O Fischer falou na representação da literatura gaúcha do duelo. Do duelo como sendo uma cena crucial da experiência gaúcha, que está ligada certamente a tudo que falamos aqui, da frente de guerra do RS. Foi o Donaldo Schuller que fez esta afirmação, de que o RS nasce ou se constitui sobre um Tratado de Tordesilhas ou sobre um traçado, sobre um corte, sobre uma linha. Esse corte ou essa ferida significa uma divisória virtual e imaginária, simbólica e real, na medida em que ela é enquanto formulação virtual no Tratado, uma linha imaginária. Mas ela também significa uma troca, um acordo ou um pacto, que é aquilo que traça o corte da guerra. Das guerras, portanto, que falamos aqui. O RS é uma frente de guerras.

Então, essa fronteira é traçada à faca num território para onde afluem da banda oriental esses hispânicos e suas missões, trazendo por sua vez um gado que se espalha extensivamente. Acho fascinante a ideia de que houve um período de propriedade comunal da terra e do gado. Que todos fazem questão de dizer que ele é um período que se perdeu e que se desfez, mas eu acho forte que isso tenha acontecido. Isso já é da ordem do mito. É acho que, de todas as discussões entre os gaúchos sobre o ser gaúcho, ela se divide entre desconstruir o mito enquanto falsificação ou montagem imaginária, ideológica, na invenção de uma tradição que encobre e que serve ao poder, e, ao mesmo tempo, algo que há de verdade no mito. Porque o mito enquanto ficção não é necessariamente mentira. Ele está num

entre lugar porque ele é constituído de ficções que constroem sociedades e grupos humanos, e sempre de algum modo, encobrem a falha com alguma ilusão, ilusão sem a qual nem estaríamos aqui.

Nesse sentido, há uma delicada questão que eu vejo agora. Às vezes, um desejo de desmontar o gaúcho do lugar que ele tão heroicamente foi posto. Ao mesmo tempo, tem o reconhecimento de experiências coletivas que ficaram e que são da ordem do inconsciente e que mostram uma resistência e uma dificuldade de entender esse movimento. Eu acho O



Gaúcho, de José de Alencar, um livro profundo. Há em *Saragana*, de Guimarães Rosa, justamente um conto chamado *Duelo*. Nesse conto, como em quase em todos os contos desse livro, o Guimarães está às voltas com a violência sertaneja de um mundo sem lei baseado na regra da aliança e da vingança, isso num lugar onde o estado enquanto representante de uma ordem legal não está presente. Através da instituição, a Guarda Nacional conferia as patentes aos proprietários de terra e estes se tornam os mandões legais, os coronéis, os majores, os capitães dos interiores do Brasil. Então esses mesmos coronéis tem os seus jagunços. Jagunço é ao mesmo tempo representante de uma desordem truculenta, mas ao mesmo tempo eles são próprio braço da ordem estabelecida. Ou seja, são ordem e desordem em um mundo onde não há lei.

Essas situações, por exemplo, fazem com que, no caso desse conto de *Saragana*, homens se entrematam por uma mulher nesse mundo patriarcal e mandão, com um sujeito indo alvejar outro por causa de uma mulher. O problema é que, por engano, mata não o inimigo, mas o irmão. O que faz ele próprio objeto de vingança deste primeiro. E eles passam a se perseguir pelo território mineiro em uma viagem sem fim, numa *engronga*, em um nó que não se desata. Numa sequência elevada e dirigida ao absurdo, pois não se sabe mais quem é o perseguidor e quem é o perseguido, como aquilo começou, se com um ou com o outro, e nem que fim terá, porque fim mesmo não terá nunca. É um duelo sem fim, e é como se o mesmo fosse o outro, pois não se sabe quem está lutando contra quem e em nome do quê. E nesse sentido não há propriamente o outro, o antagonista, mas o outro é o mesmo, numa relação de ambivalência que se auto engendra. Ora, essa ambivalência constitutiva está no âmago do duelo.

Esse duelo me parece evidentemente diferente do duelo gaúcho enquanto sendo a marca pela qual o outro é o outro. De como esse lugar, para onde se afunila o território e esse traçado, tem de ser disputado à faca. Aquela natureza, aquele tipo de ambivalência de que se vê no sertão de Minas Gerais, eu acho que não pode ser reconhecido justamente neste mundo onde a fronteira e essa demarcação do outro não se dá sem ambiguidade, uma ambiguidade que chega ao extremo na última cena do *Sagarana*, no conto “A hora e vez de Augusto Matraga”. Matraga é mandão que excede em excessos e desmandos, sendo objeto de outros mandões e de seus jagunços e de seus próprios companheiros, que o surram e pensam que o matam, mas ele revive e renasce e passa sete anos se preparando para encontrar a sua hora e vez. Essa hora e vez é quando se depara com o jagunço Joãozinho Bem-bem, que é ao mesmo tempo truculento, violento, assassino e esturpador, mas que para seu bando é também venerável. Ainda mais com esse nomezinho, esse hipocorístico afetivo que contém todo *O Homem Cordial* de Sergio Buarque de Holanda compactado numa cápsula explosiva.

Joãozinho Bem-bem vai executar uma vingança e Matraga se interpõe entre ele e o objeto da vingança e trava com ele uma luta

de morte, sendo que ele se estripa trocando juras e protestos da mais elevada e estimada consideração recíproca. A quintessência do homem cordial brasileiro como sendo, na visão do Sergio Buarque de Holanda, uma interpretação ambivalente das relações ao mesmo tempo pessoais, familiares e cordiais no sentido positivo, mas também violentas e truculentas porque arbitrárias. Então é isso que entra numa espécie de lugar paradoxal. Enquanto no Rio de Janeiro a malandragem, essas figuras que vivem no século XIX que não são escravos e nem proprietários, que não são incorporadas no incipiente mercado de trabalho, que vivem nessa espécie de flutuação ou flutuação na base dos expedientes. É um mundo no qual se engendra toda uma cultura popular da festa e do carnaval no sentido lato, baktiniano, e que depois desemboca no carnaval carioca, no malandro e no samba do século XX, que já foi interpretado como aquele que administra um permanente estar e não estar entre a ordem e a desordem.

Esta figura é ambivalente a seu modo também porque faz parte de um mundo onde há lei, mas essa não vigora. Esse tipo de flutuação muito brasileira é a representação de um mundo onde os conflitos se colocam, mas não apontam para um objetivo. Já houve também quem interpretasse isso como uma pendulação permanente em que o mesmo e o outro se confundem a ponto de que se vive uma espécie de dialética travada onde nunca se dá salto. Isso está em Machado de Assis, por exemplo, no romance *Esaú e Jacó*, em que os gêmeos Pedro e Paulo são monarquistas republicanos por ocasião da proclamação da república e em suma são gêmeos e, portanto são outro e são o mesmo. Estão ali como a cifra de um Brasil onde as coisas mudam sem mudar. Ao mudar não mudam. Esta questão é como o Fischer falou hoje, que a Proclamação da independência se deu mantendo a escravidão, o latifúndio, a burocracia colonial e não só a monarquia mas a dinastia de Bragança. Ou seja, uma mudança que não mudou nada.

E tudo isso então de todo modo vemos como um paradigma que na literatura brasileira está expressa nessas diferentes figurações ambivalentes. É no RS que em um momento existe uma república a contrapelo disto e que expressa a possibilidade de mudança. A ambivalência no RS é de outra natureza, porque é ter dado as

bases para afirmação de um princípio de autoridade que engendrou os quadros das ditaduras do século XX. Ao mesmo tempo, guardando dentro dela a possibilidade de mudança dentro daquela ideia de um país que sempre volta contra si mesmo. Como se esse não resolvido se apresentasse no lugar que o RS ocupa para o Brasil. Então, nesse sentido, acho que na revolução de 30, Getúlio Vargas tem um papel de estabelecimento de diferenciação.

Quer dizer, é como se existisse uma necessidade de que essa eterna ambivalência passasse por um processo de definição de algum modo. E isso tem um lugar na história moderna brasileira, como se esse salto não pudesse ter se dado se não fosse através de uma figura que vem do RS. Eu sinto uma necessidade de dizer isto, porque justamente isto não tem propósito idealizador, pois as ambiguidades de Getúlio são por demais conhecidas. Mas eu acho que também está faltando elaborar isto, no sentido de que é um papel fundamental da história do RS e na determinação do Brasil moderno.

Só Getúlio Vargas foi capaz no Brasil de um *haraquiri* político. Isto é totalmente invulgar, sobretudo na situação da política atual. Se fosse no Japão, haveria uma série de suicídios. Porque ali tem uma cultura que não admite o sujeito ser revelado. Em Getúlio Vargas, há essa questão de como alguém que capitaliza a morte como um gesto, com uma cartada literalmente política para além de si. Acho que isso tem de ser entendido como o contexto do simbolismo gaúcho na vida brasileira. Isto por sua vez ganhou os rumos que a história brasileira deu e quando a ditadura precisou, foi mais uma vez um desfile de gaúchos ou daqueles que estudaram no RS.

Hoje em dia, quando não temos mais esse quadro de invocação da figura do militar, vejamos o caso da seleção brasileira de futebol. Depois de 20 anos sem vencer, ela ganhou uma Copa graças às qualidades ambivalentes do futebol, do samba, da ginga. Em 1994, quando aquela final e aquela disputa de pênaltis com a Itália se deu, a Copa é

vencida por figuras como Taffarel, Dunga e Romário. Uma coalizão do RS com o RJ. Coalizão que tem a sua história profunda também. Acho isso uma coisa significativa da continuação desse processo. Eu quero insistir nesse paradigma.

Dito isso eu completaria mostrando a vocês, pois me lembrei disso após de ter sido convidado a participar deste evento, de um texto do meu amigo Paulo Neves, que foi escrito na década de 80 e que se chama "O Mapa". É um texto sobre as regiões do Brasil e como que elas se encontram simbolicamente. Eu me lembrei muito desse texto e acho que o texto tem a ver com a conversa que estamos tendo aqui e se vocês me permitirem eu exponho um pouco do que ele trata. Devo dizer que o Paulo só publicou um livro de poesia por uma espécie de discricção, mas eu acho que está ligado a um outro lado gaúcho que também era preciso ressaltar, pois existe uma espécie de intimismo. Há um pormenor do gaúcho, Mario Quintana por exemplo. Falamos do gaúcho como aquele que passa a faca, mas tem um negócio Lupicínio Rodrigues por outro lado. Paulo Neves tem o *ethos* que se propõem a estética do frio e a Vitor Ramil. Tem uma sobriedade como uma das propriedades que é o lado lírico dessa épica toda. Acho que isso há também no Paulo e no seu livro. Mas é no lado ainda menos visível que ele escreve, ensaios que ele nunca publicou e que nem pensa em publicar. Talvez porque, e aqui sou eu interpretando isso, por um lado exista nele um princípio de espetacularidade zero. E talvez outra coisa mais verdadeira seja o seu desejo de não entrar no duelo. De recusar-se ao duelo.

Então, é um pensamento que não está ali para conquistar território. Acho que isso é significativo também de tudo o que estamos falando, pois se eu falo desse ensaio, estou falando ao mesmo tempo sobre a interpretação de um Brasil dentro da perspectiva de um gaúcho e ao mesmo tempo estou falando de um jeito de ser. Esse texto dele tem ilustrações como se fossem mapas. E eu mostraria, pois é a melhor maneira de mostrar isso, que a melhor forma de ver o mapa do Brasil é invertendo-o. E neste caso do mapa, uma inversão a partir do sul. A visão do mapa assim de ponta cabeça desautomatiza o que estamos acostumados a ver.

E uma coisa que se apoia sobre um vértice no caso do mapa desta versão, ela fica como um ser inteiramente apoiado, quase como um



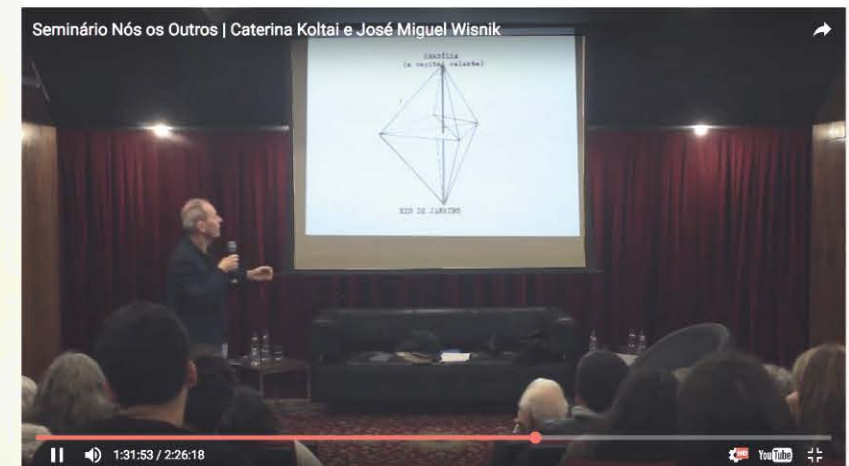
buda, digamos. E tem uma cabeça na qual ele se apoia, como se a gente tivesse outro tipo de país, uma outra Gestalt. Aí ele pensa o seguinte: isto aqui é a Bahia como ponto de inflexão originária de um primeiro ato colonizador que aponta para São Paulo. Na verdade ele fez um traçado Bahia para São Paulo como sendo dois movimentos. Um primeiro movimento de um ato fundador e fusional, São Paulo como a cidade fundada por jesuítas, e um outro vetor de entrada para dentro do território, como essas linhas que estão ligadas aqui.

Aí ele pensa essas duas linhas como um cruzamento, um traçado. Eu achei interessante retomar a ideia do Donaldo Schüler de uma linha, um Sul. É justamente representado por uma linha cujos cruzamentos ali no Trópico de Capricórnio apontam a partir de São Paulo, num movimento para dentro. Então o mapa não tem uma intenção descritiva de ser literalmente a descrição das regiões enquanto mapa. O que ele aponta são direções ou linhas ou jogos de força. Essa linha é justamente onde é a entrada para dentro do território, uma linha exploratória que aponta para Minas Gerais, fundamentalmente como sendo o lugar que resulta desse movimento de entrada, mas também floresta e sertão aqui. Todas essas coisas pelo que eu entendi no texto, são abertas por aquela linha de entrada. Eu diria sertão e florestas, mas tanto sertão ou cerrado, semiárido, florestas, tudo isso, de algum modo, é uma questão lançada por essa entrada

que faz esse eixo, um eixo que é por excelência representado pelo eixo São Paulo - Minas Gerais, enquanto você tem outro eixo que é Bahia e RS. Esse contraste está dada a partir de um caráter fusional sincrético, digamos assim, carnavalizante, de uma experiência fundada sobre a dor da escravidão.

Ou seja, um tema parece desconhecer as dores, as classes, as barbáries, mas na verdade ele apenas se afasta e abstrai por um momento para poder pensar as linhas de força lógicas e simbólicas que estão envolvidas nesses confrontos históricos e reais. Pensá-los como uma totalidade que está dada por essas relações é do que estamos falando, desses diálogos entre regiões. Há uma espécie de oposição, por sua vez complementar nesse eixo aqui. Passamos para o outro slide, por favor.

Aqui ele nomeia essas linhas falando em fusão e pensando a cultura baiana como fusional e a gaúcha como diferenciadora ou diferencial na linha do que estávamos discutindo. Que o princípio que a constitui, o traço sobre o qual ela se constitui é um corte. É o estabelecimento



da diferença, do duelo com o outro, da possibilidade do traço diferenciador que garante toda a possibilidade de significação e que vocês entenderam como significante mestre. É o traço diferencial capaz de permitir que a ordem significativa se estabeleça. Enquanto que aqui tem um jogo de diferenças de outra natureza. Aqui essa relação entre Bahia e RS dá um jogo interessante.



O Fischer falou que os gaúchos e Getúlio, afinal a modernização do Brasil se deu de algum modo, deram régua e compasso. Ao fazer isso, eu citou o samba “Aquele abraço”, de Gilberto Gil, que diz “meu destino eu mesmo traço, a Bahia já me deu régua e compasso”. É o comentário de outro baiano dizendo que é privilegiado, sobretudo quando a Bahia não deu régua e compasso para ninguém. Então, a verdadeira Bahia é o RS. E essa polaridade, como Caetano Veloso gosta de pensar, essas diferenças brasileiras podem ser vistas como um jogo de ressonâncias e contrapontos musicais. Tudo o que nós falamos sobre o papel dos gaúchos na modernização do Brasil é o estabelecimento de uma espécie de diretriz diferenciadora em momentos em que significantes mestres a fazem. Aqui temos a relação de São Paulo e Minas como um jogo de assimilação. O Fischer falou também da propensão capitalista de endividamento e investimento em São Paulo e de certo retraimento gaúcho nesse movimento. É como se houvesse ali um lugar onde essas coisas todas giram.

São aqueles quatro elementos ele pensa como se fosse o Cruzeiro do Sul e duas outras estâncias verticais que são a cidade do Rio de Janeiro e a cidade de Brasília, que são as duas opostas, uma pela sua geometricidade quase abstrata e outra pela sua densidade concreta, e como que essas duas cidades são polares para de algum modo atravessar essas forças que estão em jogo. Bom, o texto dele vai dizendo com muita elegância como essas relações se traçam e é um texto utópico sobre o desejo de o Brasil se entender a partir dessas diferentes experiências históricas, em uma combinação misteriosa de forças. É como se pretendesse ver nisso uma pretensa verdade.

Quero terminar dizendo que a estética do frio é uma espécie de contraponto disso tudo. Como se expressasse uma desistência do Brasil e uma busca por outros aliados. Ela está ligada a enorme dificuldade de pensar, de entender, de se colocar dentro desse jogo. Porque dentro desse caso, o

RS com tudo que estamos falando aqui, se coloca num lugar como se fosse um lugar à margem, não devidamente compreendido pelo país. E esse é um problema de difícil resolução. Por outro lado, eu acho que esse sistema que apresentamos aqui descreve a experiência de um país que se constitui sobre essas diferenças, mas que hoje em dia está perdido na possibilidade de integração. Eu acho que o Mario Corso falava num dos encontros sobre a falta de correspondência atual em relação à grandeza daquilo que se tem na tradição. E isso vale para o RS e vale para o Brasil, que de algum modo está desconectado dessas diferenças, dessas estâncias.

No entanto, eu acho que se trata de pensarmos sobre isso e no caso da discussão destes encontros, no RS, eu vejo um movimento, um desejo de integração na totalidade nacional, como se fosse malgrado e incompreendido e por outro lado uma volta para outra possibilidade, como no caso daquilo que coloca o Vitor Ramil. Não de se pensar como a margem, mas de se pensar como um outro centro, um outro mundo, que tem sua autonomia e que encontra seus parceiros e seus correspondentes entre os vizinhos de língua hispânica, à luz e sob a égide da milonga. Sob uma estética que justamente não teria as características de aceitação, da clareza, da leveza, do rigor. Que fosse uma unidade que se bastasse nela mesma.

O próprio Vitor Ramil tem um belíssimo disco chamado *Tambong*, produzido por Marcos Suzano, onde ele contracena com Egberto Gismonti, Lenine e Chico Cesar. Ou seja, é ele em parceria com o Brasil de lá e acho que isso é fundamental. É superimportante esse passo. Eu não gostaria de pensar que a estética do frio aparece como uma espécie de exílio em relação a esse outro Vitor Ramil, que é aquele articulado na verdade, pensando em Lenine e Egberto que são de Minas Gerais, Chico Cesar de Pernambuco, Marcos Suzano do Rio de Janeiro. Quer dizer, é um artista gaúcho em total entranhamento com a experiência nacional e, ao mesmo tempo, com os seus vizinhos do sul. Nesse ponto, é como se a ligação entre o Brasil ficasse travada, como se essas coisas não fossem a mesma. Como se uma coisa fosse esse Vitor Ramil, forte com a milonga, e outra fosse a ligação com esses artistas. E não há essa separação propriamente. Essa separação me faz pensar nos gaúchos como um pouco parecidos com os galegos, com quem eu tive uma experiência quando fiz uma trilha para o Grupo Corpo.

A Galícia é exatamente aquela que não sabe se é Portugal ou Espanha. Tem uma diferença enorme com o RS, mas tem um aspecto semelhante, visto que ora tende para a Espanha ora tende à lusofonia. O que eu quero dizer é justamente que essa relação com o Brasil e o Brasil é um devorador de tudo, uma relação na qual você desaparece. Mas acho que caberia ao RS ter uma relação de força com isso, assumidamente, efetivamente, interveniente sobre o Brasil, ao invés dessa espécie de querer puxar o retiro que contém um sintoma meio galego.

E dito isso, digo o seguinte: na imprensa brasileira existe o mais importante cronista que trata dos mais diferentes assuntos do Brasil e do mundo, que há poucos dias escreveu sobre a ONU um texto sobre capital e que há pouco tempo escreveu um texto chamado "Sinos de Ouro Preto", sobre o estado atual da política no Brasil. Esses textos são curtos, mas são verdadeiros textos analíticos sobre o estado de coisas. O autor do "Analista de Bagé" é o melhor analista na atual imprensa brasileira. É impressionante como sem nunca perder-se na generalidade, mas se puxando por um fio que é muito particular, ele trata de uma abrangência enorme como ninguém o faz e escrevendo daqui de Porto Alegre. Em outros termos, trata-se da mais importante, vamos dizer, influência pensante em pílulas sobre o mundo que estamos vivendo. E isto é o RS. Impossível não tomar conta e posse disso como uma coisa que deve ser alardeada, para não dizer tomada como uma força e um verdadeiro amuleto.

Concerto

Nós Outros Gaúchos

Renato Borghetti e Fábrica de Gaiteiros

Seminário Nós Os Outros





Aula-espetáculo

Vitor Ramil
e Flávio Azevedo





Os senhores
da guerra

Sobre sete
ondas verdes
espumantes

Ciclo de Filmes

Os famosos e
os duendes da
morte

Castanha

Set 957

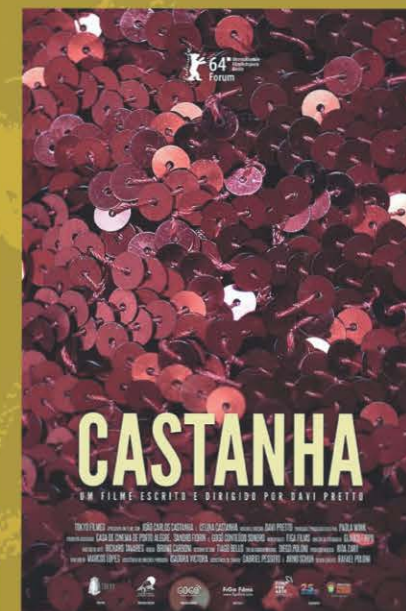
O ciclo de filmes de Nós Outros Gaúchos, através de obras biográficas, históricas e ficcionais, afirma aquele que é o mote de toda a programação: como, vendo o outro, nosso diferente, e a partir deste estranhamento, podemos nos ver a nós mesmos. Um outro que é, ele mesmo, uma contraparte nossa, e que nos permite, ou mesmo força, a que vejamos o que ele tem de nosso.

Para além de afirmar a nossa identidade, de provocar o nosso reconhecimento, os personagens e as narrativas, numa linguagem audiovisual, distinta da escrita não só na forma, mas nos modos de apresentar os significados, nos fazem dimensionar as nossas relações (com o mundo, com as pessoas, com a sociedade). Assim definimos os nossos princípios. Assim aprendemos sobre quem somos.

São quatro filmes tratando de temas como diversidade, história e a apreensão de nosso lugar no mundo. Eles conduzem nosso pensamento (e o nosso olhar) na direção da compreensão da nossa identidade como gaúchos.



um filme através da obra e vida do escritor Caio Fernando Abreu.





Sobre Sete Ondas Verdes Espumantes (2013) é um *roadmovie* poético construído através da vida e obra do escritor Caio Fernando Abreu. Santiago, Amsterdã, Berlim, Colônia, Paris, Londres, Porto Alegre, São Paulo. As cidades que testemunharam a vida breve do poeta, dramaturgo e escritor Caio Fernando Abreu (1948-1996) são revisitadas e recobertas agora de fragmentos de suas obras e lembranças de seus amigos, como Maria Adelaide Amaral, Grace Gianoukas e Adriana Calcanhoto.



Julio e Carlos são irmãos em **Os Senhores da Guerra** (2014). Amigos, cultos, ricos, são separados pela Revolução de 1923, que divide o Rio Grande do Sul entre chimangos e maragatos. Julio é prefeito, está com os primeiros, enquanto Carlos é revolucionário, maragato. As ideias são opostas, mas o sangue é o mesmo e a prova se dá em uma grande batalha.



Em **Castanha** (2014), João Carlos Castanha tem 52 anos e é ator. Também trabalha na noite como transformista em baladas gays. Vive com a mãe septuagenária, Celina, no subúrbio de Porto Alegre. Solitário, doente e confuso, aos poucos ele deixa de discernir realidade e ficção.



Em **Os Famosos e os Duendes da Morte** (2009) um garoto de 16 anos, fã de Bob Dylan, tem acesso ao restante do mundo apenas por meio da internet, enquanto vê os dias passarem em uma pequena cidade rural de colonização alemã, no sul do Brasil. Até que uma figura misteriosa o faz mergulhar em lembranças e num mundo além da realidade.

Com esses filmes, produzidos no Rio Grande do Sul, fazemos o provocativo exercício de estranhamento/reconhecimento.



Obras reproduzidas cedidas pelo Acervo do Instituto de Artes/UFRGS

[Coleção Museu do Trabalho = CMT]

Capa: Benito Mazon Castañeda. Sem título, óleo sobre tela, 24 x 30 cm, 1947; João Fahrion. *Praça da Alfândega*, óleo sobre tela, 64 x 57 cm, 1924; Francis Pelichek. *Pastor com ovelhas diante de rio*, grafite sobre papel, 24,7 x 31,5 cm, sem data; Fabio Zimbres. *Histórias ilustradas n. 2*, serigrafia, 48 x 66 cm, 2007, CMT.

Frontispício: Benito Mazon Castañeda. Sem título, óleo sobre tela, 24 x 30 cm, 1947; Francis Pelichek. *Pastor com ovelhas diante de rio*, grafite sobre papel, 24,7 x 31,5 cm, sem data.

- p. 18. P.T. Barreto. Sem título, gravura em metal, 39,5 x 53,3 cm, 2012, CMT.
- p. 20. Ullysses Bôscolo. *Sonhos*, xilogravura, 50 x 40 cm, 2008, CMT.
- p. 30. Cláudio Goulart, Sem título, hidrocor e giz, 44,5 x 62 cm, sem data.
- p. 66. Não identificado. Sem título, desenho sobre papel, 16,5 x 24 cm, sem data.
- p. 68. Eduardo Haesbaert. Sem título, serigrafia, 47,8 x 55,4 cm, 2007, CMT.
- p. 76. Fabio Zimbres. *Histórias ilustradas n. 2*, serigrafia, 48 x 66 cm, 2007, CMT.
- p. 116. Francis Pelichek. *Pastor com ovelhas diante de rio*, grafite sobre papel, 24,7 x 31,5 cm, sem data.
- p. 118. Alfredo Nicolaiewsky. Sem título, litografia, 37,5 x 55 cm, 2008, CMT.
- p. 128. Luís Fernando Barth. Sem título, serigrafia, 66,5 x 48,5 cm, 1971.
- p. 174. Glauco Rodrigues. *Homem na Lua*, serigrafia, 50 x 70 cm, 1990.
- p. 176. Manoel Ferreira Castro Filho. *Barcos parados*, óleo sobre tela, 37 x 45 cm, 1941.
- p. 190. Mara de Carli Santos. Sem título, xilogravura, 39 x 50 cm, 2010, CMT.
- p. 222. Homero Lima. *Dois*, litografia, 38 x 56 cm, 2006, CMT.
- p. 224. Maristela Salvatori. *Cais do Porto XXX*, gravura em metal, 33 x 63 cm, 1998.
- p. 234. Carlos Mancuso. *Paisagem*, aquarela sobre papel, 34 x 50 cm, 1961.
- p. 274. Benito Mazon Castañeda. Sem título, óleo sobre tela, 40 x 50 cm, sem data.
- p. 276. Carlos Scliar. Sem título, serigrafia, 50 x 70 cm, 1972.
- p. 284. Carlos Asp. *3 Campos [Guayba]*, serigrafia, 48 x 66,5 cm, 2008, CMT.
- p. 352. Benito Mazon Castañeda. Sem título, óleo sobre tela, 24 x 30 cm, 1947.

Créditos das fotografias

p. 8-16: Bruna Zanatta; p. 22: divulgação; p. 23: Gustavo Diehl; p. 24: arquivo pessoal; p. 25: divulgação; p. 26: Flavio Dutra; p. 28: Bruna Zanatta; p. 65: Pedro Ferraz; p. 70: divulgação; p. 71: Ramiro Furquin; p. 72: Pedro Ferraz; p. 73: divulgação; p. 115: Pedro Ferraz; p. 120-122: divulgação; p. 123: Pablo Chasserau; p. 126-127: Pedro Ferraz; p. 172: Pedro Ferraz e Rafael Derois; p. 178: gabinetedigital; p. 179: Rafael Derois; p. 180: divulgação ZeroHora; p. 181: Rafael Derois; p. 182: Pedro Ferraz; p. 183: divulgação; p. 186: Pedro Ferraz; p. 221: Pedro Ferraz e Rafael Derois; p. 226, 227: Rafael Derois; p. 228: divulgação ZeroHora; p. 229: arquivo pessoal; p. 230: Juliana Spanevello; p. 232: Pedro Ferraz; p. 273, 278: Rafael Derois; p. 279: Renato Stockler; p. 280-282: divulgação; p. 334-341: Rafael Derois; p. 344-347: divulgação; p. 348: Rafael Derois

Departamento de Difusão Cultural

Diretora do Departamento de Difusão Cultural
Claudia Boettcher

Coordenadora do Projeto NósOutros Gaúchos
Sinara Santos Robin

Equipe do Departamento de Difusão Cultural
Carla Bello
Edgar Heldwein
Lígia Petrucci
Rafael Derois Santos
Tânia Cardoso

Bolsista Executivo do Projeto
Renata Signoretti

Bolsistas do Departamento
André Nectoux
Cristiano Pozzer
Gabriela Marluce
Laura Lucchese
Naiane Weber
Pedro Ferraz
Veridiane Boniatti

Design Gráfico Projeto
Cristiano Pozzer

Textos adaptados das falas realizadas nos encontros e editados pelos autores, com exceção de Luís Augusto Fischer e José Miguel Wisnik.



Handwritten signature or text at the bottom of the page.



Apio cultural



45




UFRGS
EDITORA

